REVISTA

DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

ANO LXIII | JULHO DE 1981 | N.º 18

MANAUS AMAZONAS

QUADRO DE SÓCIOS EFETIVOS

Cadeiras		Ocupantes
1	PERICLES MORAES	(Vaga)
2	EUCLIDES DA CUNHA	(Vaga)
3	GONÇALVES DIAS	Ulisses Bittencourt
4	SÍLVIO ROMERO	Newton Sabbá Guimarães
5	ARAÚJO FILHO	Paulo Pinto Nery
6	ADRIANO JORGE	João Nogueira da Mata
7	MARANHÃO SOBRINHO	Paulo Jacob
8	TORQUATO TAPAJÓS	(Vaga)
9	MACHADO DE ASSIS	Homero de Miranda Leão
10	BARÃO DO RIO BRANCO	Mário Ypiranga Monteiro
11	JOSÉ VERISSIMO	(Vaga)
12	OLAVO BILAC	Elson Farias
13	ESTELITA TAPAJÓS	Arthur Cezar Ferreira Reis
14	BARÃO DE SANTANA NERI	Moacyr G. Rosas
15	GRAÇA ARANHA	João Mendonça de Souza
16	JOÃO LEDA	João Chrysostomo de Oliveira
17	FRANCISCO DE CASTRO	Leoncio de Salignac e Souza
18	JONAS DA SILVA	Jorge Tufic
19	COELHO NETO	Genesino Braga
20	JOÃO RIBEIRO	Raimundo Nonato Pinheiro (padre)
21	TENREIRO ARANHA	Plínio Ramos Coelho (eleito)
22	FARIAS BRITO	(Vaga)
23	CRUZ E SOUZA	Nunes Pereira
24	JOAQUIM NABUCO	Áderson Pereira Dutra (eleito)
25	ARAÚJO LIMA	José Lindoso
26	RUI BARBOSA	Oyama Cesar Ituassu da Silva
27	TAVARES BASTOS	(Vaga)
28	ANIBAL TEÓFILO	Violeta Branca
29	CASTRO ALVES	Thiago de Mello
30	ARARIPE JUNIOR	Carlos de Almeida Barroso
31	RAIMUNDO MONTEIRO	(Vaga)
32	BERNARDO RAMOS	(Vaga)
33	ANTONIO BRANDÃO DE AMORIM	Epaminondas Barahuna
34	ERMANO STRADELLI	Manoel Bastos Lira
35	D. FREDERICO COSTA	Agenor Ferreira Lima
36	INGLES DE SOUZA	Josué Cláudio de Souza (eleito)
37	BENJAMIN LIMA	Carlos de Araújo Lima
38	BARBOSA RODRIGUES	William A. Rodrigues
39	ALFREDO DA MATA	Mário Moraes
40	PAULINO DE BRITO	Waldemar Batista de Sales

REVISTA

DA

Academia Amazonense de Letras

REVISTA

DA

Academia Amazonense de Letras

Fundada a 1 de Janeiro de 1918
Inscrita na Federação das Academias de Letras do Brasil

****

SEDE PRÓPRIA — Rua Ramos Ferreira, 1009 — MANAUS

ANO LXIII N.º 18

1975 — 1981

Manaus - Amazonas

Presidente de Honra
Marechal NELSON DE MELLO

DIRETORIA

Presidente	—	**João Mendonça de Souza**
1.º Vice-Presidente	—	**Mário Ypiranga Monteiro**
2.º Vice-Presidente	—	**Manoel Bastos Lira**
3.º Vice-Presidente	—	**Paulo Pinto Nery**
Secretário	—	**Agenor Ferreira Lima**
Adjunto	—	**João Crysóstomo de Oliveira**
Tesoureiro	—	**Williams Rodrigues**
Adjunto	—	**Moacyr Gonçalves Rosas**
Bibliotecário	—	**Homero de Miranda Leão**

Diretor da REVISTA
JOÃO MENDONÇA DE SOUZA

Sumário

DIRETORIA
APRESENTAÇÃO
INÉDITOS

UM LIVRO SOBRE CAMÕES — Mário Ypiranga Monteiro 13
O GENERAL PINOCHET E A RECONSTRUÇÃO POLÍTICA DO CHILE — Newton Sabbá Guimarães 19
CENTENÁRIO QUE TAMBÉM FALA AO CORAÇÃO DO AMAZONAS — Epaminondas Barahuna..... 31
UM BANQUETE EM LONDRES — Genesino Braga..... 37
JOSUÉ MONTELLO — Moacyr G. Rosas 41
O PORQUÊ DE NOSSA COLUNA CIENTÍFICA — Manoel Bastos Lira 47
PASSADO E PRESENTE SE ENTRELAÇAM — Con. Walter G. Nogueira 51
POESIAS DE DRUMOND DE ANDRADE — Waldemar Batista de Salles..... 55
JONAS DA SILVA — Ulysse Bittencourt 57

DISCURSOS ACADÊMICOS

NO ROTEIRO DAS ESTÓRIAS AMAZÔNICAS — João Mendonça de Souza 61
NA CADEIRA N.º 2 — Cláudio de Araújo Lima 75
NA RECEPÇÃO DE UM BARDO MUNDURUCÂNIO — João Mendonça de Souza 83
NA POSSE DO ACADÊMICO AGENOR FERREIRA LIMA — João Mendonça de Souza..... 103
DISCURSO DE POSSE — Agenor Ferreira Lima 105
DISCURSO DE RECEPÇÃO — Mário Ypiranga Monteiro..... 129
RECEPÇÃO AO MINISTRO HENOCH REIS NA ASPA — Newton Sabbá Guimarães 135

POESIA

SONETO PARA VINÍCIUS DE MORAIS — Homero de Miranda Leão..... 141
MISSA DE DOMINGO..... 143
1.Entrada - 2. Meditação..... 143
3. Aclamação ao Evangelho..... 144
4. Ofertório - 5-Comunhão..... 145
6. Canto Final. — Elson Farias..... 146

POEMAS

Sísifo. Marte. Hércules..... 147,148,149
Eros e Anteros. Baco. Vênus. 150,151
Canção de Dafnis. Proteu..... 152,153
Artemis (na voz de Eudímion). Os Ventos. — Jorge Tufic .. 155

DIREITO

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO — Oyama César Ituassú..... 157

FOLCLORE

PRIMEIRAS NOTÍCIAS FOLCLÓRICAS — Demosthenes Guanae Pereira..... 171

MEMÓRIA

ELOGIO DE ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO — Newton Sabbá Guimarães..... 175

HISTÓRIA

HISTÓRIA DO MONUMENTO À PROVÍNCIA (Primeira entrega) — Mário Ypiranga Monteiro..... 183
A ESTÁTUA DE OSÓRIO — Genesino Braga..... 205
PROGRAMA HISTÓRICO-ESTÉTICO DA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO — Mário Ypiranga Monteiro..... 209

Apresentação

Nossa REVISTA, divulgada através dos trabalhos culturais de nossos colaboradores, há sido, nestes sessenta e três anos decorridos, além de notória expressão escrita de nossa produção intelectual, um estimulo de educação para os que se dedicam ao determinado ideal, puro e glorificador, das Boas-letras.

Logo depois de sua fundação a 1.º de janeiro de 1918, a Academia Amazonense de Letras ofereceu aos que lhe aplaudiram o surgimento, com o nome de Sociedade Amazonense de Homens de Letras, o primeiro número de sua Revista.

Em suas páginas, na formação de nosso estilo, ao jeito de nossa imaginação, alinharam-se manifestações inspiradas nas criações artisticas da História, da Poesia, do Romance, da Critica, dos Ensaios, da Novela, do Conto, das Narrativas e Descrições.

Assim é comum dizermos de nossa Revista, quando da apresentação aos nossos leitores, sempre por ocasião de um novo número de sua edição, que nos servimos dos bons mecenas, geralmente ilustres.

Sem dúvida, desta feita, nosso patrocinador generoso, à edição de nossa REVISTA, foi o ilustrado amazonólogo, Dr. Ruy Alberto da Costa Lins. Ao seu significativo auxilio, oportuno e amazônico, o nosso muito obrigado.

J.M.S.

UM LIVRO SOBRE CAMÕES

Mário Ypiranga Monteiro

Por força de uma necessidade sentida, estes últimos vinte anos têm sido férteis em publicações de caráter cultural especializado. O doutor João Mendonça de Sousa, que abriu uma série ambiciosa sobre a vida e a obra de Sílvio Romero, fixou nesse monumento literário de muitos volumes as coordenadas justas da verdadeira intenção e da necessidade de situar-se a crítica científica em nossa terra, crítica que, é sabido, jamais passou dos conturbérnios de esquina ou dos derrames apologéticos do consagrado palmo e meio de coluna de jornal. Não é esse felizmente o papel da crítica fundamentalista, da crítica no seu sentido judicativo, na sua aproximação analítica, na sua fenomenologia orgânica. O Amazonas não teve no passado nem esse tipo de autor nem esse tipo de ensaio, apesar de que um estilista da têmpera de Péricles Morais houvesse, de fato, contribuído para instaurar esse conceito, construindo uma obra consagrada à memória de ilustres intelectuais brasileiros e estrangeiros. Lembramos, no entanto, que aquele esforço isolado não compensou o mérito do artista, pois a crítica, na sua imposição humanística não pressupõe uma forma de estética pura e sim uma forma de extroversão da realidade contida nos arcanos do pensamento humano, no conteúdo dinâmico da palavra. Elaborar parágrafos de endeusamento não significa nada para um processo que dispensa o estético para firmar-se no científico. Esse critério de ver, de observar, de ampliar, de sentir a obra de arte na sua raiz se assume na crítica moderna de maneira mais prioritária quando se pensa no universo de problemas que um livro transporta e que não constitui, via de regra, o problema da pessoa do autor, mas o problema muito significativo das universalidades das personagens e do ambiente. A língua não modifica em sí mesmo esse panorama, mas a linguagem das personagens é um testemunho da atividade do mundo dinâmico em que elas vivem, sofrem, morrem e se elegem. Tudo isso escapa ao leitor mas não pode escapar à visão antropocósmica do crítico.

Participa da natureza global da crítica o mistério também tentador de descobrir e de enfocar o mistério do labor mental __ um novo Colombo extasiado diante do mundo desconhecido. É sobre essas e outras coordenadas exigidas pela ciência do bem interpretar que o escritor doutor João Mendonça de Sousa construiu a sua mais recente obra - Camões e a epopéia de "Os Lusíadas", encorajado por um impulso que é freqüente na fenomenologia literária e pela necessidade de contribuir às festas consacratórias do quarto centenário da morte do poeta portugûes que se tornou o maior arquétipo da literatura nacional portuguesa, com reflexos na literatura nacional brasileira.

O pesquisador de gabinete nos traz neste livro um contributo que não reflete apenas a carinhosa admiração pela epopéia princeps da literatura portuguesa, mas também a inclinação pela sabedoria da língua, essa língua cujo poder encantatório e excelsa expressividade fez Olavo Bilac render-se no prefácio da sua obra poética. Mendonça de Sousa não é apenas neste livro mais um crítico de Camões, é singularmente também um apaixonado dos segredos e mistérios da palavra oral e escrita que nós brasileiros recebemos como veículo maior da transmissão cultural lusitana. Para ler e estudar Camões é necessário que o beneditino se arme cavaleiro e se revista da paciência de Jó. Vêde: centenas de livros lançados em Portugal, Brasil e outros países, uns bons e outros apenas suportáveis, pretendem consolidar uma glória que se fez porque imanente à própria epopéia. O livro de Mendonça de Sousa justifica todo um labor de vários anos de pesquisas em cima de volumes de história, de fábulas, de crítica, de dicionários, de biografias a fim de que uma nova preocupação de abordagem trouxesse à tona soluções cada vez menos apaixonadas e mais realistas. Livros de tamanha envergadura encorajam a lisonja, enternecem a fria predisposição, honram e engrandecem a cultura do Estado porque ficam marcando um momento de atividade intelectual, porque geram atividades consultivas, porque situam o autor num parâmetro enfático aos níveis de maior expressão intelectual, porque dimensionam a capacidade de trabalho e a habilidade prospectiva dirigida. E o governo do Estado do Amazonas, a quem cabe gerar épigrafes dessa monta, a quem cabe zelar pela nossa afirmação cultural, testemunha o seu interesse por essa cultura patrocinando a edição deste livro e de outros mais. Estão de parabéns e merecem nossos encômios os ilustres governador do Estado doutor José Bernardino Lindoso e doutor Aldo Costa, Secretário de Educação e Cultura, presentes em mais esta abertura intelectual. À mais recente contribuição de um dos maiores intelectuais desta terra, homem de

estudo, homem de gabinete, homem de ampla visão crítica, doutor João Mendonça de Sousa, também os nossos prolfaças, a nossa humildosa referência, os aplausos desta Academia.

Para construir essa obra o acadêmico João Mendonça de Sousa consumiu cinco anos de perseverante freqüência à biblioteca camoneana. O muito que se tem escrito sobre o poeta e sua obra parece à primeira vista haver esgotado tudo quanto se poderia referir e chega a desnortear a qualquer crítico, porquanto existe uma outra bibliografia em línguas estrangeiras não acessíveis ao comum das pessoas. Isto porém não é uma razão para que alguém se sinta encorajado a voltar ao tema, ao contrário as possibilidades hoje da crítica analítica são tão vastas que dia a dia novos horizontes são desvendados, novos caminhos palmilhados e descobertas novas maravilhas na obra do insigne poeta português. A crítica moderna, estruturalista ou convencional, sabe que um livro oferece uma gama vastíssima de possibilidades, aquelas faces ou ângulos não leituráveis ou singelamente proporcionadas. Cabe ao crítico de visão a habilidade de detectar e enfocar o aspecto não inventariado, e foi o que fez o autor presente sobre uma obra que deve de possuir seus milhares de comentários em todas as línguas vivas. O porque dessa facilidade encontrada pelo doutor João Mendonça de Sousa, está instaurado na sua vocação de crítico e na sua experiência em cima da obra de Sílvio Romero. E é acompanhando os quatro volumes dedicados à obra daquele pensador que se pode ajuizar da competência do autor deste magnífico repositório de informações que se chama "Camões e a epopéia de Os Lusíadas". Ajuizar a partir de um elemento novo amparado pela vocação criticista. Porque dizer de um livro coisas sensacionais não libera o problema que esse livro arrasta, sua intenção primeira, seus aspectos pluridimensionais. E surge a pergunta inevitável; a pergunta que ocupou o tempo de muito escritor e o espaço de muita folha. Por que escrever? Por que criticar? Que sentido faz pretender mergulhar na fenomenologia da escritura e provocar polêmicas como fizeram Sartre e Merleau-Ponty? Vale a pena perder-se tempo com aquilo que o autor disse ou pretendeu dizer, disse mal ou o fez de maneira confortadora? O crítico é um pouco assim como o detetive, esmiuça, levanta as pistas frias, descobre luzeiros onde o comum das pessoas enxerga fatos triviais. Não é portanto um lavor fácil pesquisar durante cinco anos a fio, para chegar a resultados positivos. Camões e sua epopéia constituem ainda hoje um problema desafiante. Ainda não fez muito, ao recebermos uma nova edição da obra completa do genial soldado-poeta, tivemos a grata surpresa de encontrar um verso, um único verso! escandido numa

expressão que a vanguarda modernista se atribui a criação e o uso ordinário e que nos remete para a atividade do pretencioso dadaismo. Como se fosse possível encontrar-se algo de novo neste velho e carcomido mundo de consabidas trivialidades.

Mendonça de Sousa é isto: um criador de permanências judicativas, o esmerilhador afeito aos mistérios da língua clássica, idôneo no julgamento, austero na triagem dos segmentos apontados, quando se julga necessário expor a matéria poética, dono de uma agilidade mental que só se inspira na eleição dos essenciais arquétipos. Há muitos anos não se tem no Amazonas notícia de leitor mais inclinado à crítica fundamentalista. De vez em quando ele pontifica na imprensa, seduzido pelas expressões estéticas de alguém cuja afinidade o perturba. Não se trata dessa referência lisongeira e perdulária, sem nexo e sem cultura, que se lê comumente nas gazetas, meros embustes ou louvaminhas. Os grandes mestres das escolas modernas, desde Roman Iakobson a Mircea Eliade, de Roman Ingard a Ernst Cassirer, de Roland Barthes a Foucault e os primitivistas russos, toda uma geração de escoliastas está ali nas suas estantes pejadas de sabedoria. É preciso ler e saber ler os mestres para se ter uma visão detalhista do objeto como desejava o pioneiro da linguística moderna, o inesquecível Ferdinand de Saussure. Crítico que nunca abriu um tratado de Psicologia ou de Linguística, de Antropologia Cultural ou de Sociologia não pode aspirar ao deslumbramento, continua a estrebuchar nas trevas. Contenta-se com ser um reles anunciador de livros. O crítico é isto aqui: é a verdade de quatrocentos anos perseguida num simples lustro, é Camões imortal numa roupagem diferente, expressando a teoria de seus sentimentos através a palavra construtora do seu demiurgo. Não bastava um simples estudo de conjunto para uma obra cuja qualidade essencial é a História considerada do ponto de vista do Mito e este regenerado, isto é, trazido da sua função passiva na antiguidade clássica para a função ativa no desdobramento da história das navegações portuguesas. Para entender Camões, meus senhores, não basta apenas conhecer a língua portuguesa. É necessário começar por compreender que o gênero epopéia estava enterrado com as últimas luzes do Renascimento italiano e que o poeta humanista mesmo sem ser universitário, era um produto vivo da Renascência, era um místico da cultura italiana. O que mais se admira no poeta não é a sua técnica métrica combatida pelo lúdrico e turbulento padre Macedo, não é a sua expressão gramatical aludida por muitos puristas portugueses, é a qualidade da sua epopéia, a maneira como conciliou o mito com a História a fim de imortalizar a pátria. O que

importa em tudo isto, nos milhares de páginas escritas sobre o poeta e sua obra é a monumentalidade do espírito a serviço de uma causa imorredoura. O gênio pode dar-se ao luxo de errar e Homero teve seus dislates.

Este livro, esta obra __ "Camões e a epopéia de "Os Lusíadas", não foi pensado e escrito precipitadamente a fim de alcançar as homenagens prestadas ao poeta, como atribuição ao quarto centenário da sua morte. Planejado, elaborado, escrito e re-escrito várias vezes, como toda obra de vulto, chegou a desesperar o autor que desanimado o negligenciou por algum tempo, certo de que o destino das páginas sofridas e alimentadas a poder de sonhos e ilusões seria o asilo lôbrego de uma gaveta. Com a aproximação das festas camoneanas e a promessa de publicação o autor reanimou-se, criou coragem para terminá-la. Aqui está ela e eu vos posso dizer que o Amazonas jamais contribuíu com um subsídio histórico à memória de Camões em trezentos anos de vida social, muito embora o poema "Os Lusíadas" tivesse sido em épocas pretéritas o livro-chave do estudo de análise lógica. Aqui está a melhor homenagem que o Estado do Amazonas poderia oferecer ao vulto genial, uma consagração tripla que a inteligência e a cultura do acadêmico João Mendonça de Sousa vem de merecer, porque o seu sonho só pôde transformar-se realidade pela cooperação de Sua Excelência o sr. Governador do Estado, dr. José Bernardino Lindoso, e do Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, dr. Aldo Costa, ambos homens de visão, mecenas compatibilizados com a cultura e a inteligência da terra. Só com esse estímulo e essa cooperação foi possível e será possível o escritor amazonense sobreviver. Consequentemente, meus senhores, paraninfando o lançamento da obra, eu acredito estar me antecedendo ao direito daqueles que, conscientes da necessidade de proteger a cultura, estão mais além da minha palavra, mais além do meu gesto, e somente à circunstância de um momento honroso, devo estas palavras que resumem o meu pensamento e o pensamento desta Academia a respeito do autor, da sua obra, do homenageado imortal e daqueles que com mais evidência no panorama das letras amazonenses, tornaram possível a circulação deste livro. A Academia Amazonense de Letras agradece também, neste momento, ao Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário de Educação e Cultura, a feliz e gloriosa oportunidade conferida ao escritor amazonense, neste momento representado pelo acadêmico João Mendonça de Sousa.

O GENERAL AUGUSTO PINOCHET E A RECONSTRUÇÃO POLÍTICA DO CHILE

Newton Sabbá Guimarães

> "Uns freillig zu engagieren für Frieden und Humanitaet ist das Gebot für uns alle undovoreallem für unsere Jegend". Bundespraesident Gustav W. Hienemann in "Reden und Interviews", 1.º volume, págs, 127, Bonn.

Dois dias antes da trágica morte do Presidente Salvador Allende Gossens, eu o vi pela TV, num de seus inflamados discursos. Falava bem e muito fluente, era enfático e tinha uma bonita voz de orador e apresentava-se sempre magnifica e elegantemente vestido. Causava boa impressão, mas a maneira com que tentava explicar a situação caótica do país, deixava entrever um homem perdido no labirinto de suas próprias idéias e atitudes.

Havia acompanhado a turbulenta administração de Allende desde o primeiro dia e mesmo antes, durante a agitada campanha eleitoral, quando concorrendo ao lado de Arturo Alessandri e Radomiro Tomic. Ninguém pode duvidar, a menos que queira pecar de parcial, que ele era o mais denodado, o mais astuto e o mais brilhante dos três candidatos presidenciais. Tomic não tinha um plano definido, aproveitava-se do programa allendista e nem sequer sabia defender as suas idéias. Alessandri, pouco brilhante, orador cansativo e dando a idéia — ao que parece justa segundo opinião de jornalistas chilenos que fizeram a cobertura das eleições — de muito orgulho e distância, ainda que muito honesto e austero. Allende chegava diretamente ao povo, conversava com a gente humilde, tirava fotografias vestido de campesino, excelente como orador, apresentando um programa miraculoso, que ele jamais cumpriria, era um tipo demagógico e perigoso, mas o único que chamou a atenção dos observadores internacionais. Era o mais inteligente dos três, é inegável.

Como todo marxista convicto, lutava desesperadamente para atingir o mando e fazer então germinarem as suas idéias. Mais perigoso

ainda se tornava porque sempre fora marxista, fiel à ideologia marxista, desejando-a sinceramente para um país conservador, ordeiro e de boas tradições políticas, talvez o mais maduro país hispano-americano no campo das idéias políticas, onde presidente se sucedia a presidente sem problemas, através de eleições pacíficas e livres, e o exército se mantinha à margem, obediente ao poder civil, mesmo na conturbada fase final do governo do Presidente Frei.

O Dr. Allende era também um sonhador e pretendia a adoção do socialismo no Estado chileno dentro da Constituição, como ele mesmo dizia. Queria mudar a feição do Estado e da Nação através das urnas, o que é quase impossível, pelo menos nos violentos países das Américas. Não existe a revolução pacífica quando se quer derrocar um regime e instituir outro em seu lugar e não há um único exemplo de país que tenha adotado espontaneamente o socialismo ou o comunismo, e ainda há pouco o duro e austero General Sardar Mohammad Daud, do Afeganistão, confessava que tivera que tomar medidas liberticidas quando propugnando a adoção de reformas progressistas para a república que ele criara.

Foi o erro maior do governante chileno, além de sua falta de decisão. E com isso lançou o país à beira do abismo, tornando-o o mais conturbado do hemisfério ocidental, fazendo com que o seu prestígio definhasse e ele se tornasse objeto de mofa em todo o mundo apesar de, paradoxalmente, subir o conceito de Salvador Allende.

O longo namoro do governo allendista com Fidel Castro enchia de apreensões os demais Estados da América latina e temia-se recrudescimento das famigeradas "guerrilhas" contra os governos conservadores ou, pelo menos, liberais, o que efetivamente aconteceu. Mesmo o Brasil, onde o governo tem apoio total das massas, casos esporádicos de "guerrilha" urbana surgiram, logo dominadas essas tentativas de subversão da ordem com energia e serenidade. O allendismo não era intervencionista, como o castrismo, mas era igualmente perigoso pelo exemplo. Havia um perigo maior do que a exportação das idéias de Allende: a imitação da desordem, do desgoverno, da inversão dos valores e da anarquia, que podem destruir o mais firme dos regimes. Os Estados sul-americanos, em especial, olhavam com inquietação a chamada "experiência socialista chilena". Os assassinatos diários, as greves, os protestos anti-governamentais, as pressões dos grupos radicais sobre empresas privadas, o desrespeito a altas patentes militares e ao mais nobre dos poderes, o Judiciário, faziam do outrora respeitável e invejável

Chile uma nova Argentina, uma Itália da América do Sul, uma espécie de Iêmen do Sul desta parte do mundo.

Entretanto nenhum país do continente se entrometeu nas questões, que diziam respeito apenas aos chilenos, porque, por mais erros que cometa um governo, por mais desmandos, nenhum país vizinho tem qualquer direito de interferir ou criticar, como cruelmente fizeram os Estados Unidos na República Dominicana, tentaram fazer em Cuba e vêm fazendo em vários pequenos países do Oriente. O medo, porém, do que pudesse acontecer à nossa comum América, era generalizado e houve um endurecimento interno por parte dos governos mais conservadores. Hoje em dia, não é mais possível o isolamento político de um país, e o que acontece num território pode refletir-se noutro. As idéias, boas ou más, voam e quase sempre tendem a germinar em solo alheio. Depois, as guinadas de um governo, podem atingir o seu vizinho, os erros de um governante podem ser maus exemplos para outros.

As FF.AA. do Chile resolveram sair de sua passividade, que não era indiferença, mas apenas obediência à Constituição, e acabar de uma vez por todas com aquele estado caótico de coisas, que desmoralizam uma bela e próspera terra.

E em 11 de setembro de 1973 uma Junta Militar, chefiada pelo General Augusto Pinochet Ugarte, tomava conta do governo do Chile e dava início a nova fase da história política daquele país irmão.

É bem verdade que a morte de Allende foi algo triste e ele passou a ser olhado como vítima por milhões de admiradores fora do país, suscitando as mais duras e injustas críticas já feitas a uma revolução e a seus dirigentes, alcunhando-os de facistas e militares, e injuriando o patriota que salvou, em um momento de coragem, o Chile. Ao mesmo tempo, o suicídio do Presidente Allende mostrou que se ele era um fracasso como governante, se cometera muitos erros, se falhara, se lançara o país na anarquia, era um homem de coragem que cumpria o que em várias ocasiões prometera de que só sairia morto de La Moneda. Com todos os seus defeitos, não se lhe pode negar que fosse um homem de extrema coragem, e isso o redime em parte. O seu trágido fim comoveu o mundo e mesmo os mais encarniçados inimigos tiveram que admitir que o Dr. Salvador Allende Gossens era um homem a quem a morte não intimidou e preferiu matar-se a entregar-se.

Surge o General Augusto Pinochet

O papel, na moderna história política do Chile, que esse militar duro e patriota foi chamado a exercer é quase o mesmo o do nosso

pranteado Marechal Castelo Branco na benéfica Revolução de 31 de Março de 1964. Veio para reconstruir o que estava a cair, reformar o que parecia desabar, estabelecer a ordem e fazer voltarem os valores de sempre. Mas como todos os homens providenciais, o General Pinochet foi alvo de tremendo ataque, injuriado e ofendido e o seu gesto incompreendido até pouco tempo atrás. De todos os países da Europa houve cerrados ataques à Revolução de 11 de Setembro e seu líder, e jornais e revistas e revistas políticas acusaram Pinochet de derrubar um governo legal e implantar uma ditadura facista. "L'Exprès" dedicou longa reportagem à queda e suicídio de Allende e terminou dizendo que morrera a democracia no Chile. Interessando-me pelo assunto, passei a recortar tudo o que foi jornal, em várias línguas e de muitos países e em raríssimos conseguiria ler algum elogio ao novo dirigente chileno. Exageraram a matança pré e pós revolucionária lá havida fazendo com que o número de mortos atingisse até mais de 50.000, o que é evidentemente assustador. Apenas um sereno jornalista e pesquisador britânico, Robert Moss, em inteligente e imparcial livro, mais tarde publicado em castelhano, se levantou contra essas ofensas e escreveu masculamente:

> "En justicia debe decirse que los generales está siendo insultados tanto por crímenes imaginarios como por hechos reales. Ha habido una conjetura muy extendida de la facultad de crítica al enfrentar un cálculo improbable de los cadáveres: la cifra de 20.000 ó 30.000 muertos fue discutida en la Cámara de los Comunes durante un reciente debate por ejemplo..." (in aut. cit., "El Experimento Marxista Chileno", págs., 227, Santiago, 1974).

E mais abaixo o mesmo autor acrescenta:

> "No existe un cálculo fidedigno de las bajas que se produjeron. Si se consideran las cantidades, el pronunciamento chileno fue sangriento si se le compara con el griego de 1967 e incruento al ser cotejado con las masacres que siguieron al aceso al poder de los militares en Indonésia, en 1965" (id. ibd.).

Criou-se então uma lenda de crueldade não só da Junta Militar, mas mais especificamente do homem que dirigia os destinos da revolução e do Chile. Visitando vários países do Mundo Árabe o ano passado, por toda parte me faziam perguntas sobre as "matanças chilenas", e durante a minha longa conversação com o líder somali, esse admirável Presidente

Mohamed Siad Barre, um de seus colaboradores me perguntou àcerca do Chile, cuja revolução era ainda recente. Respondi-lhe honestamente que nós, brasileiros, não sabíamos muito a respeito, mas que muito do que se dizia sobre o General Pinochet e o seu pronunciamento eram mentira, criações maldosas dos comunistas de todo o mundo, pois ele salvara o país de sua mais difícil fase. Ainda me lembro do olhar espantado do meu interlocutor, que não queria acreditar no que eu lhe contava. Tentei mostrar-lhe os perigos de uma nação incendiária como seria um Chile marxista, falei-lhe do clima pouco propício dos países latino-americanos para ideologias exóticas e terminei prometendo mandar-lhe algum material informativo honesto para que ele tirasse as suas próprias conclusões, mas nunca o fiz, simplesmente porque nada consegui em defesa do General. Todos porfiavam em falar mal do chefe da Junta.

Até aqui no Brasil, um país que, tradicionalmente, respeita os seus vizinhos, acatando-lhes as diretrizes sem jamais emitir qualquer opinião, apareceu um parlamentar que, num momento de impulso, criticou acerbamente o Presidente Augusto Pinochet que se encontrava em solo nacional, como convidado oficial, o que se tornou num crime de lesa-mandatário, custando ao imaturo deputado um processo que sacudiu os meios políticos brasileiros, mas terminando com a punição do cidadão que não sabia respeitar o governante de um país amigo.

Tudo fazia parte de uma rede imensa de incompreensão e injustiça para com um dos grandes estadistas já surgidos na América do Sul, um patriota sincero e bem intencionado que salvou o Chile da derrota total e ajudou a apagar uma fogueira que parecia querer engolir o nosso continente.

É preciso que se desfaça por completo essa imagem distorcida de um grande homem e que se lhe dê a posição que lhe compete.

Quem é Augusto Pinochet?

Militar de carreira, de limpa e metódica vida pública, reconhecido pela sua vida austera e dedicada às coisas pátrias, Pinochet bem pode ser um daqueles homens providenciais de que nos fala a história, que surgiu em dado momento para assegurar a paz interna e a respeitabilidade externa de seu país, assim como aconteceu com o meu tão admirado amigo o General Park Chung-hee da Coréia, ou com o Príncipe Mohammad Daud do Afeganistão, ou o Premier Karamanlis da Grécia. Geralmente esses guieiros extraordinários padecem muitas incompreensões até que aos críticos se compenetrem de que estão sendo injustos.

Não é homem de muitos contactos públicos nem afeito à propaganda, mas é um trabalhador infatigável e íntegro, que só deseja o bem estar do seu povo. Enérgico sem ser impiedoso, não se deixa levar, porém, por atitudes impulsivas ou passionais e não volta atrás em decisão uma vez tomada. Ele teve que ser duro e intransigente após a vitória da Revolução de 11 de Setembro, do contrário poderia ter havido um contra-golpe no qual pereceriam milhares de inocentes. Era preciso que o General fosse autoritário e severo. Não era o homem Augusto Pinochet Ugarte quem mandava fuzilar bandidos, salteadores, enganadores do povo, comunistas perigosos e desumanos: era o Chefe do Estado recém-nascido das cinzas, era o reformador e restaurador do país, o chefe da Revolução, empenhado em implantar a ordem e o respeito numa terra que há três anos desconhecia o que fossem ordem e respeito.

É verdade que algumas vezes houve execuções sumárias, sem julgamentos, mas que revolução não as tem? Os ânimos estavam exacerbados, havia a sede de vingança não já dos militares nem dos governantes, mas do próprio povo revoltado e espoliado pelo governo passado, e é mesmo provável que o Presidente Pinochet nem sequer tenha tomado contacto com muitos dos ajustiçamentos que hoje lhe são creditados. O General é um sujeito bom, religioso e cumpridor dos seus deveres, conforme puderam observar jornalistas que com ele chegaram a conversar quando de sua curta permanência no Brasil, um homem cortês e bom, que só tinha em mira conseguir a apaziguação dos ânimos no Chile.

Por que ele teve que ser duro?

É Robert Moss quem nos responde:

> "El gobierno militar establecido por el general Pinochet y sus colegas prometió "erradicar el marxismo". Pero tenía que enfrentar sus limitadas fuerzas contra la porfiada resistência de los obreros armados de las industrias estatales, la sofisticada red de células comunistas en Santiago y los grupos guerrilleros cimentados hacia tiempo en el Sur" (in op. cit. págs. 209).

Ou então havia outra alternativa: a baderna consumada, a desordem imperando e nenhum governante teria mais autoriade para manter a paz no país. Entretanto, tão logo a situação serenou o General Pinochet lembrou aos chilenos que doravante estariam sob a égide do direito e da lei e que não havia mais motivos para temores, apesar de exilados e ex-partidários do regime deposto continuassem a difamar a

Junta Militar no exterior, dando motivos a que críticas acerbas fossem feitas de Cuba e do México, a ponto de muitos Estados continuarem a olhar o Chile como a mais granítica ditadura da América Latina, o que não corresponde à verdade. É um governo forte, reconhecidamente forte, mas não ditatorial. O mundo inteiro está passando por uma terrível fase de instabilidade e franca decadência dos princípios democráticos, sendo necessários os governos fortes, para que os cidadãos possam ter paz e prosperarem, porque o governo forte, por paradoxal que possa parecer, traz liberdade, a liberdade de agir dentro dos limites da lei, da liberdade de pensar e falar dentro dos limites que a lei estabelece, pois não ignoram todos que a liberdade ilimitada não existe, mas é um perigoso canto de sereia. Jamais existiu a liberdade natural para o homem em sociedade e dentro do Estado: estes já comportam delimitações em sí. A sociedade traz sérias implicações à liberdade do homem, que deve submeter-se a uma série de preceitos e conveniências que nada mais são do que limitações. Por que exigir que o Estado, esta entidade suprahumana, possa comportar ilimitações na liberdade de seus cidadãos? É impossível e anti-natural mesmo.

Governando um país com mão enérgica, como vem fazendo há quase dois anos, o Presidente Pinochet, tem sabido, porém, pôr um freio às vinganças pessoais e às desforras, adotando uma política justa e equânime.

Depois, o Presidente não é homem inculto que se deixe levar apenas pelos impulsos, mas é pessoa de vasta visão da história e da política internacionais, autor de livro, tendo sido por muitos anos professor de escola militar, dotado de boa cultura política e frio julgamento. Diria quase que ele é um Karamanlis militar embora não sendo um extraordinário orador nem tenha a vasta leitura humanística do dirigente grego atual.

Soube chegar ao coração do povo sem ter que baixar de sua dignidade de Mandatário Supremo nem descer à demagogia, simplesmente dando oportunidades a que todos tivessem vez na atual administração e que as feridas do passado ficassem cicatrizadas, como ele mesmo se expressou.

Encontrou grande apoio nos estudantes, que, sempre generosos, atenderam ao seu chamamento.

Hoje em dia os estudantes, a mocidade em geral, com a "Secretaria Nacional de Juventude", apoiam o Presidente, que os ouve e lhes prega o verdadeiro patriotismo, e em 28 de outubro de 1974 lembrava, dirigindo-se aos jovens que

> "No se hizo el Movimiento del 11 de Septiembre de 1973 para volver a engañar al país con el espejismo de doctrinas foráneas y falsas promesas. Lo hicimos con una clara e irrevocable concepción nacionalista. Es por ello, estimados jóvenes, que el hecho de asumir la conducción del país debe ser entendido y debe perdurar en la historia como el más puro y supremo clamor de chilenidad" (in "El General Pinochet se reúne con la Juventud", págs. 9).

Os operários e as donas de casa, comerciantes e indústriais, o clero e a intelligentsia passaram a seguir o Presidente, inclusive expressando desejos de que tão cedo não venha a existir politiquice no país e que a Junta Militar possa governar por muitas anos.

Ainda é muito cedo para fazer-se um juízo crítico do Presidente Pinochet e há ainda muito ressentimento latente. Há os que se sentem feridos pelos métodos autoritários que ele teve que empregar, há os que sentem a nostalgia dos desmandos do passado allendismo e faz menos de dois anos que ele ascendeu à mais alta magistratura chilena e não há ainda tempo para que o julguemos. Entretanto a sua obra parece marcante e o seu esforço pela reconstrução do país é digno do mais profundo respeito. Talvez possa aplicar para ele as palavras que um dia o erudito americano Clinton Rossiter ao estudar "The American Presidency", em livro hoje clássico sobre o assunto, disse com relação a Harry Truman:

> "Most experienced students of public administration agree that he organized his time which meant a seventy-hour week, and distributed his energies, which were legendary, with the sure touch of the professional. Yet he was not a professional at all, which is another way of saying that he learned his job on the job with astounding success .....
> .....
> ... is a man whom history will delight to remember" (in "The American Presidency", págs. 118 e 119, Nova Iorque, 1956).

Reconstrutor mais que estadista

O Presidente Augusto Pinochet não tem a pretensão de tornar-se um estadista de altos vôos e conhecido em todo o mundo, e sendo nacionalista - "Somos nacionalistas!, pero ello no es fraseología hueca", como declarou alhures —, não pretende ser um chauvinista, nem fazer que o mundo o siga. Procura dimensões mais nacionais, mais dentro dos

limites chilenos, se bem que tenham mantido contactos com o Presidente Ernesto Geisél, com o qual trocou interessantes, pontos de vista, e com o Presidente Hugo Bánzer da Bolívia e logo mais com o General Stroessner do Paraguai e, segundo notícias recentes dos jornais, prepara-se para conversações com o governante peruano. Os aspectos internacionais são para Pinochet secundários no momento, e não quer ter a projeção do General Velasco Alvarado, nem certos arroubos do brilhante e bem conceituado General Rodríguez Lara, como não é um irriquieto governante como Don Carlos Andrés Pérez. Vai tomando conhecimento dos problemas internacionais à proporção que eles vão-se apresentando, mas mais importante para ele são os problemas imediatos chilenos. Como o Presidente do Brasil, o General Pinochet é um pragmático, ao qual pouco se lhe dá digam que não tem imaginação. Aliás a sua orientação política está delineada desde os dias em que escreveu o magnífico livro "Geopolítica", quando advogava a organização interna como o melhor fator para a viabilidade de um Estado, tendo então esta frase lapidar:

> "La capacidad que tendrá el Estado para afrontar cualquier emergencia interna o exterior será mucho más sólida cuanto mejor organización tenga su poder interior" (in "Geopolítica, 2ª. ed. págs., 154, Santiago, 1974).

Manteve-se fiel a esse princípio norteador e ao tomar a direção da barca do Estado chileno preocupou-se, antes de mais nada, com a organização interna, evitando a instabilidade dos gabinetes ministeriais, escolhendo pessoas firmes e sérias para os postos chaves, pondo fim a greves, passeatas, discurseiras políticas, interferência de pessoas alheias aos problemas administrativos e dando segurança ao Estado.
Daí o êxito inicial de sua administração.

Há governantes de pequenos países que pretendem tornar-se líderes de audiência mundial esquecendo os problemas internos de seus Estados, e, para não citarmos exemplos, vejamos o caso trági-cômico do brilhante mais inteiramente mercurial Dr. Kwame Nkrumah, de Gana, que pretendendo ser mediador na questão do Vietnã esqueceu de combater a corrupção e a inflação galopante em seu país, sendo logo deposto, ou o caso mais doloroso do Presidente Nixon, o de Id Amin Dada que passou ao noticiário anedótico das páginas de jornal, ou o trágico fim do Dr. Allende. São exemplos patentes e todos eles recentes.
O General Pinochet não deseja a honra de ser mediador nas questões do Vietnã, nem do Cambodja, nem prodigalizaria conselhos a D. Maria Estela Perón, ou ao Premier Pierre Ellit Trudeau no controvertido

assunto de Quebeque, mas limita-se apenas a corrigir os erros do governo marxista da Unidade Popular e apagar para sempre da memória dos chilenos as falhas e as amostras da corrupção do infeliz governo allendista, que iam do peculato à traição à pátria, do furto ao abuso de autoridade, do desrespeito às determinações legais aos insultos a membros do Poder Judiciário e outras autoridades, e que estão minuciosamente descritos por Ricardo Boizard, el Picotón, no livro "Proceso a una traición", livro apaixonado e por vezes parcial e irregular, mas bastante esclarecedor do que foi o regime que se quis implantar em nosso vizinho irmão.

Conclusões Finais

Não é o perfeito salvador, mas tem exercido o papel de um reformador e sobretudo de um reconstrutor. Não tem o carisma de um José Figueres, ou mesmo de Allende, mas sabe o que deve fazer para o bem de seu país. O seu desejo de um encontro com líderes de países que possuem governos bem diferentes do chileno, mostra que o General Pinochet é um governante de visão ampla e não um limitado militar eventualmente no poder como já o acusaram. Não haverá cisão nas FF.AA. porque ele soube com energia e habilidade reunificá-las, livrando-as da fragmentação em que estava antes. Com isto evitou a luta cega pelo poder. A sua liderança é universalmente aceita pelo povo e aos poucos, no Exterior, começam a fazer justiça ao Presidente, agora que a poeira senta e as pessoas perdem muito do ódio que tinham guardado. Está dando prosseguimento à luta pela reconstrução do país, mas ainda tem que lutar muito contra a inflação, a falta de emprego, os ressentimentos deixados e havidos entre representantes das classes dominantes e o povoléu, e manter com mão férrea a tranquilidade interna do Estado, para evitar aquilo que o perspicaz observador inglês mais temia em seu bom livro sobre "El Experimento Marxista Chileno", o aparecimento de guerrilhas urbanas a exemplo das que vem perturbando a Argentina e a Irlanda.

O mais é uma questão de tempo e paciência. Não se pode querer que ele tudo conserte em menos de dois anos, se muitas coisas já vinham deterioradas dos dois últimos anos de governo do Presidente Frei, que não obstante a sua radiância mundial, não foi dos melhores presidentes chilenos, agravadas, é claro, com a ascensão do Dr. Salvador Allende.

Augusto Pinochet não é um demiurgo, é um nacionalista sincero e honestíssimo, um patriota às direitas, um chileno que ama o Chile mais

que tudo. Tem boa vontade, tem firme decisão, tem apoio popular como poucas vezes um governante militar tem tido nos países hispano-americanos. É bem certo que levantará o prestígio do Chile ao que era antes, dando-lhe outra vez o lugar que lhe compete no rol dos países em franca e segura caminhada para o progresso. Como ele mesmo dizia em famoso discurso, é mais que tudo preciso que o chileno tome consciência de sua chilenidade e que entenda o nacionalismo como algo muito significativo e profundo e não como fraseologia oca.

O resto virá depois. O Presidente Augusto Pinochet Ugarte é a garantia mais segura de que tudo correrá bem e que o Chile apenas se lembrará dos dias amargos que viveu, ao reconhecer que agora logrou a sua segunda independência.

CENTENÁRIO QUE TAMBÉM FALA AO CORAÇÃO DO AMAZONAS

Epaminondas Barahúna

O Amazonas, por iniciativa do seu Governo, dos seus intelectuais e por seus órgãos representativos da cultura, como a Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico, programou para o corrente ano a celebração do centenário de nascimento de várias personalidades que aqui viveram e deixaram as marcas do seu valor, do seu talento e da sua capacidade realizadora, fazendo-se merecedoras do reconhecimento e da gratidão do Estado e do povo. Assim, vêm sendo comemoradas de forma expressiva o centenário do Professor Vicente Teles, do Dr. Efigênio de Sales, ex-Presidente do Estado e do Dr. Adriano Jorge, médico e homem de letras da mais alta expressão regional sendo inclusive um dos fundadores do nosso Silogeu. É de ressaltar que essas homenagens vêm encontrado ressonância merecida na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal, numa comprovação de que todo o Estado está com elas solidário.

Enquanto isto, ocorre no Amazonas, no Acre está sendo celebrado, este ano, o centenário de uma das mais expressivas figuras das letras do Norte, o poeta, o médico e soldado Francisco Cavalcanti Mangabeira, num justo reconhecimento que também diz respeito de perto ao Amazonas, onde o homenageado esteve por algum tempo e de Manaus partiu para as terras, ali se incorporando as forças libertadoras de Plácido de Castro. A causa acreana era também do Amazonas, como era do Brasil.

O poeta-soldado Francisco Mangabeira, pertencente a uma das famílias mais tradicionais e respeitáveis da Bahia, era irmão de João e Otávio Mangabeira, políticos de renome nacional, principalmente o último, figura paradigmária que granjeara e impusera respeito dentro e fora do país, quando Ministro das Relações Exteriores. Jovem, corajoso, impulsivo e inteligente, com uma visão poética das cousas e um acendrado patriotismo, aos dezoito ano de idade, Francisco Mangabeira incorporou-se às forças que combatiam em Canudos e, poucos anos

depois, já consagrado como um versejador de alcandorados vôos do espírito deixava a família angustiada e cheia de saudades, para se fazer rumo ao Norte, embalado em sonhos aventurosos, que o levariam aos campos de batalha do Acre, inflamado pela centelha patriótica que então incendiava o espírito de tantos outros compatrícios.

Dentre as homenagens prestadas pelo Acre a esse nobre cavaleiro andante de tão distinguida estirpe, herói de tantas lutas, cuja passagem pela região deixou variados lampejos de inteligência, humanidade e heroísmo, a mais brilhante e significativa pela sua repercussão nos altos escalões dos poderes públicos da nação, foi o discurso, proferido pelo senador Jorge Kalume, no Senado da República, celebrando o centenário de nascimento, do poeta e evocando os seus feitos nos campos de batalha e os seus dotes de homem de letras, que o fora na mais perfeita acepção da palavra, poeta inspirado, criador de uma vasta bagagem literária ao nível dos grandes vates do país.

Kalume foi realmente muito feliz e inspirado na sua oração, objeto de inúmeros apartes de senadores, todos unissonos em aplaudir a peça oratória, assim como fazendo acrescentar alguns louvores aos méritos do poeta homenageado.

A oração do representante do Acre no Senado, apoiada, em cuidadosas pesquisas e testemunhos pessoais, sobre ser uma peça de valor literário e de requintada sensibilidade, teve ainda a virtude de evocar e dar a lume, para conhecimento das gerações mais novas, a personalidade de escol, do poeta e idealista, que fora Francisco Mangabeira cuja memória não deverá perecer, esvaziando-se à sombra da selva fabulosa, em cujo seio pugnou pelo Acre, pelo Amazonas e pelo Brasil.

Esses os méritos da oração do senador Jorge Kalume, na qual nos arrimamos ao fixar estas linhas, com o escopo de dar sequer um mínimo de repercussão entre nós à significativa efeméride que a passagem de Francisco Mangabeira pelo Amazonas bem justifica, por justa e merecida.

Em Manaus, o poeta incorporou-se e relacionou-se com os intelectuais da terra, e com a impetuosidade de sua juventude não trepidou em tomar a defesa do seu colega, igualmente poeta Carlos Fernandes, autor do livro "Solaus", cuja prisão considerava injusta, num caso que teve grande repercussão na época. Carlos Fernandes, nunca viria a esquecer a generosidade e bravura do amigo.

Para dar maior e devido relêvo ao sentido dessa defesa à passagem de Mangabeira por Manaus, façamos nosso este pequeno trecho do discurso do Senador Kalume:

"E Carlos Fernandes, em Gênova — Itália, quando da 2.ª edição do seu "Solaus", rende preito de homenagem póstuma a Francisco Mangabeira, como reconhecimento à defesa que lhe fizera em Manaus". Escreveu ele:

"Tu foste o lírico defensor audaz da minha intrepidez, tu que morreste em pleno dilúculo, da juventude, tonto de glórias, no sonoro ambiente dos teus próprios gorgeios, aceita dessa altura astral onde pairares transubstanciado em luz, o oferecimento motivo destas pálidas estrofes".

Daqui, Francisco Mangabeira, regressou à Bahia, empolgado pela campanha acreana, para novamente vir a Manaus, onde chegou a 19 de Abril de 1903, para prosseguir, poucos dias, depois, e satisfazer no Acre as ânsias do seu espírito audaz e sonhador. Incorporou-se ao Corpo Médico da Revolução, o qual tinha como chefe o dr. Batista de Moraes, dele também fazendo parte, entre muitos outros, o dr. Epaminondas Jacomé, que muitos anos depois viria a ser Governador do Território do Acre. Dados os seus dotes intelectuais, acumulou também a função de Secretário da Revolução Acreana.

No desempenho de tão nobitantes quanto patrióticas missões, se é certo que salvou muitas vidas, não seria menos verdadeiro afirmar que comprometeu irremediavelmente a própria, pois terminadas as refregas sangrentas, era um valentudinário, acometido de graves acessos palustres. Mas a essa altura já escrevera ele um vibrante poema heróico, que seria o Hino Acreano e se tornaria mais um elo a prendê-lo definitivamente à história, daquele Território, hoje Estado do Acre, fazendo vibrar as tropas quando o recitou pela primeira vez.

Doente, não lhe restaria outra alternativa se não regressar a Manaus, confirmando os versos quase proféticos que escrevera antes:

"É traiçoeiro, misterioso e vago
como os segredos, o destino do homem".

Desde então, o pouco tempo de vida que lhe restava seria angustiante, dramático e, sobretudo sofrido.

Os dias que antecederam o seu regresso foram extremamente dolorosos no seringal "Capatará" onde foi encontrá-los o velho amigo Montenegro engenheiro, de profissão. Seu estado era grave e o companheiro providenciou com urgência o seu embarque para Manaus. A 31 de dezembro ele deixava para sempre os barrancos do Acre, com destino a capital amazonense, onde chegaria no dia 10 de janeiro, em noite escura, tenebrosa.

Sempre tendo como roteiro o discurso do Senador Kalume, acrescentaremos que foi se hospedar no antigo Hotel Cassino. A cidade tomou conhecimento de sua chegada e de suas condições físicas a ponto de comover-se. Colegas médicos foram visitá-lo e acharam por bem retirá-lo do Hotel e levá-lo para a residência do dr. Vivaldo Palma Lima. Uma junta médica, reunida às pressas, viria a dar um diagnóstico aterrador: polineurite palustre, caso perdido.

O poeta desejava a todo custo prosseguir viagem para Bahia e o seu embarque foi providenciado com o maior interesse e cuidado pelos amigos, intelectuais, e colegas de profissão.

Para descrever o seu embarque faremos as próprias palavras do orador:

"O seu embarque teve a presença e as honras do Estado e do povo amazonense. Uma carreta da Polícia Militar, com a presença, em primeiro uniforme, do seu comandante, transportava a cama do doente, a bordo do navio, que tinha o nome de "São Salvador" e aos cuidados médicos do coronel Doutor Odilon de Palma Lima, pai do dr. Vivaldo Palma Lima, que se oferecera a acompanhá-lo e o médico de bordo dr. Álvaro Rego. A dedicação do enfermeiro Eugênio de Barros Pereira, também contratado para acompanhá-lo na viagem, era a segurança que se lhe podia oferecer"

Como vimos, o povo do Amazonas solidarizou-se com a sua presença no cais, para levar o seu último adeus ao poeta moribundo.

Contudo, estava escrito no livro do seu destino que jamais voltaria a ver a sua amada cidade de São Salvador, e os entes queridos que lá deixara. No dia 29 de Janeiro de 1904, quando o navio demandava São Luiz, mais ou menos na altura da foz do Gurupí, Francisco Mangabeira expirava e sua alma sonhadora libertava-se de tantos e tão profundos sofrimentos, para galgar os páramos da eternidade. Tristeza a bordo do "São Salvador".

De acordo com as tradições marítimas, seu corpo deveria ser lançado ao mar. Entretanto, o morto alí presente não era um qualquer para somar mais esse drama às suas desventuras. Se aquele era o desígnio dos responsáveis pelo navio, com eles não estavam acordes os passageiros, que protestaram, reclamando para o poeta sepultamento mais condigno. Deveria ser dado à sepultura em São Luiz do Maranhão, o próximo porto e onde Francisco Mangabeira, estivera por algum tempo e granjeara grande número de amigos e admiradores, principalmente nos círculos intelectuais. Assim foi feito e a velha "Athenas Brasileira" recebeu como devia e mandavam suas tradições de cultura o corpo do

poeta, soldado e herói, que desaparecera aos vinte e cinco anos de idade, veterano de duas guerras: Canudos e Acre. Tão carinhosa e afetiva foi a recepção ao glorioso morto que o povo do Maranhão se prontificou a se cotizar para oferecer-lhe um túmulo à altura dos seus predicados de cultura e civismo, favor que a família Mangabeira polidamente recusou.

Não conhecemos todas as suas obras, mas poderemos citar no momento, pelo menos três: "Hostiário", "Últimas Poesias" e "Cartas do Amazonas". Destas, a última foi datada de 10 de Novembro de 1903.

No seu discurso Kalume transcreve um verso em que o poeta falando de si mesmo, parecia prever o próprio fim, como sempre, com grande inspiração, dizendo:

"E fui-me a batalhar por mais ignotos mundos...
Venci todos os reis que achei no meu caminho...
Atravessei paúis, serras e mares fundos,
Tranquilo, impávido, sozinho"

Ao fazer este modesto registro do centenário de Francisco Mangabeira, celebrado no Acre e tão brilhantemente no Senado, através da oração proferida pelo Senador Jorge Kalume, tivemos a intenção tão somente de fazê-lo repercutir de alguma forma no Amazonas, como uma participação, certo de que pelas credenciais do homenageado, merecerá a solidariedade do povo de nossa terra, da mesma forma que o mereceu quando este compareceu ao caís do porto, naquela noite tristonha de 27 de janeiro de 1904, para levá-lo, enfermo, a bordo do "São Salvador", de retorno à terra natal, a Bahia que não chegou mais a receber, nem vivo nem morto, o filho dileto.

UM BANQUETE EM LONDRES

Genesino Braga

Os régios candelabros do salão de banquetes do ultra-famoso Savoy-Hotel, debruçado sobre o Tâmisa, em pleno coração de Londres, esplendiam toda a magnificência de suas luzes, naquela noite de 8 de maio de 1907, para o iluminamento do ágape de honra que ali se realizava em homenagem a um caboclo amazonense, a cuja saúde, taças do mais fino cristal se erguiam e tilintavam em "toasts", cordiais, no mais rigoroso do "fog" londrino.

Requintado, fidalgo, cerimonioso, revestido de todo o rigor da etiqueta britânica, aquele banquete tinha à cabeceira da mesa "Sir" Charles Booth, o todo poderoso presidente da Booth Line e muito cortejado magnata da navegação marítima inglesa, então senhora dos sete mares, que cruzava e dominva com os seus paquetes, às centenas. E tinha, também, a presença de um diretor do orgulhoso "The Times", de Londres, especialmente convidado.

O homenageado era o amazonense Silvério da Silva Nery, que havia governado o Estado do Amazonas no período de 23 de julho de 1900 a 22 de dezembro de 1903, elegendo-se no ano seguinte Senador da República.

Chefe do Partido Republicano Federal, que comandava o situacionismo político local, leal a Pinheiro Machado, Silvério Nery, fora, sem dúvida, a mais genúina vocação política desta terra, em todos os tempos, atingindo a categoria de Estadista, que tão bem lhe assentava, através de uma bonita ascensão pelas diveras planas de graduação política: "Primeiro, Vereador Municipal da Monarquia, depois, Deputado Estadual, várias vezes, na República; Deputado Federal, reeleito; Governador do Estado, Chefe de Partido, de grande prestígio e respeitado pelos próprios adversários; Senador Federal, em várias legislaturas. Eleito e sempre reeleito 1.º Secretário do Senado. Presidiu várias vezes o Senado Federal". — dele nos diz seu colaborador e amigo Raul de Azevedo, no livro "Terras e Homens" (Rio, 1948.).

Engenheiro-Agrônomo, começara a vida a demarcar terras no Interior do seu Estado (ele nascera em Coari, filho do major Silvério José Nery e D. Maria Antony Nery) e era um apaixonado pelo Amazonas. Amava profundamente o seu berço natal e chegou a se dedicar à Agricultura e à Pecuária, em seus sítios no Janauari e no Amatari, convicto de que a prosperidade e a felicidade de seu povo só poderiam provir do amanho da terra. A par disso, cultivava as boas letras, as leituras selecionadas, e era excelente articulista, em seus jornais, com idéias e ideais equilibrados. Fôra um cronista, elegantíssimo, cheio de graça e de ironia, fazendo época as suas crônicas diárias sob o pseudônimo de "Yren", anágrama de Nery. Espírito liberal, conciliador, era em política um tolerante. Chefe de Partido, seu prestígio era pessoal, por força natural de liderança, por irradiação de simpatia e pela estatura moral.

Do longo e correto perfil de Silvério Nery, traçado pelo escritor Raul de Azevedo em "Terras e Homens", destacamos este trecho, por muito elucidativo da figura do grande amazonense.

"Alto e forte, espadaúdo, sempre elegante de atitudes e de maneiras, fidalgo de porte, esmerado no trajar, foi um dos nossos vultos políticos mais singulares, mais impressionantes, odiado por uns no momento supremo das vitórias, amado por outros, guardando sempre, nas épocas agitadas e trepidantes da política, ou nos dias serenos, um controle invulgar, dominando pela generosidade e pela bondade. Mas, duma educação clara e brilhante, tinha a serenidade dos fortes. Estudara o latim e o português, seriamente. Lia os latinistas no original e gostava de recordar Ovídio e Horácio".

Era, pois, esse caboclo filho de Coari, ex-Governador do Amazonas, Senador da República dos Estados Unidos do Brasil, grande figura da cúpula política brasileira, que estava sendo homenageado com um banquete em sua honra, no Savoy, de Londres, naquela brumosa noite de maio, há quase setenta e um anos.

Noticiava, no dia seguinte, o severíssimo "The Times".

"Os habitantes da velha Albion, ligados ao Brasil por interesses comerciais e industriais de toda a espécie, reuniram-se com admirável espontaneidade, no intuíto de manifestar ao Ex-Governador do Estado do Amazonas a sua admiração pelos progressos gigantescos realizados pelo Estado do Amazonas durante a sua administração. É a primeira vez que assistimos a tão bela e significativa demonstração da parte mais sã e mais respeitável do comércio inglês, a um ex-governador de Estado brasileiro".

Os promotores da homenagem eram entre outras, as companhias inglesas "Amazon Steam Navigation Company", "Booth Steam Ship Company", "Manaos Harbour Ltd". e "Manaos Improvements", o alto comércio e vários banqueiros de Londres. A Mesa — narrou o jornal — em forma de ferradura, foi artisticamente ornada, destacando-se, em feixes harmoniosos, as mais belas flores da Inglaterra, que, ao contato das luzes, profusamente distribuídas, deram ao quadro o mais encantador efeito. À direita do Presidente "Sir" Charles Booth, — prosseguia aquele já então mais que centenário órgão da imprensa inglesa, — estavam os srs. Senador Silvério, W. Hammond, Presidente da "Amazon Steam Navigation Company"; dr. Carlos Buarque de Macedo, Diretor do "Lóide Brasileiro", em Londres; Adolpho Klingelboefer, Cônsul do Brasil em Londres; Dufield, o banqueiro Sillmann e G. Dussol, representante do "Petit Parisien". de Paris; e, à esquerda, os srs, Bernard Byrne, Vice-Presidente, da "Amazon Steam Navigation Company"; E. Tootal, Presidente do "London & River Plate Bank; o Barão de Rynkiewicz, Presidente da "Manaos Harbour Limited", Megan, Diretor da "São Paulo Railway"; Roberto de Mesquita, representante em Londres do "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro; Gordon, diretor do "London Brasilian Bank", e Welgall, diretor de "The Times" de Londres'.

Eram 100 os convivas e o cardápio servido constou de: "Caviar de 'Sterlet"; "Oeufs de Pluvier", "Tortue Claire", "Truite à la Chambord", "Julienne de Filets de Sola a la Diable", "Suprême de Volaille Maréchale"; "Jambonneau Insuprise"; "Sille de Behagne a la Broche"; "Petis Pois Frais", "Pommes Nouvelles", "Neige ou Clicquot"; Caneton de Rouen à la Pressé: "Salade de Coeur de Laitues à Porange"; "Asperges de Paris sauce Mousseline"; "Souflé à la Rotschild; "Ananas glace dans son fruit", "Petits Fours", "Fraises", "Raisin"; Café Double; Old Madeira, 1884; Rauenthaler Berg. Champagnes: Moet & Chandon; Dry Imperial; (Cavée 81) 1893; Pommery & Grens 1893. Claret; Leoville Lascasses 1875, Port. Gandemann S. 1887. Cognac: Otards, 1848. Liquers; assorties, Mineralis, Cigars, La Corone; Corone. Bock-Ale Cabinets".

Uma excelente orquestra executou, durante o banquete, pelo programa escolhido por Mile Tootal, gentil filha de M. Tootal, Presidente do "London & River Plate Bank", e constante dos seguintes trechos: "Hino Nacional Brasileiro", "Hino Nacional Inglês"; marcha "Farewell of the Gladiators", de Blankenburg; "Verschmahte Liebe", valsa de Lincke; "Carmem", de Bizet, "Le lethe de Manon", de Massenet;

"Mosquito Parade", de Whitne", "Fantasia do Fausto", de Gounod; "La Faute des Roses", valsa de Berger; e "Czardas", de Brahms. Os convivas tiveram, ainda, a agradável surpresa de ouvir uma genial cantora inglesa, um excelente tenor italiano e um admirável barítono cômico inglês, dotado de voz sonora e de timbre agradável. Era pouco mais de 22 horas quando o aráuto da festa anunciou o primeiro brinde, feito pelo presidente Charles Booth ao Rei Eduardo VII, ouvido de pé, ao som da "Marcha Real Inglesa". No momento imediato, ergueu-se o brinde ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, ouvido de pé, ao som do "Hino Nacional Brasileiro"

Seguiram-se o discurso de "Sir" Charles Booth oferecendo a homenagem a Silvério Nery e o discurso do nosso irmão caboclo agradecendo a fidalga vassalagem da loura e álgida Albion ao pró-homem do Amazonas, figura de prol na mesa das decisões da política brasileira, único dos nossos que até hoje nela tivera voz e opinião irrefutáveis.

JOSUÉ MONTELLO

Moacyr G. Rosas

Quando, então, ainda jovem, o escritor maranhense Josué Montello ingressou, já com alentada bagagem literária, na Casa de Machado de Assis, causou febril entusiasmo tanto em seus amigos e admiradores da metrópole, como nos das províncias. Em alguns, porém, afetou de tal modo, a ponto de certo literato vir à praça e, como se estivesse revelando um segredo, denunciou que a entrada de Josué Montello nos umbrais da imortalidade, era devido o serviço que Montello fazia à Academia, publicando-lhe o piquiá acadêmico. (Piquiá foi a palavra exata). Era um deboche. Era uma ofensa gravíssima, em se tratando de uma pessoa plenamente educada. A ofensa não objetivou a vítima. Montello não respondeu. E, quem sabe, talvez não tenha tomado conhecimento. Então eu já estimava o romancista d *'O Labirinto de Espelho*. Certa feita, Péricles Moraes, o incomparável plasmador de *Figuras & Sensações*, deu-me o fascinante perfil literário do maranhense, que era figura que formava entre os santos de sua admiração, como dizia João Leda. E, por sinal, estes divinos, para conquistarem um lugar, no altar de seu respeito, tinham de superar uma série de exigências espirituais ditadas pelas subtilezas e gostos de Saint-Victor e Remy de Gourmont. Mas a admiração do autor de *Legendas & Águas Fortes* não se quedavam aí, ia além. Um dia inteligente filha de honestíssimo governador amazonense, desejou uma bolsa de estudo. Péricles recorreu ao prodigioso escritor de *Os Tambores de São Luiz*, que não mais estava ligado a entidade relacionada à bolsa. Mesmo assim, o grande escritor, não se furtou de tentar a possibilidade. Vi a carta em que positiva o desejo da moça. Que letra admirável! Recordava a caligrafia de Coelho Neto, "caligrafia simétrica, como nas iluminuras góticas dos missais". Era, então, Péricles Moraes notabilíssima autoridade em literatura gauleza, como, em um ensaio trabalhado com raça onde, permanentemente, refulgem lampejos de unimoda cultura, Agrippino Grieco, de saudosa memória, — afirmara. O primeiro livro importante que se escreveu sobre Coelho Neto, fora editado em Portugal, cujo autor fora o amazonense Péricles

Moraes. Após desaparecido Henrique Maximiano Coelho Neto, Péricles em continuação de seu culto aos maranhenses, estampou elegante estudo sobre Humberto de Campos, onde chamou o filho de Miritiba de "preexcelso escritor". Isso atravessou a garganta de Fernando Azevedo, que pertencia a outra linhagem de intelectuais. O suntuoso plasmador de *Os Jardins de Sallustio* e *No tempo de Petronio*, indagou, em conversa postal, como Péricles Moraes denominaria a Rui, quando lhe contornasse a díspar personalidade de homem de letras? Péricles passou então a tratar Humberto com singular mutismo. Quando apareceu em *O Cruzeiro*, *O Diário Secreto*, não teve ânimo de dar a estampa um artigo focando aquela gente de sua amizade espiritual, alí, perfilada por Humberto. A cruel observação de Azevedo frustou-lhe todo o entusiasmo por Humberto de Campos. Mas transferiu o seu respeito às obras palpitantes de Josué Montello, que, então, já estavam vigorosamente impondo-se ao cenário cultural do país. Recordo-me perfeitamente, porque, àquela época, levei-lhe um artigo tigrado de neologismo, que o afetou negativamente, pensando que as estranhas palavras fossem criação do autor, quando na verdade eram de Camilo. Fez uma relação quente condenando os neologismos, alegando que a presença deles na prosa, principalmente, é flagrante denúncia da probreza vocabular do escritor e que - conclui enfaticamente - olhasse cuidadosamente a prosa limpa e sadia de José Montello. E, parece, com receio que me houvesse ofendido, à tarde, me remeteu, com dedicatória carinhosa e desbordante, o belíssimo volume ESTAMPAS LITERÁRIAS, que passei a estudar. Se não lhe copiei todas as eurrítimicas expressões, foi para não repetir o Anatólio France, que se deva ao cansativo trabalho de copiar servilmente as expressões luxuosas, se me não equivoco, das tragédias de Racine. E o que encontro em ESTAMPAS LITERÁRIAS? Estudos prenhes de lances surpreendentes nos domínios da estética, da psicologia e da história literária, dos quais eu gostaria de ser o autor. São admiráveis os encontros de idéias pintadas e revelados por este semeador de belezas literárias. Elas não explodem como o Vesúvio ao sepultar Herculanum e a luxuriante Pompeia, nem decaem como as conclusões do quadrúpede de que nos fala Júlio Dantas, o qual penetrou curioso num suntuoso palácio, onde havia originais de Velasquez em meio a riqueza dos salões dos espelhos e dos Gebolinos — e concluiu, tranquilamente, manifestando o seu ostensivo desagrado. Não. Montello é mestre da prosa cadenciada, da ironia graciosa e velada, que recorda bem a "colorida graça monástica de uma luminura medieval". E quando trata de seus diletos heróis, como um arco-iris, a força telúrica ilumina de ponta a

ponta. É a nobresa da terra maranhense revestida do classissismo da Península de Cesar. É o calor idêntico do Inca Garcilaso de La Vega conduzindo magistralmente os seus pensamentos. É o seu amor ao estudo das tradições semelhante à figura de sua simpatia — o Ricardo Palma, a quem ele próprio chamara o "clássico da América".

Em B. Lopes, olhado pela análise montelloana, as aristocráticas figuras ficam aureoladas, distantes, porém, em seu próprio lugar, para o espetacular erguimento da fascinante Venus de ébano que até com a enfermidade do século, contaminou o luxuoso poeta. E nunca o híbrido espécime atingiu tanto as culminâncias do prestígio, como agora, depois que Montello, como ningúem, soube acentuar os seus atributos corpóreos e inconfundíveis, através dos sonetos impecáveis de B. Lopes. A força criadora de Montello não surge de chofre, como assinalei anteriormente, mas o jeito de melodiosa partitura entrosada subtilmente no corpo da peça. Diz melhor do que quem escreve, esta estampa — "O mestre da Barbicha (pág. 171) o rosto alheio".

O artista brasileiro é assim em todos seus escritos, em toda sua imensa obra. Em qualquer trecho em que se ponha os olhos, do seu estudo, em "Aluizio Azevedo e a Polêmica d'O Mulato", o movimento e a subtileza completam o quadro tumultuário daquela severa época: "Mas, de repente, começaram a despontar nas colunas da *Civilização* umas morfinas impressas que se ajustavam ao estilo de *O Pensador*, saindo do plano doutrinário para o golpe seguro que tonteou os rapazes. Quem estaria por tráz dessas bordoadas? A verdade é que a mão que as vibrava tinha a experiência e o tirocínio da pancada literária".

Aqui comporta um parêntese. "O Pensador", aí mencionado é o que deu motivo à gente do Amazonas a cognominar a Eduardo Gonçalves Ribeiro, o homem da Avenida Eduardo Ribeiro de o Pensador. E que o povo, pouco esclarecido, supõe que seja devido o grande administrador do Amazonas ser dado a filosofar. Enquanto a verdade é que ele era apenas um dos brilhantes colaboradores. Não tive tempo para verificar, na estúpida leitura dinâmica que fiz, para certificar-me se Eduardo se ocultava sob o nome Pensador, pois todos os outros usavam pseudônimo como: Diderot, Marques de Pombal, Pietro Garibaldino, Soror Pompadour, Marius, Vanini... Este livro de Montello é um tesouro para aqueles que se interessam pela dúbia vida de Eduardo Ribeiro, *primus inter pares*, administradores do Amazonas. Segundo um descendente do inigualavél Governador amazonense tudo que se diz em torno da figura do seu tio-avô, está errado!!! E ele prova com documentos. O seu livro será editado pela biblioteca do Exército. O alentado volume "Aluizio

Azevedo e a Polêmica d "O Mulato" é, como disse, de suma importância para nós, no que se relaciona ao Pensador, já não digo sobre a figura portentosa de Aluízio que é de interesse nacional. *Os tambores de São Luiz*, cuja 1.ª edição já esgotada, os editores prometem, para breve, nova edição, é um livro que nos dá a exata medida da alma grandiosa do povo do Maranhão, onde até as formigas entendem e atende o apêlo bondoso dos virtuosos frades!!! Reporto-me à Nova Floresta" de Bernardes.

Vou ficar por aqui contando um episódio que esta fixado em "Agrippino Grieco o Diabo Jovial" de autor que não me vem a memória, conta que certa tarde de sol o jovem escritor Josué Montello ao avistar Grieco, suspendeu a destra, como outrora fazia a nobreza de Roma Imperial, e o irreverente Grieco, que ia com os braços ocupados com pacotes de livro velhos, disse ao amigo do lado, Correia Pinto:

— Gostei do gesto, é a única maneira de Josué mandar parar o sol!

Ambos, embora descendentes de italianos, eram de natureza diferente, porém, da mesma constelação mental. Mas Grieco admirava, como quem escreve admira o grande maranhense — o pontífice da intelectualidade nortista brasileira. Tanto é exato, que usou na 2.ª orelha do 2.º V. das "Memórias" as palavras reveladoras do querido escritor do Maranhão: "Satírico da prosa, com o gênio mordaz do epigrama, o admirável estilista de São Francisco de Assis e a Poesia Cristã — um dos mais belos livros da língua portuguesa — fez do combate à Academia, seguindo o exemplo de Antonio de Valquena em relação à Real Academia Espanhola, o seu temário predileto. (Josué Montello)".

Há muito tempo constituiu a sua figura a mais nobre jóia da literatura maranhense. Além de servido por luminosa inteligência, é um trabalhador que desconhece a fadiga e a inveja, por isto mesmo atingiu plenamente o nirvana literário e "só deseja, hoje, a cordialidade de seus contemporâneos". E os seus contemporâneos, depois de terem conhecido o tento que marcara na elite literária parisiense, repetindo o feito glorioso de Nabuco, no qual viram, um irmão os iluminados das letras gaulesas, supondo que Nabuco era pseudônimo de um dos seus osculados pela glória. Montello publicou em Paris, onde diariamente aparece curiosas novidades literárias, o livro "Un maitre oublie de Stendal", que conquistou palavras elogiosas de autores consagrados. Imaginem se os raciocínios brilhantes e delicados de Josué Montello ao

invés de ser vazado no idioma que Bilac com propriedade e tristeza denominou de sepulcro do pensamento, estivessem esculpidos no instrumento de expressão de Voltaire?

O PORQUÊ DE NOSSA COLUNA CIENTÍFICA

Manoel Bastos Lira

Faz trinta e sete anos que a "COLUNA CIENTÍFICA" surgiu na Imprensa do Amazonas. Era uma coluna de "O Jornal" e "Diário da Tarde" estampada aos domingos e segundas-feiras, pois, nascera, de um pedido do nosso saudoso amigo Aguinaldo Archer Pinto que dirigia os citados periódicos. Depois, continuamos escrevendo para "A Tarde", para a revista "Amazonida" e para o próprio "O Jornal do Comércio". Temos portanto, centenas de artigos deste tipo. O interesse de quem os pediu e de quem os fez foi divulgar aspectos científicos que despertavam preocupação no momento: a bomba V2, a de Hiroshima ou atômica, os progressos da medicina e da agricultura, etc. etc. como os que hoje, surgem e que também necessitam de uma divulgação.

Alguém, entretanto (interpretando-nos mal), sugeriu-nos a explicação que fazemos. Não escrevemos "science fiction" ou seja ficção científica. Tampouco, não fazemos nenhum "suspense" à guiza do Mr. Hitchcok. Estas formas literárias, em nós, não encontram sentido. O que fazemos é o que se chama "vulgarização científica" com tendência própria que não é ensino pleno (este é propiciado nas escolas, na Universidade etc.) mas, pretendo que, na massa cultural de todos, exista, pelo menos, um quinhão de cunho científico. Isto porque, não é possível que haja cultura em ambiente acientifico. Convenhamos que isto é um dever de universitário como ampliação do saber de todos, alunos ou não, e, é, reflexo desse ambiente que hoje, queiram où não, transformou esta Manaus. É ainda, por isso que o lema da nossa Universidade diz: "In Universa Scientia Verita" ou a "verdade científica para todos".

Vê-se que há bastante diferença entre a literatura ressuscitada, nos Estados-Unidos (1911), pelo luxemburguês GERNSBACK, Hugo ou seja a chamada Science-fiction" que criou o Dráculo, o Frankestein, os Robots, o Dr. Jekyll ou o Dr. Mabuse e a expressão literária que a

vulgarização deve empregar. Muitos pensarão que a "ficção científica" é coisa atual. Nada de mais errôneo. Lembro-me que lêra, num desses Museus da Inglaterra que visitei, trechos de um livro da lavra do grande NEWTON, Isaac Abraham (que viveu em 1642-1727) o homem de gravidade na Física e da solução rápida das potências do binômio na Matemática.

Este livro tem, por título, a voz latina (naquele tempo o latim era a língua obrigatória dos científicos) "SOMNIUM" em português, "sonho ou "aparência" e descrevia uma viagem à Lua, uma ficção portanto (naquele tempo). Assim, como o livro de Newton, existiam, em tempos idos, o "Micromégas" de Voltaire, o Gulliver de Swift, etc. etc.

Nada há pois, de novo... nisto.

Mas, como alguém já disse: "num tema de "science-fiction" (ficção científica) há muito mais de ficção do que de ciência". Na vulgarização não. Os fatos científicos já existem, são do domínio do homem. São colocados alí de maneira acessível aos que desejam compreender ou conhecer a ciência que vivem, sem qualquer deturpação idiomática que necessariamente distorceria também sua temática.

Não pretende a nossa Coluna como nunca pretendeu como já dissemos linhas acima, ensinar ciência. Vulgarizar (do latim: vulgaris, ensinar ao vulgo) significa por o "vulgo" ao corrente de algo que, por esta sua posição, ficou-lhe inacessível. Isto é apenas o nosso desejo....

Mas, por que vulgarizar?

Os temas científicos geralmente ocorrem ou melhor, são registrados, nas revistas ditas científicas e particulares a cada setor estudado. Lógico portanto, que, se o indivíduo não é dedicado à Ciência, não tem porque andar assinando revistas que, geralmente muito caras, de nada lhe servirão, pois, os assuntos ali descritos são trabalhos de pesquisa e, como tais, com linguajar quase sempre inatingível às pessoas que não estão dentro da matéria. Compreenda-se, entretanto, que isto, ao nosso ver, não é o obstáculo intransponível para que o "vulgo" deixe de saber o que deve a propósito das coisas que o cercam e que lhe garantem um bem estar que não existiu em épocas outras. Assim, deve conhecer o que a Ciência diz ao interpretar os fenômenos naturais como os meteorológicos para não esconder-se quando tremeluze o relâmpago e muito menos quando rebôa o trovão. Deve conhecer o que é uma onda electro-magnética, pois, graças a este fenômeno, deve saber porque ouve seu radiosinho e vê imagens na sua televisão. O mais importante ainda é que deve conhecer quais são os seus inimigos ou seja quais os seres vivos que podem agredí-lo e causar-lhe mesmo a morte. Isto, dissemos, é

importante porque, além de ganhar cultura a propósito de problemas médicos que lhe dizem respeito necessariamente o tornarão muito mais apto a compreender tudo quanto se lhe prescreve para que não sofra uma agressão ou doença que o inutilize ou o mate.

E, assim, poderiamos continuar a citar fatos que sugerem a necessidade de por o vulgo em contáto com o que de científico temos. Não há lugar pois, para discriminações, como as de pensar que somente os que lidam com a Ciência é que devem saber destas coisas. Devemos partir da assertiva de que tudo quanto é científico veio ao domínio do homem para dilatar as possibilidades de trazer, para a humanidade, o bem estar que procura. Não esquecer que isto também é jornalismo.

Falamos linhas acima que "vulgarizar" não é propriamente ensinar. Dissemos também que o ensino é papel de escolas e de universidades. Entretanto, devemos compreender que se há universidade entre nós, a vulgarização científica despertará, sem dúvida, em muitos, o espírito de pesquisa, inclinando-os então à procura dos cursos universitários que o levarão à meta desejada. Isto ocorre porque todos terão a noção de que os homens que descobrem as coisas maravilhosas que estão ao nosso redor são iguais a nós,outros. Ninguém é sobrenatural ou veio ao mundo marcado para tal ou qual descobrimento científico. É uma questão de estudar e de procurar dilatar os seus conhecimentos escolares. É para isto que há Universidade na terra.

Devemos ainda ressaltar que vulgarizar não significa apenas explicar casos científicos, mas, tudo quanto necessitar deste auxílio. Por este motivo, este tipo literário possue suas regras próprias, mesmo que estas surjam através da arte de escrever claramente (sem "slangs" — sem gíria — portanto), logicamente e simplesmente. É a vulgarização em suma, um gênero literário. Não se destina somente a distrair o seu leitor (isto se deixa para a "science fiction" ou ficção científica) mas, significa, mais um convite para quem lê, no sentido de que decifre a verdade científica com os seus próprios meios, sem necessidade de tornar-se um químico, um biólogo, um físico, etc. etc....

Na vulgarização os seus textos trazem até o leitor, a idéia duma verdade científica autêntica conseguida através de referências, citações precisas a pesquisas feitas ou em via de realização. Insistimos: o vulgarizar acarreta sempre efeito de conhecimento para os seus leitores.

E, por isto mesmo que se considere, uma expressão jornalística, a vulgarização, nunca pode abandonar esta sua característica didática.

PASSADO E PRESENTE SE ENTRELAÇAM

Con. Walter G. Nogueira

Passou-se a falar com frequência da falta que está fazendo o estudo da filosofia na cultura contemporânea. Não é para menos. De quando em quando se assiste com perplexidade a autênticos rasgos personalíssimos (e por isso mesmo carentes da objetividade) contra tradição de elevado valor histórico e doutrinal, como se fossem engenho de sabedoria até então não aplaudida. Não me enfileiro entre quantos gostam dessas tiradas abusivas. E digo porquê. No fundo, no fundo, vejo em tais gestos, de par com as mais sinceras intenções, a rotura irreverentes com aquilo que se acredita seja a alma de uma raça, de um povo, de uma instituição, expressa em sua tradição, nos seus costumes, na sua maneira de ser, enfim. A acidentalidade acolhida durante séculos, recebe da história o condão da permanência e passa a integrar a visibilidade do essencial. Como se vê, aqui já se começa a sentir necessidade do arrimo da filosofia, pois sem esta será dificílimo o problema dentro da sensatez enobrecedora.

2. Quando falo de filosofia, refiro-me à conquista opulenta e perene do gênio helênico em prol das legítimas causas. Ninguém até hoje ousou negar que se deve à Grécia a sistematização do pensamento propiciando a busca da verdade na conquista do bem. Eles, os gregos, foram e continuam sendo na imorredoura tradição do saber que nos legaram, os mestres do mundo, enquanto foram, de igual passo, incomparáveis em distinguir a FILOSOFIA dos mitos, dos rituais religiosos, dos preceitos morais, da manifestações científicas e situá-la como instrumental da inteligência no estudo do Ser Supremo, do homem e do universo.

3. Em cada pessoa, livre e consciente, distinguem-se duas áreas de atividades: uma que diz respeito ao homem como indivíduo, e outra ao homem fazendo parte da sociedade. Aliás, quando se diz que um ato deve ser HUMANO, entende-se apenas que esse ato deve ter igualmente a dimensão *individual* e *social*, ao mesmo tempo. Ser humano não quer

dizer ser bonzinho, condescendente, liberal; assim se expressam os que não estudam filosofia e os que não mantém trato com a ordem social.

4. Os meus compromissos e gostos individuais podem coincidir com os compromissos e gostos da sociedade e da organização a que pertenço, mas podem também não coincidir. E neste caso, não há lugar para opções. O francês tem uma frase encantadora sobre o assunto: "*noblesse oblige*". prevalecem os interesses sociais, a não ser que eu me retire dessa sociedade ou dessa organização, renunciando o cargo, a função social, recolhendo-me a torre de meu indivíduálismo, o que não deixa de ser um direito incontestável do indivíduo. O que não é lícito, não parece admissível e cheira a arbítrio, é querer impor o ponto de vista pessoal aos ditames sociais quando estes revelam compromissos com costumes tradicionais. Tradição não significa apego ao passado, mas vitalidade de um valor que atravessa os tempos com perene vigor de novidade.

5. E chego, afinal, ao cerne do assunto: destinção da *ação individual* da *funcionalidade*. Posso estar até enganado, mas absolutamente convencido de que é DEVER de cada um, sobretudo, dos cidadãos investidos de autoridade, saber distinguir os atos que lhe pertencem como indivíduo dos atos que pertencem iniludivelmente à função, eventualmente, exercida. Se a ação individual expande-se no terreno de plena liberdade, não se pode dizer o mesmo da ação funcional, que se condiciona às conveniências do cargo, à história, e à tradição. Quando se afirma que nós fazemos a nossa história, significa que o "fieri" histórico começa conosco, a partir da nossa presença, no tempo e não nos dá nenhum direito a alterar o passado, legitimamente aceito, honesto e respeitável, a não ser que se descambe para aceitar como realidade única o "*vir-a-ser*" dialético de Hegel, sem pé e sem cabeça, sem começo, sem objetivo, nem fim, em que se envolveria o HOMEM sob o olhar sádico de um Deus perverso que se comprazeria em assistir impassível ao aniquilamento do ser que Ele criou à sua imagem e semelhança. Isto, evidentemente, não pode ocorrer. Não me agradam os reformistas empedernidos e os criadores de novidades que fingem desconhecer o patrimônio enorme do passado. A razão já a disse acima. Pertenço ao grupo dos pensadores espiritualistas e não concordo com trampolinagem inquietante dos materialistas que se esquecem da Providência Divina no mundo.

6. Leitor amigo, devagar. Antes da opinião que poderá emitir depois da leitura deste despretencioso artigo, deixe que eu lhe diga: não me considero reacionário renitente, nem tenho vocação ao fóssil, como as coisas mal formuladas e de valor efêmero não contam comigo para

defendê-las contra o imperativo da mudança e da reformulação. Amo o progresso e empenho-me em legítimas evoluções sociais que assegurem a promoção humana de modo sucessivo, pacífico e integral.

Acredito que o progresso dos povos e essa promoção social desejada e reclamada por todos é um PROCESSO, constante e sereno, no qual os *valores do passado se entrelaçam harmoniosamente com os valores do presente* em promissora articulação com o futuro e não uma EXPLOSÃO que de repente transformaria a sociedade humana através de lutas e mais lutas contra tudo e contra todos... A palavra LUTAR para obter isso e aquilo apodreceu nos lábios marxistas que transudam frustrações, ódio e vingança.

Eu prefiro a concórdia e a paz a qualquer preço, mesmo com os agressores e injustos, desque que se reconheça e confirme o valor inalienável da pessoa humana.

POESIAS DE DRUMMOND DE ANDRADE

Waldemar Batista de Salles

Editado pela Abril S. A., vem de ser lançada uma coleção de textos, notas e estudos biográficos de Carlos Drummond de Andrade, com sua vida e poemas, sob a coordenação de Rita de Cassia Barbosa.

Drummond de Andrade, mestre da poesia moderna é conhecidíssimo em nosso país, não precisando assim de apresentação. O trabalho em foco se destina a orientação literaria daqueles que desejam fazer exame vestibular e sentir a poesia humana e bela desse notável intelectual.

Autor de dezenas de livros, a característica de sua poesia se inclui na chamada escola modernista, que tanto sucesso fez nos anos 1920 a 1925, quando disse "no meio do caminho tinha uma pedra", para afirmar que sempre existem obstáculos a serem transpostos no correr da vida.

Na seleção de versos de Drummond existe:

"Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,
mas estou cheio de escravos,
minhas lembranças escorrem
e o corpo transige
na confluência do amor.
Quando me levantar, o céu
estará morto e saqueado,
eu mesmo estarei morto,
morto meu desejo, morto
o pântano sem acordes".

Às fls. 17v, no poema "Sete de Faces", extravasando seus sentimentos, diz como um desabafo:

"Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.
Eu não devia te dizer
mas essa lua
mas esse conhaque
botam a gente comovido como o diabo"

A coordenadora Rita de Cássia Barbosa vai explicando a vida do poeta, desde o seu nascimento em Itabira do Mato Dentro, cidadezinha mineira, até os dias atuais, onde Drummond de Andrade, pontifica nos jornais do sul, continuando uma vida literária de muitos anos.

Mais adiante, no livro em referência, existe o poema,
"Mão Dadas"

"Não serei o poeta de um mundo caduco,
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.

Esta é, na realidade, a poesia moderna e não pretendo mostrar em detalhes a vida literária do grande poeta, simplesmente dizer aos estudantes, leitores e pessoas interessadas que o livro, a seu respeito, é muito bom e útil àqueles que ainda têm ilusão pela poesia, neste mundo tão cheio de contradições de ordem econômica e social. Onde apesar de tudo, o ser humano, sonha e se realiza, literariamente, com seus próprios sonhos...

JONAS DA SILVA

- Ulysses Bittencourt

Mudam os tempos. Mudam as formas. Continuam imperecíveis e intemporâneos os grandes poetas, nas suas variadas maneiras de expressão, levando para todo o sempre a grandeza dos sentimentos na eloqüencia de idéias cósmicas. Desde os Bardos — poetas dos celtas, que eram tidos em permanente veneração. De Píndaro, cuja casa foi respeitada na destruição de Tebas, quinhentos anos antes de Cristo, a Omar Khayam, o persa dos anos mil; de Camões a Fernando Pessoa; e dos nossos, Gonçalves Dias a Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Vinicius de Moraes.

Dos grandes poetas brasileiros, muitos continuam desconhecidos ou esquecidos, principalmente os do Norte, lembrados esporadicamente em publicações regionais. Entre estes, JONAS DA SILVA, nascido em Parnaíba, Piauí, aos 17 de dezembro de 1880, e que está a completar o centenário. Aos onze anos de idade seguiu para o Amazonas, em companhia dos pais, na época em que o novo Eldorado atraía os audaciosos para a aventura das selvas. O pai era funcionário federal, Dr. João Antonio da Silva, e sua mãe D. Firmina Fontenelle da Silva. Jonas, em Manaus, começou os estudos secundários no Ginásio Amazonense, então chamado Instituto Normal Superior, cujo curso terminou em 1895, na mesma turma do Professor Agnello Bittencourt. Terminando o curso de letras, partiu para o Rio de Janeiro, onde realizou o de Odontologia, concluído em 1899. Regressando ao lar paterno, logo começou a clinicar e, por mais de cinquenta anos exerceu a profissão, em Manaus, sempre com enorme clientela. Publicou o seu primeiro livro, "Ânforas", em 1900; a seguir, em 1902, o "Ulhanos", impressos ambos no Rio de Janeiro; e somente em 1923 o "Czardas", na Tipografia da Revista "Cá e Lá", todos eles obras prima de conteúdo, ilustrações e arte. Todas as suas poesias eram embebidas de alta espiritualidade e de amor à terra que elegeu sua. É o caso deste primoroso "AMAZONAS":

Tal Agassiz, no Barco — o ICAMIABA
Vim também visitar o rio oceano
Que Orellana desceu primeiro e ufano
E que acolheu na morte a Ajuricaba

Tenho aqui meus amores, minha taba...
Amo este pôr-de-sol, como o indiano
E amo o Japiim e o grito do Tucano
Quando é tempo dos cachos de bacaba...

Tomba das árvores a arara
Quando à zarabatana a fina seta
O índio, em caçada, para o azul dispara...

Choram de dor, na voz destas cachoeiras,
O grande Euclides dos "Sertões" e o poeta
Que cantou "Minha terra tem palmeiras..."

De temperamento retraído, vivia para a família, a profissão e a poesia. Não deixou de ser empresário da cinematografia, quando, em 1912, juntamente com o seu irmão Dr. Raymundo da Silva, fundou em Manus a "Empresa Cinematográfica Fontenelle". E tantas vezes o vi, nas ruas ainda arborizadas da então "Cidade Risonha", a caminhar para o Cine Politeama, hoje, também, uma saudade. Era de estatura mediana, corado, bigode e cabelos curtos, passo ágil, sempre de chapéu e guarda-chuva, muito introspectivo, visivelmente afastando-se da popularidade que lhe seria fácil.

Nas suas produções literárias — e quantas foram publicadas na Revista "Fon-Fon", ao lado de Bilac! —, sentia-se a nostalgia do poeta, em tristeza sem mágoa, na amargura de alma sensível... Principalmente em "Czardas", o seu livro de saudades, após o falecimento de sua querida Maria Balbi Carreira da Silva, quando produziu o emocionante "Casa Vazia".

Abro o portão de ferro e acho a casa vazia.
Ninguém; nenhum rumor, se transponho a soleira...
— Quem, daqui m'a levou e apagou-me a lareira
E este recanto encheu de tristeza sombria?...

Pobre morta, de nós todo o encanto e alegria,
Aos três filhos velando o sono à cabeceira...
— Que será da caçula, a loira, a derradeira,
Se a amar com tanto amor somente Ela o sabia?

Dizem que todos vêm oito vezes a fio
Após o passamento ainda aos sítios amados:
Não voltou, porém, ainda a este sítio sombrio!

E este mês de setembro, o mês do Centenário,
De festas, de emoções e clarins de soldados
É o doloroso mês em que subo ao Calvário!...

Apesar de ter feito poesias universais, do quilate de "Coração" e "Homo Sum...", é pouco citado, talvez por ter vivido nos longes do nosso Brasil. Desconhecido não foi, tanto que aparece em antologias; na "Seleta Literária do Amazonas", de José dos Santos Lins; no livro de poesias de Melo Moraes; no "Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro", de Andrade Muricy; em estudo de Petrarca Maranhão, em "Estante de Livros" (na "Careta", novembro de 1958) e analisado pelo Acadêmico Mendonça de Souza. Páginas das mais tocantes estão com o título..." E as sombras desceram...", no livro "O Cofre Partido" de Nilo Bruzzi (Editora Aurora — Rio — 1951) a propósito a Missa por alma do Poeta — dia 13 de junho de 1947, na Igreja do Carmo, do Rio. ..."Quem foi Jonas da Silva? — O pensamento revestido de beleza, na forma do verso perfeito, ático, imortal, inesquecível". ..."Ele veio do fim do século passado, tangendo a lira com um punhado de versos primorosos nas mãos dadivosas". E era recitado e decorado pelos seus contemporâneos da Academia Brasileira de Letras.

Depois de perder a esposa, casou-se mais duas vezes e, da última, foi pai de gêmeos.

Fundador da Academia Amazonense de Letras, ocupou a cadeira B. Lopes, que depois veio a ter o seu nome, e que sucedido por Aristophano Antony, hoje pertence ao Poeta Jorge Tufic. Como homenagem da terra de seu nascimento, era membro efetivo da Academia Piauiense de Letras .....

No infinito do tempo e da memória,
O Poeta Centenário, ao ser lembrado,

Volta a renascer, num instante recupera a vida.
É como a árvore outonal, desfolhada e antiga,
Ao pouso das aves coloridas tornando a refletir.

NO ROTEIRO DAS "ESTÔRIAS AMAZÔNICAS"

João Mendonça de Souza

Senhor Acadêmico Epaminondas Barahuna:

Notáveis de motivos regionais são os fundamentos essenciais de vossas ESTÔRIAS AMAZÔNICAS. Ciclópicos, os caracteres sobre os heróis que identificam o texto numa comprovação acerca do vosso meticuloso e paciente trabalho colhido nas fontes da convivência interiorana.

Vosso livro é um roteiro de fatos, modismos, qualidades e vida sobre nossos irmãos glebários. Roteiro de reparos nas impurezas dos que, sem conhecimento do chão de nossa Amazônia, nos apontam defeitos exagerados, nos revelam descaracterizados em nossa história e geografia.

Como erudição e como artesanato nos ofereceis, sem dúvida, estudo consciencioso acerca da figura do amazônida comum. Documentação sem vislumbre de improviso, de matizes arranjados e variações do fantasioso. Vossos comentários são minuciosos e autenticados na contribuição da linguagem regional.

Somente um estudioso como vós nos poderia apresentar estudo assim tão paciente a propósito das balizas em que fizestes esplender o roteiro das "ESTÔRIAS AMAZÔNICAS". Sonoros, poéticos, agradáveis os efeitos dos termos e expressões qualificadas na técnica de construção e de interesse pelos fatos tradicionais, e novos, de nosso destino épico e grandioso.

Nos pormenores riomardianos, entre amerigenismo, caboclitude e a integração da Amazônia ao Brasil, ressaltam páginas inesquecíveis, indispensáveis aos estudiosos de nosso mundo continental entre o Atlântico e o Pacífico.

Vossas ESTÔRIAS são preciosas em argúcia crítica, análise e exegese. Informação esclarecedora de vossa correta integridade intelectual. Estabelecem paralelos válidos entre os triviais da surrada repetição do caboclo indolente e do nordestino heróico.

As desvirtudes do caboclo, em nossos dias, estão patentes nas denúncias opostas aos tropeços dos ignaros amazonólogos. Alguns tão excêntricos que nunca visitaram nossa região para verem de perto o doloroso e cruel insulamente de nosso seringueiro.

É certo que a hostilidade bravia de nossa natureza, até a primeira metade deste século, nos impunha epopéias de luta e posse onde diziam dormir os lendários tesouros de Manoa. Era o encantamento numa terra continental que para se desenvolver, possuía diminuta população entremeada de gringos e de brabos nordestinos. O exíguo material nativo era preado com selvageria tenebrosa.

E a verdade incontestável é que nossa semente integralizadora, como melhor criação e glória, somente agora nos chegou, para nova fase, com o patriótico movimento de 31 de Março. Daí porque, nesta questão de dignidade para os brasileiros, repudiamos as insinuações aventureiras dos futurólogos.

Ha, entre os futurólogos os que, abertamente, acreditam na massificação da Arte. Nero, entretanto, já em seu tempo, com todas as anormalidades em que o davam, a aceitava caprichosa. Rendia-lhe subida veneração como senhora de um poder insubmisso aos profanos e banais.

Passam séculos e mais séculos, desaparecem impérios e se extinguem religiões, mas, de pé, a desafiarem o tempo na imponência da imortalidade, inviolável e distinta, aí estão as *Pirâmides*, dos Ramsés; *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões; a *Ilíada* e a *Odisséia*, de Homero; a *Eneida*, de Virgílio e a *Divina Comédia*, de Dante.

São os mais proclamados luminares da Humanidade que passam às gerações futuras os episódios mítico-históricos de um povo. Se não fosse a beleza artística, algumas poesias de Ossian teriam desaparecido para sempre na falsificação de Macpherson. Vivo, por isso, nesse passo, ainda hoje está o indigitado conto de Aquiles e de Ulisses.

A arte, embora espontânea e humana, não pode ser vulgar. E nisso não está nenhuma depreciação ao que chamamos de arte popular. Sem artifício, é certo que numa série indefinida de círculos concêntricos, o mais artístico é encontrado nas diferenças mentais das especificações e das afeições.

Em nosso País, há mestres de Literatura que nunca leram Sílvio Romero e João Guimarães Rosa. Ainda presentemente, o primeiro é incriminado de brigão e o segundo, pouco entendido nas belas páginas medievalescas de *Grande Sertão: Veredas*.

O progresso jamais se superioriza para destruir a jerarquia dos valores. A arte eminente é de uns poucos. As civilizações são de seus partícipes. Compreendemos, sem dúvida, a fala de nossos irmãos interioranos. Entendem eles acaso a poesia de Cassiano Ricardo no seu trabalhado e substancioso — *Jeremias sem chorar?*

Não se contentam os escóis artísticos de hoje, como os de ontem, em serem massificados. A massificação do homem pela máquina, como profetizam os automaticistas, é um mito. A máquina em tempo algum deixará de ser uma dependente utilitária dos sábios, dos mestres, dos escritores e dos eruditos.

É arte, por isso, senhor Epaminondas Barahuna, de influência econômica e social da melhor qualidade, para eleger temas e assuntos, a que observamos nas páginas de vossas *ESTÓRIAS AMAZÔNICAS*. Viveza e naturalidade lhe dão flamante comprovação acerca de vosso meticuloso e paciente trabalho colhido nas fontes da convivência dos tapiris e tipitis, do trabalho extrativo e de apanha dos produtos silvestres.

Triste, sim, presentemente ainda ratificamos que no Juruá, Solimões, Purus, Negro, Japurá, Madeira, afluentes, paranás, lagos e ilhas, o caboclo espera meses seguidos para negociar seus produtos silvestres com um pobre regatão de canoa, batelão ou motor de popa.

Os mercenários fabricantes de livros em relação à Amazônia não sabem disso. Conhecer é muito mais importante do que imaginar. Sois um amazônida não apenas porque nascestes nestas plagas, mas, em verdade, porque aqui viveis, como apaixonado, a anotar e a escrever o roteiro de heroicidade de nosso povo.

Entre ameríndios e civilizados há, ainda em nossos dias, luta de vida e sobrevivência. Cremos que com a Transamazônica e a Perimetral Norte, em tráfego, de muito será nossa região beneficiada. Até lá, não é com sofismas que conseguiremos encobrir os revides guerreiros dos atroaris-waimiris na defesa de suas tabas e terras.

Sentimos em vosso permanente contato com a paisagem amazônida, vigorosa refutação aos obstracionistas e utópicos. Tendes o sentido de realidade nas idéias e convicções. A opinião consequente das exigências de nossa atualidade de integração econômica mais acertada.

Conhecimentos, e não digressões de erros e reparos, nos dais nas relíquias e riquezas das ESTÓRIAS AMAZÔNICAS. Legítimas raízes etnológicas e folclóricas que nos empolgam o raciocínio no câmbio das precisões textuais. Conceitos de épocas determinadas, abertas a um sentido mais amplo de civilização..

Senhor Epaminondas Barahuna, com tudo isso, José Candido de Carvalho, membro-titular da Academia Brasileira de Letras, na orelha de vossas ESTÓRIAS, ainda vos focaliza nos secundários resumos de preparação para exames, em passos assim de positiva imaginação:

— "Estas suas ESTÓRIAS AMAZÔNICAS mostram que Barahuna entrou nesse mato de onça braba que é a ficção muito bem aparelhado e bem municiado. Sua Amazônia, país de rios sem fim, parece inventario das *Mil e Uma Noites*. Uma coisa fantástica, de bichos fantásticos e de noites ainda mais fantásticas: jacarés que pingam fogo pelos olhos, cobras de vinte de frente por quarenta de fundos, peixes que acendem lampadas, aves encadernadas em arco-íris e árvores que furam a barriga das nuvens. Lendo Epaminondas Barahuna, mestre dessa nação de águas grandes e verdes sem fim, começo a pensar que a derradeira coisa que Deus fez no mundo foi a Amazônia. Como não teve tempo para terminar a obra, pois era chegado o último dia da criação, deixou os retoques finais para depois. Por isso é que a Amazônia tem um jeito sempre belo e novo. Como se saísse agora mesmo da forma de Deus".

Não no podemos deixar de aplaudir como ilustre escritor pela jocosidade e flexibilidade da ornamentação pensamental. Afora isso, das palavras de José Candido de Carvalho, apenas nos fica o imaginoso: notável pela forma, impressionante pelo conteúdo, babelesco pelo arranjo crítico.

Vejamos, porém, a respeito das ESTÓRIAS AMAZÔNICAS, em compreensão mais de acordo com o vosso trabalho, no prefácio, de Genesino Braga, escritor aplaudido de nossa Manaus, a cintilante maneira em que vos enfoca antes e após o dantesco fastígio da borracha:

— "Ainda existe a Amazônia que deu causa a estas estórias de Epaminondas Barahuna, com os seus dramas sociais, a sua economia feudal, os seu processos de comércio, os seus conceitos de civilização e de riqueza".

"É questão de querermos encostar o ouvido ao chão e escutar, com amor, os corações que nele pulsem subterraneamente".

"Foi o que fez Epaminondas Barahuna. Filho de seringalista do Juruá, de tanto ver correr, desde menino, aquelas águas impetuosas e de tanto ouvir o diálogo cotidiano das gentes da faina rude, nos barracões ou no bojo das embarcações, acabou com a alma unida à paisagem e às coisas da região, numa associação quase mística com a vida do homem e com a influência social do rio nos destinos humanos.

Não podemos, de fato, dizer que essas palavras se não ajustem de maneira notável ao analista de ESTÓRIAS AMAZÔNICAS. Se fecharmos os olhos e vos procurarmos no que acima está registrado, vos encontraremos senhor Epaminondas Barahuna no universo e unidades paraláticas da Amazônia.

Encontra-vos-emos na responsabilidade de expressiva sociologia de combinação nova entre as Amazônias orellanianas. Explanada no fluir das eras. Fixada em si mesma na forma de transmitir ensinamentos e convívio de interesse coletivo.

As Amazônias como sabemos, se unem em castelhano, português, inglês, francês, e nos descobrem os plurais de nossa tropicalização mesclada em formas de reajustamento social ao mundo moderno

Estamos dentro de uma integração em marcha. O Estado do Amazonas é, hoje, trampolim indespensável para os super-jatos internacionais. E a Amazônia ocidental, estrada, panamericana do trópico riomardiano para as três Américas: do Sul, Central e do Norte até o Canadá.

Trópico anfíbio, fluvial, sujeito ao parasitismo do rio, dos coronéis de barranco e dos latifundios improdutivos, para as terras do Extremo-Norte é história de ontem em face das conquistas supremas de nosso atual estágio de civilização.

Faltava-nos orientação sociológica, antropológica e geográfica para sermos entendidos em nossa continentalidade de europeização e de asiateização. Sen. messianismo, estamo-nos a ajustar em novas formas ecológicas e humanas.

Resta, sim, nesse escopo de integração nacional, que compatrícios de outras plagas se atualizem em termos de Amazônia. E observem quanto de trabalho forte e sadio, exuberante e vibrátil, a Revolução de 31 de março já impulsionou em nossas, outrora, inertes e retraídas ambições.

Ou isso, ou a cinza nos olhos, rotineira e criminosa, de que a nossa Zona Franca na volúpia do colorido, na imensidade vaga do espaço e do tempo, apenas por descuido, abre as pálpebras nos intervalos de sesta.

Com licença dos míopes, dos cambiantes e eternos górgones, Manaus é hoje reservatório de vida num frenesim de progresso em pleno coração da selva amazônica. É um barômetro no curso de força das indústrias e cotações de tráfico mercantil nas mais variadas escalas de luta e desafio.

A estoria de Amazônia imatura tem suas formas conhecidas na vil politicalha dos engodadores de consciência. A transformação do saara israelense, em terra de produção inopinada e fértil, é uma lição indesmentível aos frívolos e politicalheiros.

Certa casta bem conhecida de negadores da Amazônia precisa de ser freada na ganância de seus bons bocados. No ajustamento da ciência social em que o Mundo se encontra, é temerário jogá-la em novos séculos de insulamento.

A plena integração da Amazônia ao nosso País, já agora, não é apenas territorial: mas, de fato, também de unidade étnica em fecunda expansão civilizadora de brasilidade e de compreensão sociológica diante dos setores humanísticos de caboclo sem terra para plantar e colher.

Em nossa região quem joga o caboclo ribeirinho e interiorano na ociosidade são os latifundiários devorantes. A cooperativa agrícola de Cotia, em São Paulo, nos devia servir de modelo numa região continental de terras julgadas ao espetáculo barato dos ambiciosos carcomidos e pecos.

Compreender-vos, acadêmico EPAMINONDAS BARAHUNA, com autenticidade, sem rodeis e atestado de bizantinismos, é ponto de honra de todo compatrício que deseja nossa Amazônia livre da estagnação secular até então visível nestas vossas palavras caracterizadas em confrontos figurados:

— "Não criamos nada, isto é, não fizemos ficção. Limitamo-nos, sim, a narrar fatos e estórias que vêm de um passado ainda recente, mas que se vão afastando no tempo, e assim, em breve estariam para sempre olvidados. Para tanto, apoiamo-nos, até certo ponto, em nossa vivência no interior até a adolescência, em época já bem distante; e, em parte, no subsídio que nos foi transmitido por outras pessoas, com muito mais experiência e conhecimento do meio. Muitos capítulos surgiram das longas conversas com meu pai, cuja memória, cristalina e fiel, permitia recuar a um passado que remonta a setenta anos, trazendo à luz dos nossos dias episódios que posteriormente podemos transformar em alguns dos despretensiosos capítulos do presente trabalho. Também alguns amigos muito vividos no interior e com vasta experiência da navegação fluvial, ao longo dos beiradões e dos barrancos, contribuiram profusamente com a matéria-prima de que precisávamos para alcançar esse objetivo, demorando-se conosco, por vezes, em serões que se prolongavam horas seguidas, a rever os fatos, recordá-los, analisá-los, medir o seu grau de interesse, mais ainda, a animar-nos a prosseguir na

estafante coleta de material. Na verdade, ouvimos muitas pessoas, pesquisamos demoradamente".

Não se compõe esta obra de um tema prefixado, mas de uma coletânea de fatos simples, singelos, assaz interessantes, segundo o nosso conceito. Trata de tudo: estórias, mitos, assombrações, folclore, e traz até certas pinceladas de história e antropologia. Revive alguns ângulos do interior afastado, longínquo, os quais vão celeremente, caindo no esquecimento. Não há aqui a pretensão de um vôo longo, mas tão somente a de contribuir, de algum forma, para a divulgação desses pequenos fatos e episódios que, em seu conjunto, servirão para instruir e subsidiar o muito que já se escreveu, além de proporcionar elementos aproveitáveis para uma análise da vida do homem amazônico, não apenas naquela época, mas também nos tempos presentes".

Tudo nessa apresentação, sem dúvida, é importante em face do empreendimento cultural, e sob vários aspectos antropo-etno-sociológicos. Mostrais a Nossa Amazônia dentro de uma dupla significação: a harmonizada nas valorizações da integração em marcha e a enfatizada nas condições do processo ecológico e humano.

Temos, de fato, dentro de nossa continental região, uma constelação de países agregados, em fauna, flora e geografia humana, à maior calha hidrográfica do mundo, e, em pluralidade, diversificada pelo idioma e pela história das sociedades de tendência profundamente mesclada em valores e formas de relações íntimas e trato diário.

A paisagem é uma saga entre o "inconcebível emaranhando de apuizeiros, cipós de várias espécies e de lianas em quantidade". Na verdade, os povos da região amazônica são impressionantemente plurais.

Já no século XVI, a penetração da Amazônia se fazia através de aventureiros e corsários de nacionalidades diferentes. Como esses, em certos momentos de confronto, foram os nossos bravos bandeirantes que, em vosso livro, assim focalizais:

— "As primeiras levas de exploradores nordestinos chegados a esta região, na fase mais rude da penetração e desbravamento dos seringais eram constituídas de homens fortes, corajosos e intrépidos, condições indispensáveis ao cometimento a que se propunham, de enfrentar a floresta desconhecida e impressionantemente misteriosa. Não era tarefa para gente pusilânime e covarde. Traziam os seus integrantes toda a rigidez e o exaltado temperamento que caracterizam o povo do sertão nordestino, na época ainda presa de irremovíveis preconceitos, que, não raro, levavam a estado de excitação, onde a coragem e a vingança eram postos à prova, sob as mais variadas e curiosas formas".

Não vos falta vigor inconcusso e cunho realista nessa amplificação e nesse desenvolvimento de idéias. De fato, na seca de 1867 os cearenses, sobretudo, num êxodo de sobrevivência, tomaram o caminho da Amazônia. Daí em diante, realmente, é que tem início o famoso ciclo áureo da borracha. Nossa região se tornou a canãa prometida dos nordestinos.

Assim num êxodo mais da sobrevivência humana do que de integração nacional, o resultado não poderia ser de paz, de crescimento econômico natural. Surgiram os troncos, os coronéis de barranco, os rifles de tocaia, os famosos 44, papo amarelo. Nesse sentido, leiamos o que nos contais acerca do sinistro do navio Tocantins:

— "O século estava começando, diziam, muito possivelmente cumprindo o seu segundo ano, quando aquele navio, da praça de Belém, se fizera de viagem ao Juruá, no justo momento em que a penetração se fazia intensamente na região e a borracha significava ouro negro legítimo".

"Ao regrassar, o navio trazia nos porões uma avultada quantidade de borracha, o que o fizera ficar muito carregado. Como prometera, atracou no porto daquele seringal e mandou receber a lenha, mas fez ver ao sisudo vendedor, que estando o navio com o carregamento completo, não poderia ficar com toda ela, mas apenas com a metade do solicitado. O homem cuja liderança se fazia sentir vigorosamente em uma área considerável daquelas terras — com todos os ranços e asperezas que recebera da vida sertaneja de então, — não se conformou. O apalavrado estava válido e a lenha teria que embarcar, custasse o que custasse. As pressões e os argumentos usados, naquela época e naquelas circunstâncias, foram de tal forma convincentes que não deram ao proprietário do navio outra alternativa: toda a lenha convencionada seria embarcada, apesar dos riscos e perspectivas dramáticas.

Resultado: sobrecarregado e já com a água estirando línguas líquidas que se moviam sobre o convés real, o navio, ficou sem estabilidade e, logo ao manobrar para prosseguir viagem com destino a Belém, soçobrou e levou vidas e riquezas para o fundo do rio".

Vosso livro, repetimos, é um roteiro de amazonidismo. Valoriza-se, por largo, acima do título com que o batizastes. Não é de estórias e sim de histórias autênticas. Histórias de uma Amazônia até então insulada. Amazônia rural e pobre. Insulada e aceita sub-região.

Observamos, em vosso estudo, o amazônida nos surge retratado em suas influências sociais e culturais. Modos de vida condizentes com a época. Dependência da exploração do solo no cultivo e colheita do milho, da mandioca, do cacau, do guaraná. Igualmente, por isso, nessa

agricultura de terçado e enxada, condicionado aos mitos, crenças, superstições e tradições. Sobre o mito do Mapinguari, eis o que nos dais em refutação e pormenor:

— "Aquele homem era daquela mesma têmpera forte que constituía o apanágio da esmagadora maioria dos quinhentos mil nordestinos que se estabeleceram na Amazônia, na grande corrida do apogeu da borracha".

"Na verdade, ele nunca dera crédito às estórias do Mapinguarí, mas o grito estranho ali estava a se aproximar, implacavelmente. No seu espírito, se estabeleceram duas alternativas, fugir a plena velocidade da área, ou permanecer corajosamente e enfrentar o bicho, fosse o que fosse, ainda que, na verdade estivesse a ouvir o pavoroso Mapinguarí. O seringueiro não perdeu muito tempo na opção. Não era homem de ver visagem, nem de contar histórias fantasiosas. Resolveu ficar como se fosse num jogo, pagar para ver".

"Com ansiedade, mas com tranqüila decisão, colocou bala na agulha do rifle e fixou a vista na direção do ruído inusitado e insólito, que estava perturbando a solidão da selva.

Mais alguns minutos e já ouvia a folha estalar sob os pés do caminhante espantoso. Sua atenção chegou ao clímax e o rifle foi levado ao rosto, para uma rápida e eficiente pontaria. Essa expectativa, entretanto, durou pouco, pois, repetindo a gritaria, logo apareceu na orla da estrada, um casal de tamanduá-bandeira, na fase do acasalamento. Toda aquela barulheira era parte do assédio que o macho, fazia para conquistar a companheira, e desta, para correspondê-lo".

"Dias depois, na sede do seringal, ele repetia a história ao patrão e ambos fizeram conjeturas se não seria esse procedimento do tamanduá, na fase do cio, o que a tanta gente solitária na floresta densa apavorara e dera margem à criação do mito do Mapinguarí. Nesse sentido, ele poderia dar testemunho seguro: em tais circunstâncias, o grito desse animal, ouvido a distância, tem algo semelhante ao do homem.

Para ele e para muitos que ouviram o relato do episódio, o mito do Mapinguarí ficou seriamente abalado, cercado de dúvidas e desconfianças, já que o seu forte, como forma de indentificação, é o grito agudo, com tons de voz humana, para melhor atrair os incautos. Todavia, não é fácil a destruição de um mito, e, portanto, para outros, persistiu como estória muito ao gosto do florestário distante, envolto numa solidão que por sí só sugere monstros e fantasmas".

Como vimos, nos dais um mito em plurissignificação social. Enfatizais que, com isso, a nossa Amazônia é mítica, é infernal apenas

no tamanho da invencionisse dos pseudos amazonólogos. É velha e já bastante desacreditada a estória dos infernalistas à moda rangeliana.

O título Inferno Verde — do celebrado livro de Alberto Rangel, porém quanto à significação, é metafórica em face do mundo assombroso de árvores ciclópicas. No fundo, é um livro pálido, incolor, sem rasgos de novidade, e convites para fulgurantes meditações.

De igual modo, no livro de Rangel, é o prefácio de Euclides da Cunha, ainda sob a influência da pluralização de "OS SERTÕES". A Amazônia como última página dos gênesis, na prefiguração euclidiana, é uma balela. Tem sintoma de sensacionalismo e desconhecimento.

Uma informação desse tipo, sem conseqüentes estudos antropo-geo-econômicos, é pura fantasia. Imaginação horrorosa, hoje plenamente desfeita diante de nossa Amazônia repleta de riquezas mineralógicas.

Sem dúvida, acerça de tudo isso pensastes com eficácia. E sempre com incessante renovação de conceitos nos destes em majestoso enfoque o vosso patrono. Belamente no-lo retraçastes em quadros magníficos. Neles, observamos que, em oposição a comentaristas apressados, nos poderíamos abalançar a esta afirmação: realmente, Antônio Brandão de Amorim, nos estudos etno-antropológicos, em tempo algum pode ser considerado émulo de Maximiniano José Roberto.

Foi, sim, nas largas andanças pela região do Rio Negro, notável intérprete das lendas que coligira em nheengatu. Tão assim, nesse magnífico legado ameríndio, que o podemos colocar na ilustre galeria de pesquisadores como Ermano Stradelli e Barbosa Rodrigues.

A verdade é esta Sr. Epaminondas Barahuna: em vossas pesquisas e julgamento soubestes colocar vosso patrono em ambientes etno-antropológicos insuspeitados. Enfrentastes tarefas ousadas e vos soubestes merecer no estudo da obra desse grande amazônida em magistrais efeitos de espadachim invencível.

A vida de Antônio Brandão de Amorim, nos cristais amazonológicos, em que a incrustais, vos magnifica em tarefas de importante investigação biográfica. Provastes com esta beleza de inteligência, clara e aberta, na tendência natural de vosso caráter, que sois bondade sem timidez, modéstia sem mercedarismo. Sois dedicação e boa cultura nos trabalhos em que vos empenhais. Sois amazonidismo em expansão de terna sensibilidade e profunda convicção humanista.

Para os excessivos acerca de nossa Amazônia, disse-nos o ilustre general Emílio Garrastazu Médici, em Manaus, na Reunião Extraordinária da SUDAM, em 8 de outubro de 1970:

— "A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O

café, o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infra-estrutura sócio-econômica. Não encontrou a Amazônia a sua vocação porque, sendo mais da metade do Brasil, não se fez ainda de todo conhecido".

Recentemente o ilustre e honrado Presidente Ernesto Geisel, a propósito de nossa atitude construtiva e de realismo positivo, em mensagem plena de segurança, plena de confiança e de fé no futuro, nos disse:

— "Não temos agora, pela frente, um grande desafio. 1976 oferecer-nos-á dificuldades a vencer, todas muito aquém, sem dúvida, de nossas possibilidades de resistência e flexibilidade imaginativa e criadora.

Mas através da superação de desafios menores, é que os nervos se disciplinam, a vontade se enrijece, a alma se eleva, à altura, todos, dos desafios maiores que o futuro não deixará de oferecer a uma Nação em acelerada marcha ascendente para posição de relevo na comunidade mundial. E para isso devemos estar preparados".

Nessa proporção é que bem nos podemos aceitar como vigorosos numa região que representa cerca de 2/3 do território brasileiro. Estamos a vencer o vazio demográfico com objetivos soberbos de positiva civilização hinterlandina nos trópicos.

Vamos adiante em façanha de tamanha extensão a por em xeque os que, ainda agora, a cobiçar nossas terras como "vazio demográfico e de renda", limitam-na aos interesses egoísticos de "última fronteira do mundo".

Hoje podemos provar e comprovar que o empreendimento de conquista positiva da Amazônia será exclusivamente brasileiro. A Revolução de 31 de Março nos deu em atualização de revitalidade sócio econômica e territórial o que necessitávamos para integrá-la definitivamente ao contexto nacional:

Transformou, pela Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, a SPVEA em SUDAM, com "a aplicação de investimentos de infra-estrutura econômica e social, e a administração da Política de Incentivos Fiscais. E como se isso não fosse suficiente, deu-lhe uma área de livre comércio, em Manaus, com a superfície de 10.000 km^2, conhecida por Zona Franca.

Progressivamente, esses benefícios sobre I.P.I. (isenção de impostos de importação) e ICM (sobre importações e exportações que são controlados pela SUFRAMA se estão a irradiar através de áreas pionei-

ras da Amazônia Ocidental, "com a criação de entrepostos em Roraima, Acre e Rondônia".

Vosso livro, acadêmico Epaminondas Barahuna focaliza passagens de nossa vida social, intensa em variedade e riqueza, em fontes essenciais de humanismo amazônico. Em razão disso, recebestes honrosas distinções acadêmicas.

O que até ontem foi ideal, hoje é reconhecidamente o vosso amor às boas letras. Estais, sem dúvida, numa sociedade que tem como escopo o desenvolvimento das energias físicas, morais e intelectuais. Uma sociedade que sempre esteve em vossos méritos humanos e grandes ideais.

Saber compreender os melhores há sido meta irreversível de nosso colegiado académico. O mais elevado vigor da admiração se faz através da fulgurância intelectual do escritor reverenciado. A Academia Amazonense de Letras vos escolheu para ocupardes a cadeira de Antônio Brandão de Amorim em razão de reconhecimento aos conceitos superiores de vossos trabalhos literários.

Para bem escrevermos é necessário refletirmos em temperatura de confiança diante dos obstáculos. Não fizestes romance nem poesia em vossos trabalhos. O que desejastes, em vossas pesquisas, foi oferecer roteiro seguro, acerca de nossa região, aos compatrícios de outras plagas.

Vosso estudo é assunto brasileiro dos mais empolgantes a propósito da planície verde, hoje tão discutida, em nossa América, como pulmão de ar puro e necessário aos povos do mundo inteiro.

Coube-vos, também estudar e mostrar-nos esta extraordinária terra amazônica, insulada e até então aceita como improdutiva, fora da criminosa ficção em que a decantavam.

E foi assim, nesta sinceridade e patriostimo, que no-la revelastes em acesso permanente de região futurosa e cobiçada.

Os que vos lêem jamais poderão julgar vossos trabalhos no ficcionismo campanudo e faccioso dos mensuráveis e tangíveis. Vossas ESTÓRIAS AMAZÔNICAS, nos transmitem fatos do passado no melhor do presente para o futuro. Afirmam vossa fé; justificam nossos hábitos nas apergaminhadas virtudes da Prudência, da Temperança, da Coragem e da Justiça.

Enfrentastes, em vosso livro, a dura realidade do insulamento de nosso mundo verde. Mostrastes aos enfatuados, sem conhecimentos positivos de nosso labirinto assombroso de rios e paranás, lagos e sangradouros, o que somos e porque fomos desfigurados em nossa

progressividade geo-econômica, social e política. Daí porque, em vosso livro, isto nos pudestes dizer:

— "Possa ele ter o seu lugar na contextura amazônica e ser útil, de algum modo, aos que se preocuparem com a vida do nosso hinterlandino, no passado, em confronto com o presente".

Vosso itinerário amazônico, é realmente, circunstanciado na posicionalidade dos fatos, coerência em face da franqueza em que procurais divergir das repetições sediças e aclarar devergências regionais de ontem para o hoje.

Sois. por isso, pesquisador e intérprete devotado e esclarecido em longa peregrinação de amazonalogia nos dramas e ansiedades de uma época de invasão e conquista.

Nada vos passou desapercebido ou vos foi indiferente diante dos excessivos em termos de amazonidade. Divulgados e aplaudidos os escritores que nos visitaram e estudaram nossas lendas e costumes não vos conseguem ultrapassar em escrúpulos no marear o mérito de honra e dignidade a quem, como vós, o tem tão nobre.

O que desejastes, e desejais com firmeza e constância em nossa luta ajuricabiana de ideal, de liberdade, justiça e grandeza da Pátria, é que não mudemos para pior.

Mudemos, sim, sempre mais, para o melhor de nossas atividades e vitórias. Não somos imutáveis. Mudamos porque o progresso, e todo o nosso aprender é melhorar, é mudar.

É mudar, como ainda ontem, mudamos de uma fase de indisciplina para esta agora de paz, desenvolvimento econômico, obediência às leis e bem-estar social.

A grandeza que em vós sentimos senhor acadêmico EPAMINONDAS BARAHUNA, de 1940, data de nosso conhecimento e amizade, aos dias atuais, é de fidalguia, inteligência, caráter e pundonor. Conhecemo-nos e bem, no decurso dessa longo tempo, sem qualquer pequenino hiato de contratempo ou desafeição. Foi em vosso JORNAL DO COMÉRCIO que começamos a escrever e nos fizemos escritor.

Sim, prezado EPAMINONDAS BARAHUNA, na forma em que aqui chegastes, temos orgulho de vós haver recebido e assim, com alegria, e reconhecimento do vosso esforço nas profundezas de vossa grande vida. E o resultado é este que temos diante dos olhos neste grato momento de subida estima aos vossos belos frutos de trabalho e honradez, e em que por vontade de nossos ilustres, confrades vos apresentamos os louvores e boas-vindas da Academa Amazonense de Letras.

Bendito para sempre os que, como vós, acadêmico EPAMINONDAS BARAHUNA, pela grandeza da Pátria, se organizam em ideal eterno de harmonia e beleza, valor mental e moral rutilante de glória entre aclamações e eternos agradecimentos de nossos coestaduanos e compatrícios. Parabéns.

(Pronunciado na sessão magna de 16.12.1976, da Academia Amazonense de Letras).

NA CADEIRA N.º 2

Cláudio de Araújo Lima

Esta cadeira n.º 2, de sua origem até o momento em que me escolheste para ocupar um lugar em vossa ilustre Companhia, nasceu e viveu marcada por uma como predestinação. Uma predistinação que se denuncia a um simples exame das figuras que iluminaram a sua trajetória.

Três homens invulgares. A começar pelo seu patrono, o excelso Euclides da Cunha, capaz de glorificar qualquer literatura com o selo daquela cerebração superior, que o aponta, pode-se dizer sem cometer uma exorbitância crítica — pelo menos, assim eu me permito entendê-lo — como o mais belo escritor da língua portuguêsa. E, depois, os dois ocupantes que me antecederam, Adriano Jorge e Ramayana de Chevalier, ambos, figuras exponenciais da vida intelectual amazônica.

Todos três, identificados por uma grandeza de inteligência, que deixou atrás de si um rastro luminoso, onde cintilam, fáceis de ver, os outros aspectos personalíssimos que se podem alinhar, lado a lado, a despeito de serem os três, aparentemente, tão diversos, quando vistos de longe e apressadamente, pelos seus aspectos temperamentais e caracte-reológicos.

Mas não só pela inteligência fulgurante, também pela cultura, que todos três a tinham plasmada sob a força da mesma linha, entre os módulos das ciências e das belas letras, estas e aquelas, em todos três, impulsionadas pela obsessão telúrica, que lhes marcou a maneira-de-ser intelectual.

E se alguém se aventurar, friamente, a transpor as camadas superestruturais de seu arcabouço intelectual e cultural, disposto a penetrar as infraestruturas da vida instintiva, de onde explodem as forças às vezes incontíveis da afetividade, encontrará as essências últimas, que o tempo vai, hoje, inexoravelmente, deixando empalidecer, à hora de julgar e traçar o perfil desses três homens, cada um a seu modo, realmente excepcionais.

Porque, de fato, em todos três, lá está a hiperssensibilidade explosiva, que os tornara modelos de passionalismo, e os fazia quase

ferozmente opiniosos até ao último extremo. Rebeldes e agressivos. Verdadeiros exemplos do homem anti-diplomático. Quase espadachins, à hora de quererem impor as próprias idéias. Tanto Euclides da Cunha, com a sua ideologia impregnada do positivismo original, que o arrastou tantas vezes, como ao julgar a Amazônia, a certos conceitos mais ou menos falsos sobre a nossa terra. Como Adriano Jorge, com aquela tendência à mutabilidade ideológica, capaz de levá-lo, do extremo de suas idéias materialistas de feitio ainda mecanicista, até o último extremo de sua transformação religiosa, quando, para impor como mais vigor a força de seu prestígio, a todos que, muito justamente, o veneraram quase como um desus, fez sua profissão de fé em praça pública, espetacularmente. E, finalmente, como Ramayana de Chevalier, que, com a candência de seu verbo, inflamava os que o ouviam a impor as idéias que mais o fascinassem em certo momento — um poder de persuasão, de proselitismo, que os políticos e os governantes desta terra tiveram a inabilidade, ou a falta de inteligência, de deixar passar ao largo, sendo ele, como o era, uma figura que teria assinalado a sua passagem, indelevelmente, na representação parlamentar. Mas que o tempo foi desgastando, deixando que se apagasse, entre amarguradas e silenciosas mágoas, embora ele, Ramayana de Chevalier, bem o soubesse que esse ostracismo a que o votavam, tacitamente, era a mais eloquente prova de quanto o temiam como rival talentoso, como competidor altamente dotado, que esmagaria a tantos que ocuparam lugares que jamais quiseram que ele ocupasse.

Eles eram assim, todos três: marcados pela passionalidade — Euclides, Adriano e Ramayana de Chevalier.

E porque eram assim, todos três guardaram, também nos refolhos mais recônditos da alma, nas profundezas do inconsciente, aquele avesso que nós, os psiquiatras e psicólogos de profissão, buscamos sempre encontrar, e fatalmente encontramos, quando levamos aos extremos possíveis, a investigação e a tentativa de descobrir, e identificar, a secreta maneira-de-ser desses homens arrebatados: a generosidade explosiva, a capacidade de amar o próximo, e, sobretudo, aquilo que de mais belo eles carregavam no imo do ser — a desambição, o desprezo pelas coisas materiais e palpáveis da vida quotidiana, que eles preferiam queimar e consumir, dia por dia hora por hora, minuto por minuto, com uma displicência que os impedia de marcar um sólido lugar ao sol, no plano da fortuna e do bem estar.

De fato, eles eram assim, quanto à qualidade afetiva.

Mas se, no mesmo crisol, se buscar, por outro lado, algo que

exprima uma espécie de denominador comum, capaz de dar uma idéia mais exata da sua forma de comunicar com o mundo, uma resultante de suas qualidades mentais e do que se poderia justificar como os seus defeitos, o que lhes fixará mais expressivamente a maneira-de-ser intelectual pode ser configurado em uma poucas palavras: Eles viveram, todos três, fascinados pela idéia suprema da beleza, e essa beleza, toda condensada, concentrada, numa forma essencial de exteriorização — o verbo.

Porque sua característica principal foi a eloqüência.

A eloqüência, mesmo quando fosse transposta, apenas, para a palavra escrita, como no caso de Euclides, que até hoje, confesso eu o leio, sempre, lutando contra o impulso a fazê-lo em voz alta, como se declamasse uma das odes atribuídas a Anacreonte. Pois Euclides, ao contrário dos dois primeiros ocupantes da cadeira que o tem como patrono, não conheceu as pompas da palavra falada, que ADRIANO e RAMAYANA saboreavam até o último hausto. Ele era silencioso. Para usar a expressão feliz de um humanista argentino em seu estudo sobre o Abade Faria, Euclides era "o silêncio amotinado", que, um dia, ao transpor os limites de sua inibição, explodiu na violência verbal de "Os Sertões".

Era assim o verbo desses três homens invulgares.

Um verbo grandioso. Massiço. Destinado a golpear os sentidos. A produzir estupor. Capaz de estarrecer as massas. De embasbacar o público. Sempre vestido de uma roupagem riquíssima embora voluptuária. Principalmente destinada a provocar respeito, e admiração, e entusiasmo, e arrebatamento.

Quase insensivelmente, senhores acadêmicos, ao procurar definir o estilo dos três em singelas e rápidas pinceladas, acabei por figurar um esquema do estilo que a Igreja, entre os séculos XVI e XVIII, fez especificamente seu, para atingir as multidões que se haviam revolucionado espiritualmente sob o impacto da Reforma. O estilo barroco, que a Igreja, na sua sabedoria de muitos séculos, soube tão habilmente manejar, quando já haviam praticamente falhado os métodos e as idéias da Inquisição.

Pois os três homens que iluminaram a cadeira n.º 2, todos três, foram lídimas expressões do estilo barroco, que barrocas eram a sua eloquência e a sua personalidade.

Falei-vos, logo em minhas primeiras palavras, na predestinação desta cadeira n.º 2.

E acabei por definir Euclides, Adriano e Ramayana como três figuras exponenciais da eloqüência barroca.

De fato, tal foi o destino da cadeira até o momento em que tivestes a generosidade de me aceitar na vossa ilustre Companhia — justo instante em que, quase violentamente, sacrilegamente mesmo, quebraste aquela tradição.

Porque, senhores acadêmicos, elegestes um homem que é a negação da eloqüência e, por esssência, um homem avesso ao estilo barroco. Alguém que, como escritor, por lhe faltar o que sobrava em Euclides, Adriano e Ramayana, e talvez mais ainda, por um certo tipo de caminho através do qual a vida o empurrou, aos poucos, enveredou pelo rumo de um estilo que tem ansia de ser simples, despojado, desprovido de pompa, despreocupado de impressionar — uma forma que busca, quanto possa, tornar-se singela, sempre em busca de atingir aquela sobriedade vocabulada que, em última análise, marcaram o estilo de homens como Anatole France, Ernest Renan e Graciliano Ramos, capazes de dar idéia da parcimônia e da pobreza, embora escondendo tanta riqueza.

No fundo, talvez, uma atitude mental que reflete o meu entusiasmo por São Francisco de Assis. Porque, se eu tivesse tido a felicidade de conservar a minha fé — a fé apaixonada em que me criei — os meus santos não seriam Agostinho nem Tomaz de Aquino. O Santo de minha devoção haveria de ser o pobrezinho de Assis, à hora de pedir clemência e correção para os meus defeitos maiores, desde que principiei a almejar a humildade capaz de se contrapor àquela arrogância da mocidade, que, felizmente, já quase se extinguiu. A simplicidade que me houvesse levado, muito antes do que a vou conseguindo, ao desprendimento, à renúncia de todas as ambições, à dissolução e sepultamento de todas as tolas ilusões de riqueza e de vanglória.

Realmente, de um lado, S. Francisco de Assis — sobretudo o S. Francisco dos estudos de Sabatier — e do outro, a psiquiatria, foram as molas mestras da minha transformação na idade madura. Só elas me ensinaram a ser intelectualmente humilde, e me fizeram o que sou hoje — simples e quase chão — e me conduziram à reformulação de minha vida intelectual, desde a maneira de pensar sobre as coisas mais altas da cultura até a própria maneira de escrever. Porque, somente quando alcancei a cura do vício de deixar-me embriagar pelas minhas próprias palavras, foi que logrei descobrir o verdadeiro mundo real da palavra. A palavra, não mais como um adorno, como elemento de uma decoração

rebarbativa — barroca, para dizer tudo com um só adjetivo. Mas como um instrumento de que eu tinha de me utilizar no trabalho profissional, assim como também na tentativa de exteriorizar o pensamento nas experiências literárias. Algo concreto, palpável, sem jamais misturar, na medida do possível, e relativamente, o material dos dois pequenos mealheiros de que eu podia dispor — a linguagem da ciência e a linguagem das letras. E, muito menos ainda, misturar, com uma ou com outra, uma terceira que para mim se tornou a mais positiva e mais respeitável das linguagens — aquela que fui hora por hora apredendo no trabalho contínuo da profissão, ao praticar o difícil exercício de entender a alma humana, no dia a dia do diálogo e na observação do homem. Linguagem sem compromisso, sem padrões rígidos, apenas espontânea, seja instintiva ou intelectualizada, mas obrigatoriamente grave e desvestida de galas. Sempre dominado pela ânsia de impregnar-me do ensinamento de Korzibski — o eminente chefe da escola semântica polonesa, em cujos dois grandes livros aprendo que, para usar devidamente uma palavra, há que primeiro a entender de fato. Examiná-la — quase palpá-la com os dedos — a fim de que seja possível extrair-lhe a essência. Sim, porque, hoje, quando tanto se fala em comunicação, que talvez seja o maior mito da época, cada vez se revela menos capacidade de comunicar. Isto, pela falta de conhecimento das significações. E porque se abusa da palavra, em número, em falta de compreensão de seu exato valor, em desfigurações, em desmando na criação de neologismos às vezes apenas exibicionistas, enfim, em todos os seus maus empregos, que, ao invés de aproximarem os homens, cada vez mais os afastam.

É preciso concluir, já que acabei de vos confessar até que ponto me convenço, hoje, de que é conveniente desconfiar das palavras, e, sobretudo, só as usar como Korzibski queria que se procedesse antes de manejá-las. Pelo que se impõe não abusar delas nesta festa, que tanto me envaidece, e evitar que me levem a aumentar o vosso cansaço, que já deve ser grande, embora haja buscado um mínimo de desperdício vocabular.

Mas, para terminar — vede como não me curei radicalmente do mal da prolixidade — ainda vos vou impor mais um pouco de palavras, evocando certa narrativa de Anatole France, esse demônio cintilante de que me tornei devoto, desde quando me iniciei no vício de ler. É a história de certo potentado oriental, que, ao galgar o trono, decidiu que havia de ser, além de um sábio monarca, também um monarca sábio, pelo que convocou todos os grandes homens da nação, e determinou-lhes

que procurassem, reunidos, condensar todos os conhecimentos possíveis, que ele não teria tempo de estudar com os seus próprios olhos.

Muitos, muitos anos se passaram, até um dia em que seus áulicos avistaram, na linha do horizonte, uma imensa caravana. Camelos e mais camelos, carregados de enormes livros, que chegavam com os sábios aos quais incumbira da tarefa de ilustrá-lo. Mas o monarca achou excessivo o que lhe traziam, e ordenou que voltassem, que resumissem mais, pois que, mesmo reduzido tudo àquelas proporções, não lhe sobraria tempo suficiente para ler tantos livros.

Eles retornaram, obedientes. Novos anos se passaram, até o dia em que lhe anunciaram que os sábios estavam outra vez chegando, agora reduzidos a apenas uma meia dúzia, carregando uns poucos livros, onde haviam logrado levar ao extremo a síntese de todos os conhecimentos da época.

O monarca não se satisfez, porém. Sentia-se já velho e sem tempo para assimilar tanta sabedoria.

Novo retorno, novo desfilar de anos, em que os sábios sobreviventes trabalharam sem parar. Um dia, afinal, alguém veio dizer-lhe, correndo, que um velho de longas barbas brancas, montado num burrico, chegara ao palácio, sobraçando um pequeno volume, que fora o máximo a que pudera reduzir os conhecimentos encomendados.

Mas era tarde demais. O monarca envelhecido agonizava e não podia mais ler.

E o velho escriba, para o consolar, disse que ia resumir, em umas últimas palavras, a verdadeira essência de tudo que pudera concentrar ali. E explicou-lhe, num máximo de síntese, que o que sobrava de tantas e tantas palavras podia, ainda, ser resumido num mínimo de idéias. Estava ali escrita, apenas, uma singela conclusão: que os homens nascem, vivem e morrem.

Uma dura mas cristalina verdade.

Sim, para que tantas palavras, se ao fim e ao cabo, do muito que se escreve, com pompa ou sem pompa, com calor ou a frio, com arrogância ou singeleza, tudo se resume, afinal, nesta verdade simples: os homens nascem, vivem e morrem.

Eu me despeço, Srs. acadêmicos, e vos agradeço a todos, a minha eleição, muito especialmente ao meu fraterno amigo Genesino Braga, figura exponencial desta Academia, que aceitou o sacrifício de me receber, e com tão belas, tão generosas, tão lisonjeiras palavras.

Mas não me despeço, senhores acadêmicos, sem evocar um saboroso epigrama do mesmo Anatole France, que lá está no "Jardin

d'Epicure", onde ele lembra o que fazem os selvagens com os seus velhos, nas ilhas Fidji. E, sarcasticamente, diz que na França, ao invés de matá-los, os franceses preferem fundar academias.

Pois bem. A esta altura de uma já longa vida, quando meus olhos só abarcam em volta os horizontes tristes da senectude, bem podereis fazer comigo o que fazem com os velhos os selvagens das Ilhas Fidji.

Decidistes, porém, agir de outro modo.

Não me matastes, nem muito menos me sepultastes — certamente, porque compreendestes que, em meus despojos, não havia sementes de grandezas e virtudes que pudesseis herdar.

Mas procedestes, em vez disso, com uma sútil ironia, com uma espécie de malícia, por assim dizer, anatoleana.

E, porque não me matastes, preferistes tornar-me um acadêmico.

NA RECEPÇÃO DE UM BARDO MUNDURUCÂNIO

João Mendonça de Souza

Senhor Acadêmico Homero de Miranda Leão:

Em nossa base histórica, vossa poesia enfoca ilustre tradição literária. Evidencia clareza nas estrofes que nunca foram indiferentes à idéia de liberdade e positivam, em lutas memoráveis, a bravura do caboclo mundurucânio.

A idéia da poesia, em vós, é uma luta de liberdade. O movimento da cabanagem, na bravura do vosso povo, em face de nossa independência política, vos levou a um verso de sentimentos épicos e heróicos, de combinações simétricas, onde na dança das palavras podemos admirar e sentir, também com igual finura de pulsação cósmica, o verso branco, acadêmico, psicoanalítico, de confissões abertas e de associações verbais seguras e exatas na maior intenção e nos compromissos adultos.

Vosso procedimento legítimo, de fato, é o da reação fecunda contra a rotina. É o da emancipação, de um vate que se revela poeticamente apto a entrar em labirintos neotéricos a fim de conquistar outras linhas espirituais e cadências rítmicas.

Em vossas estrofes, não vemos o poeta que se ventura a fazer na arte do verso, restos de ócio. Não vos olhamos bardo de palavras e de idéias vazias, insípidas, indiferentes à atual notificação do homem em face do gozo e câmbio das civilizações.

Observamo-vos a confiar numa reincorporação de almas para poder decidir sobre destinos ulteriores. A religião, o rito, a idéia, a palavra, a arte, o corpo, nas declinações naturais, focalizam vossa comunicação matemática, geométrica, numa contínua vitória de consciência sobre o caos das ideologias antipatrióticas.

Sentimo-vos numa poesia de afã, de linguagem como produto de nossas necessidades práticas. Sois um bardo preciso nos quadros naturais de nossa realidade amazônica. Daí porque, nada, absolutamente nada, desejais da casualidade. E nisso está o roteiro da vossa luta com o inefável, o vosso combate de Homero, na anatomia de nosso Mundo babelizado e ainda muito pouco livre do teórico insulamento em que vivíamos.

Temos de saber ler e traduzir, sem duelo, a significação dos vossos instantâneos para bem sentirmos o índice magnífico de vossa sensibilidade nacional e de vossa cultura, antiga e moderna, sempre atenta à nossa supervivência de cuidados eminentes e universais.

Em vossas instantâneas e automáticas reações, percebemos o acervo de pormenores históricos, eruditos, preciosos contidos na composição dos vossos poemas. Gostos e caprichos individuais. Uma integração qualitativa de paralelismo e influências literárias de épocas e temas essenciais de nossa cultura.

Nesse conceito de inventário e afetos de nossa civilização, no campo de um estudo considerado estatístico, é compreensivo que o vosso itinerário, se fundamentasse em esquemas antológicos, sociológicos e históricos na fronteira linguística das escolas e das modas sucessivas.

Devemos computar, nesse real critério, como poema que chega ao público, num conscienticismo de convite ao debate idealista, de história viva e efetiva, o vosso MUNDURUCÂNIA.

Neste soneto, sois um caboclo altamente intimorato sobre o vosso passado histórico. Sois um aedo e rapsodo que declama, numa devida valência de representatividade, as quadras e tercetos de vosso homerismo nestes versos fertilizados de sucessão sentimental e audiência de vida épica:

Mundurucânia é a minha Terra. Um dia
um povo altivo, de alma resoluta,
lança um brado de angústia e rebeldia
e marcha decidido para a luta...

Sua voz guerreira o grande vale escuta,
e eis que em breve a vitória preludia;
e a brava gente, destemida e arguta,
para sempre a injustiça destruía...

Louvo-te, minha Terra, nestes versos
por onde, entre emoções, andam dispersos
meus sentimentos... Estes versos são

Alguma cousa de teu solo. O traço
que junta, pelo tempo e pelo espaço,
o meu ao teu vibrante coração!...

Observemos que, de fato, para maior energia e elegância das expressões, em mais de uma vez, os versos são alterados nos princípios da sintaxe regular. Numa sintaxe figurada, possível na autorização usual das chamadas figuras de construção, nos dais, em anteposição ao verbo, um verso de beleza épica como este figurado em nova oração incidental:

Sua voz guerreira o grande vale escuta

Todo poeta, todo escritor, é certo, se plenifica dos recursos populares. Para ser povo, no entanto, não precisará jamais de usar o trivial, o chão e o transbordante em termos de falsa comunicação.

Não terá necessidade de se hipertrofiar na forma e se desmerecer ideiativamente no conteúdo. Os extremos são excessivos. A comunicação do conteúdo, numa forma cuidada e simples valoriza um autor, a olho nu, junto aos bons leitores.

Senhor Acadêmico Homero de Miranda Leão, nunca precisastes de coramina para serdes o bardo entendido na História do vosso povo. Consciente no exercício lúcido da linguagem não desnorteais o preciso de vossa respiração. Não há o hermético, o nebuloso na extensão de vossas idéias. Não há o fútil, o vulnerável dos enredos sediços, conseqüentes do entenda quem puder.

Vossa poesia é identificada em versos iluminados de gosto literário, desinteressado de um pseudo barroquismo, entre o paradoxal e o popular inautêntico. Pretender fazer versos num arremedo de arte, é farsa.

No popular, um poeta autêntico, sem cair na carência do incorreto da forma, faz sonetos primorosos como o vosso MUNDURUCÂNIA, tão belamente aplaudido pelos leitores qualificados quanto pelos iniciados.

Soneto assim engrandece um poeta. É popular no conteúdo e na forma, na proporção em que o é no estilo da arte genial.

Leiamo-lo, e com alegria vejamos que, sem qualquer deformação métrica ou deslise rimático, é hegemônico entre os cânones poéticos do tradicional e as implicações conceituais da popularidade.

MUNDURUCÂNIA é um soneto naturalmente épico-narrativo. Tem gradação, hierarquia, espaço, profundidade, força, escopo, coeficiente, grandiosidade e nobreza nos vocábulos.

Glorifica-se em autêntica herança de sucessão civilizadora e perdura num hino de louvor diante da bravura tradicional do amazônida identificado nas fronteiras do épico.

Os dois versos de rima oxítona, nos dois tercetos, lhe dão um interlúdio de grandeza musical e de ação numa característica de possível destino confra a monotonia.

Na verdade, a estrofação decassilábica é heróica nos quartetos; nos tercetos através das rimas emparelhadas que preparam o surgimento dos versos agudos, finais, num ritmo assim de pausas e reforços segmentais, o nosso ouvido é gradualmente preparado para uma harmonia condoreira.

Observemos que o soneto MUNDURUCÂNIA, por isso mesmo, foge da monotonia em variações rítmicas e divisões métricas segmentais em obdiência aos cânones do conteúdo poético.

Sem muito apuro, podemos isso confirmar através da pontuação e dos grupos sintáticos distribuídos nos quatorze versos do soneto.

Notemos que o soneto é iniciado através de um lance semântico eminentemente popular: **Mundurucânia é a minha terra**. Depois dessa citação, é certo que, vos associais ao recurso da narrativa e da reminiscência heróicas.

A comparar o passado de lutas dos mundurucânios com a atual heroicidade de vosso povo, assim vos valorizais num confronto glebairrista e exclusivista: **e a brava gente, destemida e arguta,/ para sempre a injustiça destruia...**

É nessa memória de altivez dos tempos de combate e adversidade, no resultado valoritivo das quadras homéricas em **abab, baba**, que atingis os cumes iluminados, de feição alvesiana dos tercetos condoreiros.

No ritmo, no estilo, no fulgor das palavras há o empolgar de um tributo de realidade ambiente, regional e distinguidamente condoreira. Há o descritivo de um sentimento que se funde em admiração e ufanismo à Terra e aos feitos Mundurucânios.

O colorido, em filtros de efeitos de estilo, valoriza-se num legítimo anseio de satisfação. Desenvolve-se em vossa função de artífice agilizado nas combinações rimáticas-paroxítonas: **dia, resoluta, rebeldia, luta, escuta, preludia, arguta, destruia, versos, dispersos, traço, espaço.**

Rimas, pois em variações dissilábicas e trissilábicas. Enquanto na primeira quadra, a predileção auditiva se caracteriza em dois substantivos e dois adjetivos de associações heróicas, na segunda quadra, com excessão do verso **para sempre a injustiça destruia**, os demais são derivados do presente do Indicativo.

Vejamos que, por isso mesmo, em vez de heróico, o terceiro verso, da segunda quadra, acentuado em 4+4+2 é inteiramente sáfico. O segundo verso da primeira quadra, porém, assim acentuado em 3+3+4 pode ser aceito entre o sáfico e o heróico.

No soneto MUNDURUCÂNIA apenas encontramos três palavras esdrúxulas, coincidentes, sem dúvida, no realce das imagens épicas: a palavra que dá título ao soneto e as que explodem em ansiedade e simetrias semânticas como estas: brado de **angústia**, e **vitória** que preludia.

As palavras **mundurucânia, angústia, e vitória**, obedecem a uma tonicidade de sucessão nos fatos e de excepcionalidade de tempo que perdura no enfoque central do soneto. Ficam na história dos Mundurucânios em seqüência exemplificativa, de coragem em face do passado, e de estímulo patriótico diante do mundo assombrosamente atômico de nossos dias.

Na valoridade das rimas, porém, as palavras são realmente distinguidas muito acima das adjacências do lugar comum. No arranjo rimário, ficamos numa impressão de naturalidade. De exato, as palavras rimáticas, deste soneto, são trabalhadas. Estão sujeitas ao tema em progressão de boas combinações musicais.

Encontramo-las assim valorizadas, neste balanço, na primeira quadra: substantivo + adjetivo + adjetivo + substantivo; na segunda: verbo + verbo + adjetivo + verbo; no primeiro terceto: substantivo + adjetivo + verbo; no segundo terceto: substantivo + substantivo + substantivo.

Podemos, nisso objetivar a substantividade dos vocábulos fortes, metafóricos, lúcidos e humanos. A escolha, portanto, homeriza-se num conjunto semântico de fulgor e de caracterização da natureza e do povo mundurucânio.

Em quase todos os versos do soneto MUNDURUCÂNIA, notamos a presença da letra **i** numa forma de aliteração agradável e de efeito brilhante como recurso sonoro. Não menos aliterativa, por isso, torna-se a substituição do **i** pelo **é**, como opção capaz de evitar a monotonia nos dois primeiros versos do segundo terceto.

A densidade semântica é assim, no que vimos, ultra regionalista em ultimatos de advertência aos descuidados de ver e considerar a súmula tradicional de vosso povo vivido neste lance dominante de epismo e de orgulho de vossa estirpe mundurucânia:... **Estes versos são / Alguma cousa de teu solo**.

Notável, sem dúvida, na 6.ª sílaba. O soneto MUNDURUCÂNIA, nesse sentido, nos dá uma impressão de posse narrativa em unidade sintática perfeita.

Em face dos domínios da métrica, não há, uma só vez, o abuso do surubácti no aproveitamento de uma consoante como sílaba. Na metrificação, soubeste ser grande sem se valer dessa apelação tão comum nos bons poetas.

O aparecimento de duas tônicas, ou mais, numa forma aproximativa de justa posição, na contagem métrica, pode ser visto assim em encontros sucessivos de ritmia harmoniosa:

Na primeira quadra-verso 2: pov**o** **a**ltivo. d**e** alma; no verso 3: lança **u**m brado d**e** **a**ngústia. Na segunda quadra-verso 1: sua voz guerreir**a** **o** grande val**e** **e**scuta; **e** **e**is qu**e** **e**m brev**e** **a** vitória preludia; **e** **a** brava gente, destemid**a** **e** arguta. No primeiro terceto-verso 2: por ond**e**, **e**ntr**e** **e**moções. No segundo terceto-verso 2: tempo **e** pel**o** **e**spaço.

Consideremos que, nessa estrutura assim acentuada, as tônicas se justapoem, igualmente, já em simétria conversível, no primeiro terceto do 2.º verso, depois da 6.ª sílaba.

Igual a Camões no **alma minha**, no vosso soneto MUNDURUCÂNIA também, num verso duro, nos dizeis: "Mundurucânia é a minha terra". Esse **a minha**, mesmo para o ouvido apurado e excessivo, está longe de ser um cacófato.

Lido na forma da acentuação métrica, em consonância de "Mundurucâni**a** **é** **a**", na 6.ª sílaba, numa contagem expletiva , ou mesmo de supressão da vogal **a**, ou assim como se tivéssemos colocado em lugar das letras **é** e **a** pequenina vírgula, de imediato, teríamos a sonoridade que deve ser aceita como a verdadeira, límpida e de boa impressão.

Ora, e aí está, muita gente que lê versos não vai além de simples leitor. Nenhum conhecimento tem acerca de versificação. Para os assim entendidos, perde o verso em beleza estilística e o poeta, na conceituação de falho em seu ofício.

Saber tirar o melhor proveito entendível de um verso é uma arte. Declamá-lo, igualmente. Olhemos, sem apuro, o jogo de contraste que há na literalidade de "voz guerreira".

De exato, considerado assim, é pálida. Mas, desde a tomemos na força de sua sugestão, torna-se naturalmente imensa na paisagem denunciadora e simbolista dos bravos combatentes mundurucânios.

O desdobramento dos versos é assim de valor episódico em face da natureza física e de identificação com as forças telúricas. Nesse lastro, pois, de identificação da linguagem, no envolver da narrativa, em

consonância, com o inventário áudio-visualístico do soneto, é que encontramos o conteúdo do tema concreto do aguerrido MUNDURUCÂNIA isento das nebulosas indagações.

Tão assim realmente que, logo a seguir, vos podemos retratar e sentir nos múltiplos e valorosos exames de nossos conterrâneos, em luta de plenitude heróica e de indefectível domínio sobre a terra, limpos de todas as mazelas e de todas as mesquinharias, neste soneto expressivo de amazonologia intitulado — **CABOCLO!**

Leiamo-lo na multiplicidade, clara e pura, cada vez mais alta ao mundo íntimo e perfeito do vosso bardismo mundurucânio:

Irmão glebário, atlante silencioso
cuja vida, de luta e de porfia,
não fora, em seu conteúdo vigoroso,
ainda descrita como ser devia;

Tu que aos anátemas sobrepuseste
o exemplo da coragem pura e fria,
e que no grande Ajuricaba deste
a lição de sagrada rebeldia;

Aguarda, irmão glebário, o amanhecer
irradiante de uma nova aurora!
Tu vencerás! Tua raça há-de vencer!

E das angústias afinal egresso
há-de soar teu grito, tarde embora,
em cânticos de luz e de progresso!...

Esta concepção de vosso glebarismo homeriano nos leva a considerar vosso soneto como de objeção ao insultuoso ditério do caboclo indolente, inconscientizado de bravura na defesa de nossa gleba.

Neste soneto de liberdade, otimismo e fatalidade, a psicologia, de vossa ação de poeta se fixa, em nosso mundo moral de pensamentos, de sentimentos e de atos, notavelmente sublimada em nossa verdadeira realidade.

Mesmo na fase secular em que nossa região viveu fantasticamente mergulhada em abandono de lendas e bichos, fechada ao insulamento da floresta ciclópica, jamais nos deixamos de sentir como brasileiros e de

assim lutar bravamente em defesa de nossa Amazônia, contra o estrangeiro opressor.

Sim, como glebários, reconhecemos que vencemos. O atual Amazonas da Zona Franca, nos deu "o amanhecer/irradiante de uma nova aurora". Agora, dentro desta continental Amazônia, vivemos "em cânticos de luz e de progresso!..."

À médida em que a nossa interpretação se enfoca nesse desenvolver de facetas econômicas, políticas, sociais e históricas, acerca de nossos irmãos mundurucânios, vemo-nos entendidos e esclarecidos a respeito de nossa psicologia entre o verdadeiro e o falso.

Restaurar, em distinção, a verdade é o que vemos em vossos quadros poéticos. Na esfera de um pensamento reconhecidamente amazônida, o vosso glebarismo, no tempo e no espaço, vos revela sempre maior no aprofundamento de verdades acerca dos fatos heróicos de nossa vida.

Grande, exato, em todos os tempos é este retrato de grandeza de alma e de coração que nos ofereceis de vosso glebarismo imenso, heróico neste pungente e exemplificante POEMA DA DOR:

Senti de perto, bem de perto
o drama dilacerante de tua vida...
Acompanhei, no silêncio prolongado
de minha dor,
a noite angustiosa, sem alvoradas,
que cercara os teus últimos dias!
O teu destino se fizera um látego
e te supliciou
impiedosamente...
Mas, como foste grande em teu padecimento
Como soubeste conter as tuas lágrimas
que deveriam queimar tua face pálida,
transfigurada pelo sofrimento...
Acompanhei teus dias sem sol,
tuas noites sem estrelas...
Senti a angústia de teu isolamento...
No entanto, volvendo o olhar
às brumas do passado,
— a esse passado de sonho e de rosas —
eu te revejo, na tortura
de uma evocação comovida,

como sendo a nota musical
de pompeante alegria, que se fora,
para nunca mais voltar!...
Eras a alegria!
A alegria de muitos corações!
Flor que desabrochava entre carinhos
— como um sonho de ternura —
eras a flor da bondade,
eras a flor da alegria...

Teus dias de luz,
teus dias de festa!
Tudo fugira como por encanto!...
Porém, o teu sorriso costumado
jamais deixara de aflorar aos teus lábios
sentidos!
Foste grande! Foi grande e inquietador
teu estoicismo. Eis por que tu tiveste
a serenidade comovente
quando a hora suprema te acenou
e tranquila a Jesus tua vida deste
na tragédia da dor!...

E sublime é em nossa região extraordinária, notarmos que o antropomorfismo ainda não chegou ao fim. Em nossa contemporaneidade temática, sem dúvida, podemos considerar que as estórias do feitio encantatório do "Cobra Norato" surgem, entre nós, assim numa constância de amazonologia cultural profunda.

Sem atenuações, sem veus, nossa Amazônia ainda será, por largo tempo, um mundo onde o homen há de procurar a história de nosso heroísmo contra o insulamento da selva medonha e colossal.

O vosso Brado mundurucânio, entre o mundo de nosso quotidiano, e o mundo lendário de nossa idealidade, nos oferece neste poema intitulado — O GUARANÃ, uma estória que, isenta do álibi estrutural, se valoriza em termos de análise sócio-econômica acerca dos Maués no próprio espaço reservado a um destino glorioso.

Neste critério de conhecimento e relação, revives, o passado e viveis o presente de vosso povo em linguagem poética, aparentemente lendária na estrutura interior do tempo da qual se origina. E com isso.

comprovai-nos que, embora no ápice do furor tecnológico, sem o Homem, sem a Terra, "a máquina não é vida de nada".

Sem temer, pois, as relações tão mundialmente celebradas do automatismo, assim nos convidais para vos sentir, numa consciência muito alta de vosso povo, através da transcendência social e participante de vosso lendário e histórico poema O GUARANÃ. Vejamo-lo:

Cerêçaporanga
era a mais bela
da taba dos "Maués"...
Por isso aquela
afeição dos selvagens
que a resguardavam
muito mais que às suas irmãs...

Eis que surge, no entanto, em seu caminho
um índio viril
e, de pronto,
violenta paixão
lhe irrompe
no coração...

Resistência tenaz
foi-lhe, porém, oposta
a essa união!...

Mas, Cerêçáporanga
insubmissa,
resiste à opressão...
Foge, com o bem-amado!...

A tribo se levanta!...
Tambores vibram!
Índios, afoitos, percorrem
a selva
de flecha
à mão...
É a caça ao sedutor!...

Mas... ante o espanto dos "Maués",
do bando ante o torpor,
ao pé da velha árvore,
fulminados
por um raio certeiro,
dormiam, para sempre,
os dois enamorados...

E dos olhos de Cerêçáporanga,
tempos depois,
no solo verdejante
nascia o Guaraná...

E de seu amor verdadeiro
— amor desfeito pela sorte má —
ficou esta lenda comovida,
que diz do amor e da vida
dos "Maués"...

Sentimos, sem muito esforço, quanto vos identificais com o vosso povo a fim de nos revelar os subsolos angustiosos da vida interiorana. O heroísmo íntimo da posse difícil da terra no simbolismo de Cerêçaporanga.

Em vossa descrição poética vemos os obstáculos que ainda hoje tolhem o caminho da plena concretização espiritual e civilizada do interiorano. A salvação de nossa Amazônia realmente objetivada à proporção que nos desvencilhamos das faisas insídias do Inferno Verde.

Permanecemos ainda bastante mesquinhos em face da nova Amazônia que se está a gerar, através de um novo Amazônida, no desaparecimento dos latifundios improdutivos.

Nos caminhos do progresso, o Guaraná nos proporcionará, em beleza e grandeza, Cerêçáporangas reais, em plenitudes físicas e espirituais para ventura integral de nosso existir e expansão civilidadora de imenso destino.

Daí porque a vossa poesia é vivida por vós em natureza física natural e especulativa. Vossa fronteira, de homem consciente em humanidade, é correlativa, no propósito de nosso protesto contra os deturpadores de nossa Amazônia.

O soneto AJURICABA, que a seguir transcreveremos, é uma valiosa posição determinante de toda a vossa vida. É um retrato de corpo inteiro de vosso apostolado poético. Ei-lo:

Altivo e crepitante, indômito e valente
sentindo dentro d'alma um resplendor de sóis,
tu foste a própria vida deste sangue ardente
que ilumina e fecunda esta raça de heróis...

Cortando com nobreza a audácia do invasor
que tentava levar o teu irmão, jamais
voltaste sem trazer em tua fronte o fulgor
das conquistas febris, das conquistas reais...

Abatido, afinal, depois de luta insana
eis que reprimes ainda a cruel e tirana
mão que te ousa deter em amarga atrocidade...

E atirando-se ao rio — ampla baía revolta
sumiu-se a tua figura luminosa envolta
na martirização sem fim da LIBERDADE!...

A vossa glória, neste soneto, é de suntuosa independência em face dos homens que se desfraternizam em contradições sociais e se curvam a idealogias destruídas, de paz e liberdade. A comunhão com o mundo de nossos heróis vos ilumina nessa poesia de redenção social e soberana fixação heróica.

Observamos que, nesse sentido, a reiteração adjetival logo no primeiro verso, da primeira quadra, não é de mera repetição ondeante, mas, na verdade, de paralelismo no processo da atmosfera de independência ardente e cívica:

No realce, na ênfase, quatro adjetivos — "altivo", "crepitante", "indômito", "valente", que formam o contexto do primeiro verso, atingem, em paralelismo ideável, o alvo dominante, adjetival, que podemos descobrir na associação intencional das expressões rimáticas dos versos 2, 3 e 4, nesta seqüência entendida em dimensionamento socioistórico: / **resplendor de sóis, sangue ardente, raça de heróis.** Assim nessa conformidade ideal, entre formas sociais e formas estéticas, objetivamente vossa poesia se completa em estatística adjetival, impregnada da liberdade que amais, em termos capazes de prevenir e preparar a susceptibilidade dos leitores.

Termos rimáticos, assim nos ofereceis entre, substantivos e adjetivos, adjetivo e adjetivo, constantes na complementaridade temática deste soneto iluminado de liberdade:

"Conquistas reais", "luta insana", "cruel e tirana", "amarga atrocidade", "baía revolta".

Nesse particular, é certo, essa liberdade decantada, tão profundamente assim de maneira épica, sobrevive em valor numa forma de pureza de nossas origens históricas. Mostra-se na ufania manauara e baré que há em cada um de nós nos caminhos da conscientização de existência.

De qualquer maneira, o importante é observarmos, na intersecção do regional, para o nacional, que o vosso soneto AJURICABA se extrapola, em idealismo e validade conteudística, do amazonidismo, que nos é comum, para o patrimônio de hierarquização das sociedades mais complexas: a Liberdade.

Neste soneto, pois, sem dúvida, interpretais e reescreveis épicamente a história de nosso povo em face dos sucessivos avanços de vitalidade social indispensável ao vigor que hoje podemos anotar na positiva e heróica integração da Amazônia ao nosso País.

Mesmo na área do lirismo, em que nos termos de comunicação e conotações, desejáveis, vos revelais amazonidificado em graduação, escalonamento e estímulos maiores de regionalismo ajuricabiano. Grandiloquentemente nos reconstituís a valentia cabocla através dos poemas e sonetos em contextos de tempo-espacial e de tremenda carga emocional como neste estilisticamente sugestivo - PRECE. Ei-lo:

A manhã já se perde no horizonte!
Os fulgores de outrora se esmaecem!
Há um pervagar de noite em minha frente
e sobre o meu caminho as sombras descem!...

Mas sou feliz. Sinto que recrudescem
meus ideis nesta vontade imensa
de a todos despertar a mesma crença
nos valores reais que não perecem...

Sinto-me em paz, Senhor, por tudo quanto
pude fazer pra minorar o pranto
no desejo de um mundo humanizado...

Da mocidade assisto a despedida!
E bendigo, Senhor, toda esta vida
pelo supremo bem de haver sonhado....

Grande na dimensão existencial de vosso sentimento, esse soneto nos diz bastante da agradável ventura de quem, ao longo de custosa existência, ainda se aceita incorporado à luta dos que se preocupam com o bem-estar das criaturas humanas.

Em sons, rimas e linguagem afetiva,, sem se colocar em raro privilégio, sois um senhor humanista a enxergar ao longe os melhores instantes do precioso fio de confraternidade que há na revalorização das boas idéias, quando a excessiva mudança nos processos do comportamento coletivo agrada certos povos e desagrada outros.

Não é o cansaço que vos leva a desejar o sentido melhor da vida na aceitação de Deus em todas as coisas. É a convicção de saber medir a vossa tranquilidade no pleno conhecimento desta observação e meditação:

..."Sinto que recrudescem/ meus ideais nesta vontade imensa / de a todos despertar a mesma crença / nos valores reais que não perecem..."

Em verdade, na psicologia de vossa poesia, encontramos construções formais e definição conteudísticas significativas aos estímulos bem sucedidos do pensamento e da ação.

Vossa fluência ideativa se caracteriza em comportamento seguro de hábitos motivacionais de identidade com os mandamentos de Deus e de paz com os homens de boa vontade. Daí porque assim podeis isto nos dizer num relacionamento de profundo respeito à grandeza da vida e das coisas:

> Sinto-me em paz, Senhor, por tudo quanto
> pude fazer pra minorar o pranto
> no desejo de um mundo humanizado...
>
> Da mocidade assisto a despedida!
> E bendigo, Senhor, toda esta vida
> pelo supremo bem de haver sonhado...

Esta vossa explicação retrospectiva é natural nas páginas sensíveis e positivas do MUNDURUCÂNIA. Compreendê-la na atual situação da sociologia da literatura é relacioná-la às obras-de-arte que se destinam a valorizar o homem nas formas poéticas impregnadas de historização e majestosos enfoques de autêntico humanismo.

Quando penetramos em vossas generalizações relativas, submetemo-nos ao totalismo de acontecimento identificados nas fontes de vossas mensagens e de vossos símbolos.

Mensagens decifradas em etapas segmentais caracterizadas nas formulações de tempo e de espaço. O passado em contextos de levantamento estatístico através da experiência da idade mental.

Símbolos, como **manhã**, **horizonte**, **fulgores**, **noite**, **sombras**, numa adequação de conjunto sistemático de situações. Símbolos que no sentido figurado da cor expressam atributos da vossa sensibilidade.

Além da colocação semântica enumerativa dos fatos evocados, a exceleência cromática existente na vossa poesia se tonaliza em novos matizes .de ritmos e de imagens, de processos sensíveis, metafóricos, reiteirativos, e de construções paratáticas.

No soneto PRECE, realmente, na locução adjetival **de noite**, e no substantivo **sombras**, a tristeza de vosso estado físico, de vosso desconsolo, diante de um mundo diferente no deslocamento qualitativo, **como podemos observar** é de confronto antagônico, cromático, visível entre os dois dísticos da primeira quadra. Eis o 1.º, sensível, metafórico, reitarativo e paratático:

A manhã já se perde no horizonte!
Os fulgores de outrora se esmaecem!

Eis o 2.º, cromático, antagônico em relação ao primeiro, de sentido triste em face do **noturno**, em passagem figurativa de abandono, e de maneira mais intensa, na simbolização de inferno:

Há um pervagar de noite em minha fronte
e sobre o meu caminho as sombras descem!...

Sem dúvida — **um pervagar de noite**. Em versão — **um pervagar noturno**, ou **desconsolativo**, ou **ruinoso**, ou **infernal** já numa evocação de boas épocas para um presente de mundo agredido pelos toxicômanos e desajustamentos sociais.

Neste vosso soneto o homem é assim medido num tempo de precisão. Tanto assim que na segunda quadra desta vossa extraordinária PRECE vos mostrais na esperança da criação de um novo homem menos apressado na sociedade tecnológica-atual a fim de se não tornar mais um elemento pernicioso na destruição da cultura. Daí porque, nesse sentido, podeis afirmar-nos:

Mas sou feliz. Sinto que recrudescem
meus ideais nesta vontade imensa
de a todos despertar a mesma crença
nos valores reais que não perecem...

Há, e não é novidade, uma transformação babelesca, galopante, imprevisível nesta nossa atual sociedade humana, deslustradamente

chamada de "sociedade de massa". Robotizada pelas máquinas; infernalizada pelos extremismos, quase amorfa e sem responsabilidade de seu destino.

Não fomos preparados para essa fria e insensível tecnologia da robotizada "Aldeia Global". Continuamos brasileiros, com muita honra e patriotismo, em nossas tradições, em nossas implicações de ordem econômica e política.

Jamais poderemos aceitar essa badalada "Aldeia Global" na destruição de nossa cultura. É isso que em dados concretos, sem intratabilidade humana, podemos anotar neste primeiro terceto do vosso soneto:

Sinto-me em paz, Senhor, por tudo quanto
pude fazer para minorar o pranto
no desejo de um mundo humanizado...

Evidentemente, não podemos jogar pela janela quinhentos anos de civilização. Cinco séculos de feitos heróicos pela nossa Independência Política. Hábitos e costumes que não podem ser jogados assim numa coisa transitória, extravagante, chamada de "sociedade de massa".

O automatismo nos deseja impingir o "homem massa" em substituição a elite social, como desprivilégio de classe, de instrução com prioridade. A massa manipula todos os homens e os deseja virar de cabeça para baixo.

É isso que nos mostrais neste vosso maravilhoso soneto. E o conselho que nos dais, no segundo terceto da vossa maravilhosa PRECE, é para que saibamos ultrapassar esta fase de transição, da "sociedade massa", com inteligência e fé em Deus a fim de não cairmos na depravação dos extremismos deletérios e fatais.

Vemos, por isso, que a pensar nessa babilônia da atual "sociedade de massa", vos bendizeis de haver vivido na mocidade dentro de uma transformação de progresso comedido, responsável:

Da mocidade assisto a despedida!
E bendigo, Senhor, toda esta vida
pelo supremo bem de haver sonhado....

Vossa poesia, como vimos, é, de fato, social e participante. Quereis, para o nosso Brasil, uma Amazônia fabulosa em terras, riquezas mineralógicas e florestais, economicamente menos pobre. E

com isso, o estímulo natural para que os vossos comunícipes mundurucânios sejam menos sacrificados no amor do que lhes é inato.

Senhor Acadêmico Homero de Miranda Leão, de vossò patrono, o grande e fulgurante Machado de Assis, dizem alguns estudiosos de nosso belo idioma que não conhecia gramática.

Todo escritor tem o seu calcanhar de Aquiles, em matéria de apuro na maneira de escrever. Mas, a nosso ver, creditamos como excessiva tal afirmação a respeito do autor dos romanescos "Brás Cubas", "Quincas Borba" e "Dom Casmurro".

Poucos romancistas do século XIX alcançaram, em nosso País, o alto nível semântico de Machado de Assis nos boleios frasísticos da estrutura lingüística. Já em seu tempo, mostrava-se livre dos compartimentalizados limites repetitivos da Filologia para atingir-se na clareza e desenvolvimento dos estudos lingüísticos.

O seu estilo, por isso, não poderia deixar de beneficiar-se da liberdade de ação dos escritores influenciados através dos próprios ambientes culturais. Muito antes da "Identidade da Lingüística e da Estética", de Benedito Croce, o nosso Machado de Assis já se definia em trabalhos de conotações sociais em relação a associações de contextos extratextuais.

Machado de Assis é um estilista que não pode ser enquadrado nos sistemas de estrutura dos idealistas vosslerianos ou dos neolingüístas spitzerianos. Em fundamentação lógico-lingüística do estilo, o criador de Capitu é o que "Shakespeare é para a Inglaterra, Camões para Portugal ou Cervantes para a Espanha".

Para nós, e cremos para a maioria dos brasileiros ilustres, "ninguém é mais moderno do que ele. Não apenas na forma trabalhada em texto conciso, como sobretudo na essência dessa forma".

Diante dessa explicação, não vemos glória nos que insistem em diminuir-lhe o valor literário a propósito de ocasionais deslizes de conjugação como este:

"Crede-me, amigo meu, e tu não menos amiga minha, crede-me"...

Ora, qualquer aluno de curso ginasial sabe que o sujeito da primeira oração cujo vocativo é **amigo meu**, realmente, é **vós,** enquanto o da segunda oração não poderia ser **tu** e sim **vós.** O exato, sabemos, seria: "Crede-me vós", "cre-me tu".

Erros de concordância como este: Minha mãe era de natural simpático"..., em verdade não pode deixar de ser levado à conta de lapso de revisão, diante do primarismo de que se acha investido.

Igualmente, como o deste período extraído de **Ezaú** e **Jacó,** página 54, da segunda edição de H. Garnier:

— "Plácido foi à Secretaria, escreveu o verso, e deu-lhe o papel, mas já então Santos advertira que mostrá-lo à mulher era confessar a consulta spirita, e naturalmente o perjúrio. Referiu ao amigo os escrúpulos de Natividade e pediu que calassem tudo".

Certo, lido assim os termos oracionais desse período, temos que o verbo **calar,** em fase do pedido ser de Santos a Plácido, não podia surgir no contexto acima de maneira pluralizada.

Mas, se levarmos em consideração a idéia psicológica de Machado de Assis, no momento da advertência, verificaremos, sem muito esforço, que, de maneira mais objetiva, num reforço de ênfase, associou Plácido e Natividade no enredo dos escrúpulos narrativos e lhes "pediu que calassem tudo".

De qualquer forma, em face dessa nossa maneira de ver, não ficamos ao lado dos que o negam como escritor de grande talento, de estilo próprio e de boas letras.

Ficamos, sim, ao lado de Rui Barbosa neste passo imortal de nobre justiça em prol do eminente valor literário de Machado de Assis. Ei-lo:

— "Modelo foi de pureza e correção, temperança e doçura; na família, que a unidade e devoção do seu amor converteu em santuário; na carreira pública, onde se extremou pela fidelidade e pela honra; no sentimento da língua pátria, em que prosava como Luiz de Souza, e cantava como Luiz de Camões..."

O vosso patrono, para nós e cremos para os que o lêem, na cultura das idéias, foi bastante feliz em ter aceito e nos revelado, em seus trabalhos literários, que "a Estilística é, muito elegantemente, a **lingüística da palavra** por oposição à **lingüística da língua."**

Senhor Homero de Miranda Leão, em caminhar de largos horizontes machadianos, os vossos trabalhos nos oferecem um tema aliciante de autêntica poesia social. Tanto quanto Machado de Assis o foi nas características locais do seu Rio de Janeiro, vós o sois acerca do temperamento, da cultura e das raízes tradicionais dos nossos irmãos mundurucânios.

Daí porque os vossos confrades aqui presentes, neste momento exato de vossa maravilhosa e festiva recepção neste sodalício, através de nossa fala envolvida de vossa poesia homérica reconhece e isto com satisfação, vos diz:

Em Maués, Manaus, Nhamundá, Tabatinga ou qualquer outro

município de nosso Estado, como filhos deste fabuloso Amazonas, nos estimamos heroicamente como brasileiros e lutamos bravamente no passo de irmãos caboclos em prol da integração de nossa Amazônia continental à economia de nosso País.

Jamais estivemos separados da problemática e das soluções que buscamos à defesa física de nosso Estado. Em razão disso, do que pensamos e desejamos, de nossos intentos definidos e de nossas diretrizes caboclas, aqui neste augusto cenáculo da Academia Amazonense de Letras, permanecereis a ser o que sempre fostes: guerreiro mundurucânio na luta do que devemos ter em conta e valor nas características de nossa realidade.

Certo, disso temos convicção, na qualidade de membro-titular deste Silogeu, continuareis a fazer o que for preciso em prol de nossa intelectualidade, de nosso sentimento de alma comum e de amor à verdade no intercâmbio das boas idéias e de amor ao próximo.

Através de vosso verbo fulgurante e ilustre, e disso temos certeza, jamais deixareis de fazer o que sempre fizestes, em vossos mandatos de intelectualidade representativa: tonificar de verdade homérica e alimentar de consciência cívica os que se deixam apoucar em discórdias e tombar em falsas ideologias.

Tendes, Senhor Acadêmico Homero de Miranda Leão em vossa inspiração, **vossa Poesia,** na forma de agir para com os vossos semelhantes e no dever de amar ao nosso Brasil, — Deus — em todas as coisas e em todos os minutos, horas e instantes de vosso pleno universo poético.

Isso é tudo na pureza de vossa tranqüilidade, de vossa retidão interior no céu iluminado de vosso nobre espírito. Em nome de nossos ilustres confrades, pois, vos apresentamos parabéns em face de sentirmos que chegais a esta Casa, para ficar e nela, ao nosso lado, lutar como verdadeiro comandante de intelectualidade.

Sois feliz, e nós igualmente o somos na identificação que nos une na confraternidade e missão espiritual em prol da valorização de nossas boas letras.

A reverenciar o espírito de vosso trabalho, neste Silogeu, continuareis a ter os nossos aplausos e agradecimentos. Semeai de vossa luz brasílica e de vosso notável talento poético a nossa estrada. A Academia Amazonense de Letras é vossa para a notoriedade desta alta missão.

Ao vosso lado, sentimo-nos venturosos de caminhar ao encontro de vosso cosmos poético e regozijados de poder compartilhar da vossa fortuna mundurucânia de exaltação ao nosso mundo extraordinário de rio mar e de florestas colossais.

Ao vosso lado Senhor Acadêmico Homero de Miranda Leão, reconhecemo-nos engrandecidos, porque sem dúvida nenhuma, observamos que trazeis à Casa de Péricles Morais para conosco repartir em fraterna espiritualidade —

... "O sonho (que) se alça
ao Indefinido, nas asas amplas da paz.
Da paz que é vida! Da paz que é amor!
Da paz que é Humanidade!"

(Pronunciado na sessão magna de
18.05.1978, da Academia
Amazonense de Letras).

NA POSSE DO ACADÊMICO AGENOR FERREIRA LIMA

Abertura da sessão da Academia Amazonense
de Letras, de 15 de Novembro de 1979

João Mendonça de Souza

Senhoras!
Senhores!

A festa, nesta noite de recepção em nosso Silogeu, é do notável Acadêmico AGENOR FERREIRA LIMA que, para nós, não é tão novo assim em fulgurâncias literárias. Professor de Literatura, gramática, latim e autor de vários livros, dentre os quais destacamos o seu III ÉCLOGA DE VIRGÍLIO.

Para muitos, deve ser verdadeiro arrojo livros como este. A nosso ver, porém, dilucidadores. Sempre caminham realmente exuberantes às nobres cruzadas das secularizações poéticas.

Têm, por isso, firmes ambições eruditas. Específicas nessa autoridade de tempo pedagógico e apreço indeclinável aos bardos antigos. Daí porque, com estudiosos da ilustração do Acadêmico Agenor Ferreira Lima, vates da eminência de Públio Virgílio Marão não morrem.

Vai longe nosso tempo de Ginásio Amazonense Pedro II. Mas, como nos é agradável encontros assim à luz das constelações poéticas através dos séculos. Quanta cultura observamos neste respeitável mestre, devotado ao célebre autor da Eneida, das Geórgicas e das Bucólicas.

Imenso à grandeza do coração e da subida afeição pelos seus alunos. Grande pela bondade que carrega consigo. Triunfante na forma em que ainda nos ilumina a vida pelos tempos fora. É nesta importância infinda que o vemos à III ÉCLOGA DE VIRGÍLIO. Exultamos quando vemos um estudioso nessa dedicação. Contamos, sem esforço, os que se afeiçoam em dar mais honras ao nosso Amazonas no campo da Instrução e da Cultura.

Anos a fio, em pesquisas ilustres, o Acadêmico Agenor Ferreira Lima se proporciona em acertos dignos de nossos aplausos, neste seu querer saber e neste seu querer porfiar na interpretação do belo.

Este seu livro é um centro de convergência de nossas produções seculares, em face dos confrontos, entre o nosso gênio criador e o que recebemos de ricas e imutáveis culturas milenárias.

Ainda recentemente, neste salão azul de nossa Academia, tivemos a ventura de apresentar um excelente livro de Mário Ypiranga Monteiro à culta platéia amazonense.

Hoje, para nosso deleite intelectual, teremos mestre Agenor Ferreira Lima, em seu Discurso de Recepção, neste seu conhecido valor literário.

Como fino tipo de gosto e de esforço, a modestia deste trabalho, por largo, é apenas passiva de nosso destino caboclo, segregado em séculos de existência demarcada em face de grandes doses de vida cultural insípida e de vastos territórios ainda bastante jogados a um destino de hábitos quase primitivos.

Diante deste pequenino e bem disposto trabalho do Acadêmico Agenor Ferreira Lima, pensamos demoradamente quanto nos foi glorificante conhecermos-lhe a suficiência interpretativa à III ÉCLOGA DE VIRGÍLIO.

Os comentários do livro são de fato, eruditos e, deles, nos não podemos dispensar de agradável leitura. Os exames sobre a Métrica, dos 111 versos, da 3.ª écloga, são valorizados em correto conhecimento acerca de todos os hexâmetros registrados à conceituação de dactílicos regulares.

Esta a lição que ouviremos do Acadêmico que, nesta noite festiva, recebemos em nosso salão azul. Lição que nos assegura e nos faz acreditar que o futuro maior e melhor do nosso Brasil pertence aos homens de inteligência e de cultura. Nossos parabéns ao amor de seus trabalhos pela superioridade magnífica à existência de nossas boas letras.

Para recebê-lo, com as nossas exultações, a Academia escolheu um de seus valores indiscutíveis: o eminente Mário Ypiranga Monteiro.

Sem dúvida, por tudo isso, esta nossa noite de supremacias intelectuais, será notavelmente memorável, honrosa e magnífica.

Oiçamos, pois, os dois consagrados beletristas. E nos julgue o ilustre auditório se não fomos, sem maquilagens vistosas, justos em nosso perfil acerca de seus valores de inteligência e de cultura.

DISCURSO DE POSSE

Agenor Ferreira Lima

Senhores Acadêmicos:

O Padre Antônio Vieira pregando na Igreja de N. S. da Ajuda em Salvador disse:

"Onde pedir ajuda senão na Igreja da Ajuda?" daí porque me vem a mente:

"Onde falar de cultura senão nesta casa de Cultura?"

"... Cogitans apud me et commemorans in corde meo...
immortalitas est in cognatione sapientiae et in
amicitia illius delectatio bona et in laboribus
manuum illius divitiae sine defectione..."
(Sabedoria — 8-17,18).

Sensibilizado pela grandeza e magnitude de vossos corações, aqui estou, neste dia, nesta hora e momento para manifestar a gratidão pelo voto de confiança em minha pessoa, muito embora, se torne meridiana a minha falência perante tão culta e aurifulgente congregação Acadêmica.

Talvez penseis, Snrs. Acadêmicos, diante da afirmativa, porque não tive eu a modestia, não ousando me candidatar à cadeira de tão ilustre Patrono, que foi um luzeiro de refulgente púrpura da "Ecclesia Dei".

Porque não me retrai diante do chamado para comparticipar de companhia tão excelsa que moureja nesta vivência aljofrada de musas deificadas na ambrosia dos excelsos divinos da intelectualidade Amazônica?

Mas, perdoai-me, nobres Acadêmicos, os anos nos tornam destemerosos e arrojados; a audacia não é só própria dos moços, nós também, vez por outra, saimos das nossas quietudes para o arrojo das empreitadas.

Não é só, se aqui me apresento é porque concedestes em me acolher e longe de mim conflitar a vossa generosidade.

Diante de tal certeza, resta-me corresponder, na pauta das minhas possibilidades, à missão que me prescreveste.

Os meus estudos que são bastante parcos, agora o reconheço, diante desta assenção tão magna, foram feitos em princípios mui diminutos e dificultosos, através dum esforço ciclópico, próprio daqueles que têm em seu íntimo o propósito firme e inabalável de vencer.

Assim falando me vem a mente a figura impar, da cultura máxima da lingüística brasileira — Joaquim Maria Machado de Assis, cujos primórdios foram tão diminutos e a sua eclosão foi tão esplendorosa que refulgia em toda a Pátria e ofuscou a comunidade cultural de todo o continente; não que eu tenha o displante de me comparar a tal fulguração, longe de mim, mas me cinjo ao início pequenino.

Em noite de deslumbramento, como esta, o silêncio dos tempos, a memória daquilo que longe se distancia, volta ao nosso subsconsciente, relembrando os primeiros passos de menino, menino pobre, os caminhos tão longos e distanciados que foram percorridos.

Na madrugada da vida os dias felizes do primeiro grupo escolar do governo, os inícios estudantis com as minhas professoras tão amáveis e carinhosas e à sombra das falanges de D. Bosco, a adolescência febricitante no meu querido Colégio de Jaboatão, em Pernambuco, tudo nesta hora aflue como cascatas cristalinas, rememorando os conhecimentos basilares de formação intelectual, moral e social.

D. Bosco, exemplo integral de dignidade e santidade; sua vida foi para mim a orientação plena, o que nunca esquecerei principalmente neste momento de rememorações e agradecimentos públicos: justamente na fase em que as fontes começam a recobrirem-se de cans.

Os sábios mestres Salesianos que me proporcionaram a introdução bem circunstanciada, dos estudos clássicos, portas que se abriram para um vergel primoroso e inesgotável das fontes ubérrimas dos Helenos e Romanos.

Tudo nesta hora se faz presente, se faz pleno para receber o galardão que por justiça lhes pertence; se faz presente para compartici-parem e se integralizarem no congraçamento desta ocasião, climax duma viagem bem vivida, pelos caminhos indivisíveis e íngremes da vida.

Os estudos clássicos que ora tanto se relega para o passado, por incrível que pareça num país neo-latino, pois entre os povos de origem Gótica toda enfase se lhes dá.

Personalidades de escol tanto do passado como do presente são unânimes em confirmar o valor dos estudos clássicos, do grego e latim.

Arnold Toynbee diz: "Na minha opinião, o ter tido uma formação clássica é um tesoiro inapreciável para quem pensa dedicar-se à História."

Leclerc, da Inglaterra, declara: "O Grego e o Latim são sempre altos e poderosos senhores que dominam nas grandes escolas e nas velhas Universidades."

Não vamos encontrar no mundo melhor material para este trabalho do que os estudos Greco-latinos.

O incutir o gosto pelo esforço, o criar hábitos de trabalho metódico, o insuflar dinamismo e entusiasmo equilibrado, o ensinar a reflexão e prudência nas apreciações pessoais não são encontrados nos estudos modernos, principalmente no falar das línguas odiernas, tendo em vista que elas são menos formativas por si mesmas, quer pela ginástica mental, quer pelas civilizações que revelam."

O grande pedagogo François Chąrmot, dizia: "Ninguém dá, escreve o nome de humanismo ao método direto e empirico das línguas vivas. Falar corretamente o alemão e o inglês não é prova de inteligência."

Daí porque, Senhores, esta policromia de ubérrimas jóias incalculáveis, tem constituído o motivo e a razão de todas as minhas atividades, no labutar do hora hora, do dia a dia, do semana a semana, meses e anos.

Firmei-me permanentemente na leitura dos clássicos e dos não clássicos, Gregos e Latinos e demais lídimos intelectuais desde a sábia França aos nossos pais os Portugueses, isto por noites a dentro, em vigílias indormidas, pelos anos a fora até a presente data, hábito que já se imprimiu no Ego.

O PATRONO

Nesta noite, tão em alto relevo para mim, faz tempo para relembrar o que se perde, nas dobras do passado.

O PATRONO da cadeira que ora se me apresenta, perlustrou a tribuna do Evangelho transmitindo a palavra sagrada que transpõe os séculos para orientar os homens, destinados aos páramos da luz eterna sagrada e incontestável do direito divino.

É sob a égide purpúrea do santo Patrono desta cadeira de n.º 35 — D. Frederico Costa ou melhor Dom Frederico Benício de Souza Costa, que eu me abrigo, para poder, sob tão sábia inspiração seguir e cumprir os princípios e normas que esta colenda Academia me outorga.

Delineando traços, com ténues pinceladas, de sua vida, será o caso de parafrasear a sentença do profeta: "e tu vila de Bòim, encravada no Município de Santarém, às margens do esmeraldino Tapajós, tiveste a glória de ter sido o berço deste sagrado e santo Pastor de almas que foi D. Frederico Costa, isto num entardecer tão próprio da beleza amazônica, nos longinquos dias de 18 de Outubro de 1875 ou seja há 107 anos.

Em Belém do Pará fez os estudos primários e no seio duma família bem dotada, em virtudes, foi aos pouco e pouco sentindo desabrochar a vocação sacerdotal, no recesso sagrado da Igreja Católica Apostólica Romana.

Foi espontânea a sua resolução presbiterial.

Com 10 anos, ingressou no Seminário Diocesano, estudos estes concluídos, foi encaminhado a Paris para que, no Colégio de Saint Sulpice fazer os estudos filosóficos, associados à Física e Química; estava o futuro antístite com 17 anos.

Os páramos intelectuais se abriram e desdobraram; foi uma florada intensiva de progresso na vivência rica dos conhecimentos divinos e humanos.

Em 1896 concluiu esta fase de estudos. No mesmo ano ingressou no Pontifício Colégio Pio Latino Americano para perlustrar as áreas teológicas de sua carreira eclesiástica.

Aí entre os condiscípulos de refulgências, estava, também, como seu contemporâneo, Eugênio Pacceli, que mais tarde recebeu a tiara como Papa com o nome de Pio XII, fulgurância plena da Igreja no século atual.

Frederico Costa, ladeado de Eugênio Pacceli sagraram-se levitas do Senhor em 1.º de Abril de 1899.

Nos albores da aleluia do Senhor, celebrada no dia seguinte, Frederico Costa rezou a sua 1.ª missa.

Os estudos profundos do sacerdócio foram seguidos do seu ingresso na Pontifícia Universidade da Gregoriana donde saiu, após um curso intensivo, profundo e suficientemente elogiado pelos seus superiores e contemporâneos, com o grau de Doutor em Teologia, após defender uma substanciosa tese, em magna sessão presidida pelo então Papa Leão XIII.

O brilho de sua inteligência, a aplicação aos estudos, a bondade carinhosa para com os colegas e demais acompanhantes foram sempre um iman intensivo na sua vivência, corroborado pelo seu gênio alegre e espansivo.

"A colheita dos afetos que semeamos transformam-se nos amigos de todas as horas."

Voltou para o Brasil, firmando-se na cidade de Belém do Pará, isto no início do séc. XX.

Em 1902 foi-lhe outorgado o título de Cônego, sendo-lhe entregue o vicariato da Paróquia de Nazaré, onde deu início o trabalho ingente de assistência ao povo com a criação de Escolas.

A refulgência diamantina de suas virtudes deram margem a que o seu luzeiro de ações fosse bem evidente aos superiores hierarquicos, a ponto de ser elevado, à função Prelaticia, da cidade de Santarém, no Pará — 26 de Março de 1904 — "Praefectus Nullius ab omnibus honoribus" — Era o Prelado mais novo do mundo.

O mérito intelectual, a bravura, a honradez e coerências de atitudes lhe deu uma pauta, extencissíma na posição nova que lhe caiu nas mãos, trabalho desenvolvido com uma dificuldade ciclópica que soe acontecer à quem atravessa as plagas Amazônicas, pelas barrancas dos rios agrestes e semi-civilizados, principalmente naquele tempo, sendo isto por ele muito bem constatado nas viagens que procedeu, usando barcos, canoas, igarités.

Foram dois anos e meses de pastoreio na região Santarinense, anos que pelo vulto das atividades representam décadas.

Foi extremamente bondoso e manso de coração para com todas as criaturas.

> "Servum autem Domini non oportet litigare, sed mansuentum esse ad omnes doctorem, patientem, cum mansuetudine corripientem eos, qui resistunt".
>
> (Timoteo II — 2-24,25).

Vilas e povoados, barracas e choças tudo era por ele visitado.

Moço e culto, a missão lhe era agradável daí a sua partida para um contacto mais direto com os seus paroquianos que estavam nas barrancas dos rios e nos emaranhados das selvas; os civilizados e os indígenas.

O BISPO

O Papa da Imaculada Conceição, Pio X o elevou a plenitude do sacerdócio — **55 Sacerdos Magnus".**

Com menos de 30 anos de idade, ou seja em 1906 seguiu para Roma onde foi escolhido Bispo do Amazonas.

Com a bula datada de 8 de Janeiro de 1907 é designado Bispo Diocesano de Manaus.

"ECCE SACERDOS MAGNUS"

Em 19 de Março de 1907 foi sagrado Bispo pelo Cardial Eminentíssimo D. Gotti, assessorado pelo Primaz do Brasil, sendo em seguida apresentado a Sua Santidade o papa Pio X, de feliz memória.

No mesmo ano D. Frederico Costa tomou posse da Diocese do Amazonas.

O amor e saudade se transubstanciam na despedida que faz ao deixar os trabalhos inacabados da Prelatura de Santarém. Podemos bem verificar isto em suas próprias palavras na página do adeus que se segue:

> "Nobre povo de Santarém, adeus! Antes de te conhecer já te amava! Depois que te conheci, cresceu de pronto o meu afeto! Esum povo digno de estima e de interesse porque teus filhos possuem todos os dotes de inteligência e coração, suficientes para formar um povo grande e futuroso!
>
> Ai! Quão poucos dias passei no meio de ti, rodeado dos carinhos de teus filhos! Quase sempre ausente, quase sempre longe, no cumprimento árduo do dever Pastoral! Mas era para o teu bem; desejava levantar-te. Formando a diocese de Santarém, queria colocar-te no ponto qur te compete como um grande centro, para o qual deverá convergir, um dia, todas as energias vitais de metade do grande e progressivo Estado do Grão-Pará!
>
> Fiz tudo quanto pude. Sacrifiquei minha vida e saúde. Não poupei esforços. Diz-me a conciência que tudo tentei para realizar o meu desideratum! Não o quiz a sabedoria Divina. Senti que me faltaram as forças e que novas energias seriam necessárias para levar avante a agrande empresa. Louvemos a Deus! Aí tereis essas novas energias poderorsas. Novos

atletas, os filhos de São Francisco vencerão as dificuldades que eu não pude vencer. O nome de Deus será glorificado no meio de vós, a palavra da vida será pregada com novo ardor; vereis, então realizadas em vosso favor as promessas feitas por Deus aos povos fieis à sua lei! Oh! Então sereis felizes! Alegrar-me-ei convosco, porque, acreditai-o, embora longe de vós pelo corpo, estarei sempre no meio de vós pelo coração e pelo pensamento. Sim! Meu afeto será imorredouro; continuarei sempre a amar-vos."

O BISPO DO AMAZONAS

Foi o segundo Bispo do Amazonas, substituindo D. José Lourenço da Costa Aguiar.

Numa recepção pomposa e rejubilante de aura espiritual e material, o novo Pastor iniciou os trabalhos ingentes desta planície continental.

Festas religiosas e bimbalhar de sinos se multiplicam com a chegada do novo Pastor. Todos se sentem satisfeitos pelo Neo-Antístite.

Em suas primeiras palavras agradecendo tão exuberantes manifestações, logo se depreende o valor espiritual, moral e intelectual do novo Bispo.

De entrada, traça um programa de trabalho, em que se entrega de todo o coração a empreitada rica de esperanças e promissora de frutos ubérrimos. Diz muito bem ao agradecer, palavras tão graciosas e aconchegantes, perante o Exmo. Snr. Governador: Dr. Constantino Nery:

"Eu sabia senhores que vinha para o meio de um povo essencialmente cristão e católico, porquanto o povo amazonense outra coisa não é senão uma concretização da grande Pátria brasileira; e a Pátria brasileira, senhores em que pese a poucos espiritos desviados, é essencialmente religiosa, cristã e católica. E como não o seria

quando todas as nossas tradições encontram na sua base a fé e a cruz de Jesus Cristo! Demos graças a Deus, Senhores, que o nosso país conserve-se fiel às tradições de nossos antepassados. E eu, pela minha parte, sinto-me verdadeiramente feliz por encontrar na terra amazonense o amor a esta religião base da nossa nacionalidade. Sim! O Amazonas, sobretudo, tem necessidade de conservar-se fiel a esta religião de nossos pais. Grande como é, rico de todos os bens da natureza, atrai as vistas cubiçosas do mundo inteiro, pensando muitos encontrar fortuna fácil em pouco tempo. Desenvolve-se a indústria, o comércio embrenha-se pelas florestas, navios de todas as procedencias sulcam os nossos rios; e Manaus a princesa do Amazonas, apresenta o aspecto de uma cidade cosmopolita onde encontra-se tudo quanto há de belo e confortável nos mais avançados centros da Europa. É necessário, Senhores, que, ao lado desse progresso material, haja o progresso moral, que tem a sua base na religião. E, senhores, quem poderá suspeitar das minhas palavras, ao lembrar-se desse grande nome que enche as páginas da História da Amazônia, sinônimo de inteligência e virtude: d. Antônio de Macedo Costa? Aquilo que ora digo já foi dito pela aurea boca desse Crisóstomo brasileiro. Não é necessário, pois, que insista sobre este assunto, maxime depois da saudação que me foi feita. O que devo afirmar é que o novo Bispo desta diocese outra cousa não deseja senão a grandeza e a prosperidade do Amazonas, há de trabalhar para esse fim, procurando seguir os passos dos seus gloriosos antecessores. E quando já faltem outros motivos para hi-

potecar a minha boa vontade, bastariam senhores, todas estas provas de carinho e amor que nestes poucos dias tenho recebido da população amazonense. Não posso e não devo ser ingrato! Levanto pois a minha taça para agradecer o bom acolhimento que tive na diocese do Amazonas, mas, ao mesmo tempo, levanto-a para saudar o progresso da Amazônia, prometendo, da minha parte, como Bispo, envidar todos os esforços para que o progresso material seja consolidado pelo progresso moral".

Foram seis anos de atividades à frente de tão vasta diocese.

AS VIAGENS

Para melhor conhecer o campo de trabalho visitou pacientemente todas as regiões do Estado; viajando em navios, motores e canoas até as fronteiras de todos os quadrantes. Começou pelo Rio Negro, depois o Madeira e o Rio Purús.

Como fruto da viagem ao Rio Negro surgiu uma Pastoral que foi editada em Roma em 1907, na imprensa Pontificia do Instituto Pio IX.

Ao final de cada viagem, longas e perigrinantes, fez um apanhado que reúne um acervo riquíssimo de informações sociais, culturais e principalmente de valor psiquico espiritual com a finalidade de alertar e promover atitudes resolutivas a fim de atender melhor as necessidades espirituais da região que nós bem verificamos pelos seus sábios pronunciamentos, eram múltiplos e alguns até, no presente, continuam sendo motivo para solução da Igreja.

A RENÚNCIA

Após tantas lutas e intempéries nas missões cumpridas, D. Frederico Costa, adoeceu gravemente, em plena floresta, sem recursos materiais de espécie alguma, porém, por intercessão divina, superou o estado de morbidêz, prometendo ao Ser supremo renunciar à sua diocese se conseguisse superar o estado de confinamento.

Recuperando o bem estar físico, procurou cumprir a sua promessa e tornar-se monge. A Igreja resistiu bastante à esta resolução, porém,

o magnánimo Bispo deslocou-se para Roma, em Novembro de 1913, para defender o seu ponto de vista.

O Santo Padre não o quis atender logo, pois conhecia, com segurança, o alto valor do pastor que desejava, não por fraqueza espiritual e sim por necessidade física inadiável, deixar a messe a fim de retirar-se à meditação e à concentração dos caminhos sagrados.

Esta atitude foi bem compreendida pela Igreja que não lhe negou, então, o beneplácito de retirar-se à tranquilidade parasidíaca do convento.

Após todo o estudo da causa, O Santo Padre resolveu aceitar a Mitra que lhe era devolvida, mas, dando-lhe então o título de Bispo de Tubuna "in partibus infidelium".

Eis pois o santo Bispo ingressando na ordem São Romualdo, tornando-se assim monge Camaldulense, num convento de Nápoles, com o nome de Frei Arsénio.

A vida cenobita, a austeridade do claustro, durante 14 anos minou-lhe a saúde de modo a exigir uma transformação de hábitos e local. Pio XI o quiz levar para o ambiente do Vaticano, dando-lhe uma Prelazia, na própria Basília de São Pedro, mas ele recusou, ingressando, então no noviciado da ordem dos Carmelitas calçados, sendo então designado para o convento de Naples, na Palestina. Aí, porém, a sorte lhe foi adversa, prejudicando o clima a sua combalida saúde de modo a que os superiores tiveram que faze-lo retornar a Roma.

De imediato foi-lhe, designada a residência de Barcelona, aí chegando em 31 de Junho de 1934.

Melhorou bastante de saúde e pode assim firmar um estado de ação bastante útil à comunidade.

Em sua nova morada dedicou-se com intensidade aos estudos e à oração. O fino trato dispensado para com todos, o sorriso freqüente de seus lábios, a bondade que ressumbrava do seu todo, criou-lhe um vasto campo de amizades, podendo assim prestar um serviço inestimavél aos desvalidos".

> "A alegria é o óleo lubrificante que obstará os atritos e afugentará as angústias da vida".
> "Um rosto sorridente é capaz de espalhar luz por toda a parte onde esteja, expulsar trevas e iluminar corações tristes".

Nesta altura eclode na cidade a revolução comunista, ocupando os rebeldes o governo central; atacaram, principalmente o convento numa perseguição total ao clero, sofrendo então D. Frederico uma perseguição ferrenha a ponto de ter que fugir tristemente e se refugiar na casa do Vice-consul do Brasil, diplomata Alfredo dos Santos Carneiro; outras ofertas de abrigo lhe foram oferecido demonstrando assim a grandeza de coração do povo Barcelonico.

Nesta situação extremamente vexatória conservou uma serenidade de atitudes a toda a prova. As críticas e ataques não o desanimaram, procurou num estado como este, salvar outros irmãos que também estavam sob pressão.

Viajando o consul brasileiro para Roma, o convenceu de acompanhá-lo, partindo então por mar no navio-hospital "Urânio" juntamente com muitos refugiados de várias nações.

Bastante doente, febril, enfraquecido, chegou a Génova; sem o hábito e sim com vestes civis.

Quando passou a revolução espanhola voltou para Barcelona e aí dedicou-se ao trabalho permanente, apesar das enfermidades que o acometiam, mas, encarava tudo com naturalidade.

Em sua última e cruel enfermidade passava as noites acordado, preenchendo o tempo com resignação ininterruptamente.

Foi dentro duma serenidade santificante que o monge Prelado e Bispo, transmigrou desta para o além dos séculos.

"A morte não passa duma ponte subterrânea que nos leva a uma luz maior"

Diz o Prior da comunidade:

> "Sua morte foi a de um Santo. Adoeceu na véspera de São José, 18 de março, sendo este o último dia que celebrou; e o último ato oficial que assistiu foi o aniversário da Coroação do Papa Pio XII, precisamente, alguns dias antes de sua morte. Sua moléstia foi se agravando até Quinta-Feira Santa, porém, conservou sempre completa lucidez até o momento em que lhe administraram os sacramentos, por ele pedidos. Fez um longo sermão sobre o que ele devia à Ordem e predisse que entraria em agonia naqueles dias em que o mundo cristão celebrava piedosamente a agonia e morte do Redentor. Pedindo perdão a todos, despe-

dindo-se, abraçou um a um e, a cada um que abraçava, repetia: "Até ao Céu".

Às 9 horas da noite, perdeu o conhecimento e já não dava acordo de si. Cuidavam do doente duas irmãs Terceiras Carmelitas da "Clínica Platon". Às 24,50 recobrou por um momento os sentidos e como a irmã dissesse que era o momento de expirar, abriu os olhos, olhou a todos e parecia que ia dormir. Então a irmã tornou a falar: "Padre, uma benção para a nossa Ordem". Então ele levantou novamente a mão para abençoar, porém, esta caiu sem poder terminar o Sinal da Cruz.

E, enclinando a cabeça, expirou como Jesus Cristo na cruz. Era o dia 26 de Março de 1946.

O INTELECTUAL

"Ao escrever-vos, é dar-vos uma notícia exata."

Há muito de apologético, citações latinas de informes extraídos dos santos Padres da Igreja, constando das primeiras normas traçadas por ele, dentro dos moldes retóricos próprios daquela época.

O amor de Pai e Guia sempre se nota nos escritos; em certa passagem lemos:

D. Frederico Costa era um tribuno completo, jornalista, Filólogo, escritor; além do nosso querido idioma que conhecia com uma precisão admirável sabia, dentro do significado preciso da palavra, o Latim, o Grego, o Hebraico e o Árabe, afora o Espanhol, o Italiano e o Tupi em que trocava idéias com os indigenas. Falava fluentemente oito idiomas.

As cartas pastorais são luzeiros de conhecimentos não só da cultura que o pérlustrava como de vivência espiritual que devia ser parcela de amor dos fiés, predicados morais constantes da vida das ovelhas que estavam sob a sua guarda.

Quando na Prelazia de Santarém, já a sua intelectualidade se fazia presente, através dos sermões e cartas circulares, que ele assim chamava, dirigidas aos fiéis para melhor orientar na vida espiritual, moral e material.

Em seu munus pastoral sempre afirmou:

"Recebei pois, antes de tudo, as nossas afetuosas saudações. Sois filhos muito amados que Jesus Cristo

> nos deu, e nessa qualidade já vos amamos, e corremos pressurosos a ocupar-nos dos vossos interesses e da vossa eterna salvação".

Na primeira carta de prelado a sua linguagem era dum plano bastante elevado, mais próprio dum nível intelectual, do que, do povo simples, mas era o que a posição episcopal exigia; com o tempo, a sistemática foi se modificando até chegar ao plano do simples e do humilde.

Na quarta carta de Santarém vem uma descrição de suas viagens ao Rio Tapajós e aí encontramos, pela primeira vez, abordado o tema do índio. Aqui constatamos quanto de preocupação já existia no seu íntimo com respeito, ao problema da extinção das famílias indígenas, o definhamento da raça.

Aborda a necessidade da preparação de pessoal adequado para o trabalho missionário.

Por ocasião de sua chegada em "Missão Nova" entrou em contacto, pela primeira vez, com restos da tribo dos índios Maués.

Quando em "Vila Nova" constatou "de visu" quanto o indígena era explorado. Esta atitude deu margem a um protesto total por parte do Antístite; os seringalistas, na condição de cristãos exploravam totalmente os restos da famosa tribo dos Mundurucús.

Então o Prelado verbera:

> "É necessário que firmemos a doutrina: os índios não são simples animais domésticos, são criaturas racionais como nós, têm uma alma imortal como a nossa, feita a imagem e semelhança de Deus; foram resgatados, como nós, pelo sangue preciosíssimo de Nosso Senhor Jesus Cristo; são nossos irmãos, destinados como nós a reinar um dia no Céu; todo o ouro do mundo é simplesmente miséria, com comparação de uma só dessas almas."

O que por ele foi verificado e reclamado é a voz corrente da época em que vivemos; é uma mensagem de amor em prol de quem não pode quase reclamar: o indígena, tão escorraçado de seu habitat, tão pouco compreendido.

Ao deixar a prelazia de Santarém, destinando-se ao Amazonas, apresenta a sua primeira Carta Pastoral saudando os seus novos diocesanos do Amazonas e despedindo-se dos seus amigos prelazianos.

Nesta página brilhante de informações vemos o quanto de trabalho foi desenvolvido; a situação da região, as dificuldades para percorrer os rios e caminhos de ação Pastoral. Aí lemos a Geografia, a História, o social e moral de toda a gama de sua missão.

Já como Bispo do Amazonas traça um relato admirável de informações após a viagem feita ao Rio Negro, onde além de assuntos espirituais, históricos e geográficos encontramos estudos de linguagem Nheengatu, constante de trechos em prosa e verso além dum pequeno vocabulário, demonstrando assim o estudioso de línguas, o intelectual, que apesar dos múltiplos afazeres da sua missão, não pode se furtar à aprendizagem de novos conhecimentos que educam, instruem e enriquecem a vida cultural. Este trabalho foi impresso na Tipografia Minerva, 1909, em Fortaleza, Ceará.

Em 1912 escreveu uma Pastoral aos Bispos e prelados do Amazonas demonstrando a necessidade de executar com amor e dedicação as leis eclesiasticas.

Nesta época realizaram-se, por inspiração e desejo do sábio Bispo e sob a sua presidência, demonstração do seu amor pelas boas letras e ciências, uma série de conferências, no consistório da Catedral de Manaus. Estas conferências, sob os auspícios da Sociedade de São Vicente de Paulo, tiveram uma repercussão admirável, não só pelos temas abordados, como pelo valor cultural dos que as pronunciaram como: Dr. Francisco de Assis Bezerra de Menezes, Dr. Alcedo Marrocos, que pronunciou três conferências, Dr. Rômulo de Avelar, Dr. Themistocles de Araújo, Dr. Tristão de Sales, o jovem Renato Viana e o amazonense: Coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, criador da sessão de numismática do Amazonas, a 4.ª coleção do mundo. A conferência deste último foi belíssima e profundamente histórica, versou sobre a escrituração hieroglífica e civilização egípcia. O trabalho foi de tal envergadura que o intelectual Bispo, julgou por bem mandar imprimir para melhor divulgação.

Devemos destacar que foi D. Frederido Costa, quem apelou para a Santa Sé, a fim de serem criadas Prelazias no Amazonas para se atender melhor o campo de trabalho, baseado no pensamento sagrado:

"Messis quidem multa, operarii autem pauci."
(Mateus — 9,37, Lucas — 10,2).

Foi então desta ocasião a criação das Prefeituras Apostólicas de Tefé e do Alto Solimões, advindo daí uma penetração maior e melhor da civilização e da propagação do Evangelho.

Talvés tivéssemos uma coroa refulgente de cultura e conhecimentos deste Bispo "sui generis" se a sorte adversa não nos contrariasse, refiro-me ao trabalho que ele, no silêncio monacal do seu convento de Barcelona e anteriores, estava preparando, manuscritos estes que foram destruídos pelos comunistas quando invadiram a sua casa. Era um estudo profundo e sólido sobre o hebraico que ele pretendia mandar para o Brasil afim de ser publicado.

Tristemente perdeu-se o esforço, a pesquisa, as canceiras de mais de 20 anos de trabalho.

Outras páginas diamantinas de conhecimentos refulgentes saíram da pena deste santo Príncipe da Igreja, como esta descrição do Rio Tapajós:

> "As pessoas que conhecem o rio Tapajós poderão fazer uma idéia da poesia que encerra uma viagem feita ao cair da tarde e às primeiras horas da noite, por um lugar esplendido, margeando o belo e majestoso rio, talvés o mais belo e majestoso de todos os afluentes do Amazonas.
> Erraremos dizendo que o Tapajós é, talvés, o mais belo rio do Baixo Amazonas, o rio que mais encanto oferece ao viajor? Talvés, nós porém, que já percorremos o Pará desde as suas fronteiras com Mato Grosso, até os limites com a Guiana Francesa, podemos afirmar que nada vimos mais belo, nada mais poético, nada mais sublime, nada mais arrebatador do que este rio Tapajós, em todo o seu percurso e na infinita variedade de quadros que oferece à vista estática do navegante. As suas águas são cristalinas, oferecendo em toda a sua vasta extensão e no conjunto a vista de um belo azul celeste. E as praias? Quem poderá descrever as formosas praias que se estendem a perder de olhos, pelas duas margens do Tapajós? Parece que a natureza esmerou-se em reunir nesta parte do Baixo Amazonas, como num só ponto e num só quadro, todas as suas maravilhas e riquezas."

Como é maravilhoso o poeta, o cantor fulgente e paradisíaco da natureza. Não é só o espiritual que o empolga, mas também o material; o material surgido diretamente da mão do Criador para alegria e

satisfação dos homens, daqueles que tem em si o dom de prescrutar a natureza, o dom que o Divino lhe infiltra pela alma para a satisfação feliz do real e concreto de tudo que é bom, no mundo que nos rodeia.

MOACYR SOUZA ALVES, O ANTERIOR TITULAR

Amigo e companheiro de tantas horas alegres e amargas; exemplo raro de homem de ciências e letras, assim bem atestam aqueles que morejaram frequentemente com Moacyr Alves.

O conheci, mas não tive uma aproximação significativa para poder sentir de perto bem, a sua lhaneza de trato, que algumas vezes constatei e por este pouco que observei e pelo muito que seus amigos me relataram, tirei a conclusão mais bem satisfatória que se pode tirar.

Veio da luminosa Bahia de Todos os Santos; terra de Rui Barbosa, o mestre lídimo da jurisprudência; berço de Antônio de Castro Alves, o vate defensor acérrimo dos escravos; nascedouro de Jorge Amado, o romancista fluente, que tanto faz de admirável para propagar a beleza insigne do folclore baiano. Jorge Amado que procura compreender em minúcias o conselho do poeta que diz:

"Oh! bendito o que semeia
livros... livros à mão cheia...
e manda o povo pensar!

O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar!"

Nasceu Moacyr Alves em 7 de Outubro de 1928 em Jequié, no Estado da Bahia.

Descendente de família exemplar que desde os princípios o guiaram para os caminhos claros da vida.

Todos os estudos foram feitos no seu Estado natal, onde cursou Direito na celebérrima Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Em sua vivência escolar, sempre demonstrou capacidade singular, a ponto de se destacar em várias atividades culturais, inclusive, numa demonstração oficial de oratória na sua Faculdade, sendo então, classificado em 1.º lugar. Outras páginas significativas de maratonas foram por ele vencidas, em tudo, sempre demonstrou o seu conhecimento

das páginas dos filósofos e oradores, principalmente o conforto consolador do espiritual.

Desde os primeiros anos, morejou nas lides intelectuais quer no Brasil, quer no estrangeiro, isto constatado por ocasião de visita aos Estados Unidos da América do Norte.

Depois de exercer vários cargos jurídicos em seu Estado, veio para Manaus, dar a sua parcela de trabalho, como brasileiro distinto que era, ocupando para isto os cargos de: Secretário de Segurança, Secretário de Estado do Interior e Justiça, Chefe do Departamento Estadual de Segurança Pública e procurador da Justiça.

Nestes cargos, pareceres admiráveis foram lavrados, demonstrando o conhecimento abalizado de jurista.

Em dias que se findavam ocupou o cargo de procurador da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

No campo educacional, em que a sua atuação se fez eficiente, se tornou amigo dos seus condiscípulos, quer no Ensino Médio, quer na Faculdade de Filosofia, da Universidade do Amazonas, onde perlustrou a cadeira de Literatura Brasileira.

A CADEIRA DE NÚMERO 35

A cadeira de número 35 que hoje nos está sendo concedida, foi criada pelo ato de reforma dos Estatutos deste colendo sodalício, em 25 de Maio de 1968.

Foi Moacyr Alves, merecidamente, o seu primeiro ocupante.

Durante o pouco tempo que aqui se fez presente, multiplas provas de capacidade foram dadas por este emérito brasileiro.

Lendo o seu trabalho oratório, pronunciado por ocasião de sua elevação condigna à cadeira que tão bem mereceu, encontramos estes pronunciamentos:

> "Tremo ainda, e mais do que no começo, pois devo ocupar ao descer desta tribuna, uma cadeira na Academia Amazonense de Letras. Honra que me confunde o espírito. Galardão que me ufana demasiadamente. Responsabilidade que me aterra.
> Se algo eu poder realizar a prol do engrandecimento deste Silogeu, com a maior alegria o farei. Serei a partir deste momento, um defensor intimorato da casa que me abriga gentilmente."

O INTELECTUAL

Lendo o seu trabalho: "Castro Alves "o abolicionista", publicado na revista n.º 16 de 1974 desta Academia, nós podemos bem aquilatar do valor cultural do meu ilustrado antecessor.

Desfolhando as páginas admiráveis de Moacyr, encontramos a tantas, no artigo mencionado, passagens deste jaez:

> "Seriam dezenas e dezenas de laudas para poder apresentar-vos, mesmo em síntese a obra poética do poeta excelso exclusivamente como abolicionista.
> Não contenho a tentação de vos trazer, ainda, algumas das pérolas saídas das conchas de suas mãos.
> O poema: "tragédia no lar" é dos mais belos e dos mais expressivos. Relata a história da Mãe preta que se vê forçada a retirar o filho amado do colo para atender a vontade infame do senhor."

Em outro tópico verificamos a facilidade de qualificar a personalidade de alguém por parte do missivista. Vejamos este trecho:

> "O facínio pela liberdade, conduziu-o, espontaneamente à luta sem tréguas contra a escravidão. Não poderia combatê-la, não houvesse, antes, estagiado na universidade da liberdade. Devo assinalar, por outro lado, uma característica do meu conterrâneo, que o tornou quase idolatrado nos seus dias de vida: o porte físico e o poder de sua voz.
> Não há negar a influência sobre o povo, entre a figura de um homem viril e belo, e a de um Quasímodo.
> Diz-se: "toda gente que ouvia Castro Alves tinha arrepios de assombros e enxergava na esbelta e simpática pessoa do jovem Acadêmico mais um semi-deus de que um poeta, menos um poeta que um vidente. O auditório sorria ou chorava, permanecia mudo pela emoção fortíssima ou prorompia em bravos entusiasmos."

OBRAS

Vários são os trabalhos saídos da pena deste renomado escritor. A perlustrar a sua cultura rica e nobre, temos:

"FALAS DA AMAZÔNIA" publicado em 1975. São cinco temas atraentes e significativos englobados em um só volume.

O primeiro trabalho ilustra as suas considerações com pensamentos de personalidades de alto escol. Aconselha a leitura utilíssima da Bíblia, corroborada, com normas de autores de renome no campo filosófico.

O segundo é uma apologia ao jovem, na idade moderna, mostrando, numa modalidade comparativa, a diferença de hábitos e educação da vida atual com a sistemática do passado.

Resalta a indiferença da mocidade para com certas atitudes antigas, não sabendo, ele mesmo, jovem, como justificar a posição.

Para melhor comprovar as suas idéias apresenta assertivas do código mais primoroso que já se ouviu no mundo, ou seja, o Sermão da Montanha, pronunciado e publicado pelo Nazareno, nas plagas benditas e santificantes da Judeia.

A terceira página é constituída das palavras que dirigiu aos concludentes do Seminário Batista Equatorial em 1970.

Aqui constatamos a beleza cristalina do pensamento espiritual cristão, de Moacyr Alves.

Aos formando faz presente as idéias comprovantes das atitudes formativas da vida humana de pedro, primeiro Papa, dos Salmistas demonstrando as dificuldades de ação da vida, mas, ao mesmo tempo, consolada pelos resultados opimos da seara.

O quarto compendia a palavra dirigida às neo-enfermeiras de 1963.

A sublimidade das atividades das enfermeiras aí está delineada. O quanto de bem pode surgir de mãos carinhosas e de atenção freqüente, que dispendem os que cuidam dos doentes.

Focaliza a atitude do Senhor para com os enfermos, principalmente, os leprosos.

As situações freqüentes de passagens sagradas comprovam e firmam muito bem o trabalho do escritor.

Finalmente, o opúsculo, conclui com um trabalho biográfico, trabalho este, traçado dentro duma análise minuciosa dum batalhador da causa santa de propagação do Evangelho, que foi Eurico Nelson.

Não se prende o autor sómente em citar fatos ou datas, mas, em apreciar atitudes.

O trabalho no seu todo merece ser lido e meditado.

Moacyr escreveu outras laudas como:

RESPOSTAS DE JESUS

Grande quantidade de artigos nos jornais, não só no Amazonas como em outras regiões.

Seus inéditos, aí estão, aguardando um momento de publicação.

Como colaboradora total de sua proveitosa existência, teve a exímia professora Eunice Carneiro Alves, sua adorada esposa, que é professora de várias gerações, e que ultimamente publicou, com todo o carinho, um de seus trabalhos deixado nos originais:

"EU ME ENCANTO A VER OS CÉUS"

Neste livro vemos o lado policromo dos momentos de inspiração das musas, em versos ricos de linguagem e sentimentos espirituais dirigidos para o infinito.

São versos que orientam para o Divino.

Através de páginas tão inspiradoras, chegamos a captar lições crescentes de fé, exemplos de amor.

Os versos são dum sabor agradabilíssimo, duma delicadeza contagiante para quem lê e ouve.

São poesias cristãs.

A contribuição dum poeta deste jaez, nos dá um consolo refrigerante em momentos de dúvida e inquietação.

Há passagens inesquecíveis como a seguinte:

SENTINDO DEUS

Olho de novo a terra imensa
do alto da montanha,
Contemplo o azul do céu enluarado,
Vejo a se bater o mar esverdeado
E dentro de mim, como todo o meu ser,
um estremecimento aterrador!

E eu clamo entre surprezo e feliz:
Alma minha, tranquiliza-te!
A confusão dos sentimentos meus
Ao sentir a imensidão,
Explica-me a existência eterna
Do criador das coisas todas — DEUS!

Noutro cantar em que a beleza da festa universal do Deus Menino

é rejubilantamente exalçada, podemos aurir a delicadeza do fato e o sentimento de eflúvios espirituais do poeta:

"quero cantar o Natal
Como criança feliz, alegre
Que julga tudo bom,
Tudo perfeito, tudo amor.

Quero cantar o Natal
Sem ódio, sem maldição
No angustiado coração
Do homem que sofre...

Quero cantar o Natal
De risos incontidos,
De corações transbordantes
de prazer, porque Jesus nasceu!

Ouvistes? Vistes? como o poeta é duma delicadeza de expressão maravilhosa? As idéias dentro da suavidade de plenitude do amor divino, penetra no íntimo de cada um, mostrando a realidade do fato e o QUE o dia a dia se vai desenrolando diante dos nossos olhos.

O poema se estende por mais três estrofes que deixamos de apresentar para despertar o desejo do leitor em apreciar o que é belo dentro da beleza das musas imortais.

O suceder das páginas poéticas foram em número suficientes, de modo a despertar entre os coevos a convicção de ser ele um mestre, que transmitiu lições de fé, exemplos de amor, tornando suas produções dum sabor mui agradável, duma delicadeza contagiante, digno, enfim, de todo o aplauso.

Moacyr Alves, embora não chamado ao Santo Ministério da Palavra, pois não foi Pastor, contudo, sempre esteve pronto a colaborar na divulgação do ensino das letras sagradas.

Esta sua missão, tão proveitosa e sadia, a exerceu através de muitas modalidades, quais sejam: escrevendo ou explicando as passagens de eternidade.

A própria poesia, que do seu coração veio em afluxo, transmite o espírito vocacional para o evangelho.

Eis uma passagem que muito agrada:

"Eis a história deste livro
A história do homem santo
Que depois de sofrer, sofrer tanto,
Perdoa aqueles que o castigam.

A história do homem justo
Que perdoa o homem injusto
E lhe dá a felicidade!
É a história, enfim, da humanidade,
Revelada com inspiração divina.

Lê este livro
Lendo-o, com atenção,
Verás a sublimação
Do homem decaído
Feito santo, redimido
Pelo amor do Pai Eterno.

Sentirás então, no coração,
A vontade infinda de exclamar:
"Ó bendito o que semeia
"Livros, livros à mão cheia
"E manda o povo pensar..."
Bendito o Livro Santo
Que transforma o triste pranto
No eterno canto de alegria!"

SUA MORTE

O momento em que o Ciclo de vivência se completa fez-se presente: Moacyr Alves, ainda no vigor dos anos, partiu — Agosto de 1976 — partiu em direção dos Páramos sagrados, partiu ao chamado do que rege os destinos da vida, a fim de receber, o galardão do seu munus, resultado duma vida bem vivida.

O QUE ME RECEBE

Quis Deus e vós outros que nesta hora abrisse-me as portas tradicionais deste Cenáculo de cultura, recebendo-me com tão grande demonstração de sincera amizade, o Acadêmico e Presidente deste

augusto Colegiado Professor Dr. Mário Ypiranga Monteiro, inteligência fulgurante e lídimo cultor dos momentos amazônicos, jovem de espírito, lúcido de mentalidade rica de conhecimentos.

Marcam a sua vida uma liberdade de pensamento a toda prova, uma correção de ações e fidelidade de princípios constituídos de parâmetros fundamentais.

O valor da sua cultura atravessou as fronteiras do Amazonas, distendeu-se por todo o Brasil e mostrou e vem mostrando no além fronteira brasileira, que aqui no Amazonas, também, se estuda, também se sabe escrever.

Ligam-me ao Professor Mário Ypiranga Monteiro laços de uma velha amizade, iniciada nos tradicionais corredores e salas de aula do sempre lembrado Colégio Estadual do Amazonas, hoje denominado Colégio Amazonense Pedro II.

Esta amizade se consolidou pelos anos afora na admiração que voto ao seu talento de escritor e às qualidades humanas.

Muito obrigado meu amigo Professor Mário Ypiranga Monteiro por me contar entre os seus amigos.

CONCLUSÃO

Após delinear os dois quadros de valores que me precederam e pesam sobre a minha responsabilidade na sua grandeza, devo alertar a minha vã pretensão de aceitar um lugar à sombra de vossos galardões de sacerdotes do espírito.

Mas, como poderia eu resistir, a essa tentação que me leva a uma posição que aprendi desde o berço, um padrão de vida que me ensinaram os mestres quando menino, adolescente e mais tarde já adulto; que me afirmaram os de vida ensinada e os de vida vivida, isto é, colocar acima de tudo, depois do espiritual, a vivência cultural literária.

Fidelidade ao espírito, constância e permanência irremovível às letras.

Perdoai-me a ousadia meu caro Mário Ypiranga Monteiro, Genesino Braga... e demais Acadêmicos destas palavras, mas é o amor pelo belo, pela cultura, pela vivência do intelecto que a isto me leva.

Assim me pronuncio porque sois os representantes do Espírito e ele é eterno e não sofre variações e limites de condicionamentos.

Não está sujeito ao tempo e não respeita as condições Acadêmicas.

SENHORES ACADÊMICOS

Já, o arco da noite declina e as horas se fazem tardas.

Esta noite que é de generosidade e participação, noite de orvalho que parte da terra mas que desce transformado num manto de ternura.

A saudade é o escrínio no qual amorosamente guardamos os momentos preciosos de nossa existência.

Nos recónditos do meu espírito já se abriga a lembrança deste primeiro encontro que tornaste mais carinhoso e sábio pela palavra do presidente.

Esta noite em que sou recebido por vós, é data que me diz ao coração.

No 15 de Novembro veio ao mundo a minha neta Angélica, que com sua galhardia de criança enche as nossas vidas de satisfações.

Neste dia, também, Deus me trouxe a esta vida, para poder usufruir momentos como este em que recebo as suas benemerências conjuntamente com todos que me rodeiam.

Nesta altura, enflora-me espontâneamente o afluxo dos mais vivos agradecimentos que aqui vos deixo consignado e pleno de sentimentos da mais profunda admiração e enlevo com que hoje transponho os humbrais solenes da Academia.

Ao entrar neste sodalício parece-me que galgo as alturas duma Acrópole, não em ruínas, mas duma Acropole imortal, onde os Propyleus não perdem a elegância ática dos seus marmores e o Partenon não cristaliza para sempre, o sorriso divino da beleza.

Aqui temos a radiosa Acrópole da nossa Arte Literária, na qual sois vós as colunas vivas e generosas.

DISCURSO DE RECEPÇÃO

Mário Ypiranga Monteiro

Acadêmico Agenor Ferreira Lima:

Não é certo ser a tarefa do intelectual desprovida de interesse coletivo nem esquecida ou irrecompensada, a menos que circunstâncias especiais favoreçam o esquecimento mas nunca jamais a função heróica do gesto. Mesmo que a planta não medre, perduram a solenidade do gesto, o eco da palavra criadora, a emoção interior de haver cumprido uma tarefa, assumido uma atitude, contribuído para o bem estar de um só ou de muitos. Cabe ao homem, a cada homem em particular, moldar e modelar sua vida, eleger seu itinerário, escolher seus caminhos, orientar seu destino. A recompensa virá, a recompensa de toda luta espiritual é a alegria de sermos compreendidos, de sermos lembrados. Uma tradição conta de Homero que ao expirar dissera — "Não morrerei de todo".

Vosso destino, como de tantos outros homens mal aquinhoados de haveres materiais, como proclamastes, não seria este se não houvésseis escolhido o campo da semeadura e o equipamento da luta. Não há nestas palavras uma posição fatalista. A fatalidade não existe em termos de julgamento apriorístico, assim como uma armadilha preparada **in fieri** para o destino humano. Nós não somos presas fáceis desses argumentos filosóficos que oferecem premissas materiais, do tipo fatores conjugados, para desculpar e justificar a decadência e o derrelito do SER. Somos criaturas pensantes a quem Deus ofereceu a perspectiva da escolha, a decisão final dos atos responsáveis. Por isso que, nessa viagem que vós e milhares de outros homens iniciamos de um ponto remoto para o devir, a escolha do caminho certo não foi inspirada por essa ou aquela vantagem, por esse ou aquele conjunto de fatores materiais ou econômicos, mas foi oferecida pelas tendências pragmáticas de cada um, eleita pela carinhosa ternura do gesto paterno, fortalecida pelo exemplo da família. Os frutos que colhemos constituem a regra geral nesse plantel de dificuldades que a nossa terra sempre ofereceu aos que alimentaram e acalentaram ilusões

demasiadamente altas, mas não tão altas e nem tanto ilusões que não pudessem ser alcançadas e transformadas em realidade presente. Vós e outros muitos, tivemos na infância condições que no passado foram adversas a quantos decidiram tomar posição de vanguarda. Os jovens modernos são mais bem aquinhoados, porém o parâmetro que estamos elencando não elimina a sensação de que, ontem como hoje, é a força decisória da vontade na escolha corajosa, o estudo continuado, disciplinado, a vocação, a inteligência animal aplicada no usufruto do conhecimento que dão ao homem as condições de sobrevivência cultural. Vós o dissestes bem quando lembrastes que aos velhos igualmente é dada a coragem da iniciativa, a força de vontade, o desejo da realização, aquilo que o brocardo latino reserva ciumentamente para os jovens, isto é: "audaces fortuna juvat". Não se trata todavia de sonhar com o impossível, de desejar o maravilhoso, nem muito menos dessa condição de incapacidade mental erradamente transportada no "senectus morbus". Aqui não se trata de escolha extemporânea, de preencher o vazio monótono da aposentadoria. É verdade que quando o homem se inicia nesssa idade as probabilidades de aparelhamento erudito são duvidosos. Nós sabemos que esse comportamento é verificável. Os exemplos avondam, de homens que perderam o melhor dos dias da mocidade na contemplação do fútil e na esbórnia, e diante da velhice irremediável, do tempo irreversível, olham para trás e enxergam a imensidão do vazio doloroso mas só conseguem o ridículo da improvisação. Nada plantaram, nada podem colher.

Pode ser que ao nosso tempo de moços as condições fossem outras e acredito que muitos problemas hajam contribuído para que vocações se estiolassem. Mesmo quando numa sociedade evoluída escasseiam as instituições de cultura, escolas e Universidades, ainda assim o poder da vontade esmaga os obstáculos. Um conceito clássico reelaborado centenas de vezes, ensina que aquele que vence sem perigo triunfa sem glória. As cicatrizes — gloriosas cicatrizes! — todos nós que abrimos caminho na vida podemos ostentar com orgulho, mas principalmente as mais profundas e ostensivas são aquelas que nos ocasionaram os gebos, os zoilos, os refeces, os farsantes da cultura, porque essas provém de ferimentos desleais. O vosso patrono, senhor Acadêmico, cujo elogio acabastes de fazer numa pauta de piedosa consternação mas com facúndia e arrebatamento, não fugiu à regra geral: sofreu por amor daquilo que semeou e colheu, na adversidade e na glorificação póstuma, pois esta Academia, elegendo-o patrono da Cadeira n.º 35, nada mais fez nem desejou que glorificar seu talento, conferir-lhe a láurea da imortali-

dade simbólica. Não me é chegado ainda o momento de render homenagem ao culto antístene. A Academia Amazonense de letras conferiu a mim a honra de saudar-vos, e estou pretendendo, também eu, descer à humildade com que vos apresentastes à porta. Foi uma honra — excelsa honra! — poder também evocar emocionalmente a caminhada de vossos pés até aqui. E me apraz considerar de passagem que essa atribuição só podia ser inspirada por dois acontecimentos dignos de referidos: a posição do ilustre prelado em relação aos amazonídios e a vossa amizade sedimentada em anos de convívio no magistério secundário e superior. Fui aluno fundador do Colégio Dom Bosco como vós e nossos pais, meu e vosso, foram ambos os dois funcionários da Alfândega de Manaus e mais tarde da Delegacia Fiscal. A essa circunstância, parece, devo o mérito de estar nesta tribuna, porque a mim me falta aquele privilégio cicerônico para dizer-voz de viva voz o quanto nos alegra e quanto nos honra a vossa companhia. O que me impeliu a aceitar quamanha responsabilidade foi a vossa contribuição à literatura, vosso apego à cultura, vossa larga e rentável semeadura no campo da propedêutica. Achei-me de repente convencido de que poderia emparelhar convosco e é aí que advoga a nossa razão maior, justifica-se vosso ingresso nesta casa e a minha humilde condição de porteiro, designado para abrir-vos a porta.

Acadêmico Agenor Ferreira Lima: vosso magistério não finda no Ginásio nem na Universidade, porque o escritor continua arando o campo do vasto conhecimento humano, semeando a boa semente cujos frutos sazonados vão alimentar a fome de saber das gerações seguintes. Dentro e fora do magistério vosso lema e balsão como educador e fautor de livros foi defender a cultura clássica. Defender e propagar, não apenas naquilo que Quintiliano ensina naquele livro adorável — Instituições Oratórias, tão velho e tão recente, mas também criando oportunidades para mostrar aos **parvenus** que a literatura universal não passa de um sugestivo processo de evolução e em nada mudou a face sensibilizante ou social da poética quando **poiesis**, do romance moderno como epopéia antiga e do conto como solução mítica. Procurastes provar a antiguidade dos desafios em versos, na Égloga III de Vergilio, fornecendo os dados essenciais ao estudo dos romances de cordel, essa forma sugestiva de leixapren ou deixa-e-prende que hoje se diz erradamente ser atributo exclusivo dos cantadores do Nordeste brasileiro. A escolha desse pequenino quadro rural que mexe com a demopsicologia, teve o mérito de colocar vossa sensibilidade mais próxima da evolução literária,

porque, realmente, as famosas histórias da literatura brasileira, salvante a de Sílvio Romero, desdenham desse capítulo essencial ao conhecimento. Após esse opúsculo a Universidade do Amazonas coeditou recentemente o grosso volume de Exercícios, livro didático de maior extensão e profundidade, onde o discente pode encontrar textos seletos dos mais renomados literatos latinos, com bibliografia, comentários eruditos e ilustrações. O mestre de Latim não abjura da cátedra que ilustra desde o Colégio Estadual do Amazonas, Ginásio Brasileiro e outras instituições de nível secundário. Numa época em que a cultura clássica de um modo geral é objeto de deboche da parte dos apressados literatos de péssima formação básica, o Latim eliminado dos currículos sob a rubrica de inútil e difícil, as nobres tendências humanistas resistem a esse descalabro e os impávidos mestres da estirpe de Vossa Excelência prosseguem cultivando e cultuando a memória de Horácio, Terêncio, Pompônio Mela, Júlio César, Aulo Gélio, o sempre adorável Fedro e acima de todos o proeminado, o divino poeta Vergilio. A delicadeza, a sensibilidade, a vocação para a Natureza de onde saíu o poeta fizeram dele o guieiro de toda uma congérie de magníficos. A poética vergiliana conhecida pelo nome de **rota virgilii** explica a continuidade no tempo e no espaço dos descantes rurais. A sua influência está presente em Dante Alighieri e em Camões, para falarmos apenas nos maiores, mas fez-se constante nas pastorelas provençais, nas miniaturas galaico-portuguesas, no Arcadismo de escola e de temperamento de muitos outros poetas anteriores e posteriores à Idade Média. Tal influência resistível também se encontra nos cantadores modernos de desafios, nos idílios e baladas, e é de esperar-se que muito poeta moderno que nunca leu a Vergilio, nem em traduções, seja presa fácil daquela influência que impregnou a literatura universal, haja vista também o exemplo de Píndaro com suas odes imitadas constantemente.

Para corroborar nosso pensamento a respeito da validade dos clássicos e quiçá dos contemporâneos no objeto das preocupações intelectuais do homem moderno, inclusive na faixa da História, seria bastante citar o livro "**A Cidade Antiga**, de Fustel de Coulanges. É evidente no entanto que se descobre dia a dia maior interesse nos clássicos, uma nova perspectiva nacional na retrospectiva dos romances, dos poemas, das narrações familiares ou bélicas. É que a crítica moderna atraída pelas novas dimensões da ciência, despojou-se dos preconceitos, das futilidades e dos ouropéis com que recebia a imagem do escritor de antanho e as virtualidades de suas páginas muitas vezes escritas com suor, sangue e lágrimas. Também com bufonerias, claro. A

crítica moderna é uma ciência à procura do seu lugar na teoria do conhecimento e na prática do julgamento **in fieri**. Por essa razão livros do tipo de **Metamorfoses**, de Ovídio, **O Asno de Ouro**, de Apuleio, **A Vida dos Homens Ilustres**, de Suetônio, os **Annais** de Tácito; a **Guerra do Peleponeso** de Tucídedes, A **Retirada dos Dez Mil,** de Xenofonte, as comédias de Aristófanes e as tragédias de Ésquilo, o **Satiricon** de Petrônio, as **Noites Áticas**, de Aulo Célio, e mais Horácio, Plutarco, Tales de Mileto, Heródoto, Eurípedes, Sófocles, **et caverna** estão oferecendo leituras mais rentáveis a historiadores e críticos sociais, tanto quanto a literatos e filosófos. Não se pode fazer referência a uma qualidade de poesia social sem apelar para os **fabliaux**, para Fedro e Esopo e seria ocioso lembrar aqui a influência de Ésquilo na psicanálise freudiana. Ninguém que se tome de erudito pode ignorar a longa série animada de autores antigos no contributo da nossa formação intelectual. O respeito que Quintiliano merece à moderna pedagogia vem mostrar apenas que o conceito de modernidade é muitas vezes vazio por carência do conhecimento das colocações antigas. Não quero com isto esmagar o atributo da prospeção moderna na ciência, estou pensando é no rastro luminoso que muitas obras clássicas deixaram e que são indeléveis, porque sem elas todo pensamento moderno não teria sentido nem fundamento.

A vossa cultura clássica não fica exposta nas obras didáticas anteriores. Quando a Universidade do Amazonas, ao tempo do reitor Doutor Áderson Dutra nos enviou a Brasília para um curso de especialização nós sentiamos como era doloroso sacrifício ter de calcurriar os longos caminhos para a Biblioteca Central, para o Refeitório, para o desjejum matinal na cidade, um enorme esforço físico que somente vós, com uma predisposição louvável fazíeis muitas vezes ao dia, inclusive à noite a fim de aprender mais um pouco com o vosso orientador o professor Pastorino. Tínheis fome e sede de saber clássico e nas nossas conversas cansastes de revelar-nos as exigências daquele mestre e das dificuldades vencidas a custo de paciência, devoção, nas lucubrações constantes. É assaz curioso como os nossos trabalhos coincidiram em alguns pontos capitais: vós vos inclinastes pela grandiosa disputa dos pastores Cômatas e Lacon e eu pelo contéudo folclórico da obra do poeta português Antônio Nobre, e pela relação existente entre a odisséia grega e o romance moderno. Nossos trabalhos, por qualquer circunstância, foram dos mais elogiados porque, estamos certo, colocamos neles o sofrimento dos autores, o derrelito físico de ambos, Vergílio e Antônio Nobre vitimados pela tuberculose pulmonar, dois poetas que se distan-

ciavam no tempo e no espaço, e se aproximavam na sensibilidade, na inclinação pelas coisas simples, pelos costumes.

Acadêmico Agenor Ferreira Lima: a vocação professoral é também uma virtude atribuída de mérito para nós. Nesta Academia podeis verificar a existências de uma tradição que se perde no passado, desde a fundação desta casa. Seria exceção curiosa não haver acadêmico professor. E mais curiosa ainda é a regra quase geral de acadêmicos sem muitos livros editados mas cujos méritos professorais se mostraram tão dignos e relevantes como as pequenas contribuições literárias de todos nós. Consequentemente esta Academia não se decide por quantiosas páginas editoradas e sim e muito mais pela cultura geral expressa na vivência da cátedra, porque a palavra, contrariando a parêmia — a palavra oralizada cria a consciência do fato, semeia a razão, distribui o conhecimento, comanda gestos e ações, deslumbra e gratifica. É o "fiat" consagrado. O professorado é também ele uma forma antiga de exibição de conhecimentos, haja vista o Jardim de Academus com seus férteis oradores ensinando à juventude, postulando os problemas filosóficos, ou Jesus, o Cristo, ditando paracletórias aos discípulos atentos que não eram sábios mas rudes homens do campo. E as palavras atravessaram os séculos e não morrerão nunca mais. Por tais e quais razões esta Academia não exprime a sua reverência apenas ao autor de livros, ao escritor, mas também ao dignificante trabalho do plasmador de consciências imaturas. E acredito que este predicado vos levou também a outras instituições, à União Brasileira de Escritores.

Escolhestes a cadeira número 35 cujo patrono é o bispo dom Frederico Costa, a quem vindes de encomiar. Eu me recordo de que na reforma do Estatuto desta casa, há anos, discutiu-se muito a alteração da lista de patronos. A grande maioria deles era gente de fora, sem nenhuma vinculação com a terra, como se pode ver dos primeiros números da nossa Revista. Foram incluídos, a meu pedido, os nomes de Antônio Brandão de Amorim, amazonense nato; Ermanno Stradelli, brasileiro naturalizado, e outros mais. A personalidade de dom Frederico Costa me impressionou desde cedo por um fato singular que não me canso de referir e que mostra a dignidade e a autonomia de uma consciência teológica. Na sua muito difundida Carta Pastoral referente ao Rio Negro, dom Frederico Costa, contrariando a clássica e absurda tendência de considerar-se a Iurupari como demônio, diz dele ser uma espécie de filósofo muito antigo, aquilo que a Antropologia Cultural denomina hoje herói cultural ou herói civilizador. Não vou entrar em disquisiciones sobre a razão de haver o santo prelado e ilustre humanista

pensado dessa maneira, mas é justo neste momento dizer-se dele que compreendeu aquilo que muito amazonense destituído de cultura, os famosos absenteístas, cultivam sem originalidade. Ora, quem conhece o mito sabe que Jurupari ou Iurupari foi um censor social, o outorgante de um direito não escrito, e portanto um legislador situado apenas a dois graus abaixo de Moisés. E quando penso e digo dois graus é porque Moisés, por inspiração divina, outorgou eu Decálogo, de passo que Jurupari outorgou apenas oito artigos que constituem de fato e de direito a regra geral por que se regem as humanidades antecedendo-se portanto aos antropólogos cerca de setenta anos, ele publicou o célebre código de Jurupari. E esse código não é um instrumento de maldade, como se esperaria se o legislador tivesse pacto com o demônio, mas é um código de ética social por que se regula a gentilidade, com oito dispositivos, capaz de conter o homem e a mulher no âmbito de suas potencialidades morais-sociais.

Era bispo do Amazonas em 1937 dom Basílio Pereira, com quem mantive contato várias vezes na função de repórter do Jornal do Comércio e numa das vezes que lhe bati à porta foi para solicitar dois exemplares da Carta Pastoral aludida. Naquela altura fiquei admirado da quantidade de exemplares que envelheciam no porão de cimento da residência episcopal. E mais admirado estou hoje de saber que daquela obra tão requisitada não resta um só exemplar na cúria, nem para doação às instituições de cultura, salvo engano. Nesta terra onde se publica ordinariamente tanta inadequada literatice, obras desse quilate padecem do desprestígio, sofrem de irreceptividade, são negligenciadas.

Vosso patrono, Acadêmico Agenor Ferreira Lima, foi um sacerdote que aliava às virtudes morais-cristãs uma cultura bem alicerçada nos clássicos, vem daí a sua interpretação da figura do nosso mito. Vós lembrastes essa cultura ainda há pouco em vosso panegírico, soubestes fertilizar a memória de todos nós, engrandescestes o primado da inteligência e não sacrificastes encômios aos vossos predecessores, incluindo o pranteado doutor Moacir Alves. Incluistes por nímia deferença meu humilde nome, o que muito me sensibilizou. Vindes de definir vosso itinerário no espaço cultural e com relação a esta casa que vos recebe, que vos acolhe, mas que de certeza imediata não vos foi buscar no anonimato. Vós não entrastes aqui como aquele negligente servo do Senhor que não pôs as moedas a render. Entrastes aqui de alforge vazio, o que parece um paradoxo, porque as sementes que o enchiam, lançaste-as no bom terreno, elas cresceram e frutificaram. Mas não estais descansando à sombra da verde faia. Viestes aqui pelos frutos

maduros da vossa semeadura espiritual. Nós vos ajudaremos a colhê-los, porque essa é também a nossa parte na empresa. Nosso é também o trabalho de semear. Vinde, senhor Acadêmico, esta casa é vossa por direito de conquista, entrai nela leve de espírito e de coração. Há uma chama alegre ardendo para orientar-vos. É a chama simbólica da imortalidade.

RECEPÇÃO AO MINISTRO HENOCH REIS NA ASPA

Newton Sabbá Guimarães

Senhores:

A homenagem a um homem público, alçado a elevado posto no Estado, é sempre das mais difíceis de serem entendidas pelos que estão de fora, como é, muita vez, embaraçosa, para os que a prestam. Numa época de absoluta insinceridade, de malícia, de mentira convencionais, um gesto de simpatia para com quem, dentro de pouco, deterá as rédeas do poder executivo local, poderá parecer mais uma das tramas que o vil interesse tenta armar contra o homenageado. Entretanto, partindo da Associação dos Servidores Públicos do Amazonas, esta benemérita e conhecida ASPA, que tem feito prodígios em favor dos seus associados, somente os laços do afeto e da amizade transparecerão.

O Ministro Henoch Reis, governador eleito do Estado, não precisa de apresentação, nem de quem lhe trace o perfil: professor de direito, magistrado e humanista, é bastante conhecido, desde os dias em que logrou aprovação plena em momentoso concurso para catedrático de Direito Constitucional em nossa vetusta faculdade. Íntegro, humilde, protótipo do bom magistrado, ascendeu a todos os degraus na sua carreira, chegando a ministro de alta corte do país. Não mudou, apesar de cortejado por amigos e pseudo-amigos, por admiradores e falsos admiradores. E é esta a caractertística marcante do homenageado que aqui se encontra: mantém-se o mesmo, quer falando a gente humilde do povo, quer tratando com figuras de projeção do cenário, político-administrativo cultural de nossa terra, tão fértil de estrelas de terceira grandeza, de megalômanos e de exibicionistas do próprio valor.

Pensava nisto ao aceitar a delicada incumbência que o nobre presidente da ASPA, o prof. Aureomar Braz da Silva Lima, e o seu leal colaborador prof. Wladimir Braz de Almeida Cruz, me deram. Homem arredio, pouco dado a expansões emotivas e pouco afeito a elogiar, não podia, contudo, recusar o pedido que me fora feito pelos denodados dirigentes da entidade, por dois motivos principais: primo: a homenagem

que a ASPA resolveu fazer era um gesto espontâneo e puro, diferente de alguns que o Ministro recebeu e ainda há de receber: secundo: O homenageado, magistrado como o obscuro orador, foi meu mestre de direito constitucional, e colega de aulas de alemão e grego com o saudoso padre Paulinus Lammeier. Eram vínculos sentimentais que eu não podia esquecer pois, desde então, pude conhecê-lo e admirá-lo pelo seu caráter justo, pela lhaneza do trato, dedicação aos livros e tenacidade em prosseguir em algo a que se propôs, qualidades que me parecem boas para quem deverá governar.

Sr. Ministro, permita-me V. Exª. lhe diga que a homenagem que a ASPA hoje lhe presta, já lhe era devida há mais tempo e a sua presença entre nós é motivo de orgulho, não pelo fato de ser V. Exª. o governador-eleito, mas pela certeza de que saberá como magistrado, que foi e é, levar o Amazonas para maiores rumos sem os perigos do arrivismo, sem as improvisações tão perigosas para a coisa pública, sem as atitudes impulsivas e personalísticas, que têm destruído grandes esperanças depositadas em certos governantes. Os discursos, recentemente pronunciados por V: Exª., mostram mais que tudo, o magistrado que se põe acima de questiúnculas político-partidárias, que se sobrepõe à mesquinharia da política rasteira de roça, lamentavelmente ainda muito difundada entre nós, que busca antes os interesses coletivos do que agradar a grupos ou a indivíduos. V. Exª. pode ter surpreendido a muitos, mas não a mim, que sempre o vi como magistrado. Se todo governante agisse sempre como juiz, erraria menos, porque mesmo quando ele erra, não pretende errar. Lembro-me, ainda, da forte impressão que me causaram as palavras de famoso e enérgico líder afro-árabe com quem eu conversava em começos deste ano, em demorada visita que fiz àquela parte do mundo. Quando demonstrava a minha estranheza a esse general, duro perseguidor de corruptos e vendilhões, de subversivos e enganadores do Estado e da Nação somali, que punira com desusada severidade dezenas de cidadãos por todo o país, mas não tocara em um único magistrado, o Presidente Mohamed Siad Barre deu-me esta resposta que bem mostra o seu respeito pela Justiça e pelos homens que a aplicam:

— Não creio que um magistrado que leve com seriedade a sua missão de julgar, cometa de propósito deslizes que venham manchar o esteio do Estado Nacional, que é a Justiça. Quando eles erram, não tinham possivelmente a intenção de errar...

E é pensando nisto que a ASPA hoje lhe oferece o diploma de sócio honorário e é por isto que não me surpreenderam os seus pronun-

ciamentos. V. Exª. vai dirigir o Amazonas como um juiz, fazendo uma administração da intelligentsia, tentando pôr um ponto final a muitas injustiças e mesmo que venha a errar, saberemos que não cometeu erros de propósito. A ASPA, que sempre tem adotado uma diretriz de justiça e retidão, sabe que assim será e nós, associados, teremos o orgulho de não havermos dado em vão um diploma. Que de mais nobre se pode esperar de um governante que a Justiça?

Aceite pois, Sr. Ministro, as homenagens que a entidade, por meu intermédio, nesta ocasião lhe presta.

30/X/1974.

SONETO PARA VINÍCIUS DE MORAES

Homero de Miranda Leão

Um festival de estrelas no infinito
te recebeu, poeta, no esplendor
de tua arte suprema quando amor
tinha em teu peito a vibração de um grito!

Chegaste ao coração de um mundo aflito
pela beleza de teu verso e canto;
e muitas vezes enxugaste o pranto
das almas desoladas, em conflito...

Aedo iluminado da esperança
as noites e as manhãs da sua lembrança
hão de guardar a imagem de tua vida!

E a terra, em cujo cerne tu sonhaste,
te exalta e glorifica na partida
pelo deslumbramento que deixaste!...

MISSA DE DOMINGO

Elson Farias

1 — Entrada

Quando a luz da manhã
nos trouxer o seu dia,
será graça da terra
a palavra nascida.

Nossos olhos molhados
pelas águas da chuva
fiquem limpos da dor
pelo amor que os enxuga.

Nosso peito se cale
no silêncio da igreja,
um clamor de piedade,
como os pássaros, chega.

Cheguem todos, reunidos,
esperando chegar,
despojadas das trevas
ante as pedras do altar.

2 — Meditação

Um homem nos braços
carregava o filho,
nos traços do rosto
o peso da vida.

Sem terra, vagava,
sem casa e comida,
as rugas maduras
no rosto, sofria.

Que rio produzira
esse homem batido,
sem terra e comida,
nos braços o filho?

Piedade, Senhor,
o teu filho suplica,
um tempo sem paz
esse homem carrega.

3 — Aclamação ao Evangelho

Escutai a palavra,
o Senhor, escutai,
escutai a palavra,
escutai o Senhor.

Entre as tramas do tempo
ela foi sempre nova,
renasceu como a terra
sob as bençãos da chuva.

Amanhã, para sempre,
a palavra será
o fermento da vida
contra a semente má.

Queima o ramo de urtiga
que a malícia plantou
a palavra rebenta
nos rebentos da flor.

4 — Ofertório

A mão que se doa
é mar sobre a vida,
um beijo de paz
nos acaricia.

A brisa da noite
procura outro dia,
a casa abre as portas,
a mão é que abriga.

O pão desse amor
que o tempo sustenta
é luz que sempre arde
e fé que alimenta.

Aqui tens a carne
que pode ser doada,
o resto é a poeira
da nuvem sem nada.

5 — Comunhão

Nas táboas da mesa
o peixe é servido,
os frutos do vinho
que as dores mitigam.

Curvados os corpos
como árvores, crescem
batidos de vento
na mesa ante o peixe.

De pé, seguem viagem
mais brandos que a tarde,
mais doces que as cores
da boca da noite.

Refeitos da fome,
trabalhos, mais altos,
caminham plantando
a sua caridade.

6 — Canto Final

Além da floresta
existe um regato
correndo chilreante
nos rumos do rio.

Por este caminho
iremos buscar
as flores da aurora,
os frutos do mar.

Ali onde o tempo
esta no passado,
está no presente e
futuro, somado.

Agora despertos
alcemos a voz
num canto de glória,
é tempo de paz.

Manaus, agosto de 1980.

SÍSIFO

Jorge Tufic

A pedra
o mar
o fogo
a escarpa

Sísifo é o corpo.

Tártaros e abutres
devoram
pergaminhos celestes.

Sísifo é a culpa
lavrada nos degraus
do penhasco.

A pedra é o sonho
arrancado aos poderes
de humana tragédia.

Sísifo é a pedra
crucificada
entre tântalo ç ixion,
entre a roda e o eixo
da Terra,
entre o porto e navio.

A dor é o seu fluxo
de correntes marinhas,
dourando montanhas.

E o prazer que o liberta
é a pedra que rola,
e por isso gargalha.

MARTE

Os dias de Marte estão próximos.
Eles sempre estiveram próximos
do canto.

Homero foi seu último reduto
porque veio depois.
E veio como um bálsamo
na ferida dos séculos.

A cada golpe nos campos
que se misturam e confundem,
uma Tróia renasce
da cólera dos deuses.

Satélites do escuro
o terror e o medo despacham seus ventos
de lágrimas rotas.

HÉRCULES

Primeiro encontro — o leão da Niméia,
segundo encontro — a hidra de Lerna,
terceiro encontro — o porco da Arcádia,
quarto encontro — a corça de Diana,
quinto encontro - os pássaros do lago,
sexto encontro — o touro da planície,
sétimo encontro — o furto a Diomedes,
oitavo encontro — as fêmeas guerreiras,
nono encontro - a morte ao Rei Áugias,
décimo encontro - o combate a Gerion,
undécimo encontro - as maçãs de ouro,
duodécimo encontro - salva Teseu.
Mas, por um descuido em seu processo,
o herói veste a túnica de Nesso.

EROS E ANTEROS

Eros é bom porque os bosques
nasceram de seus braços.
E as águas esculpem seus dedos
de harpa,
enquanto as amantes desmaiam
na embriaguês de suas folhas de mirto
e arcanos de primavera.

Anteros é mau porque separa
os amantes que não foram gestados
pela noite, o caos e o érebo.
Anteros é o medo,
o equilíbrio,
a genética.

O amor, porém, é cego,
E os corpos, quando amam, já nada
distinguem entre a noite e o dia.
As trevas, o torvelinho cósmico
e a claridade,
recolhem-se então para dentro dos
seres que se confundem,
enquanto Eros e Anteros vão sendo
chamados
pelo meu e o teu nome.

BACO

Dança, Baco! És deus da tua sorte.
Resiste ao feixe amargo da perfídia!
E do grão da vindima extrai a nódoa
que empana as estações, e veste a morte.

Arma o desfile e trota: agora o vinho
fez-te achar a verdade que te negam.
Ergue o tirso bem alto, e ao som das latas
sangra as uvas do tédio, alegra o espinho

da écloga nativa, e aos empurros
cepas de vide, heras e folhagens
alcem contigo aos parámos de Juno,
e os seus ódios abatam, com teus urros.

VÊNUS

Dá-me, Apeles, o sangue dos teus dedos!
E as cores deste mar, espuma ardente
em que Vênus ressoa e se reparte
entre deuses e bichos, céus e terras,
para que a louve, prostituta imensa
feita de orgasmo e sol. Pombos e cisnes
a conduzem nos braços da Volúpia
onde exerce, terrível, seu domínio.
Mas, de repente, queda-se cativa
de um mortal como Adônis! Tão completa
me parece esta deusa que seu brilho
tem, sobre nós, a calma perspectiva
de uma fúria saciada: um simples nome
que a eternidade rútila consome.

CANÇÃO DE DAFNIS

O sopro azul destes campos
despe de todas as lavras,
compõe seu dorso de nuvens,
varre da boca as palavras.

A terra encurva-se em talos
que vão do travo à ternura,
os ventos relembram chuvas
de eternidade imatura.

Mas o silêncio de folhas
devora o som destes idos,
e uma vontade tamanha
resiste aos elos perdidos.

De tal materia é que é feito
o pão que o tempo mastiga;
a sombra foge com o dia,
mas volta o clarão da espiga.

O sopro azul destes campos,
mais transparente que a fala,
traz o nome da esperança
na morte que ensina, e cala.

PROTEU

Em certa manhã de Netuno,
quando as focas e peixes gigantes
pastavam nos campos da ode,
e Homero ainda compunha
as geórgicas de Virgílio,
Proteu, nos recebe disfarçado
em leão, talvez em leopardo.

E nós, que seguirámos repletos
de perguntas sem respostas,
compreendemos tudo
e voltamos.

Na tarde do outro dia
o pastor de Netuno vestira-se
como um rio
de margens douradas.

E nós, embora sem resposta
às perguntas que tínhamos para ele,
novamente compreendemos tudo
e retornamos.

Enquanto Proteu se ocultava
nas árvores, no fogo, nas feras
e nas águas,
nós sempre compreendíamos tudo
e regressávamos:

Proteu era rápido, arisco,
e domava o sentido das coisas.

Por isto, decidimos atá-lo ao cepo
da Noite. Então ele deixou de assumir
os poderes do mito, e falou:

— As medidas do tempo, etc.

Suas palavras ocuparam a extensão
dos campos e dos rebanhos.
E as cores da fuga
plantaram cidades.

ARTEMIS (na voz de Eudímion)

Vens, perfume, em manhãs de brisas castas
com teu diadema solto em pedrarias,
enches o ar, brilhas no chão, com ventanias,
e por todo o meu ser teu corpo arrastas.
Quero ter-te nas mãos: elas são hastas
que se erguem presas e retornam frias,
ter-te em meus olhos de ânforas vazias
onde tua luz palidamente engastas.
Que és toda a miragem desse outono
que anda em résteas de sombra nos caminhos,
soltas as tranças de ouro, em abandono.
Vens para mim na branca transparência
que se fez cinza pela voz dos ninhos,
para cantar na sombra, a eterna ausência.

OS VENTOS

A linha do horrível
desenha o bisonte.

A cidade recolhe-se
nas visceras do medo.

Angústia motorizada
derrama-se no sexo.

as estrelas repicam
seus códigos de ausência.

A síncope e o eterno
faturam metáforas.

A curva da boca
é um número de aço.

O amanhã é uma chuva
de confetes suicidas.

Palavras são guias
de rostos murados.

Quanto são os ventos
da humana cobiça?

O rapto da Orítia
é uma estampa de vento.

Argos é o vento
que sai da floresta.

E os homens que o levam
são feitos de vento.

As sombras estalam
sementes de pânico.

Os rios são pálpebras
de mortes vindouras.

Nas águas do cisne
o rumor decepado.

Nada mais que a penumbra
engessando fratura.

Nada mais que a fratura
sulcando realejos.

Diante desse tempo
o roer é roído.

O rato é a vigília
do saldo felino.

O preço da vida
é um coldre vazio.

A paz é um castelo
de espelhos molhados.

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

Oyama César Ituassú

Quem examinar as camadas telúricas que permitiram e determinaram a interdependência internacional, verificará que um dos fatores preponderantes surge como pedra de toque liamizadora das situações opostas: é o desenvolvimento, enfrentando em seus múltiplos aspectos o que, não obstante essa pluralidade, congrega-os a todos na fisionomia econômica.

Em tudo há uma fase histórica a presidir os eventos e a isso não foge o tema, cuja oportunidade nasceu com o primeiro homem. Mais quais os períodos sócio-etários que ensejaram e ensejam, ainda hoje, a formação da crista milenar do interêsse, denominador comum de todos os conflitos?

Três são os estágios da humanidade em sua luta por melhores condições de vida: o **homem**, a **sociedade** e a **comunidade**, cada um deles representando uma etapa dura e difícil, atravessada nos séculos com uma tenacidade que somente o interêsse, no sentido alto do termo, poderia permitir.

Quando os dois primeiros sêres humanos se encontraram, surgiu o primeiro desenvolvimento através da necessidade de sobreviver, mas sob a fisionomia particular do individualismo pois que nenhum deles admitia maior categoria material nos demais. O homem, animal pensante, compreendeu depois que poderia e deveria funcionar com mais eficiência se se congregasse com os demais e o mais forte, ou o mais hábil, assumiu o comando, de modo a permitir, com a evolução consequente, o nascimento político do Estado. Este, absoluto, absolutissimo, conservou e aprimorou o caráter egoístico de seus componentes humanos e nos tempos seguintes exercitou com amplitude seus mistéres e objetivos, fechados todos na concha do avanço particular. E o quadro permaneceu até que, já nesta éra, manifestou-se uma centelha de luz interior.

É que a compreensão da interdependência, no sentido de que ninguém pode viver e progredir isoladamente, possibilitou o nascimento de uma nova mentalidade, qual a da **comunidade internacional**, consistente no princípio da relação comum de todos os sêres, jurídicos ou físicos, colimando um alvo também comum. O conceito de comunidade exprime o entendimento de que todos devem viver ajustados entre si, de modo que a vivência se torne mais harmônica, mais equilibrada e melhor realizada.

Vê-se então que as tradicionais limitações oriundas do poder político para o auto-engrandecimento e, em consequência, no empobrecimento dos demais co-participantes da vida internacional, perdeu terreno para a idéia do ajustamento social, importando na desarticulação dos mecanismos estabelecidos de controle particular e de subversão dos valores sociais. É o que COSTA PINTO chama de **processo da secularização**, no sentido de que os velhos poderes, enfrentando a mudança da estrutura social, ainda oferecem resistência às inquietações necessárias e imperiosas determinadas pela mentalidade das gerações mais novas.

Então se verifica que a secularização se manifesta em decorrência do progresso, que não tem apenas sentido econômico, mas que se manifesta nos quadro visíveis da modificação estrutural do mundo contemporâneo, transformação que deriva, conforme aponta FRAGA IRIBARNE, de três pontos essenciais: o **processo tecnológico,** expressão pura da evolução material da máquina e consequente libertação do homem da escravização social em que até então se encontrava, passando apenas de certo modo a um novo tipo de escravização, qual o concebido e executado pelo Estado; o **processo demográfico**, decorrente das facilidades da vida moderna e maior índice vital das populações, importando no seu desmesurado crescimento; e o **processo ecológico**, produto dos dois primeiros, permitindo maior atividade múltipla das pessôas.

Disso decorre que a fusão de tais eventos históricos e dos processos produz um entrosamento mais ajustado dos vários interêsses em choque, colimando todos a interrelação inevitável das consequências, em uma realidade objetivamente considerada e que afinal, inobstante as restritas facetas do egocentrismo estatal, se tornou um problema político de ordem internacional. É que a política, no são sentido, visa o beneficiar a coletividade mediante a melhor execução das causas públicas e a isso não pode fugir o desenvolvimento como expressão do progresso individual, ponto de partida para a evolução coletiva.

Considere-se o desenvolvimento não apenas no seu conteúdo econômico e sim, o que é mais importante, no seu teôr anímico de finalidade ético-jurídica, visto como aquele conceito se enlaça tipicamente ao fato material. Desenvolvimento é progresso em função dilargada, especialmente no que tange às ordenações jurídicas. Somente há avanço quando, paralelamente ao movimento econômico, financeiro, cultural, social, há também o escalonamento dos valores jurídicos permitindo maior equilíbrio na vida coletiva interna ou internacional.

Porisso, há diferença sensível entre **desenvolvimento e civilização**: aquêle exprime a soma dos aperfeiçoamentos em geral, sob todos os aspectos, enquanto que esta, mais ligada às concepções do momento, significa tão só um degrau na longa e imensa escada evolutiva. Civilização é conceito, enquanto desenvolvimento é ascenção. As grandes civilizações do passado — persas, médo-persas, etrúscas, egípcias, maias, astecas, incaicas, etc., nem por isso exprimiram em sua passagem mais do que uma fase, sem que isso importasse em desenvolvimento. Apenas indicaram um passo histórico para esse fim. Desenvolvimento, assim, prende-se mais a evolução, ou seja, o progresso e burilamento sucessivo das sociedades e de sua civilização.

O interêsse particular de cada Estado — desenvolvido, civilizado ou evoluido — cedeu lugar ao interêsse coletivo surgido em razão das crises mundiais dêste século. Os homens somente se unem nos momentos críticos da humanidade, buscando uma solução comum para seus problemas e suas angústias. E a crise estrutural desta éra propiciou o surgimento de novos processos de transformação na mentalidade dominante, importando no desequilíbrio de todos os fatores que haviam constituído, em sua harmonia e combinação, a civilização em geral e, sobretudo, a chamada cultura ocidental. É que o desespero e a perturbação do homem que se vê desorientado e perdido em um mundo de desordem, carente de ideais elevados e cheio de contrastes e inquietações como observa GASTAN TOBENAS (Crises mundial y crises del derecho, p. 22), tornaram imperativa a substancial modificação dos sistemas até então vigentes a fim de se evitar o desastre e o cáos.

Realmente, a transformação do mundo contemporâneo ocorreu em virtude de circunstâncias peculiares, que alteraram profundamente o equilíbrio do mundo pré e post-bélico. A secularização da cultura e da vida, com o desconhecimento ou postergação dos valores morais, a ausência de autênticas elites no campo de cultura, ao lado do desapreço às profissões de teor espiritual, a aceleração do emprêgo da técnica e das máquinas, a destruição da classe média que até então constitua o ponto

de equilíbrio das sociedades, o entrechoque de classes antagônicas com a criação dos slogans **burguesia** e **proletariado**, a excessiva acumulação demográfica em derredor das cidades, assunto tão bem estudado por GASTON BOUTHOUL, o abandono da tradicional vida rural que sempre cuidou das reservas econômicas nacionais e sempre foi o esteio das sociedades, importando consequentemente no enfraquecimento das produção agrícola, tudo isso modificou o quadro. A essa imensa sequência de fatos, ajunta-se a egolatria estatal em tôrno do poder militar e industrial, tornando írritas e nulas as noções correntes de administração das cousas públicas e fazendo do Estado uma espécie de dirigente de empresa, pela sua intervenção e ingerência na vida econômica.

Em consequencia, tais elementos sócio-político-econômicos determinaram a premência de uma profunda reviravolta no combalido organismo da comunidade internacional, para não vê-lo mergulhar no sorvedouro da reivindicações desordenadas. Todo desenvolvimento importa em transição e os períodos intermediários amenizam o choque do rompimento das antigas estruturas e que se evidenciaram prejudiciais à nova ordem social, permitindo assim o enlaçamento dos vários interêsses, de forma a não atritar em demasia os seus componentes. Há que considerar, como indica GINO GERMANI, fisionomias peculiares dessa transformação e que são:

a — a modificação dos tipos de ação social;

b — a institucionalização das transformações;

c — a especialização das instituições.

São assuntos, é verdade, de sociologia, mas que repercutem fundamentalmente na questão em estudo. Há mistér quebrar o estreitamento do poder de escolha, incentivando o homem a descobrir novos campos de trabalho, de forma a ampliar os horizontes profissionais. A máquina vai substituindo a atividade humana e o trabalho manual recolhe os efeitos dessa substituição, tornando-se sem valôr e até desprezível. Preciso é que a qualidade volte a prevalecer sôbre a quantidade, sem romper, contudo, a importância do vulto, que se destina a suprir os mercados mundiais da procura e da necessidade. O encurtamento das possibilidades fecha o horizonte individual e impecilha o bem estar, que deve ser comum a todos como ativador da evolução social. Deve-se pensar e agir mais em favor da sociedade, através da modificação equilibrada dos processos até há pouco em vigência.

Por outro lado, tôda transformação implica na mudança da mentalidade. Essa observação, que é do professor ORLANDO GOMES

(Direito e Desenvolvimento, p. 19), permite ver que "o processo social procura sua disciplina em um novo sistema de normas" e o ordenamento jurídico constitui, "porque regula a conduta dos homens na sociedade, o principal fator de influência no processo de desenvolvimento", tornando visível a tendência da "institucionalização das transformações". Compreende-se que Direito não é simples conjunto de regras normativas, mas um fato social e dessa maneira sua ação repercute em todos os setores da vida humana, como um ponto de valoração das relações existenciais.

Também não se deve olvidar que as transformações produzem um critério de especialização de atividades, a que não fogem as instituições. As diversificações sociais exigem que os processos de rearticulação do pensamento político, ligado ao benefício coletivo, tendam a especializar-se, para melhor cumprimento de seus objetivos. Nem tôdas as alterações se encaminham paralelas e em rítmo igual. As variações das mentalidades, as crenças arraigadas, os critérios de política, o atraso na escalada para civilização, que é um passo no rumo evolucionista, são pontos importantes que dificultam a sincronia das ações programadas. A multiplicidade dos aspectos e a diversidade das carências mundiais, suscitam a imprescindível premência da especialização, como forma de acelerar o índice evolutivo da humanidade.

— x —

A mutação dos critérios vem demonstrar que a essência da civilização é o conhecimento, em grau crescente, de que há soluções alternativas e uma oportunidade escalonada para explorar novas soluções, como indica QUINCY WRIGHT (Política y poder en un mundo mas chico, p. 426). O século caminha a passos largos para um entendimento mais consentâneo da evolução que atingimos e não seriam os impecilhos costumeiros as causas da negação das qualidades humanas de compreensão mútua e ajustada. É que o homem abre seu próprio caminho interior à custa de ingentes sacrifícios e angústias e aprende dia a dia, na intranquilidade e no sofrimento, a lição amarga.

O agravo decorrente do índice populacional desmesurado nas regiões mais habitadas e que melhores oportunidades apresentam às investidas dos que buscam progredir, veio proporcionar campo à aplicação de novos métodos de aproveitamento das qualidades recém-nascidas.

Venceu-se o período crucial do equilíbrio do poder vigente nos dois séculos anteriores, período que, por contraste, assegurou o surgimento embrionário da comunidade internacional, embora alicerçada em

uma firme oligarquia, qual foi a Santa Aliança, que se arrogou o direito de manejar e dirigir a vida coletiva, em uma espécie de gestão oficiosa de negócios, como diz JIMENEZ DE ARECHAGA (Derecho Constitucional de las Naciones Unidas, p. 18). Por extraordinária que pareça, o tratado da mantença absolutista de 20 de novembro de 1915 e que criou a Santa Aliança, contém em seu bojo o princípio originário do desenvolvimento, ao mencionar o texto que as Altas Partes contratantes convinham em renovar:

"reuniões consagradas aos grandes interêsses e ao exame de medidas que, em cada uma dessas épocas, **sejam julgadas mais saudáveis para o repouso e prosperidade dos povos e mantença da paz na Europa".**

Certo que, como observa MAURICE BOURQUIN, não se trata já de um processo típico de compromisso de assistência internacional, mas sim um procedimento coletivo que se decidiu introduzir na prática política dos Estados. De qualquer modo, porém exprime uma tendência para o melhor, embora continuando a coletividade sob a égide dos soberanos de então, imbuidos de todos os privilégios e preconceitos da época.

O êrro estava em tornar político um sistema desenvolvimentista, inteiramente contrário a qualquer atividade daquele porte, porquanto as influências danosas oriundas das tendências particulares dos Estados tornariam ineficazes e inúteis as medidas que porventura fôssem tomadas. O desenvolvimento, como sistema coletivo, tem que colocar à margem tudo quanto signifique eiva política, que a tudo desvirtua e perturba. Mas contribuiu com sua parcela de ideal a Santa Aliança, de forma a fornecer subsídios ao futuro esquema das realizações comunitárias, possibilitando o aproveitamento posterior dos propósitos.

Tais pródomos criaram clima, na segunda etapa, para o despertar da consciência comum dirigida para o setor do progresso, surgida com o Pacto da Liga das Nações de 1919, cujo conteúdo de universalidade não podia esquecer o problema. Mas o tratado fruto de uma guerra e com os rescaldos ainda fumegantes do conflito agitando os espíritos, cuidou particularmente da organização internacional para evitar e combater as guerras e fortalecimento das instituições políticas nascentes, sem atender muito acuradamente da questão central e a mais importante, isto é, o progresso dos povos. De certo que a mentalidade oligárquica ou auto-crítica do novo govêrno coletivo, com a predominância das grandes

potências como classe dirigente única, na expressão de TOYNBEE, prejudicou enormemente a causa do desenvolvimento como sistema especializado de transformação social. Apesar disso, a sêde de avanço da humanidade superou a conveniência dos grandes Estados e estes se viram dominados em seus planos pela ânsia coletiva de progredir.

Apenas nesta última trintena de anos é que se cuidou mais organizadamente do assunto com a celebração da Conferência Monetária e Econômica Internacional de 1933, para estudar e resolver diversos problemas relacionados com a questão da produção e do sub-desenvolvimento, em cuja oportunidade se manifestou o espírito brilhante e lúcido de FRANK MC DOUGALL, representante da Austrália, objetivando a criação de um organismo internacional para aqueles assuntos cruciais, sem lograr êxito. Seu esforço, contudo, serviu para mais tarde, com uma fé, e perseverança incomparáveis, concretizar-se seu ideal com o surgimento da Found Agricultural Organization.

Antes dêsse último evento, as cinzas da guerra de 1939, com o destroçamento integral da Europa, acentuaram a necessidade urgente de uma ajuda substancial especializada para os países atingidos pelas ocorrências bélicas e a U.N.R.R.A., — Administração das Nações Unidas para o Socorro e Reabilitação —, surgiu como o órgão incumbido de cumprir a tarefa, apontada já na Carta do Atlântico de 14 de agôsto de 1941, em seu item 6.º, como sendo a "esperança de vêr estabelecida uma paz que proporcionasse a todos os homens de todas as terras a segurança de poderem viver livres de necessidade e de fome". Êsse organismo, com tenacidade e fabulosas riquezas, permitiu o renascimento continental e hoje a Europa, finda a missão, apresenta o aspecto florescente de uma área imensa dedicada ao trabalho e ao progresso.

E o caminho prosseguiu com a realização da Conferência de Hot Springs de maio de 1943, destinada aos temas da Alimentação e Agricultura, que deu surgimento definitivo, em 16 de outubro de 1945, à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, ou seja, a F. A. O. dos nossos dias, cuja ação dinamizadora e eficiente tem penetrado em tôdas as lonjuras, cuidando do problema angustiante estudado em seus mais variados aspectos por JOSUÉ DE CASTRO. A fome, drama que afeta tôda a humanidade, encontrou naquele organismo o decidido combatente e aos poucos, apesar dos tropêços e escolhos, vai levando de vencida as mais urgentes situações.

Os sonhos humanos encontraram abrigo provisório na Organização das Nações Unidas, em cujo preâmbulo se lê:

"Nós, os povos das Nações Unidas, decididos a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla e, para tais fins, **a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos**, resolvemos congregar nossos esforços para a consecução dêsses objetivos".

Além dêsses preconceitos lapidares, consignou a Carta o firme desejo de conseguir uma cooperação internacional, para resolver os problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, o que fez através do Conselho do Bem Estar Econômico e Social, cuja função é cuidar de solucionar aquêles problemas e equacionar o desenvolvimento, tal como está contido nos arts. 55 e 62. Vê-se daí que a evolução da humanidade, permitiu o nascimento das instituições especializadas, tornando reais pela atividade, de variadas fisionomias dos Estados agrupados em derredor de um ideal comum.

Foi isso o que entendeu a Conferência dos Estados Afro-Asiáticos reunidos em Bandung, de 14 a 25 de abril de 1955, cujo comunicado final sublinha a importância da ajuda internacional para o problema, salientando ser essencial o estabelecimento de um fundo das Nações Unidas, para aquêle fim e proclamando sua convicção de que uma cooperação amigável, conforme os princípios, contribuirá efetivamente à mantença e consolidação da paz e da segurança, enquanto que uma cooperação no domínio econômico, social e cultural, colaborará para a prosperidade e bem estar de todos. Esse apelo não foi esquecido, inobstante os atritos políticos.

A apreciação dos fatos admite, assim o enquadramento das instituições nos seguintes tipos:

a — instituições econômicas;
b — instituições comerciais;
c — instituições políticas;
d — instituições estruturais.

Qualquer delas oferece margem a uma contribuição aproximativa da comunidade de povos e nações, muito embora tendo metas diferentes, pois que especializadas.

Não se pode negar a observação de que os interêsses econômicos e comerciais se ajustam e entrosam, sendo o denominador comum a mola mestra. Mas por outro lado, os aspectos políticos se prendem às feições estruturais, que determinam o ordenamento social das coletividades, mirando o alevantamento do homem em si e como integrante de um corpo organizado, a fim de usufruirem todos de bem estar e paz.

Embora as instituições econômicas e comerciais tenham profunda repercussão no processo do desenvolvimento institucional, nem por isso assumem papel de realce ou de supremacia, pois que a evolução se efetiva mediante reformas básicas que tenham luz própria. Não se pode negar que o pacto político que permitiu o Benelux em 28 de outubro de 1947, sob forma de união aduaneira entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo como comunidade alfandegaria, exprime um processo evolutivo das relações internacionais contributivas do desenvolvimento, da mesma maneira que a Organização Européia de Cooperação Econômica, criada em 16 de abril de 1948, tendo por meta um programa comum de desenvolvimento continental, também oferece campo vasto para o encaminhamento ordenado do progresso geral.

Por outro lado, as instituições propriamente comerciais, como o Mercado Comum Europeu e a Associação Latino-Americana para o Livre Comércio — A.L.A.L.C. —, de finalidades idênticas, visam a estabelecer um sistema único de interêsses, em forma restrita de ação internacional com finalidades regionais, mas que, por sua vez, colaboram acentuadamente para o desenvolvimento.

Mas vamos encontrar ainda um outro modêlo de especialização, as instituições políticas, que atendem apenas a particularismos ideológicos, afeiando o mural histórico que se almeja formar. Tais instituições, pelo círculo fechado em que se colocam, pouca ajuda prestam à solução do problema, visto como se dedicam quase com exclusividade a planos de predomínio em detrimento dos imensos e superiores interêsses comunitários. Exemplo dêsse tipo temos na Organização do Atlântico Norte — O.T.A.N. —, e na Organização dos Tratados do Sudeste Asiático — S. E. A. T. O. —, cujos alvos são simplesmente a defêsa territorial das áreas a que se dirigem, contra a possível ameaça de Estados ideológicamente adversários. Pouco exprimem, destarte, tais organizações, no panorama coletivo, dado que circunscrevem suas atividades a setôres de destruição,. não de progresso e desenvolvimento.

Isso se explica: é que a Europa, embora civilizada como é, mesmo após séculos de vida política, ainda não aprendeu a avançar no rumo da coletividade, o mesmo acontecendo com os povos eslavos e asiáticos, lutando por uma supremacia mundial tentada e tantas vêzes derrotada. Precisam eles aprender que há uma interdependência entre os homens, qualquer que seja sua origem e posição, como há uma correlação estreita entre os Estados, completando-se uns e outros na esfera internacional.

O ponto alto, porém, das instituições de tôdas as espécies, está naquelas que lutam pelo soerguimento estrutural da sociedade de povos e

Estados, interpretando que somente o progresso comum de todos dará ensejo a que a coexistência pacífica corresponda ao bem estar econômico e social pretendido. O sentido humano dessa realização está na Cruz Vermelha Internacional, concretização dos sonhos de Moynier e Dupont, mas isso não basta para manter o homem feliz sôbre a terra.

Vamos encontrar tais organismos estruturais em algumas entidades coletivas criadas para um fim elevado e tais são a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, bem assim o Pacto da Unidade Africana, assinado em Adis Abeba em 25 de maio de 1963. Todos eles, sem discrepância, têm propiciado metas elevadas de mútuo entendimento e de ajuda, porque já compreenderam que só o esforço coletivo a prol de todos pode conceder ao homem e à sociedade o que almejam: a paz para produzir, a paz para pensar no amanhã, a paz para realizar.

As Nações Unidas, como já se viu, consignaram a regra basilar da cooperação ampla para a paz social, atingível mediante o progresso econômico, cultural, sanitário, etc... E tanto assim que a F.A.O., a U.N.E.S.C.O., a Organização Mundial de Saúde, cuidam de Setores especializados e importantes para a vida comunitária, sentindo e aprendendo que o desenvolvimento de todos significa o maior passo que a humanidade pode dar no seu caminho evolutivo.

Não ficou **a latere** do problema o continente americano, colocado nos extremos da situação em estudo; de um lado um Estado poderosamente desenvolvido e que desvirtuou o seu curso histórico para ingressar na corrida pelo poder mundial e no outro ponto as demais nações continentais, postas por circunstâncias peculiares de nascimento em grau inferior, em razão de eventos que aqui não cabe examinar. Apesar disso, não teve ainda o necessário desenvolvimento material, e superou-se a si mesmo o continente no campo das instituições estruturais, pelo surgimento de princípios normativos de conduta coletiva que servem de exemplo edificante. A chamada civilização ocidental ainda não alcançou todos os recantos desta parte do mundo, nem tão pouco a técnica moderna veio proporcionar uma exploração mais perfeita das qualidades e possibilidades econômicas condizentes com as necessidades das populações. No entanto e talvez porque despidos de ambições de segunda ordem, no setôr institucional avançaram muito.

Assim é que a Carta da Organização Americana declara:

"A justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura e que a cooperação é essencial para o bem estar e prosperidade comuns dos povos do continente".

Ao mesmo passo, estabelece normas econômicas e sociais, consistentes no largo espírito de bôa vizinhança, a fim de consolidarem sua estrutura econômica, agricultura, indústria e comércio e, especialmente, cooperação para a população. Avança mais o documento ao assentar o favorecimento do exercício do direito à educação.

Vê-se, pois, que os Estados Americanos, embora na maioria esmagadora sub-desenvolvidos, não descuraram do problema e apontaram, dentro do sistema da Organização a rota certa do auxílio mútuo para a solução dos problemas comuns. A antecessora, a União Pan Americana, já prestava serviços dessa ordem, zelando pelo bem estar da comunidade através da vigilância constante exercida em benefício do estado sanitário do continente. E não fica nisso o teor estrutural da América: acima de tudo coloca o respeito à personalidade do homem e firma o entendimento seguro a prol da interdependência, em dispositivos que merecem ser transcritos:

— os direitos de cada Estado não dependem do poder de que dispõe para assegurar o seu exercício, mas sim do simples fato de sua existência;
— o direito que tem o Estado de proteger e desenvolver sua existência, não o autoriza a praticar atos injustos contra outro;
— a unidade espiritual do continente baseia-se no respeito aos valores culturais dos países americanos e requer a estreita colaboração dêstes em prol das altas finalidades da civilização;
— a educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz.

De tôdas as organizações institucionais, a O.E.A., exerce com fidelidade o pensamento de sua origem, repercutindo, pela pureza da idéia, no Pacto da Unidade Africana, cujo art. 2.º enuncia com vigôr o propósito de "coordenar e intensificar seus esforços e colaboração no sentido de conquistar uma vida melhor para os povos da África".

Êsses postulados foram colhidos, como se nota, no acentuado caráter do continente americano, que deu o sinal de partida para a coordenação geral da política desenvolventista. Além disso, na esfera puramente jurídica, América e África demonstraram a rijeza de suas aspirações, ao proclamarem a solidariedade continental e a arbitragem como elementos seguros e substanciais norteadores de suas questões. Avançando no tempo, testemunham o sentido evolucionista de seu temperamento e de sua alma. De onde se conclui que civilização não é

sinônimo de evolução. Há povos civilizados e desenvolvidos que não são evoluídos na seára espiritual, enquanto outros, menos beneficiados materialmente, possuem um profundo tônus anímico.

— x —

Há que entender, portanto, que desenvolvimento e direito se entrelaçam e se conectam, dado que funcionam e agem paralelamente. É impossível conceber progresso sem o correspondente estímulo jurídico, pois que as normas sociais têm que atender inelutavelmente aos fatôres determinantes da modificação da estrutura e tais alterações somente podem produzir efeitos duradouros quando alicerçados no Direito.

O mundo moderno oferece um quadro do desajustamento social existente. Enquanto alguns Estados primam pelo critério do interêsse político, objetivando o domínio através de processos econômicos e outros que importam sempre na sujeição, a grande maioria das nações, especialmente as da África Negra e América Latina, sofre a contingência perniciosa da deficiência dos elementos essenciais, em uma pobreza absoluta de quase tudo. Isso foi percebido politicamente pelo presidente Juscelino Kubitschek, que em 1958 lançou a tese, na chamada Operação Pan-Americana, cujas raízes serviram de base para a Aliança para o Progresso, cuja mancha reside única e exclusivamente no critério político da distribuição. Não cabe aqui apreciar, senão nêsse ligeiro tópico, tais atividades, porque puramente políticas, apesar de, ainda assim, representarem um passo, pequeno mesmo, para o desenvolvimento coletivo.

Ressalta de tudo que, aos poucos, a interdependência se manifesta dia a dia mais eloquente, tornando difícil a vida dos Estados poderosos em face do problema do subdesenvolvimento, de caráter oposto às necessidades mundiais. Porisso, os grandes Estados e as organizações especializadas estruturalmente, têm que procurar abrir caminho firme para a elevação progressiva das coletividades menos favorecidas, de sorte a lhes garantir uma vida mais tranquila e melhor, não apenas em razão da aludida interdependência, mas também e principalmente pela compreensão de que as grandes massas humanas estão cansadas de sofrer fome, de suportar tôdas as misérias e dificuldades.

As transformações sociais ocorrem e se verificam em camadas e a estrutura internacional a isso não constitui exceção. Recebendo os influxos interiores do clamor coletivo, transmitem o grito do desespêro

humano e se armam para, com mais eficácia, realizarem o que delas se espera e almeja.

O que acontece no mundo de hoje, cheio de incertezas e inquietações, é o resultado lógico e irresponsável da cegueira que por tanto tempo dominou os responsáveis pelos destinos do mundo. Atravessamos hoje um período transitório entre as velhas tradições e as agruras decorrentes da incompreendida altitude do desenvolvimento. Daí a observação realista de ORLANDO GOMES:

> "O risco da desintegração social pode ser evitado, ou ao menos diminuido, se as instituições forem modificadas, com moderação, através de uma política inteligente de que faz parte a reforma das instituições jurídicas". (ob. cit., p. 26/27).

É que nenhum processo reformista pode ter curso longo, se não obedecer aos ditâmes do Direito, que é a manifestação regulamentada da norma social vigente. Desenvolvimento sem Direito é uma aberração. Direito, sem desenvolvimento concomitante, uma inutilidade social. Unir os dois conceitos, dar-lhes vida e aplicação positiva, eis a fórmula sintética para a melhor correspondência de suas finalidades.

— x — x — x —

PRIMEIRAS NOTÍCIAS FOLCLÓRICAS

(Quarto capítulo de Introdução ao Folclóre do Médio São Francisco)

Demosthenes Guanae Pereira

As primeiras notícias folclóricas impressas do Rio São Francisco, quem nos dá é Pedro de Magalhães de Gandavo (27), publicadas em Lisboa em 1575: "a acima desta cachoeira se mete o mesmo rio abaixo da terra, e vem sair huma légua dahi, e quando há cheias arrebenta por cima e arrasa toda a terra". É crença pelas informações recebidas através dos índios na existência do SUMIDOURO. "Este rio procede de um lago muy grande que está ao íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores (segundo fama), possuem grandes haveres e pedrarias". É a consequência da tradição oral indígena que diz nascer o São Francisco de uma LAGOA chamada Pará. Mais adiante Gandavo torna-se mais concreto informando: "he pública fama entre eles que há huma lagoa muy grande no interior da terra, onde procede o Rio Sam Francisco de que tratei; dentro da qual dizem aver algumas ilhas e nellas edificadas muitas povoações arredor della muy grandes onde também há muito ouro, e quando quantidade segundo se afirma que em nenhuma outra parte desta prouincia. "Eis a primeira versão da ALAGOA GRANDE a Azul Vupabassu, que, desde os nossos primeiros tempos de colónia, galvanizou a atenção dos aventureiros e a cobiça do governo português. Vamos encontrar a segunda referência no mesmo século, em 1587 feita por Gabriel Soares (28) capitão-mor e governador da conquista e do descobrimento de São Francisco. Transmite-nos a impressão predominante na época sobre as lendas provenientes do grande vale que monopolizavam a atenção geral. Escreve: "muito havia que dizer do Rio São Francisco, se lhe coube fazê-lo neste lugar, do qual se não pode escrever aqui, o que se deve dizer de, *porque será escurecer tudo o que temos dito*". E continua: "A este rio chama o gentio o Pará, o qual é muy nomeado entre todas as nações" Dá notícias de seus

habitantes: "Ao longo deste rio vivem agora os Caités, de uma banda, e de outra vivem os Tupinambás; mais acima vivem os Tapuias de diferentes costas, tupinaés, amoipiras, ubirajaras e amazonas, e além deles, vive outro gentio (não tratando dos que comunicam com os portugueses) que se atavia com jóias de ouro de que há certas informações. Este gentio — se afirma — vive à vista da ALAGOA GRANDE tão afamada e desejada de descobrir, da qual nasce este rio". Mais além: "Este *sumidouro* se estende no lugar, onde este rio sai de debaixo da terra por onde vem escondido dez ou doze léguas". No mesmo capítulo, Gabriel Soares, nos traz a lenda das "serras de ouro e prata". Fica esclerecido que o floclore ameríndio dominava o pensamento de todos, era o móvel, o inspirador de todas as entradas e aventuras: "Depois que esse Estado se descobriu por ordem dos Reis passados, se trabalhou muito por se acabar de descobrir este rio, por todo o gentio que nele viveu e por este andou afirmar que pelo seu sertão havia serras de ouro e prata; *à conta da qual informação se fizeram muitas entradas* de todas as capitanias, sem poder ninguém chegar ao cabo".

No capítulo XCVI — II tomo diz o capitão-mor da conquista e do descobrimento do São Francisco: "criam-se no rio São Francisco, umas alimárias, tamanhas como poldros, as quaes os indios chamam JAGUARAÇU, que são pintadas de ruivo e preto e malhas grandes; e teem quatro prezas dos dentes do tamanho dum palmo; criam-se na água deste rio no sertão, donde saem a terra fazer suas presas em antas; e ajuntam-se três e quatro destas alimárias para levarem nos dentes a anta ao rio onde a comem à sua vontade e as outras alimárias, e também os índios que podem apanhar". Eis um monstro fluvial, comparável, até certo ponto, mas muito mais feroz, àquele monstro marinho citado por Gandavo, estudado por Taunay na sua Zoologia Fantástica (29). Frei Vicente do Salvador no século XVII — 1627 - trouxe também sua contribuição: "pela banda do norte parte esta capitania com a de permambuco pelo Rio São Francisco (30) o qual era merecedor de se escrever não só em um capitúlo particular senão em muitos *pelas muitas e grandes cousas que dele se dizem*; mas contento-me com passá-los em suma e a vulto, como hei passado outras porque estão todas as do Brasil tão desacreditados que não sei se ainda assim o quererão ler". E no mesmo capítulo nos fala do SUMIDOURO, para, no capítulo XXIV, esclarecer: "o intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar no Rio São Francisco e depois por ele até a LAGOA DOURADA, donde dizem que tem seu nascimento, e para isto, levava por guia um índio por nome GUARACY, que quer dizer sol, o qual também se lhe

pôs e morrer no caminho ficando de todo as minas obscuras até que Deus, verdadeiro sol, queira manifestá-las". São referências que demonstram o quanto corriam pela boca do povo as lendas sobre as riquezas do Rio São Francisco, no primeiros tempos de nossa vida colonial. A justificação de Frei Vicente do Salvador, dá-nos uma idéia do mundo lendário do PARAPITANGA — rio das águas barrentas — nome com que aparece o São Francisco naquele famigerado mapa de Barleus. A fantasia do ameríndio dominava a imaginação do colono que sentia estimulado o desejo de penetrar os recessos da terra vírgem para matar a fome de ouro, e lhe devassar os mistérios. É o que pensa Afonso Arinos (31): "os primitivos colonos que se tornaram corrente com a língua dos índios receberam deste as mais fantásticas versões sobre um grande rio central chamado por eles PARÁ que nascia de uma lagoa encantada, a maravilhosa VUPABASSU (32), junto de uma serra resplandescente onde fervilhavam as esmeraldas, as safiras e faiscava o ouro". E continua: "a descoberta dessa região fulgurante tornou-se a idéa fixa dos aventureiros e dos próprios governos, a quem devia custar quase dois séculos de amargas privações.

Promoveram-se as expedições todas inspiradas nas lendas ou notícias exageradas dadas pelos índios. Assim no governo de Thomé de Souza houve a entrada de Miguel Henriques para exploração do rio, penetrando pela foz, o que custou a morte, nas mãos dos índios, de Miguel e de seus companheiros. No tempo de Luiz de Brito, Bastião Álvares com vinte companheiros foram assassinados pelos terríveis Tupinambás. Com Duarte Coelho, XVI século, foi fundada a cidade de PENEDO no baixo São Francisco. 1553-54 tivemos a entrada de Bruno Espinosa, que encontrou no jesuita ASPICUELTA NAVARRO seu cronista, através duma carta aos padres da Companhia.

"Fomos até um rio mui caudal por nome Pará, que segundo os índios informaram é o rio São Francisco" (33).

Nesta carta minuciosa ha algo a respigar. Na medicina popular ela se refere à sangria: "Assim todos em cuja companhia eu ia estiveram quase à morte de enfermidades, uns nas aldeias e outros em dez povoados, e sem ter outra medicina que SANGRAR-se DE PÉ. Adiante dá outras informações: "foi NSor servido que ainda que alguns foram maltratados nenhum perigou e eu os CURAVA com MEL SYLVESTRE". Descreveu também as festas dos feiticeiros indígenas: "porque vi cousas que fiquei espantado. No meio da praça tinham feito uma casa grande e nela outra muy pequena, na praça tinham uma cabaça figurada como cabeça humana, muito ataviada a seu modo e diziam que era seu

santo e lhe chamavam AMABOZARAI, que quer dizer pessoa que dança e folga, que tinha a virtude de fazer que os velhos se tornassem moços". (Segundo Varnhargem (34) era o maracá). Informa também Navarro sobre a pesca com TINGUI (35) "quando os índios tem dele (peixe) necessidade, juntam-se os de uma aldeia ou duas e vão embebedá-lo". Refere-se ainda, parece que de primeira mão à piranha (família dos caracídeos, gênero pigocentrus e serrasalmus) notável por sua voracidade: "por que há um peixe que se chama PIRAY que corta um anzol com os dentes como uma navalha, o que vi com meus próprios olhos, pois de outra maneira apenas o crera.

BIBLIOGRAFIA: 27 — História da Prouincia de Santa Cruz. Pedro de Magalhães de Gandavo. Ed. Melhoramentos.
28 — Notícia do Brasil. Gabriel Soares. Ed. Martins.
29 — Zoologia Fantástica. Taunnay.
30 — Op. Cit.
31 — Lendas e Supertições. 2.ª edição Briguiet. Afonso Arinos.
32 — Op. Cit.
33 — História Geral do Brasil. 4.ª Ed. F. A. Varnhagem.
34 — Op. Cit.
35 — Jaquitínia tingui.

São Paulo, Janeiro de 1977.

ELOGIO DE ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO

Newton Sabbá Guimarães

Senhores:

Em curto espaço de tempo perde o IGHA dois de seus mais devotados membros e, pela segunda vez, em pouco mais de um ano, venho a esta mesma tribuna para prestar a minha homenagem póstuma ao intelectual e ao amigo. O primeiro foi João Rebelo Corrêa, magistrado dos mais incorruptíveis que já passaram pela nossa mais alta Corte, mais juiz que beletrista, mas igualmente dedicado à Casa de Bernardo Ramos. Agora, é André Vidal de Araújo, quem nos deixa, magistrado, também, e igualmente intelectual. Com ambos convivi mais ou menos intimamente, com ambos muito conversei, de ambos muito aprendi, e deles orgulho-me de ter sido amigo dos últimos anos. Um, era o meu mais próximo confrade nesta instituição; o outro, foi o meu mais ligado consócio na Academia. De ambos senti a partida porque sou daqueles que teimam em cultivar a amizade, numa época em que todos são muito apressados para essas pequenas coisas da vida, quando ninguém mais tem vagares para deter-se um instante sobre o seu semelhante, o vizinho, o amigo, o irmão, mas porfiam em muito correr, estão sempre açodados às vezes sem nem saber bem porque. Convivi mais tempo com André Vidal de Araújo, que me saudou na Academia Amazonense de Letras, e estivemos mais juntos a partir do meu ingresso na casa maior da cultura do Estado, chegando a prefaciar-lhe o último livro que não chegou a ser lançado oficialmente.

Eu não seria o homem certo para fazer o elogio de André Araújo, que foi tão emotivo e ebuliente, sempre tão sentimental e comunicativo, pois sou de temperamento oposto, pobre de emoções e pouco expansivo. Ao mesmo tempo, acho que o nosso dinâmico dirigente atual, o Dr. Jorge Mendes, a mim escolheu porque havia laços de amizade e pontos de encontro entre ambos, pela curiosidade intelectual e pelo gosto dos estudos humanísticos e, possivelmente, porque não venho aqui repetir o que todos já sabem, nem enumerar cargos, funções, obras e estudos de André Araújo, numa seca e fria enumeração, quase sempre exagerada-

mente laudatória e fingida, mas venho dizer palavras de amizade sincera, que não desapareceu com o seu trespasse.

Retrato do Homem

Lord Keynes, que nos deixou dos mais bem delineados retratos de vultos do seu tempo, traçados com agudeza, admirável percepção e senso crítico bem britânico, ao escrever os "Essays in Biography" estuda, acuradamente, a personalidade contraditória, difícil do Presidente Wilson e conclui, com ironia, que existia um abismo entre o político de quem ele ouvira tanto falar e louvar e o homem indeciso, fraco e solitário que conheceu em pessoa. Comigo tem ocorrido o mesmo algumas vezes e pessoas que conheci de fama e de referências, referências quase sempre enaltecedoras, chegam a decepcionar-me, quando em contacto mais direto, e raramente, resistem a uma análise mais crítica, mais incisiva, mais direta. É o caso dos ídolos de pés de barro. André Araújo não meu causou, porém, essa decepção: conheci-o em 1959, apresentado por Américo Antony. Foi em frente à Livraria Acadêmica esse encontro e André Araújo causou uma impressão que ficaria indelével; vestido com desalinho, como sempre o conheci, velha gravata com nó mal feito, o paletó aberto, a barriga imensa, uma montanha de livros debaixo do braço, ele era o protótipo do professor, do erudito de província, do homem que vive com o pensamento nos livros e se esquece de outras coisas. Conversamos por minutos — e, lembro-me bem — o assunto versou a língua hebraica, sobre a qual eu estava publicando uma série de artigos na imprensa local. Manifestou-me o desejo de estudá-la no futuro e prometi emprestar-lhe uma gramática, se quisesse. Convidou-me a visitá-lo e um dia eu fui, visitando e percorrendo, por horas a fio, a sua imensa biblioteca, a mais rica de quantas há no Amazonas. Nessa ocasião, tirando um livro aqui, outro ali, fazendo um comentário ora sobre um clássico português, ora um teólogo francês, ou borboleteando pelos estudos tupis e guaranis, ou falando com segurança de catedrático sobre tomismo, sobre sociologia, sobre pedagogia, ele era impressionante e eu ouvia, calado, aquele gordo humanista, quiçá, dos últimos do Amazonas. Admirei-lhe a cultura polimorfa, a dedicação aos livros, o amor do estudo sério. Daí até a sua morte fomos amigos, e eu sempre aprendi com ele, ainda que não possa dizer, ter-lhe sofrido a influência porque creio, e o digo ore rotundo, que ninguém jamais exercerá qualquer influência em mim. Mas muito e muito aprendi com ele.

André Araújo era daqueles que sabem ser amigos e quando fui eleito para o alto silogeu, foi ele o acadêmico escolhido para receber-me,

e o fez em excelente discurso, emocionante, como todos os que pronunciava, generoso e bom. Era o velho mestre, que levava pela mão o obscuro discípulo e o fazia com alarde. Aliás, poucos intelectuais tenho conhecido em minha vida tão generosos quanto ele. Encomiava com facilidade e não lhe conheço uma página sequer de crítica. Não nascera para criticar e, se o fizesse, fá-lo-ia com bondade. Ajudou e lançou muitos jovens escritores, que, mais tarde, se esqueceram dos favores recebidos e não souberam honrar essa amizade, generosa e desinteressada, não o visitando na longa enfermidade que o acometeu.

Poucas semanas antes de seu falecimento, queixava-se de que certo literatelho, que tantas gentilezas lhe devia, nunca mais aparecera. Doía-lhe a ingratidão pois fora André Araújo quem o apadrinhara, certa feita, e muito o ajudara.

— Console-se, disse-lhe eu, em os nossos dias a verdadeira amizade, a gratidão, a lealdade tornam-se tão raras quanto aquela rosa verde do poema antológico de poeta conterrâneo - esse hoje esquecido Guimarães de Paula.

— Sei que são qualidades raras, mas ainda não me acostumei.

É verdade, André Araújo, em sua bondade, não se acostumara com a falência de tantos bons sentimentos e aquilo o feria. Entretanto, nos dias que correm, em que todos parecem primar em serem falsos, fementidos, camaleões e mentirosos, quando todos, desde os poderosos governantes mundiais até os mais humildes camponeses, porfiam em viver na corda bamba da falsidade e mergulhados na mentira, para assim mais comodamente sobreviverem, pois que se sente que é prático e conveniente falsear que dizer a verdade, ou, pelo menos, mais acomodável, e viver os que acalentam bons sentimentos de generosidade, lealdade, amizade, honradez, devem sofrer muito. E creio que André Araújo sofreu.

O intelectual e o homem de ação

Não pretendo dizer que André Araújo não tivesse defeitos, isso seria inconcebível e seria transformá-lo de homem em santo, o que é absurdo. Tinha-os certamente mas as suas virtudes foram maiores, e, entre essas, ressalto a da generosidade. Conheci-o generoso com todos. Não teve tempo para as mesquinharias pois os livros foram-lhe a maior preocupação. Escreveu muito, pesquisou muito, leu muito. Raras vezes, visitando-o, encontrei-o sem um livro nas mãos. Lia anotando, grifando, sublinhando a cores, entremeando folhas de papel entre as páginas e a

sua vasta curiosidade intelectual levava-o da sociologia à religião, do direito à filosofia, da literatura brasileira e portuguesa ao folclore, perpassando pela linguística e pela filologia. Lia, correntemente, em francês e espanhol, possuía regulares conhecimentes de italiano, e tinha tinturas de alemão e inglês. Como Sílvio Romero estoutro grande curioso das nossas letras, André Araújo, não se preocupava muito com a pureza e academicismo no escrever o português. A língua é um meio de comunicação e perde o seu significado quando a querem transformar em fim primeiro e último, o que é ridículo. O vernaculismo exagerado é pura perda de tempo, costumava dizer-me, e mais interessante é dizer-se algo, é deixar-se uma mensagem, mesmo eivada de galicismos ou de anglicismos. Importante é o que se tenta dizer e em seu favor, lembrava que o cáustico Eça de Queirós conta a estória cômica de uma tia rica e iletrada que sem saber palavra de francês ou inglês, e mal sabendo a própria língua, correu toda a Europa safando-se de difíceis situações com auxílio de gestos. E não morreu de fome. E André Araújo pôde ser um grande pensador sem ser um purista..

Citava muito e isto lhe criticaram gregos e troianos, mas citar em André Araújo não era pedantismo: era simplesmente o reflexo de vasta leitura, uma leitura inesgotável que se prolongaria quase que até às vésperas de sua morte.

Mas esse homem que tanto escreveu, que publicou tantos livros importantes, colaborou em todas as revistas e jornais do Estado, que pronunciou alguns dos mais filosóficos discursos já pronunciados em nossa terra, foi, também, homem de ação, que se preocupou com o menor desamparado, que criou uma escola de serviço social modelo, que fundou grupos escolares, que deu impulso aos estudos sobre a deliquencia juvenil, que mais do que qualquer outro magistrado, no Amazonas, até hoje, conheceu, em profundidade, os problemas do menor. Movimentou as instituições culturais e sociais pelas quais passou, sozinho reorganizou o IGHA, carregando ele mesmo pacotes e pacotes de livros de uma estante para outra, etiquetando mostras e objetos de arte, doando quadros e móveis ao nosso museu, promovendo conferências e leituras, planejando cursos para a Academia, escrevendo programas, reformulando estatutos e regimentos internos, recebendo visitantes ilustres. Assim foi sempre, desde moço, segundo dizem. Metendo-se pela política partidária saiu-se eleito deputado federal, sendo dos mais ativos membros da Câmara Baixa do país naquela legislatura. Mais tarde chegaria a ter o nome apontado para o governo do Estado. Viveu a vida intensamente, à sua maneira. Ninguém, vendo-o tão gordo e pesado, seria

capaz de supor que ali se escondia um homem de ação, mais decidido do que muitos jovens na casa dos vinte anos. E era já um septugenário quando reorganizou o IGHA.

A sua longa existência foi ùtil à sociedade e às letras pátrias, uma existência cheia, com decepções e glórias, inquietação e alegrias, mas profundamente proveitosa. Seja dito de passagem, André Araújo distribuiu mais do que recebeu e enquanto fátuos megalômanos se enchem de honrarias e condecorações, escassas foram as homenagens oficiais prestadas pelo Estado do Amazonas ao insigne escritor e pedagogo, o que vem provar, mais uma vez que a visão dos homens públicos é bem estreita, ou larga apenas para as coisas que lhes convêm. Por sinal, eu discutia isto com André Araújo certa tarde, sentados os dois em frente de sua velha casa colonial da rua Tapajós. E referi-lhe o caso do mais extraordinário governante que conheci até hoje, o Presidente Grégoire Kayibanda, fundador e pai da República de Ruanda, humilde e bom, um erudito, e sábio ao mesmo tempo, que resolvera fazer um governo diferente, cercando-se dos sábios e dos íntegros, trazendo-os a si sem que eles pedissem, ajudando-os sem que nada lhe requeressem, aplicando a escolha justa e imparcial ao invés da seleção pela amizade, e pelo apadrinhamento. Quem o compreenderia em sua magnitude? Estava fora de sua época: depuseram-no, prenderam-no, humilharam-no e mais tarde exilaram-no da terra que ele tornara independente. Não é de estranhar, pois, que André Araújo tenha recebido bem menos do que deu, assim como aconteceu com Kayibanda.

A compreensão humana em André Araújo

Bom, profunda e visceralmente bom, sabia ser enérgico em dados momentos. Lembro-me ainda, com admiração, quando, em noite de gala em sessão por ele presidida para recepção de celebridade estrangeira a quem se saudava, houve tentativa de conturbação da ordem. André Araújo não se perturbou mas, como velho e respeitado magistrado que fora, mandou que as pessoas que ameaçavam a harmonia do ambiente ou se calassem ou deixassem o recinto e o fez com energia mas sem brutalidade, sereno, magnifico. Como disse antes, era um sentimental, mas não titubeava em tomar decisões severas quando elas se faziam necessárias.

Há coisas que a gente não esquece facilmente e que tocam fundo na sensibilidade mesmo da mais fria e indiferente das pessoas. Dois fatos há que me permito rememorar e que poderão mostrar quão grande era a

bondade e a simplicidade do homem André Araújo, e darão para que deles tirem conclusões favoráveis os que acaso não o tenham conhecido pessoalmente. O primeiro ocorreu quando, destacada figura do Estado, por questões, que até hoje desconheço, me ofendeu. Procurando ser correto com todos e incapaz de uma felonia ou de um golpe traiçoeiro, confesso, contudo, ser de total incapacidade para esquecer qualquer ofensa. Mesmo sem o querer ela permanece latente dentro de mim. André Araújo, amigo de ambos, tentou uma reaproximação quando em um encontro fortuito no Palácio Rio Negro. Coerente com os meus princípios, não aceitei a mão que o mafioso me estendia, porque penso que mais fácil e mais honesto que simples pedido de desculpa, é não fazer-se o mal a outrem; depois, não consigo mascarar meus sentimentos e jamais o farei. Chegando em casa, arrependi-me, não pelo agressor desleal, mas pelo velho amigo e lhe telefonei. Ouvi, então, uma das mais lindas lições de amizade e compreensão humana-

— "Por favor, nada tens que desculpar-se, disse-me ele. Sou teu amigo e assim compreendo-te nas tuas virtudes e defeitos. Podes ser intransigente mas não trais nem enganas e nisto há grandeza, posto que, até nos defeitos pode haver grandeza". E concluiu com ironia: "Ah, se pelo menos dez por cento das pessoas que nos cercam tivessem coragem de um ato desses, o mundo não viveria pejado de covardes e hipócritas, que acariciam com uma mão e apedrejam com a outra...."

Foi um ensinamento que jamais esquecerei, mesmo que venha a viver tanto quanto André Araújo.

O outro caso sucedeu-se quando eu partia para o Oriente Médio. Indo despedir-me em sua casa, pediu-me que lhe mandasse um postal do Egito ou do Sudão, de qualquer parte por onde o rio Nilo passasse. Do Cairo e de Cartum mandei-lhe postais e, atendendo ao seu último pedido, no momento em que nos despedíamos, escrevi-lhe pequena frase em árabe, dando ao lado a tradução e a transliteração. Meses depois, indo procurá-lo, após o meu retorno, correu a buscar os cartões, acrescentando, exultante:

— Tú és feliz que passaste por junto do Nilo. Aqui nasceu a civilização. Estes cartões, com palavras em árabe, com selos exóticos, mandados por um amigo, trazem algo dos mistérios da velha terra onde a civilização nasceu. E o Nilo então...

Admirado e comovido com aquelas expressões quase pueris do meu amigo, não tive coragem de confessar-lhe que o Nilo é um rio

barrento, feio e sujo, cheio de detritos nas margens. Para que tirar-lhe a ilusão de que tudo ali era belo?

Assim era André Araújo: bom e simples como uma criança, e mesmo quando resmungava e dizia palavras feias, havia por trás daquela carranca o homem paternal e que não sabia ser maldoso, mesmo quando fingia que queria ser mau...

Final

Outros escreverão longos artigos tentando analisar-lhe a obra, com eruditas e pedantescas considerações. Criticá-lo-ão ou o endeusarão. Eu prefiro apenas dizer as palavras do amigo, sinceras, francas, sem enfeites, até mesmo rudes, mas sem refalsamentos. Digo o que sinto. Prefiro relembrar o homem, deixando a tarefa de estudar o escritor polimorfo aos mais entendidos. Há universos insondáveis dentro do homem que valem mais do que todos os livros já escritos e por escrever e às vezes uma simples palavra, um simples gesto têm mais significado e mais valor do que imensos tratados. Hoje em dia procura-se longe o que muita vez está pertinho de nós.

André Araújo deixou um vazio entre nós, mas com o tempo outro o substituirá porque esta é a lei natural da vida. Outro continuará o que ele não pode terminar, outro dirá as palavras que ele não chegou a dizer, ou não pôde dizer. Mas a sua obra perdurará por muito tempo e o seu exemplo poderá ser imitado, exemplo de dinamismo e de dedicação ao estudo, de bondade e de inteligência. Ou talvez nem seja, quem sabe. O IGHA deve-lhe muito; nós, os seus colegas das sociedades culturais, devemos-lhe muito; o próprio Amazonas ficará ainda a dever-lhe muito. É o maior elogio que se poderia fazer-lhe: foi útil. Admito que não são muitos os de quem se possa dizer o mesmo: foi útil. Se teve erros, se não pôde fazer mais, se esperavam mais de sua imensa cultura e se sentiram frustrados, não importa. Fez o que estava ao seu alcance e, no meu parecer, muitíssimo. Se sofreu decepções com pessoas, nada mais se pode fazer. É a vida que é sempre cheia de altos e baixos, ledícias e angústias. Nós ainda temos que percorrer muito, passar por outras alegrias e aflições. O nosso humanismo já está morto, portanto é aos senhores que trago à reflexão os versos profundos, dolorosos e belos do grande poeta helênico moderno, Mavrílis:

Kalótikhi i nekrí pou lismonáne/ tin píkria tis zoís.

Felizes são os mortos, que esqueceram as amarguras da vida.

E André Araújo neste momento já esqueceu tudo, tudo.

Em 23/11/75.

HISTÓRIA DO MONUMENTO À PROVÍNCIA

(Primeira entrega)

Mário Ypiranga Monteiro

I

Primeiro problema: 1883 ou 1907?

Diz Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha que os coronéis Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa e Antônio Constantino Nery, "havendo reconhecido em João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, os seus beneméritos e patrióticos serviços prestados" na imprensa, na Assembléia Provincial do Pará, no Parlamento Nacional, às Comarca e Província do Amazonas, mandaram erigir-lhe uma estátua, a 5 de setembro de 1907 (1). O filho do fundador da província do Amazonas, Bento Aranha, foi contemporâneo do fato, que aconteceu realmente naquela época e ele próprio agradeceu em discurso publicado, a homenagem prestada c ı muita justiça ao genitor. Na revista, hoje rara, **Arquivos do Am ɹnas** (2) estampou ele excelente gravura do monumeto quando ainda chantado na praça de Tamandaré, hoje parque de estacionamento da Prefeitura Municipal. Diz mais Bento Aranha que ficou ele situado na referida praça (3), apesar de existirem uma rua e uma praça já com a mesma nomeclatura, irregularidade que ainda ocorre hoje em dia com outros ruas e praças (4). Deplora Bento Aranha a negligência do Pará, esquecendo o seu benfeitor, e enumera as campanhas militares e cívicas em que o ilustre homem esteve empenhado, assinalando que apenas ao antigo largo da Memória, em Belém, foi dado o nome do político seu pai.

Parece-nos que Bento Aranha não teve razão nem na época nem depois, quando esquece os atos anteriores constituídos no sentido de homenagear a memória do inaugurador da província do Amazonas. Lamentando a injustiça paraense comete ele também a injustiça de obnubilar os atos de 1883, 1894 e 1895, que deram margem à ereção do atual monumento. Isto é tanto mais grave para um homem que

escreveu das coisas do Amazonas, que em 1883 era deputado provincial pela sua terra, louvando-se apenas na memória. É o que acontece com o seu também raro opúsculo **Um olhar pelo passado**, escrito a pedido do governador dr. Fileto Pires Ferreira e publicado antes no jornal **Comércio do Amazonas**, de 1897 e dedicado àquele governador (5).

Estranhando o comportamento singular de Bento Aranha com respeito ao monumento, não calculamos então o motivo de haver sido escolhida a praça de Vinte e Oito de Setembro para nela ser plantado o marco histórico, que afinal ficou na praça de Tamandaré, como deixamos confirmado. Diz-se, sem confirmação do fato (após 56 anos apenas!), que Tenreiro Aranha havia desembarcado nesse local, o que demonstra ser outra rodela, pois o cais de Tamandaré, alí, não estava construído, existindo somente o precário cais da Imperatriz que ficava na praça contígua, do mesmo nome, à ilharga do igarapé da Ribeira das Naus e terminando na foz irregular do igarapé do Espírito Santo, depois chamado naquele trecho do novo edifício da Fazenda Federal, igarapé da Alfândega e dos Correios (alfândega e correios antigos, já não existentes). Essa praça da Imperatriz é a atual de Osvaldo Cruz, depois de aterrado e decantado o igarapé.

A lei n.º 617 de 12 de junho de 1883, sancionada pelo presidente dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, não somente determinou o local para a montagem do monumento como lhe assinala as características gerais. Ficaria na praça acima referida, isto é, de Vinte e Oito de Setembro, popularmente conhecida como da Polícia. Pensava-se inaugurá-lo em 1884, onze anos depois, à data 5 de setembro. A lei n.º 71 de 28 de agosto de 1894 abria o crédito de dez contos de réis. No seguinte ano, 1895, a lei n.º 125 de 2 de setembro suplementava aquela com a quantia de vinte e cinco contos de réis. Ambas sancionadas por Eduardo Gonçalves Ribeiro, mas esta dava o destaque de cinco contos de réis para auxiliar a aquisição do monumento.

Ora, à vista dos fatos, cabe distribuir equitativamente a honrosa iniciativa entre os governadores Eduardo Ribeiro e Silvério José Nery (este autor do projeto quando deputado provincial) por haverem adquirido o monumento, honra estendida também àquele grande presidente dr. José Paranaguá e ao superintendente municipal que foi o coronel Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa. Mas Bento Aranha olvidou a Eduardo Ribeiro e Silvério José Nery. Pode indagar-se por que? E a causa dessa má vontade aparece na desavença política existente entre ambos, que faria de Bento Aranha um eterno exilado das simpatias governistas, ele filho do maior baluarte da autonomia amazonense depois de 1832.

Não estamos interessados evidentemente num caso especial de amnésia e sim numa acintosa antipatia dirigida, que faria de Bento Aranha, na vida pública, alvo preferido de chistes e até de pesadas injúrias, porque se declarava abertamente livre-pensador, republicano ferrenho e pouco inclinado ao clero. Apesar dessa confissão foi dos mais ardentes defensores da construção de igrejas tanto na capital como no interior, confirmando a sua preocupação de dar ao homem condições para que não viesse a cair nas mãos de puxadores de rezas, de tiradores de esmolas para santos, etc. Isto será comprovado na minha pequena história da Igreja de São Sebastião, em processo de redação. A propósito das mofinas assacadas contra o professor Bento Aranha, publicou o jornal **Amazonas,** de 23 de março de 1908 os seguintes versos de apoquentar:

"Foi o Cinco de Setembro
Inda me lembro
Que primeiro aqui surgiu.
O decano, o velho Aranha,
Desta vez não nos apanha
Na teia que mal urdiu.

No seu tempo de criança
E de bonança
Muita coisa ele aprendeu
Mas agora, ai! que memória!
Já não sabe mais história
Ficou velho, se esqueceu!"

Os Ris

Existem outras picuinhas, inofensivas, em versos, mas como nosso interesse aqui não é biografar o professor Bento Aranha, e sim esclarecer até que ponto andava ele obnubilado ou até que ponto a divergência política fazia os homens esquecerem benefícios e galardões, deixamos dito que havia qualquer coisa de dissumulado nas suas prevenções. Se bem que se poderia justificar a falha por um lapso de memória, daqueles que freqüentavam a vida do escritor público, seria demais esquecer que Bento Aranha era colega de bancada do dr. Silvério José Nery e estava presente à sessão quando fora apresentado o magnífico projeto. Não cabe portanto, inteiramente, a Eduardo Ribeiro, como não é da inspiração de Constantino Nery governador, a ereção do monumento

atualmente existindo na Praça da Saudade, oficialmente praça Cinco de Setembro. A história pode ser dividida em quatro fases: autoria do projeto de lei; sanção da lei; modificação do primitivo projeto; e execução da lei.

Passaram-se portanto vinte e quatro anos da idéia primeira, tempo suficiente para que alguns membros do Legislativo Amazonense promovessem gestões em ordem a adquirir-se uma estátua a Floriano Peixoto, a José Bonifácio de Andrade e Silva, o belíssimo monumento à abertura dos Portos do Amazonas ao comércio mundial, outra estátua ao general Osório e mais obras notáveis, utilitárias e estéticas, algumas de fato implantadas e outras que ficaram na boa vontade dos projetos e discussões, a exemplo das estátuas a Floriano Peixoto e ao Marquês do Herval. O monumento a José Bonifácio foi apenas contribuição do Amazonas ao que existe no Rio de Janeiro. Mas também depois apareceu outro projeto mandando construir um monumento a Eduardo Ribeiro e mais outro requerendo a edificação do suntuoso Palácio do Governo (6), etc.

Pois, em 1899 o jornal **Comércio do Amazonas** edição de 17 de setembro, anunciava: "Cogita-se erigir na praça 5 de setembro, antiga da Saudade, um monumento a Tenreiro Aranha, já autorizado por lei especial, bem como o ajardinamento da mesma praça e calçamento das ruas que a circundam" (7). Em 1900, a 15 de março, o jornal **A Federação** dizia que "depois de ajardinada a praça 5 de setembro, antiga da Saudade, será levantada a estátua a Tenreiro Aranha, cuja primeira pedra há anos fora lançada com grande solenidade".

Como se compreende que Bento Aranha, residindo em Manaus e militando na imprensa da época, ignorasse todos esses fatos, a marcha lenta da promoção que envolvia a memória do pai? Irritou-se porque não levaram logo a efeito a obra? Ou porque o monumento foi ereto em homenagem à instalação da província do Amazonas? De fato, há notícia da primeira pedra do monumento no **Diário Oficial** de 21 de dezembro de 1894: "Expediente do mês de dezembro, dia 18. Do Diretor das Obras Públicas ao Governador. "Enviando a medição das despesas feitas por Joaquim de Sousa Ramos (8) com a colocação da primeira pedra do monumento a erigir-se na praça 5 de setembro, na importância de 384$450".

A história prossegue: no **Diário Oficial** de 31 de dezembro de 1895, lê-se que tendo "o cidadão Joaquim de Sousa Ramos, requerido a esta Diretoria o pagamento da importância de 384$450, correspondente às despesas feitas com a colocação da primeira pedra do monumento a

erigir-se na praça 5 de setembro, conforme vereis da cópia do dito requerimento, que incluso vos envio; rogo-vos providenciais no sentido de ser o suplicante pago da respectiva importância, para cujo fim vos junto este ofício a cópia do atestado que vos remeto por ofício n.º 495 de 18 de dezembro do ano próximo findo, a qual ora vos envio por cópia, solicitando-vos o pagamento da respectiva importância".

A pedra fundamental do monumento foi mesma lançada no dia 5 de setembro de 1883, conforme motícia estampada no jornal **Amazonas,** da mesma data: "**NOTICIÁRIO/Festejos patrióticos**/Hoje terão lugar: / Às 7 horas da manhã o assentamento da primeira pedra do monumento da criação da província do Amazonas./ Às 8 horas **Te Deum** na matriz da Conceição./ Em seguida a este ato será inaugurado no Palácio do Governo o retrato do benemérito cidadão João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, primeiro presidente do Amazonas e distribuição das cartas de liberdade aos escravos manumitidos por conta da província./ À noite baile no Paço da Assembléia Provincial".

Segue-se a relação de outros festejos para o dia 7 que não interessam ao nosso objetivo (9).

A festa encontrou absoluta receptividade da parte da população amazonense e parece haver agradado pelo teor de novidade. A imprensa teceu-lhe encômios e os comerçiantes de armarinhos aproveitaram para fazer propaganda nos jornais das suas novidades, com vista não só às mulheres mas também aos cavalheiros. No **NOTICIÁRIO,** do jornal **Amazonas**, do dia 7 de setembro, há referências, inclusive sabemos haver discursado o dr. Aprígio Martins de Menezes. Diz mais que tudo esteve brilhante, foram libertados quinze escravos. Falaram em Palácio diante do retrato, de Tenreiro Aranha, em discurso biográfico, o dr. José Paranaguá, o Sr. Lourenço Pessoa pela sociedade Libertadora Cearense (10); e o major Leopoldo Ribeiro (que frequentava os jornais da época sob o pseudônimo Cassildo Ribeiro) recitou uma poesia. O baile contou com a presença de mais de cento e cinquenta pares e terminou às quatro da manhã. A tudo isso ficaria insensível o filho do primeiro presidente da província, Bento Aranha?

No jornal **Amazonas**, edição de 7 de setembro de 1883, recolhemos mais informações sobre o acontecimento e com referência a Tenreiro Aranha: "Pintura/ No estabelecimento dos srs. Kahn, Polack & Cia. está exposto um lindo retrato, trabalho do distinto artista sr. Augusto Barradas, que acaba de fazer um outro trabalho, o retrato do primeiro presidente desta província em que o seu talento se revela, de um modo que muito o distingue". (11).

Mas que retrato é esse de Tenreiro Aranha e onde se encontra atualmente? O retrato sabemos haver sido pintado por Augusto Barradas (12), mas não o encontramos na galeria de retratos existentes na Prefeitura Municipal (13).

Voltando ao início da idéia do monumento, de que nos distanciamos por necessidade de preencher lacunas na história, a arrematação da obra pode ser lida nos jornais da época. No **Amazonas**, edição de 21 de setembro de 1883 (e noutras, por exemplo do dia 19): "Amanhã até às 11 horas do dia no Tesouro Provincial recebem-se propostas: / para apresentação de planos e orçamentos do monumento que se pretende erigir na praça Vinte e Oito de Setembro". No mesmo órgão, edição de 21 de setembro de 1883: "Arrematação./ Teve lugar ontem no Tesouro Provincial a abertura das duas propostas para a construção da coluna comemorativa da data da lei que criou a Província do Amazonas, sendo uma de Antônio Teixeira Rodrigues, em quatro orçamentos de 36:000$000, 45:000$000, 48:000$000 e 96:000$000 e outra do engenheiro João Carlos Antony e John Moreton por 78:970$000". (14).

Os jornais já haviam publicado antes o edital número 71, durante vários dias, de julho a outubro principalmente, em que aparecem os termos da lei; "Nos termos do despacho do Ilmo. Sr. Inspetor de 19 do corrente e determinado por S. Excia. o Sr. Presidente da província em ofício de igual data, sob n.º 381, convido concorrentes, por espaço de três meses para apresentação de planos e orçamentos do monumento de que trata a lei n.º 617 de 12 deste mês, abaixo transcrita:

"Autoriza o Presidente da Província a mandar erigir na praça "Vinte e Oito de Setembro" nesta cidade um monumento para comemorar a data da lei que elevou a comarca do Alto-Amazonas à categoria de Província.

"José Lustosa da Cunha Paranaguá, bacharel formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo e Presidente da Província do Amazonas, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei, a resolução seguinte:

Art. 1.º — Fica o Presidente da Província autorizado a mandar erigir na praça Vinte e Oito de Setembro desta cidade, um monumento para comemorar a data da lei que elevou a comarca do Alto-Amazonas à categoria de Província.

Art. 2.º — O monumento constará de uma coluna de ordem corintia com 16m,58, de altura, sendo para os degraus 1m00, pedestal 3m,50, base 0m,62, fuste da coluna 10m,00, e capitel 1m46.

Os degraus daquela serão de granito e em número de 5, tendo cada um deles a largura de 0m45.

O pedestal também deverá ser de granito e dividido em três partes, isto é, base, dado e cornija, figurando nas quatro faces do dado as inscrições das épocas mais importantes da história da Província.

A base do fuste e o capitel serão de bronze, podendo ser este dourado e aquele ter a forma ática.

No cimo do soco do capitel colocar-se-á a estátua, também de bronze, de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Presidente fundador da Província.

Art. 3.º — Sobre estas bases chamar-se-á concorrentes por espaço de três meses para apresentação de plano e orçamento, aceitando-se os que forem mais vantajosos, em preço e elegância.

Art. 4.º — Com a ereção deste monumento poderá ser dispendida até a quantia de 50:000$000 réis.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário da Presidência da Província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio da Presidência da Província do Amazonas, em Manaus, aos 12 dias do mês de junho de 1883, 61º da Independência e do Império.

(L. S.) José Lustosa da Cunha Paranaguá.

Francisco Gonçalves Pinheiro a fez.

Selada e publicada nesta Secretaria da Província do Amazonas, aos 12 dias do mês de junho de 1883.

O Secretário.

Manuel Francisco Machado.

Registrada a fls. do livro 2.º do registro de leis e resoluções provinciais.

Secretaria da Presidência do Amazonas, 12 de junho de 1883.

O oficial maior

Raimundo Antônio Fernandes".

"Assim, pois, serão as propostas recebidas nesta Secretaria até às 11 horas do dia 20 de setembro futuro.

Secretaria do Tesouro Provincial 20 de junho de 1883

O Secretário

Francisco Leopoldo de Matos Ribeiro".

Naturalmente há uma diferença entre a lei acima transcrita e o texto original do projeto, como veremos depois. Mais uma vez Bento Aranha cometeu uma erronia e não acreditamos tenha sido por ignorância dos fatos, e sim por uma espécie de represália política, uma vez que vivia brigado com todo mundo, isto é, com os monárquicos e católicos que procuravam explorar sua resistência e tenaz oposição ao governo imperial e provincial.

Nos textos citados avocou apenas dois nomes como responsáveis pela execução da lei sancionada em 1883. No entanto a verdade histórica é outra. E não é pelo fato de haver sido o monumento inaugurado na gestão do coronel Constantino Nery que vamos deixar de fazer justiça aos promotores da idéia. O projeto, como se disse, é da autoria do monarquista dr. Silvério José Nery, apresentado na sessão da Assembléia Legislativa Provincial do dia 11 de maio de 1883, e ligeiramente reformulado pelo aditivo apresentado pelos deputados Bento Aranha e João Meireles. O filho e o amigo, note-se bem, somente os dois, e portanto não havia razão para esquecer-se quem levantara a preliminar.

A montagem do monumento foi executada pelos artistas italianos Sílvio Centofanti e Raffaelis Marchesi, que assinava sempre por inverso, Marchesi Raffaelis, (15), quando superintendente da capital, em caráter interino, o coronel José da Costa Monteiro Tapajós e inaugurado pelo mesmo e mais o coronel Constantino Nery, no dia 5 de setembro de 1907, às sete e meia horas da manhã com grande concurso de povo. Também Eduardo Ribeiro faz alusão ao monumento na sua Mensagem de julho de 1895, declarando haver sido o mesmo reservado para a praça Cinco de Setembro, onde foi realmente lançada a pedra fundamental. Mas não exatamente no local onde está presentemente o monumento, pois que a referida praça era antigamente muito maior do que o perímetro atual.

II

Segundo problema: monumento a quê e a quem?

Nos **Anais da Assembléia Provincial Legislativa** (16) referentes ao exercício de 1883, lê-se que o cidadão Silvério José Nery apresentou o projeto que tomou o número 51, no dia 11 de maio de 1883. Discutido e aprovado pela maioria, passou a constituir aquela lei que transcrevemos. Porém, com ligeiras alterações que se podem notar no projeto que transcrevemos na íntegra e para o qual abriremos notas dilucidativas:

"Sr Presidente, vou apresentar à casa um projeto que tem por fim comemorar uma data que nos deve ser muita grata: aquela em que a antiga comarca do Alto Amazonas foi elevada a categoria de província.

V. Excia. sabe que esta idéia está, há muito, no seio do povo amazonense, mormente nos habitantes desta capital.

É pagar um merecido tributo a memória daqueles que se empenharam na realização dessa idéia grandiosa, como João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, a cujos esforços se deve em grande parte essa importante alteração.

Vou ler o meu projeto:

"Considerando que o dia da inauguração desta província é uma data memóravel e digna de ser comemorada;

à navegação das nações amigas é lembrado à posteridade por um monumento (17);

Considerando que convém pagar um tributo de gratidão ao preclaro cidadão que tantos serviços prestou ao Amazonas, qual é João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha; e

Considerado que a criação de um monumento comemorativo é um grande estímulo para todo o patriota e servidor desta província do Amazonas, os deputados abaixo assinados resolvem apresentar a esta Assembléia o seguinte projeto:

A Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas resolve:

Art. 1.º — Fica o Presidente da província autorizado a mandar erigir na praça "28 de Setembro" desta cidade um monumento para comemorar a data da lei, que elevou a comarca do Alto Amazonas à categoria de Província.

Art. 2.º — O monumento constará de uma coluna de ordem coríntia de 16m58 de altura, sendo para os degraus 1m,00, pedestal, 3m,50, base 0,m62, fuste da coluna 10m,00, e capitel 1m,46.

Os degraus daquela serão de granito e em número de cinco, tendo cada um deles a largura de 0m,45.

O pedestal também deverá ser de granito e dividido em três partes, isto é, base, dado e cornija, figurando nas quatro faces do dado as inscrições das épocas mais importantes da história da província.

A base, o fuste e o capitel serão de bronze, podendo ser este dourado e aquele ter a forma **ática** (18).

No cimo do soco do capitel colocar-se-á o busto também de bronze do presidente inaugurador da província João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Art. 3.º — Sobre estas bases chamar-se-á concorrentes por espaço de três meses para apresentação de plano e orçamento, aceitando-se os que forem mais vantajosos em preço e elegância.

Art. 4.º — Com semelhante monumento poder-se-á gastar até 30:000$000 rs. incluindo a sua colocação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia, 11 de maio de 1883.— Silvério Nery — Guilherme Antony — Pedro Luís Simpson — Enrique Ferreira Pena de Azevedo — Antonio José Barbosa — Pedro Alves — Andrade".

Na sessão ordinária de 5 de junho de 1883, Bento Aranha e João Meireles mandaram um aditivo à mesa da Assembléia, suplementando a lei com mais 50:000$000, e logo mais os mesmos apresentaram outro aditivo às Disposições Gerais, com o seguinte texto: "Fica o presidente da província autorizado a mandar erigir na praça Vinte e Oito de Setembro desta cidade um monumento, conforme o plano e projeto que foram presentes a esta Assembléia pela sua maioria: modificado somente quanto ao busto do fundador da província, que deverá ser estátua".

Ganhou aquela concorrência primeira a sociedade representada por José Cardoso Ramalho (19), Leonardo Antônio Malcher e Manuel Coelho de Castro (20), trio que não aparece referido nominalmente no edital de arrematação antes citado e em que surgem os cidadãos Antônio Teixeira Rodrigues (proposta em quatro orçamentos), e a dupla João Carlos Antony-John Moreton, com uma. Duas propostas apenas e nenhuma referência a um terceiro lançamento na arrematação, que é este que traz o nome do empreiteiro Ramalho já nosso conhecido.

"Tesouro Provincial/ N.º 34/ De ordem do Ilmo. Sr. Inspetor e em virtude do ofício de S. Exca. o Sr. Presidente da Província, chamo concorrentes para a construção da coluna comemorativa que se tem de erigir à praça "Vinte e Oito de Setembro" desta cidade, segundo o plano oferecido pelos Srs. José Cardoso Ramalho, Leonardo Antônio Malcher e Manuel Coelho de Castro e aceito pela comissão encarregada de dar parecer sobre as diversas propostas apresentadas./ A planta, descrição e orçamento poderão ser visto nesta repartição durante as horas de expediente./ As propostas serão recebidas até as 11 horas da manhã do dia 22 de novembro próximo vindouro./ Secretaria do Tesouro Provincial do Amazonas, 20 de outubro de 1883./ Servindo de secretário/ João de Lemos Braule Pinto".

Esta notícia, saída como de praxe em forma de edital várias vezes, pode ser lida na edição de 21 de outubro de 1883 do jornal **Amazonas**. Possivelmente aparece em outras folhas.

Pelo que se viu é o próprio filho do fundador da província do Amazonas quem altera para melhor o corpo do monumento. De fato a coluna coríntia ficava muito alta e com a estátua ainda mais alta ficava, e se portasse um busto no alto este ficaria sem perspectiva. Tem-se a impressão que desejavam fazer uma réplica da coluna de Trajano, de tão empinada, mas somente na altura.

A idéia não iria ficar esquecida, apenas ficou adiada, não sabemos do motivo, pelo menos por enquanto. Quando assumisse o governo do Estado, Eduardo Ribeiro daria seu apoio, como deu de fato ao sancionar a lei n.º 125 de 2 de setembro de 1895, que elevava para 25:000$000 contos de réis a quantia estabelecida pela lei anterior n.º 71 de 28 de agosto de 1894:

"Eduardo Gonçalves Ribeiro, Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas, capitão de Estado Maior de 1.ª classe e Governador do Estado do Amazonas, etc., etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que o Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas, decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica elevada a vinte e cinco contos de réis a quantia de que trata a Lei n.º 71 de 28 de agosto de 1894, para ocorrer as despesas com os festejos do dia 5 de setembro, sendo cinco contos de réis destinados para auxiliar a aquisição da estátua de Tenreiro Aranha.

Art. 2.º — Para completa execução da presente lei, fica o governo do Estado autorizado a abrir no orçamento vigente, o crédito necessário.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprí-la fielmente.

O Secretário do Estado a mande imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2 de setembro de 1895, 7.º da República.

Eduardo Gonçalves Ribeiro.

Pedro Freire.

Publicada a presente lei nesta Secretaria do Governo do Estado do Amazonas, aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e cinco.

Pedro Freire"

A conclusão a que se chega é que o monumento fora idealizado para consagrar o fato da emancipação política do Amazonas, com apenas o busto do inaugurador. Tenreiro Aranha esteve bastas vezes envolvido nas demarches políticas, de que viria a sofrer consequências funestas, foi mesmo dos mais ardentes partidários e defensores da causa soberana do Amazonas e tanto que o Imperador concedeu-lhe a honra de ser o primeiro presidente da nova província. Os dois fatos estavam filiados historicamente e portanto esteticamente ficaram vinculados num mesmo bloco, somente que pareceu a alguém ser demasiado fora de arte uma coluna trajana de estilo coríntio e o primitivo plano da obra foi modificado em parte. Cremos até que modificado para melhor, levando-se à conta o vulto da figura cimeira em contraste com a esguia coluna anteriormente projetada. Quanto ao dissabor sofrido pelo filho Bento Aranha, não ficou lá muito bem configurado na época, parecendo mais um desse amuos de quem se sentia diminuído na sombra augusta projetada pelo pai, sabendo que outros decidiam dos negócios pertinentes quando a ele cabia fazê-lo. A verdade é que ninguém sabe ainda quem foi o verdadeiro autor do plano do primitivo monumento. Tenho a impressão de que não vamos saber tão cedo, pelo menos enquanto não forem vasculhados com demorada paciência e vagar científico os nossos arquivos embaralhados, em parte destruídos.

A crítica movimentada contra a demora da ereção do monumento era mais ou menos constante e não raro vestida de senso de humor, produto daquele sentimento político oposicionista. Dizia o jornal **Amazonas** de 27 de janeiro de 1884, na secção **Noticiário**. / "Obras públicas / O Museu Botânico e a estátua de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (e não Bento Aranha, como diz o **Comércio**, por ignorância dos fatos ou para fazer espírito), são obras que ainda não foram começadas; a primeira por não ter sido ainda escolhido o local, e a segunda porque pendem de decisão do presidente da província as propostas apresentadas"

III

Atos e ata da inauguração do monumento

"No dia 5 de setembro de 1907, estando presentes o governador do Estado, dr. Antônio Constantino Nery, o coronel José da Costa Monteiro Tapajós, então Superintendente do Município desta capital, altas patentes do Exército, representantes da Armada e de outras classes

sociais, funcionários federais e estaduais, a imprensa e povo, foi inaugurada, às 7 1/2 horas da manhã, na praça Tamandaré desta cidade, a estátua equestre do prestante paraense João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, primeiro Presidente do Amazonas, como tributo de merecido preito aos assinalados serviços por ele prestados a esta terra, quando no governo da Província e no caráter de representante da Nação, na Câmara dos Deputados, onde sempre se empenhara pelas mais justas aspirações do povo amazonense.

O monumento tem na fachada da frente os seguintes dizeres:

JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA
1798-1861
FUNDADOR DA PROVÍNCIA
DO
AMAZONAS

Na parte de trás lê-se:

LEI N.º 502 DE 5 DE SETEMBRO DE 1850
ELEVA A COMARCA DO ALTO AMAZONAS NA PROVÍNCIA DO GRÃO PARÁ A CATEGORIA DE PROVÍNCIA COM A DENOMINAÇÃO DE PROVÍNCIA DO AMAZONAS

Dom Pedro, por graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil; Fazemos Saber a todos os nossos Subditos que a Assembléia Geral decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º — A Comarca do Alto Amazonas na Provincia do Grão Pará, fica elevada a categoria de Província, com a denominação de Província do Amazonas. A sua extensão e limites serão os mesmos da Antiga Comarca do Rio Negro.

Art. 2.º — A Nova Província terá por capital a Villa da Barra do Rio Negro, enquanto a Assembléia respectiva não decretar a sua mudança.

A PROVÍNCIA FOI INAUGURADA EM 1.º DE JANEIRO
DE MDCCCLII

Na face que fica do lado esquerdo as palavras são:

OFFERTA DA MUNICIPALIDADE DE MANAUS
POR INICIATIVA DO SUPERINTENDENTE

CORONEL ADOLPHO GUILHERME DE MIRANDA LISBOA
MCMVII

Finalmente na face direita está gravada esta inscrição:

ERGUIDO NO GOVERNO DO TENENTE-CORONEL
DR. ANTONIO CONSTANTINO NERY"

Ata da inauguração do monumento (textual):

"Aos cinco dias do mez de setembro de mil novecentos e sete, nesta cidade de Manáos, capital do Estado do Amazonas, presentes, às sete e meia horas da manhã, na praça Tamandaré, o exmo. sr. dr. Antonio Constantino Nery, governador do Estado, coronel José da Costa Monteiro Tapajós, Superintendente Municipal, commigo secretario abaixo assignado, auctoridades civis e militares do Estado e da União, o Conselho Municipal, clero, povo e imprensa, foi pelo mesmo sr. dr. governador declarado inaugurado o monumento que pela Municipalidade foi mandado erigir ao primeiro presidente do Amazonas João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, do que se lavrou a presente acta, que vae por todos assignada e que foi escripta por mim Vicente Torres da Silva Reis, Secretário da Superintendência.

A. Constantino Nery, José da Costa Monteiro Tapajós, general José A. Marques Porto, Raymundo Affonso de Carvalho, Manoel F. Sá Antunes, Domingos José de Andrade, Henrique Ferreira Penna de Azevedo, J. B. de Faria e Souza, João Monteiro Coelho, João da Costa Alves Nogueira, Carlos Fernandes de Sá, Candido V. Chaves, 2.º tenente Jacintho Dias Ribeiro, Hermenegildo Lopes de Campos, Alcides Bahia, João Baptista de F. Tenreiro Aranha, Antonio E. Pinheiro, padre dr. Raymundo de Oliveira, representando s. exc. sr. Bispo do Amazonas, Francisco P. R. Bittencourt, Marcionilo Lessa, Pedro de Barros, Hermenegildo Othoniel de Lima, Joaquim Fernandes, dr. Theogenes Beltrão, Ernesto Messias, Luiz Burgo Filho, Fileto Miranda, Segismundo Teixeira, Bento Brazil, João Câmara, Alfredo R. Maya e Silva, Sérgio R. Pessoa, Silverio Freire, Conrado Tavares Filho, Joaquim da Costa Teixeira, Candido de Sá C. Lins, tenente Duarte Mendonça, Raymundo A. de Azevedo, Antonio Costa, alferes Fragoso Monteiro, José Ignácio Borges Macedo Junior, Joaquim de Castro Oliveira, Arcenio Francisco Barbosa, Arcanio Saraiva, Manoel Pires de Castro, José Alves Ferreira, Lucio Gramacho, José Jacintho de Mello, Benvindo Cavalcante de Albuquerque, Antonio A. Lima, Maximiano Miranda, Innocencio S.

Diniz de Faria, José Ambrozio Pina, Robim João Almeida, Paulino José de Carvalho, Manoel Severiano de Lima, Admar de Toledo Belfort, Edesio Americo de Freitas, José Pontes de Britto, Francisco Tapajós, João Coelho Oliveira, Isaias Soares da Motta, Israel Tapajós, João C. Silva Motta, Bernardino Antonio de Oliveira, Patrício da Gama Bentes, Raul G. Guimarães, João P. Andrade, Joaquim Felix de Azevedo, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Pedro de Castro, José de Salles Figueiredo, Heraclito Gurjão, Adolpho Balaguer, Du-Bosck e Sousa, João Theodoro Reis, Domingos Alves de Sousa, Argemiro J. Germano, Silvio Centofanti, Marchesi Raffaeles, Laurindo Luiz de Menezes, Antonio Cavalcante, Antonio Rodrigues da Silva, Tito Ferreira Nunes, Manoel Ignacio de Carvalho, Fulgencio E. de Souza, Raymundo Alves Henriques, Raymundo Campello, Jayme Antonio Moreira, Francisco das Chagas Costa, João Raymundo da Silva Braga, Joaquim Antunes da Silva, Fulgencio Paiva, Joaquim Martins Mano, Silvestre Costa, José L., Altair dos Santos, José Rufino de Oliveira, Themistocles Pereira dos Reis, Luiz Gonzaga dos Santos, José Antonio de Barros".

Desse rol de participantes e assinantes do ato de inauguração do monumento figuram quatro nomes que nos movem a uma explicação rápida: parece estranho surgir um João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha: trata-se do neto, descendente do fundador da província e sobrinho do jornalista, professor, deputado e escritor Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, que firma a ata entre os últimos. Figura apagada esse rebento, talvez pela idade, nunca apareceu em evidência senão nesse ato de reverência ao ilustre avô. Aparecem igualmente Sílvio Centofanti e Marchesi Raffaeles, este último inculcador e interessado na obra de fundição, na Itália, e dos melhores pintores, decoradores e escultores que Manaus já conheceu naquela época de ouro. Viria com De Angelis, para montagem do monumento da praça de São Sebastião, mas seu nome não aparece no noticiário porque deveria ser parte da ilustre equipe que trabalhou no Teatro Amazonas e deixou em Manaus uma série enorme de trabalhos de boa e magnífica arte. Desse Marchesi e de outros italianos dessa mesma equipe e época falaremos no nosso histórico da igreja-capela de São Sebastião, mas convém citar logo os nomes de Arthur Luciani, Tomasso de Luigi e Michaele Albieri. O que sabemos de Marchesi é que trabalhou na marmoraria de Cesare Veronese, quando aquela se responsabilizava pelos belos monumentos de mármore dos cemitérios de São José (criminosamente desapropriado ao tempo do governador dr. Álvaro Maia) e de São João Batista no Mocó.

Pelo que rezam as notícias o monumento acabou sendo mesmo

dedicado ao inaugurador da província do Amazonas e um dos responsáveis pela sua criação. Homenagem justa, na verdade. Mas a descrição primeira do estilo não corresponde ao que foi na verdade executado. Não se fala por exemplo nos implementos de bronze que ornam duas faces do dado, e na ausência de outros acessórios. O granito de que foi feito a base é idêntico ao da bacia do monumento da praça de São Sebastião e teve a mesma procedência italiana, parecendo a mim que a fundição foi acompanhada por algum daqueles mestres antes nomeados. Também não se fala em pilastras unidas por varais de ferro. No entanto as fotografias de época da inauguração apresentam o monumento cercado com entradas livres para as escadas. Essa cercadura desapareceu quando o monumento foi removido para a praça da Saudade. Uma nova história que acontece depois de 1930, precisamente em 1932, quando a revolução começou a distribiur pelo território nacional os jovens tenentes do Exército como interventores federais e assessores. O autor desta história trabalhava de redator do jornal **Correio de Manaus,** jornal sujeito como outros à censura. Era censor o tenente Emanuel Morais, um paraense devotado que chegou a ser prefeito da capital. Um dia em que se comentava a remoção do monumento para a praça da Saudade, e que a imprensa começava a criticar o fato, pelo receio de ser ofendido o corpo geral, o jovem que se iniciava na história revelou-lhe o que já disse aqui: que o monumento havia sido primeiramente destinado à praça 5 de Setembro (dita pelo povo da Saudade). Emanuel Morais, que se havia tornado meu amigo, agarrou-se ao postulado histórico e eu fiquei com a incumbência de defender a trasladação baseado no que então já se sabia e que vai aqui mais ou menos descrito. E assim, preparada a praça, embelezada, Tenreiro Aranha foi removido para longe, é verdade, mas pelo menos deixou aquele ambiente saturado de vagabundos tresnoitados, carroceiros desbocados, prostitutas, cães, vendedores ambulantes, toda a corja de marginais que infesta a nossa cidade e que dá ponto em praças públicas e assento preferido nos monumentos.

A história do monumento não se concluí aqui; há mais coisa a dizer-se, crítica a fazer-se e sem dúvida mais subsídios a acrescentar-se a esta primeira entrega.

Palavras de Bento Aranha, filho do homenageado, proferidas no ato da inauguração do monumento à Província e a João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha:

RECONHECIMENTO E GRATIDÃO

Foi nos termos seguintes, que por ocasião de ser erigida a estátua á (sic) meu pai, hoje, 5 de setembro, de 1907, em comemoração as relevâncias e benemerências de seus serviços prestados em benefício do Brasil, sobretudo do Amazonas, manifestei o meu voto de reconhecimento e gratidão à S. Exas. os Srs. dr. Antônio Constantino Nery, governador do Estado, coronel Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, superintendente do Município de Manaus, tenente-coronel José da Costa Monteiro Tapajós, intendente do mesmo Município, e aos membros dos poderes legislativo e judiciário, representantes das classes militares, da imprensa, do comércio e de outras laboriosas da sociedade amazonense e ao povo do Amazonas:

"Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, Deputados ao Congresso Legislativo, Supremos Magistrados do Poder Judiciário, Superintendente e Intendente do Município de Manaus, Representantes do Exército e Armada Nacional e das Classes laboriosas da Imprensa, Comércio, Indústria, Artes e Ofícios, Mocidade amazonense e Soberano Povo do Amazonas: saúde-vos:

A timidez, que neste instante experimento, galgando os degraus desta Memória eregida ao meu falecido, e sempre lembrado progenitor, em tributo da vossa gratidão e reconhecimento pelas relevâncias e benemerências dos seus serviços prestados à pátria, à humanidade e especialmente ao Amazonas, não é simplesmente motivada pela emoção que me produziu a nobreza e sublimidade desta vossa espontânea e sincera manifestação; mas sim pela escassez dos meus conhecimentos intelectuais e dos essenciais predicados oratórios para poder condignamente corresponder e melhor significar-vos os meus verdadeiros protestos de reconhecimento e gratidão e os da minha velha e extremosa mãe, carinhosa e fiel consorte, queridos filhos e filhas, tenros e adoráveis netinhos e parentes descendentes de Tenreiro Aranha.

Apesar disto, daqui mesmo, à sombra da estátua do homérico patriota e emérito paraense João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que, com o mais desprendido patriotismo, promoveu em 1823, arriscando a própria vida na Amazônia pela adesão do seu povo à Independência do Brasil; socorreu como proscrito político em 1835 no Maranhão com o patrocínio da Franco-Maçonaria Brasileira as vítimas da Cabanagem, que do Pará em crescente número, haviam emigrado para ali; e contribuiu bastante com as luzes do seu talento e erudição e louvável, altruístico e patriótico empenho, em 1828 a 1859 na Imprensa, na

Assembléia Legislativa do Pará, Parlamento Nacional e Comícios Populares para o bom êxito do empreendimento e realização da **Navegação a vapor no rio Amazonas,** da propaganda humanitária da **Abolição da escravatura no Brasil,** e do feliz e esplendoroso sucesso do **Restabelecimento da Província do Amazonas,** que então se achava extinta e reduzida a Comarca do Alto Amazonas, cabendo-lhe a glória de ser o escolhido para fundá-la e inaugurá-la a 1.º de janeiro de 1852, protestando-vos despretenciosamente e bem alto, em nome da pátria e da Amazônia, a minha eterna gratidão, convido-vos ancho da independência que sempre me caracterizou, e com todo o meu ardor de patriota e de verdadeiro republicano, que sou desde a minha mocidade, para jubilosos e satisfeitos pelas nossas ações erguemos com entusiasmo:

Viva a Nação Brasileira
Viva a República
Viva o Estado do Amazonas
Viva o Município de Manaus
Viva o Exército e Armada Brasileira
Viva S. Exa. o Sr. Dr. Constantino Nery, Governador do Estado
Viva S. Exa. o Sr. Coronel Lisboa, Superintendente de Manaus
Viva S. Exa. o Sr. Tenente Coronel José Tapajós, Intendente do Município de Manaus.
Viva a Mocidade Amazonense
Viva o Soberano Povo do Amazonas
Manaus, 5 de setembro de 1907
Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (21)."

Tenreiro Aranha, de acordo com o artigo 2.º do projeto e da lei, figura no cimo do monumento e está com justiça e por direito consagrado na História. Defendeu sempre a autonomia do Amazonas, em várias oportunidades e com a mesma constante veemência, não fosse filho de um amazonense nato e não tivesse portanto um vínculo sentimental muito forte. Não cremos, todavia, que fosse pelo vínculo sentimental. A questão da autonomia do Amazonas estava aberta há muito e implantada no espírito dos intelectuais mais do que no interesse dos políticos. O Rio Negro (como acidente geográfico e como expressão histórica) representava no cenário da política reinol a esperança econômica desta parte da Amazônia e nela havia sido implantada a infra-estrutura por Lobo D'Almada. Nele se empregavam os recursos humanos e financeiros de Portugal, mais do que em outra região e nele se firmavam as alianças das poderosas fortalezas que desde Cucuí à Barra pretendiam defender os domínios lusos. Acresce a circunstância, para não desprezar-se, de que

a fixação das capitais nele, de preferência a São José do Javari (1755) já era uma promessa de sustentar-lhe a hegemonia.

Desde a Capitania de São José do Rio Negro (22), criada pela carta-régia de 3 de março de 1755 até uma sofisticada comarca do Rio Negro, tem-se a impressão da exclusividade manifestada aceita por quantos defendiam a causa separatista. O Rio Negro era assim como uma menina-dos-olhos, grata ao coração de quantos sabiam do seu pouco valimento na esfera dos interesses reinóis criados pela divergência de pensamentos políticos aqui mesmo. A toda tentativa de libertação sucedia a desculpa da carência demográfico-econômica. E quando, finalmente, surge a grande oportunidade, a politicagem que cobrou tão caro a nossa liberdade interfere para anular o esforço dos patriotas. O filho do homenageado aponta para essa situação, veladamente, não dando porém curso aos seus sentimentos anti-monárquicos, isto é, seu ódio patriótico contra dom Pedro I.

Tenreiro Aranha não desistia, não tergiversava, não acomodava a natureza de batalhador aos superiores interesses paraenses e lusitanos. A autonomia do Amazonas era o ponto de honra, talvez, mas era muito mais a arguta certeza de que a região precisava dividir-se para poder entrar na corrente de progresso do país. A carta-régia que criara a Capitania de São José do Rio Negro só lhe dera fronteiras políticas; não autonomia absoluta. Por essa independência mais do que pela autonomia, suspiravam e depois lutaram com armas na mão os amazonenses.

O monumento, a nosso ver, formaliza um segredo de resposta a certo processo político negativo de dom Pedro I, que deu causa e origem a derramamento de sangue e despesas inúteis com a manutenção da ordem. Saiu mais cara a farça imperial de obscurecer os direitos dos amazonenses do que a pesada manumissão do 7 de setembro de 1822. Razão por que os amazonenses nunca perdoaram ao imperador primeiro, nunca o honraram com a predicação de um logradouro público!

Evidentemente não desejávamos o paternalismo (e por essa razão foi que não se criou desde logo a província do Amazonas), posto que fôssemos obrigado a aceitá-lo pelo direito da própria sobrevivência, ao depois, mas isto era naturalmente normal àquele tempo. Quando enriquecemos com o estouro da borracha, mesmo na fase provincial, o governo federal vivia de derriços para a nossa burra (burra não, vaca leiteira), pedindo contribuições para isto e aquilo, festejando de perto a nova Cipango. Chegamos no governo Constantino Nery a pagar subsídios de nossos representantes, que o erário nacional andava quebrado, e antes contribuimos para os monumentos do Ipiranga e outros que a

federação mandava levantar em homenagem a fatos e pessoas que não estavam ligados a nós de perto. Quando começamos a estender o gadanho anquilosado pela premência o governo federal torceu o nariz. A história pode ser escrita com tiradas românticas também à base do sentimentalismo, ao menos para disfarçar as verdades contundentes, que o discurso pífio de Bento Aranha pretendeu esquecer. Contivemos com as nossas legiões morenas armadas precariamente de arco-flecha ao estrangeiro, que o número risível de soldados portugueses não dava para entreter meia hora de combate singular. Aguentamos as fronteiras nas suas riscas originais com fortalezas decrépitas e soldados comidos de paludismo (até o patriótico paludismo tem hoje nome estrangeiro: malária) pagos dos nossos bolsos, enquanto os governos se enfartelavam nos banquetes patrioteiros.

O povo desta cidade festejou o centenário de adesão do Amazonas à independência do Brasil sem ruído, mas de alma genuflexa. Não se podia erguer de pé, portanto de joelhos dobrados pela fome, enquanto o governo federal recebia regiamente o rei da Bélgica e gastava bilhões com a Feira Internacional. Mas não é a isto que pretendemos, e sim ao crime de colaborar no genocídio praticado pelos governos do Amazonas depois de Eduardo Ribeiro até 1930, e principalmente naquele 1922 em que se dava no Palácio Rio Negro um faustoso baile a Segundo Império e crianças marchavam diariamente para a cova sem alimento!

A **Canção de Fé e Esperança** de Álvaro Maia, da época do centenário da adesão do Amazonas, passa aos nossos olhos como uma queixa amarga e um repúdio àquela farsa política: "É inútil abafar a chama da liberdade nos peitos em que resplandece silenciosamente, porque no momento oportuno, ela encontrará abertura por onde fuja em caminho do céu, rasgando vales e crateras. E essa chama triunfante existe dentro de nós, apenas aguarda a hora para rebentar o seio negro em que jaz, e voar, e fulgir, — e viver..." (23).

Havia que justificar três séculos de golilha, trezentos anos de subserviência, oferecer uma satisfação ao futuro. O monumento a Tenreiro Aranha esteve sempre voltado para o rio Negro, continua voltado para ele que guardou os mártires e os heróis da independência, desde Ajuricaba.

Mas as palavras proféticas de Álvaro Maia surtiram efeito: a família Rego Monteiro foi alijada do governo. A liberdade surgiu naquela noite de 23 de julho de 1924, em que tomaram parte saliente os militares Magalhães Barata, Simas, Azamor, Couto, Saint-Clair, Cunha, Dubois, Euclides Lins, Aurélio Linhares e Ribeiro Júnior, do Exército,

Marinha, Aviação. Foram estes que responderam ao apelo formulado nas páginas da **Canção de Fé e Esperança,** vingaram a fome e a miséria, o dolo e o garrote, o calote oficial de dezesseis anos de governos oligárquicos. Vingaram, mesmo, ou a história se repete?

NOTAS

(1) "A Terra, as Coisas e o Homem da Amazônia" in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará,** 116, cap. IX, ano II, fasc. II, Belém, outubro, 1918.

(2) Edição de 5 de setembro de 1907, ano II, vol. II, n.º 6, dedicado à festa da criação e fundação da Província do Amazonas, com artigos alusivos, discursos de Bento Aranha, retratos de página inteira com perspectiva do monumento.

(3) Monteiro, Mário Ypiranga — **Roteiro Histórico de Manaus,** caderno de "A Crítica", Manaus, outubro, 1969.

(4) A praça ficava localizada seguidamente na hoje de Nove de Novembro da Tamandaré.

(5) Manaus, Imprensa Oficial, 1897. Nesse opúsculo não se alude às leis anteriores referentes ao monumento.

(6) **Mensagem** de Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa e Lei n.º 418 de 20 de agosto de 1905.

(7) O jornal **O Amazonas** de 29 de julho de 1883 publica edital referente ao monumento.

(8) Mestre de obras que aparece comumente na história das construções em Manaus, nesse período. Empregou sua experiência e competência no Teatro Amazonas, Palácio da Justiça e numerosos prédios particulares.

(9) Nesses festejos cívicos tomavam parte grupos folclóricos da espécie de Caninha Verde e outros.

(10) Sociedade de manumissão de escravos, fundada em Manaus em 17 de julho de 1881.

(11) Jornal **Amazonas** de 7 de setembro de 1883. O estabelecimento era uma casa de jóias chamada "A Porta Larga", situada na esquina da Rua Municipal (Avenida de Sete de Setembro) com a Rua de Itamaracá. Sobreviveu aos nossos dias com o mesmo nome mas transformada em botequim de baixa ordem. Por outro lado os sócios da antiga casa mandaram levantar prédio maior na esquina da Rua da Instalação com a mesma Rua Municipal, prédio que incendiou. O edifício que lá está agora é novo, isto é, sucedeu ao incendiado.

(12) Esse é o retrato que figura na oval, em alegoria publicada por Bento Aranha na revista **Arquivos** acima citada.

(13) Não existe na galeria da Prefeitura Municipal nenhum retrato desse pintor, nem mesmo de Tenreiro Aranha.
(14) Jornal **Amazonas** de 21 de setembro de 1883.
(15) Veio com De Angelis, contratado para executar obras no salão nobre do Teatro Amazonas. Ficou em Manaus, onde constituiu família, e decorou as igrejas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (altares), São Sebastião, Nossa Senhora dos Remédios, e pintou quadros, retratos, etc. Vd. **Teatro Amazonas,** Mário Ypiranga Monteiro, 3 volumes, 1965-66.
(16) Volume referente ao exercício 1883-84, Manaus, Tipografia do Amazonas, 1883.
(17) Monteiro, Mário Ypiranga — **História do Monumento da Praça de São Sebastião,** Manaus, 1972. Trata-se da coluna comemorativa construída sob inspiração do dr. Antônio Davi Vasconcelos de Canavarro e que precedeu o atual monumento feito por De Angelis sob contrato.
(18) Grifado no original.
!19) Pai do Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, que foi deputado e governador do Estado.
(20) Construtor de obras, referido bastas vezes no nosso livro **Teatro Amazonas.**
(21) **Arquivo do Amazonas,** vol. II, n.º 6, ano II, Manaus, 5 de setembro de 1907.
(22) Monteiro, Mário Ypiranga — **A Capitania de São José do Rio Negro,** Manaus, 1952.

Observação para a nota 13): Todos os retratos a óleo mandados fazer para o Palácio do Governo, ficaram na hoje Prefeitura Municipal, por sinal que mal conservados. Atribuimo-los à autoria de Artur Luciani, autorizado oficialmente, segundo documento no **Diário Oficial** do Estado, de maio de 1900. Mas também existe notícia positiva de que o Superintendente Adolfo Lisboa ordenara a feitura de outros em 1905.

A ESTÁTUA DE OSÓRIO

Genesino Braga

Há cem anos a Praça do General Osório aguarda a estátua do ínclito Marquês de Erval, General Manuel Luis Osório, herói triunfante de Humaitá e Tuiuti, no Paraguai. Há um século que o espaçoso logradouro do antigo Bairro da Campina, a ostentar o nome do glorioso soldado da Pátria, corteja a honra de ter, ali, modelada no bronze imortal, a figura varonil do eminente Patrono da Arma de Cavalaria do Exercito Brasileiro, porque assim o decidira a Câmara Municipal de Manaus, vinte dias após o falecimento, a 4 de outubro de 1879, no Rio de Janeiro, de Manuel Luís Osório, já então Marechal-de-Exercito e Ministro da Guerra.

Denominava-se Uruguaiana — Praça de Uruguaiana — o lugar público que o alto civismo amazonense daqueles idos consagrara à homenagem a Osório. Com o nome "Uruguaiana", desde 1865, a Praça celebrava a rendição das Forças Paraguaias aquarteladas na praça forte de Uruguaiana, em setembro de 1865, perante as Forças Brasileiras, sob o comando do bravo Manuel Luís Osório, então Brigadeiro. Desde 1865, pois, que o velho Largo da Campina, tomando o nome de Uruguaiana, estaria ligado, já, no feito que memorava, ao valoroso chefe militar, que o honraria, anos depois, com o seu nome augusto.

Fora o pesar de toda a nação brasileira, ao conhecer a notícia, daquele dia 4 de outubro de 1879, da morte do grande cabo-de-guerra patrício, — fora a dor nacional, envolvendo em cheio o povo do Amazonas, que levou os vereadores de Manaus àquele culto cívico, no plenário da edilidade. A contristadora notícia só chegara ao conhecimento dos amazonenses através dos jornais vindos do Rio (da Corte) e de Belém (não havia anda o telégrafo). Mas, visto serem os jornais para cá conduzidos pelos barcos da navegação a vapor, só nos foi dado saber do infausto acontecimento, dezenove dias após decorrido, isto é, a 23 de outubro, ao ancorar no Porto de Manaus o vapor "Javari" da Companhia de Navegação do Amazonas — demora, aliás, muito de conformidade com os prazos normais.

Lidos os jornais, corrida a informação de boca em boca, o jornal "Amazonas" abrira a sua primeira página, na edição do dia 25, para um extenso e sentido necrológio. O "Jornal do Amazonas" também pranteara o morto ilustre em destacada local de sua página principal. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, Presidente da Assembléia Legislativa Provincial, promovera sessão especial em homenagem a Osório. O Presidente da Província, Tenente-Coronel José Clarindo de Queiroz, mandaria celebrar exéquias solenes no trigésimo dia.

Mais alto, e mais significativo, porém, fora o preito de civismo e pesar prestado pela Câmara Municipal de Manaus, na sessão de 25 de outubro. No colégio legislativo dos edis, Guilherme Moreira e o médico Aprígio de Menezes, ambos Vereadores de subido prestígio político, ocuparam a tribuna e exaltaram a figura e os feitos patrióticos do grande marechal brasileiro. E, a seguir, apresentaram à considerção de seus pares a seguinte proposição:

Propomos que, em homenagem ao acrisolado Patriotismo, à inexcedível bravura do inclíto General Marquês de Erval, de saudosa memória, fique denominada "Praça do General Osório" a que ora se denomina de Uruguaiana e que a rua de "Cumam" passe a denominar-se de Uruguaiana".

Rua de Cumã — ensina-nos Mário Ypiranga Monteiro — era o trecho que compreende a atual Praça de Dom Bosco até a av. Sete.

Mas, para os dois ilustres Vereadores, seria ainda pouco. Achariam, ao que parece, ainda não bem à altura dos méritos e da personalidade de patriota do "inclito Marquês de Erval", a simples aposição de seu glorioso nome nas placas de uma via pública. Quereriam mais. E Querendo mais, acrescentaram esta adenda à proposta:

"Propomos mais: que esta Câmara nomeie uma Comissão de três membros que promova em toda a Província uma subscrição a fim de erguer-se naquela Praça uma estátua, que lembre aos vindouros a gratidão da presente geração, nesta parte do Império, ao invicto General, que tão relevantes e desinteressados serviços prestou ao Brasil"

Aprovadas as duas proposições, a Câmara constituiu logo a Comissão, que ficou integrada dos dois proponentes, Guilherme Moreira e Aprígio de Menezes, e mais o Vereador Lima Bacury.

Quatro meses depois, referindo-se às atividades desta Comissão, o jornal "Amazonas", em sua edição de 20 de fevereiro de 1880, num tópico sob o título "Estátua à memória do General Osório", dizia:

. . . . . .

Consta-nos que vai dar princípio aos seus trabalhos nesta Capital,

tendo já o sr. Guilherme Moreira recolhido da subscrição que promoveu no Rio Purus, onde esteve ultimamente, a quantia de rs. 400$000, que se acha em seu poder, e conseguido que para tão justo e patriótico fim concorressem os seguintes cavalheiros residente naquele rio:

Cel. Antonio R. Pereira Labre ..... 50$000
Cap. João Fleury Silva Brabo ..... 20$000
Antonio Barata ..... 10$000
Domingos Antônio Barbosa ..... 50$000
Benedicto José Pereira ..... 20$000
Leonel Antônio do Sacramento ..... 10$000
Hilário Francisco Alvarez ..... 40$000
Francisco Xavier Loureiro ..... 30$000
Francisco de Sales e Silva ..... 20$000
Antonio José Pereira Carneiro ..... 20$000
Manuel João de Souza Palheta ..... 20$000
Florindo Rodrigues Vieira ..... 20$000
Jacinto Botinelly ..... 15$000
Maximiano Hortencio Encarnação ..... 10$000
João Fabio Lins de Holanda ..... 20$000
Tomás Ribeiro de Melo ..... 10$000
José Calasans Canavarro ..... 25$000
Marciano Peres Duarte ..... 10$000
Manuel Fernandes d'Oliveira ..... 20$000
José Joaquim Dias ..... 20$000
Joaquim Gonçalves Pinheiro ..... 10$000
José Antonio Leite ..... 20$000
Adrião Xavier d'Oliveira ..... 20$000
Manuel Monteiro Pantoja ..... 20$000

520$000

A Praça, ao tempo, toda ela era uns monturos, uns montões, de terra, recobertos de mato rasteiro, arbustos, caminhos tortuosos, sem faltarem algumas crateras entulhadas de lixo.

Em seu "Roteiro Histórico de Manaus", Mário Ypiranga verbeta extensamente a Praça do General Osório, referindo, entre muitas outras coisas, que o seu nivelamento "começou a ser feito em 1882 e a terra dali retirada foi servir no aterro da Praça do Paiçandu". Diz, a seguir que, "mandada aplainar e limpar convenientemente" pela lei n.º 34, de 10 de novembro. de 1897, da Intendência Municipal, e entregue, depois de

preparada, pela Diretoria de Obras, a 5 de julho de 1901, ao Superintendente de Manaus, Dr. Arthur Cesar Moreira de Araújo, "passou a constituir um dos mais lindos logradouros da cidade. Mais tarde foi-lhe anexado um coreto artístico no centro, cercado de tanque, onde as bandas militares tocavam aos domingos e feriados para recreio do povo".

Um século agora decorrido, na estátua de Osório não mais se falou. Não mais se falou em imortalizar no bronze, na sua própria Praça, em Manaus, a figura excelsa d"O Legendário", daquele destemido general brasileiro que após a vitória no Passo da Pátria, lançara a proclamação que célebre se fizera: "É facil comandar homens livres; basta mostrar-lhes o caminho do dever!"

PROGRAMA HISTÓRICO-ESTÉTICO DA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO

Mário Ypiranga Monteiro

Não há e supostamente nunca houve nenhuma decoração mural na antiga capela de São Sebastião atribuída a De Angelis. As pinturas parietais, cenas violentas em que atuam frades capuchos, bem como os painéis dos quatro Evangelistas procedem da Itália e trazem a assinatura visível de F. Campanela, colgados em 1935 durante a reforma (Ypiranga, **Teatro Amazonas**, 1965-66) (1). A teoria decorativa menor, em termos de arranjos pios, sem narrativa, e mesmo as legendas latinas, essas sim, exprimiam o que de apreciável havia na técnica de frei Illuminato Coppi e de Sílvio Centofanti. Escrevemos "exprimiam" como a convidar o leitor a meditar nas rázias que as brochas de outros artistas levaram a efeito sucessivamente até Branco Silva, num desses processos apocalíticos de recuperação à moda cá da casa. Não se alude aos painéis sacros da rotunda, e sim ao estoque da nave principal (e única), do cruzeiro, do coro e da ábside, diversas vezes saturado de nervuras à sugestão de mármore. Essa "igreja" carece de naves laterais.

O que infelizmente pouco se sabe é da interferência do artista Raffaelis Marchesi, esse outro tão modesto quão expressivo pintor que com Joseph Landi, frei Samuel Lucciani Guibani Victório, João Lentini, Sabbattini, Ermano Stradelli, Rossi, Artur Luciani, Henrique Mazzolani, Adalberto de Andreis, Armando Ricci, André Falcone, André Antogini, Illuminato Coppi, Cesare Veronese, Orofino, Francesco Alegiani, Tomasso de Luigi, E. Bosi, Del Vecchio, antes e depois de De Angelis formaram a pleiade de catequistas, atores, compositores, iluministas, decoradores, marmoristas, escultores, desenhistas, pintores, retratistas e paisagistas, engenheiros civis e militares, estrategas, arquitetos, poetas, turinologos, presentes em mais de um século na arte amazonense. O que nós ignoramos a respeito da fixação e continuidade dessa arte! O que nós perdemos com a mudança e a interação social evolucionada de quase três séculos a esta parte!

Marchesi, pintor e erudito, colaborou com Sílvio Centofanti. Ambos vieram com De Angelis em épocas diferentes, e não somente estão

ligados a execuções estéticas particulares mas também a contratos, que cumpriram: Centofanti no Teatro Amazonas, Catedral de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de São Sebastião e de Nossa Senhora dos Remédios, monumentos à Abertura dos Portos e à Província. Não se sabe a razão histórica de Marchesi Raffaelis e de Tomasso de Luigi só aparecerem o primeiro relacionado obscuramente ao monumento consagrado à Província e o segundo, com Michali Albieri e Iluminato Coppi às iluminuras que resistiram felizmente ao impacto das reformulações. A princípio acreditei tratar-se de modestos auxiliares, manipuladors de tintas e preparadores de telame e de fundos. Pintores e marmoristas jovens formavam equipes como afirmei na minha exaustiva obra **Teatro Amazonas,** pensamento mal interpretado e desviado pelo crítico Valadares; consequentemente parece que ao lider do grupo cabia a referência principal em prejuízo dos nomes dos demais. Essa é a razão maior por que muitos artistas raramente aparecem nomeados em notícias de jornais antigos e mesmo em documentos oficiais. Mas sabe-se, e eu o referi na obra citada, que vieram com De Angelis muitas pessoas não nomeadas. Mas quem era o líder? Os outros só por acaso escapavam ao anonimato e de vez em quando o pesquisador se surpreende com uma informação curiosa.

De Lucciani sabemos que se dedicou também à fotografia, abriu atelier e deve de haver feito fortuna numa época de transição do retrato a óleo, dispendioso, para o celulóide, mais barato, embora o carvão tivesse marcado época e André Falcone, já do meu tempo de rapaz, com atelier na casa de esquina da rua de Joaquim Sarmento, conquistasse a simpatia da sociedade. Mas Falcone também ele era pintor de grandes recursos e no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas existem quadros seus, um Dante Aligheri renascentista. De Lucciani ouvimos muitas referências do bibliotecário José de Chevalier a respeito de paisagens existentes na Biblioteca Pública e que foram devoradas pelo incêndio. Quadros seus devem de existir em Manaus, em quantidade suficiente para que seja definida sua especialidade e sua técnica, escola, e preferência tonal. Inclusive um retrato do Marechal Deodoro, corpo inteiro, encomendado pela Prefeitura de Codajás, pela quantia de 260$000 em 1893. Talvez fosse esse o retrato que encontrei no monturo do porão do Teatro Amazonas, todo quebrado, dobrado em várias camadas e socado num baú velho. Deve de haver ido para o lixo, que é destino que tem tido muitas obras de arte aqui. Um inquérito junto àquela prefeitura dirá a verdade. Será que ela pagou?

Infelizmente a "cultura" nesta terra deixa apodrecer obras de

arte, obras de consagrados mestres, o que vem acontecendo com a Pinacoteca do Estado, talvez porque estejam na condição fatal do "já era" e existe um processo dissimulado mas em curso, de denegrir o clássico em proveito do moderno, circunstância que caracteriza muito bem certa mentalidade de barril. Ou então há mesmo um propósito deliberado de plagiar-se a juventude comunista chinesa... Nem o Estado e nem os diretores de arte jamais se preocuparam com mandar fazer um catálogo, historiando a imensa galeria pitórica existente em certas repartições públicas e até mesmo em residências particulares, material de que, sabemos, boa quantidade já foi desviada para fora do Estado. Foi compreendendo essa necessidade e no intuito de defender obras de arte da sanha dos vândalos-imbecis, que o Governador Arthur Reis mandou recolher certa quantidade de pinturas à Pinacoteca, inclusive um retrato corpo inteiro do Imperador, salvo da destruição de que estava sendo vítima da parte dos muito bem instruídos alunos do Colégio Estadual do Amazonas, os quais até pornografias escreviam no tecido branco desprovido já da camada de tinta!

Que fizeram então Sílvio Centofanti e Marchesi Raffaelis? Não sei dizer até onde chegava a competência do último em composição religiosa. Todavia, do primeiro são todas as pinturas da Sé Catedral (fundos de nichos com bambini, servindo de modelo o garoto Minos Quadros, filho da sra. Luizinha Quadros) afrescos já hoje ofendidos por péssimos trabalhos de restauração. De ambos são numerosas alegorias e cenas bucólicas, paisagens ideais e reais (inclua-se Lucciani e Michaeli Albieri e possivelmente Francesco Tomasso de Luigi) existentes ainda em muitas vetustas mansões (talvez ainda exista depoimento em certa residência próxima à primeira ponte), do tipo daqueles murais conservados por milagre na Secretaria de Justiça, enquanto que a pintura original do prédio foi mudada.

Como se não houvesse um tipo característico de pintura mourisca! Aquela era originalmente amarelo e amarelo-sangue, em faixas horizontais. A menos que apareça algum vigarista para contradizer, como na questão da pintura original cinza e branco do Teatro Amazonas, de que possuo documentação.

Tmbém cenas históricas em paredes de botequins: **O Regedor** (cenas de **Os fidalgos da Casa Mourisca,** execução dos Távoras, assalto ao Castelo de São Jorge); (x) O cenário do Edén-Teatro, em 1888, foi pintado por esse artista, segundo informação de mestre Cavalcanti **Canto dos Terríveis, O Marquês de Pombal** (retrato do ministro de dom José I com os planos da reconstrução de Lisboa e outras cenas bucólicas, retratos que me parece decalque da célebre composição de Miguel

Angelo Lupi), botequim que ainda existe com o mesmo nome no Plano Inclinado. Em lugar dos murais resta o indeciso de uma vila napolitana, executado por dona Branca, filha do sr. Santos, recente proprietário da casa. O bar desapareceu e em substituição há uma tenda de mestre sapateiro. Dona Branca, que conheci, era esposa do sr. Enrique Almeida, antigo técnico de futebol e hoje vive em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Outras casas comerciais em que se podiam ver grandes e belos painéis: **Porta Larga, Cervejaria Boêmia, Os Bilhares, Bar Bom Futuro, Tabacaria Boer, Itatiaia,** agência de loterias **Vale Quem Tem,** este mural assinado por Albieri e os demais por Tomasso de Luigi; o da **Cervejaria Boêmia** levava a rubrica de Del Vechio. Este não era apenas pintor, mas desenhista, escultor e decorador, poeta e jornalista. Uma espécie de Crispim do Amaral muito dispersivo. Dele existem, devem de existir descendentes em Manaus e pelo menos um foi meu contemporâneo no Ginásio Amazonense Pedro II.

Um dos ajudantes de Sílvio Centofanti, de que me recordo muito bem, chamava-se Cavalcanti (com i), brasileiro de procedência italiana, tipo alto e magro, pintor dos ingênuos e toscos cenários do teatrinho "João Redondo" do Colégio Salesiano (Dom Bosco). Era realmente um pintor primitivo, curioso, para não dizermos medíocre e fora nos tempos áureos ajudante de vários mestres. Era bom inculcador nas rodas de café do **Leão de Ouro** (também com painéis desaparecidos) e bar **Ponto Chic**, aquele ponto de reunião da intelectualidade das décadas dos trinta e quarenta, e onde muita coisa se contava e muita coisa se ouvia...

Estamos dando rédea solta à imaginação, mas o nosso propósito é falar de artistas italianos com quem a cultura local contraiu dívidas estéticas, em certa época, alguns dos quais estão vinculados à arte sacra tanto da capital como do interior. Do interior já nada se sabe, desde que muitos templos pintados por aqueles artistas ou por outros que ficaram anônimos (padres inclusive) vieram a baixo de centúria em centúria e de década em década: Barcelos, Moura, Carvoeiro, São Gabriel, Tapuruquara, Andirá, Silves, São José do Amatari, Manacapuru, Tabatinga, Crato, Parintins, Itaqoatiara, Tarumã, Santo Antônio do Içá, etc.

Voltemos à igreja de São Sebastião.

O que mais avulta na construção da "capela" pelo exterior é o zimbório sem expressão, cego, sem lustre. Ele continua marcando uma talidade que se completa na redoma de pedra que asila a estátua tamanho natural do orago, mas não são semelhantes em estrtura e estilo. A cúpula da redoma é uma miniatura estilizada da de São Pedro de Roma. Apenas estamos considerando curioso o contraste estilístico,

porque naquele templo parece que cada arquiteto meteu o dedo, trouxe a sua contribuição inspirada ou manca. Se não, vejamos: a rotunda, desvairada em vitrais caríssimos para a época em que foram adquiridos na Itália, não se alinha com a parte externa do zimbório nem com a redoma de pedra do altar-mor. Não existe por assim dizer unidade e continuidade linear de estilo arquitetônico e sim uma composição frapê. Essa rotunda aparece como um corpo crescido isoladamente no espaço pouco econômico, sem indentificação com a planta alta do templo. O que seria ela antes? Capela. Capela de São Sebastião e de São Damião (1), como se nomeia ordinariamente e que foi aos poucos ambiciosamente transitando para a condição definitiva de igreja com torre.

Em termos de comparação, imagine-se a capela tipo batistério pisano de Nossa Senhora de Fátima (Praça Quatorze de Janeiro) cercada de quatro corpos de edifícios, corpos que lhe tirassem a visão baixa, deixando apenas aparecer o domo do zimbório. Foi o que aconteceu, à outra luz, com a capela primitiva de São Sebastião: o zimbório ficou mal exposto, quase matando a perspectiva colorida dos vitrais os quatro corpos de edifícios construídos posteriormente.

Quando residi na Rua Dez de Julho, vizinho da igreja, e durante o entusiasmo da pesquisa realizada para a história da Sé Catedral (Ypiranga, **A Catedral Metropolitana de Manaus. Sua longa história,** 1958) andei matutanto seriamente na razão da diferença existente entre os corpos de edifícios e a rotunda com o zimbório. Não encontrava nenhuma justificativa para tal diferença não tanto de estilo mas de proporções e topicidade. Só uma razão justificava a diferença: evolução da área construída, isto é, transformação da capela para a igreja atual. Mas os vitrais? Na verdade a altura das janelas dava margem a especulações acerca da relação com a igreja e o exterior; uma possibilidade se entrevia, de que os vitrais estivessem sendo prejudicados na sua funcionalidade pristina pela ambição crescente das paredes da "igreja". A capela lutava contra a igreja para sobreviver no seu primitivo traço romântico (de natureza, não de estilo) e essa sobrevivência reside na ainda existência quase apagada da rotunda com seus vitrais. Mas na verdade os vitrais permitem a filtração de uma luz cambiante em que tremulam átomos de poeira, luz diàfana, poalha fluida sensibilizada de tons evanescentes, sem lamentos sanguíneos nem explosões cruas, que a gente vê deslumbrado nas catedrais de Chartres e de Nossa Senhora de Paris. Verdadeiras escadas de anjos, luz quase misteriosa, ungida de encantamento místico e de transcendente pureza, ora friamente azulada ora de amarelo morno. É o único templo de Manaus onde o silêncio

apaziguante transfunde religiosidade e convida à reflexão. Por causa dos vitrais que são parte integrante da rotunda. Por causa da rotunda que foi a capela primitiva. Porque os vitrais foram empregados com essa finalidade, de espiritualizar a luz exterior no que ela tem de crua e ameigá-la em bênesses policromas. Sem a rotunda e sem os vitrais aquela igreja perderia o equilíbrio entre o senso religioso e o senso estético. Bem haja quem conservou a rotunda-capela.

Todo aquele complexo arquitetônico me impeliu a investigar a história da sua construção. É simplesmente curioso e até absurdo (**credo quia absurdum**) esse conteúdo estético. A igreja hoje, capela ou ermida ontem, está agarrada à ilharga do profano a exemplo daquele caranguejo-eremita. Parece que só a rotunda e o zimbório merecem a consideração de um elogio e falam o idioma sentimental de uma época de transições, uma época fronteiriça em que a Igreja (religião) estava na dependência do Estado (política) e sob a influência da Cultura (liberalismo + contismo + maçonaria). Acredito que a sua transformação lenta seja produto do desamor com que o espírito contista-liberalista olhava as coisas do céu, muito mais do que o sempre falado e sempre injusto litígio entre pedreiros-livres e clero, pois que são precisamente os maçãos, como veremos, os que mais trabalharam para a conservação, construção, ampliação e dotação das igrejas da província, enquanto que muitos carolas negavam votos à obtenção desses privilégios tão sociais e tão necessários ao povo como as diversões, as comodidades.

Iniciada com a frente para a antiga Rua do Conde D'Eu (Monsenhor Coutinho), sem área trazeira construída, era apenas uma meia-água de telhas vãs. Em 1907 o diligente e operoso frei Jesualdo Machetti (27 de maio) daria início à construção de uma capela adjacente, em madeira coberta de palha, nos fundos da ermida, dizendo para a então Rua do Progresso (Dez de Julho). A partir de 1884, julho, aparecem editais na imprensa local chamando concorrentes à ampliação do templo. Isto por força da iniciativa dos deputados à Assembléia Legislativa Provincial. É a segunda parte, a rotunda, capela ainda. Em 1886 já está sendo envolvida a rotunda pelas quatro frentes, das quais três em proporções menores à que deita para a praça de São Sebastião. A praça com o nome do orago antecede de muito à construção da capela primitiva, pois esta ainda não existia nem coberta de palha. A influência social da praça está plenamente conotada.

Os franciscanos não operavam com muita regularidade em Manaus, andavam cavoucando pelo rio da Madeira. Eram primeiramente Franciscanos Observantes, diversificados daquela casta de eruditos e atrevidos pioneiros no descobrimento da América. Em 1872 foi manda-

do contratar mais quinze deles juntamente com Carmelitas Descalços, pela Província, a fim de exercerem a catequese dos silvícolas mais entrados. Entre os sacerdotes daquele tempo salientamos as figuras díspares de frei Jesualdo Machetti, frei Pedro de Ceriana e frei Gregório José Maria de Bene. O primeiro fundaria a Missão de São Pedro, na margem direita daquele rio, a duas milhas ao norte do lago São Pedro, em território Mura; o segundo fundou a póvoa de São Francisco, na confluência do rio Preto com o rio da Madeira, entre comunidades Arara; e frei Gregório José Maria de Bene, removido em 1852, da povoação de São Joaquim do Rio Branco para Uaupé. Também o capucho frei Pedro de Ceriana seria transferido para a aldeia de Andirá, de que ficou como diretor (2). O ilustrado cônego, Francisco Bernardino de Sousa, no clássico livro **Vale do Amazonas**, 1873, relata a vida nada edificante desse capucho, de como enriqueceu desonestamente à custa dos índios e caboclos e de como se foi para a Itália sobraçando estufado alforge. Frei Pedro de Ceriana verdade que se defendeu astuciosamente, mas ele não constitui exceção naquela época de ambições de todo gênero. Sacerdotes depois dele forraram seu pé-de-meia e mandaram a sotaina às urtigas, exemplificado na pessoa de um certo frei José Maria Vila da Freguesia de Moura em 1878, no rio Negro. (3).

A única torre da igreja é posta em concurso (1886) e em 1888 despenca-se uma janela da torre, pois a construção do templo, na última etapa, foi corrida e condenada várias vezes. É certo, por fotografias, que em 1892, a igreja aparece somente com a fachada para a praça, bloqueadas as outras três pelos prédios que se foram erguendo vizinda-riamente. Em 1935 é-lhe adicionado o **méniane** arcossistilo e o cruzilhão. Estilo néo-clássico italiano. É nessa época que chegam os murais com cenas alusivas à obra capucha e os quatro Evangelistas dos gomos do interior da cúpula. O primeiro corpo da capela que vem de 1870 (idéia-projeto), foi depois transformado em residência e ampliado poste-riormente, perdendo a comunicação com a rua do Conde D'Eu (Mon-senhor Coutinho). O segundo corpo (1884) corresponde ao **mezzo** bizantino-romano da rotunda (capela propriamente dita ou ermida). O terceiro corpo (1888) inclui já três frontões, um com tímpano e a torre, nave e coro, e ainda é um meio-italiano condicionado e muito sem beleza original, sem atrativo porque recebeu em 1935 um reboco em fingimento de lajes cor de cimento, mania dos nossos reformadores. Não respeitam nem a originalidade dos templos! Pois se quiserem até cobrir de pastilhas vagabundas as paredes externas da Sé Catedral, um edifício que vem da

Província e possui seu estilo característico. Em todo caso conseguiram cobrir a igreja de telhas brasilit! Infâmia!

O quarto corpo (1935), desenvolve aquele arcossistilo referido. A igreja deslocou-se no aspecto sacro-funcional (capela = residência) como no aspecto arquitetônico, progressivamente para o lado sul, ela que estava originalmente voltada para o norte. A capela de Nossa Senhora dos Remédios evoluiu também do lado norte (com cemitério e cruzeiro) para o lado sul, acompanhando a primeira uma solicitação social influente, a praça (a ágora = atividade social, movimentação, reunião) e a segunda uma requisição da paisagem, o rio, viajantes, comércio. O fundo (cabeceira) atual da igreja dos Remédios é quase idêntico à frente primitiva da capela de São Sebastião. Aliás a cabeceira da Sé Catedral também porta o mesmo estilo italiano-jesuítico, e esta, ainda por uma solicitação dupla (praça-rio) foi construída com a frente para o sul. Imagine-se agora, só para exemplo histórico, que a primitiva ermida de Nossa Senhora da Conceição, construída pelos frades Carmelitas e que incendiou em 1850, estava também ela voltada para o rio (igarapé da Ribeira das Naus) e para a rua das Gaivotas. É a atração do espaço movimentado, o adro clássico para a realização das festas, os arraiais.

Ora, parece-nos a nós que esse tumultuário capricho arquitetônico não se originaria senão de tentativas bem sucedidas de transformar paulatinamente a antiga capela ou ermida em igreja (com torre única pois não era catedral), de conceder-lhe maior rendimento paroquial (a paróquia de São Sebastião só seria inaugurada no dia 15 de setembro de 1912 às nove horas da manhã, sendo vigário frei José Capuchinho e consagrada ao Sagrado coração de Jesus), uma vez que a praça já estava limpa e preparava-se para a coluna comemorativa e mais tarde o Teatro Amazonas. Aliás a praça (largo) de São Sebastião vem de 1867 (Ypiranga, **Teatro Amazonas,** I: 62; Genesino Braga, **Chão e Graça de Manaus** 1974; **Relatórios da Provincia do Amazonas**, III: 1907). Antes, porém, havia sido em parte rasourada, pois era uma rocinha (Ypiranga, **História do Monumento da Praça de São Sebastião,** 1972). A lei n.º 416 mandava desapropriar as casas de moradia da praça, pequenas casas convizinhas à rocinha (4).

De qualquer modo, o abatido estilo italiano néo-clássico de antes, semelhante a cripta, evolui dentro da requisição estética e é ainda italiano. Ou teria antes evoluído por um precipitado mais econômico do que estético? Dissemos ser a época de transição, fronteiriça. Mas, de 1874 a 1884, a crise econômica na Província era um fato referido e discutido nas sessões da Assembléia Legislativa Provincial, procurando

os deputados conter a onda de pedidos de subvenções partidas não somente da própria região como do Império e do Exterior. Do exterior! Pensava-se ser o Amazonas uma vaca leiteira, de úberes fartos e inesgotáveis.

É ainda um italiano, Enrique Mazzolani, quem em 1900 contrata as obras de acabamento interno e externo, isto é, quando são montados outros apliques decorativos, embora um aditivo, comparecido na discussão do orçamento de 11 de maio de 1869, a eles se referisse, não obtendo receptividade. Parece ser da época de Mazzolani a imagem tamanho natural do orago, pois a antiga, que andava nas procissões e nos peditórios rueiros ficou enchendo a edícula frontal, abaixo do frontão.

Da leitura de vários documentos epocais, **Relatórios da Presidência da Provincia do Amazonas, Anais da Assembléia Legislativa**, e periódicos, sabe-se que é de 1868 o início da construção da ermida. Mas que corpo dessa ermida? Diz um parágrafo dos citados **Relatórios** (III, 561): "Vai ter começo a obra da capela de S. Sebastião, que se acha contratada com o empresário Leonardo Antônio Malcher pela quantia de Rs 8:000$000 e para isso mandei entregar à respectiva comissão Rs 3:000$000, que votou a Assembléia Provincial para esse templo". A verba vem realmente figurando no orçamento de 1869. Genesino Braga (**Op. cit.** 69 **usque** 71) cita o mesmo passo. Nos **Anais da Assembléia Legislativa Provincial**, I: 13, 1868, relativo ao período 1868, lê-se em trecho da lei orçamentária, Título III, Disposições gerais, art. 5.º: "Será entregue à Irmandade de S. Sebastião a quantia de 3:000$000 para coadjuvar a obra da capela que a Irmandade vai levantar, ficando a dita Irmandade obrigada a dar começo à mesma obra no prazo de seis meses, ficando sem efeito esta disposição na falta de cumprimento desta obrigação". A proposta foi feita pelos deputados Freitas Guimarães e o itaquatiarense Francisco de Paula Belo em sessão de 12 de junho de 1868.

Conote-se bem o tempo exigido para dar-se começo à edificação do templo-: seis meses a partir de junho de 1868. A 11 de maio de 1869 a ermida não estava pronta, e nem poderia estar, pelo que o deputado Francisco de Paula Belo, na sessão desse dia mandava à casa um projeto aprovado: "O Governo da Província mandará entregar à irmandade de S. Sebastião a quantia de 3:000$000 réis para a **conclusão** (o grifo é nosso) da ermida que a dita irmandade está mandando edificar para o Santo Mártir".

Não seria possível que em menos de um ano se construisse o que é hoje a igreja. Além do mais nem sempre se apela para o termo igreja mas

vulgarmente para as expressões capela ou ermida, o que significa um corpo de edifício de exíguas proporções. Em 1871, de 17 de abril, o secretário do governo encaminhava à Assembléia ofício da Irmandade de São Sebastião, no qual ela requeria a quantia de 5:000$000 para "ocorrer as despesas com o concerto da respectiva capela". Nesse mesmo ano a lei orçamentária, Título III, Disposições gerais, parágrado 4.º, manda dispender até a quantia de Rs 1:000$000 com a aquisição de alfaias e ornamentos para a capela de S. Sebastião. E é extremamente curioso que em 1877, na sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial de 22 de junho, o famanado padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, por quem tenho decisiva admiração, mas porque principalmente alimentava a maledicência provinciana com as suas aventuras donjuanescas em nada inferiores às do padre frei José dos Santos Inocentes; o brigão padre Daniel pedia informes sobre a compra de alfaias. Essa história das alfaias deu água pela barba.

Dito isto, chega-se à conclusão de que somente os artistas italianos desde Arthur Luciani que residia na rua do Conde D'Eu, até Enrique Mazzolani e frei Illuminato Coppi, mexeram no estilo do templo, acrescentando sucessivamente, aumentando-o horizontal e verticalmente. Mas Sílvio Centofanti, se vivo fosse, sorriria condescendendo em que madame Luizinha Quadros não tumultuava apenas corações...

Voltemos mais uma vez ao estilo compósito da capela-igreja: é somente depois de 1890 que a única torre é levantada com sacrifício pecuniário, vai daqui, vai dali, dinheiro não havia. Armam-se clássicos arraiais com jogos e prendas (por amor à continuidade os frades continuam jogando futebol na praça, pondo em risco a estrutura do monumento) mas é levantada sobre o lado esquerdo do corpo frontal oeste-sul. Torre em agulha com seus exíguos "abatjours suspirails" diferentes no estilo aos da Sé-Catedral, flecha fugindo da coroa de turricolas ou campanilas, cópia mais ou menos fiel da única torre da basílica de Nossa Senhora de Lourdes. Nenhum paralelismo rítmico com o italiano-jesuítico do resto do edifício. A torre é uma excrecência e só se salva pelo goticismo ambicioso de espaço. As ilustrações da época remota dizem melhor do compulsório **manquê** em que dedos indisciplinados andaram configurando arabescos, cristalizando a obra numa maciça peça compósita, um conglomerado de que apenas se salva a rotunda pelo que de manifesta ingenuidade existe nela. Isto porque a torre nem campanário é. Foi benzida no dia 8 de setembro de 1888, por antecipação!

Não se compreende como havendo a Província empregado tanto dinheiro naquele templo ele se arrastava esmolando a caridade pública, crescendo a prestações insignificantes. Em 1880, 4 de fevereiro, o deputado Barreiros mandava um aditivo à rubrica Obras Publicas, "§8.º — Auxílio às obras da **nova** (o grifo é nosso) Igreja de S. Sebastião desta cidade — 5:000$000". Está parecendo que essa dinheirama somente frequentava o papel, acenando de longe à iniciativa dos fraires que procuravam solucionar o problema apelando para as dádivas do povo.

O resto arquitetônico da igreja se equilibra pelo ingênuo arremedilho provinciano. Correndo parelha com a igreja de Nossa Senhora dos Remédios, aquela também conspurcada depois do incêndio de 1821 ateado pelo povo revoltado (Benfica, **Ligeiro histórico da Igreja dos Remédios)**, (5), Ypiranga, **A Catedral Metropolita de Manaus, cit**), a igreja se endireitou, reconstruída em 1827, e cada vigário que entra na posse da paróquia dá um jeitinho para deixar a sua "presença" marcada no conspecto, uma melhoria, para pior, acabando de estragar o que já vem sendo estragado desde o início. Pior a emenda que o soneto, dizia naqueles idos o bem-humorado padre Daniel com sua sexta-feira pespegando-lhe cafunés, ao defender amoravelmente a importação de tabaco, sua curtição.

A 14 de janeiro de 1901 chegavam os franciscanos frei Illuminato Coppi, um grande artista, e seu sobrinho sacerdote secular José Batista Coppi, ajudante. A planta da igreja foi aprovada em março de 1900, consoante notícia estampada no jornal **A Federação** de 4 do mesmo mês. Estou quase querendo acreditar que a vinda do frade-pintor e iluminista tem alguma coisa a ver com a aprovação da planta um ano antes. Todavia não disponho de subsídios para comprová-lo. Mas é soberbamente pitoresco que o nome fizesse o artista. Parece que aqui foi rompido o axioma de que o hábito não faz o monge como o nome não faz a pessoa.

Comparando-se as gravuras de exteriores da capela, de 1890 (vários ângulos) com o que hoje apresenta, observa-se perfeitamente o que deixamos dito com relação às quatro frentes, depois três. O zimbório sofreu leves alterações no domo, mas dos frontões triangulares, somente o da rua do Progresso (Dez de Julho) escapou a reformulações antigas. Os outros três moderaram-se, bem como a parte trazeira (que antes fora a dianteira), denominada cabeceira. Fecharam-se com muros altos e vãos laterais permitidos pelos corpos avançados, conseguindo-se maior rendimento interno. Nesses vãos ficaram, do lado direito (da igreja) o batistério e do lado esquerdo a gruta consagrada à Nossa

Senhora de Lourdes. A historia dessa gruta é singular. Diz o jornal **Amazonas** de agosto de 1912, que fora inaugurada no dia 15 às sete e três quartos da manhã. Deu a benção o reverendo prefeito apostólico do Solimões. A seguir realizou-se procissão com a imagem. O trabalho é imitação perfeita, réplica do original francês. Seria mesmo? Serviram de paraninfos as senhoras Amélia Bittencourt, Raimunda Antony, Elza F. Perdigão, Noivinha Guilhobel, Sofia de Brito Pereira, Albina Sarmento Mata, Maria Nery, Elvira Miranda, Lúcia de Barros, Adelaide Melo, Zuíla Amaral, Maria José Pinheiro, Benvinda Coelho, Adelaide Costa e Ana Barros.

O trabalho de preparação da gruta se deve ao artista italiano Michaeli Raffaelis coadjuvado por Francesco de Luigi. Mas a imagem é da fábrica de Sílvio Centofanti. A gruta foi emparedada recentemente. Sabendo do ocorrido, investiguei o motivo. Respondeu-me um dos frades novatos (dos que sucederam a frei José Capuchinho, frei Domingos, e outros mais que não conheci) que se ia ali instalar um batistério. É singular! Não abriram o batistério e impediram que um objeto de arte sacra fosse contemplado e utilizado pelos usuários da fe cristã. Como se a arte, mesmo profana, não devesse ser respeitada. Mais uma vez se aquilata do manifesto pendor que certa gente possui pela dessacratização da arte. Bem hajam aqueles modestos fraires que tudo fizeram para o aumento da capela, mesmo rompendo com o seu traçado original. E bem haja o meu já mortíssimo padre Daniel que ia à tribuna do legislativo provincial exigir prestações de contas das alfaias e demais paramentos mandados adquirir para as igrejas.

O resto da história eu sei muito bem: um linguarudo famanado, impenitente fofoqueiro, fazendo-se de corifeu, ou de colher de pau, foi dar com a língua nos dentes, assoalhando disque-disques a respeito de certa dama que teria posado para a imagem da santa. A dama, que também ofereceu a torre, deve de haver nascido ao derredor de 1860-70 e até pelo menos 1950 ainda vivia, frequentando assiduamente a Confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro, apesar dos seus noventa janeiros nevando a cabeça. Contou-me o dr. Deoclides de Carvalho Leal que a conhecera por acaso naquela casa de chá das cinco.

Mas onde está o crime? Todos sabemos que as mais belas obras de arte, ou retratos de santos, inclusive de Nossa Senhora, tiveram o profano por modelo, porque a Beleza é o protótipo da Verdade e todos os templos cristãos estão replenos de obras de arte desse tipo. Somente nesta terra onde a estupidez prolifera e os arrivistas são mais reais é que se tomam dessas atitudes que revelam apenas hipocrisia, falso decoro.

Bem haja o padre Daniel com a sua barregã ostensiva e os seus afilhados derramados pelos barrancos do rio da Madeira, desde Silves até Itaquatiara. Quantos não fazem o mesmo manhosamente?

Dizia em 1878 (sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial de 16 de outubro) o deputado Ferraz: "(Continuando) Idem, idem da capela de S. Sebastião desta cidade 1:000$000 de réis — Constantemente se consigna quantias para melhoramentos desta capela, mas nunca se dá o dinheiro, de maneira que essa capela continua com o aspecto de uma verdadeira arapuca, colocada em uma das praças mais bonitas que temos nesta cidade. Não me oponho a verba mas desejava que ela se tornasse efetiva e não figurasse somente nos orçamentos como até agora; se é que se quer uma capela nos subúrbios desta capital, porque as paredes estão a desmoronar-se".

O deputado refere-se à verba constante de Rs 1:000$000, e o deputado Pedro Luís Sympson aparteou com as seguintes palavras: "Quanto à verba de um conto de réis, destinada à capela de S. Sebastião, também o nobre deputado não pode assegurar que não havia na lei anterior".

O mesmo deputado Ferraz volta à carga na sessão de 16 de abril de 1879. Parece que deixavam os senhores representantes do povo serenar os ânimos, esquecer as antagônicas discussões. Dizia ele: "Cabendo-me mais a palavra, submeto a esta assembléia um projeto, e para ele chamo especialmente a atenção dos nobres deputados que são párocos de freguesias, os srs. padre Fernandes e padre Daniel (Lê) Não podendo mais funcionar a capela de S. Sebastião por seu mau estado que a cada momento ameaça desabar, tanto assim, que os atos religiosos têm lugar na casas dos missionários; tenho a honra de submeter à consideração desta assembléia o seguinte projeto:

"A Assembléia Legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º — É autorizado o presidente da Província a despender até a quantia de dez contos de réis, com a conclusão da igreja de S. Sebastião, ereta na praça do mesmo nome nesta capital.

§ Único — Estas obras serão feitas por administração, ou arrematação com quem mais vantagens e garantias oferecer à província, sob a fiscalização e direção do engenheiro diretor das obras públicas.

Art. 2.º — Revogar-se as disposições em contrário.

Sala das comissões da assembléia legislativa do Amazonas, 16 de abril de 1879. — O deputado Estevão José Ferraz".

Na sessão seguinte, dia 17, na discussão, refere-se à "reedificação

da capela de S. Sebastião". O projeto passou em terceira discussão e foi à redação final na tumultuosa sessão de 26 de abril de 1879.

Discussão interessante, provocadora de hilaridade é a que ocorreu na sessão de 12 de maio de 1879. Transcrevemos na íntegra:

"O sr. Ferraz — Peço a palavra.

O sr. Presidente — Tem a palavra.

O sr. Ferraz — Primeiramente é para mandar uma emenda relativa aos 10:000$000 réis, que se votou para a igreja de S. Sebastião, que não vejo aí incluídos.

Lê e manda à mesa o seguinte:

Aditivo ao art. 6.º do projeto n.º 25.

"Com auxílio para a conclusão da obra da igreja de S. Sebastião desta capital 10:000$000".

Paço da assembléia legislativa provincial do Amazonas, em Manaus, 12 de maio de 1879.

— O deputado Ferraz.

O sr. Miranda Leão — Isto já é lei, e a comissão tem de oferecer a emenda para consignar os fundos necessários para sua execução.

O sr. Ferraz — Continuando com a palavra vou opor-me à emenda do nobre 1.º secretário.

Sr. presidente, é de alta conveniência esta assembléia votar estas quantias para igrejas, mas a experiência tem demonstrado que com essas pequenas verbas nada aproveita; principalmente para a igreja de Itaquatiara que está em péssimas circunstâncias.

O sr. Mavignier — Não é para a matriz; é para uma igreja feita por um particular à custa de esmolas.

O sr. Ferraz — É este senhor que aqui veio solicitar um auxílio desta assembléia?

Tanto pior, voto contra porque ele que a começou que a acabe.

O sr. Mavignier — Este não a fez com os seus recursos somente, mas com auxílio de esmolas que tirou para esse fim.

O sr. Ferraz — Eu refiro-me a Matriz, cujo estado é lastimoso, e não há de ser com essa pequena quantia que se poderá melhorar essas ruínas a que se acha reduzida. Até na cabeça dos Santos tem ninhos de cabas.

Quanto a essa igreja a que se refere o nobre deputado, uma vez que foi construída a espensas desse senhor ele acabará de cobri-la.

Passou na casa uma lei dando 10:000$000 réis para a igreja de S. Sebastião desta capital, devemos cuidar primeiro de nossa casa, e depois das dos outros (**Reclamações**).

O sr. padre Daniel — E o interior que concorre para as rendas do tesouro não deve gozar também dos benefícios?

O sr. Ferraz — Sr. Presidente, votando-se 10:000$000 réis para a igreja de S. Sebastião; mais 10:000$000 para consertos e alfaias da igreja de N. S. dos Remédios, que é bem empregado, porque todos reconhecem o estado em que se acha aquela matriz...

O sr. Dias dos Santos — Hei de dizer ao vigário dos Remédios para lhe dar os agradecimentos.

O sr. Ferraz — Parece que o nobre deputado com isto quer fazer espírito figurando-me como oposto a tudo quanto é da igreja; entretanto quem se lembrou aqui de pedir 10:000$000 réis para a igreja de S. Sebastião?

O sr. Miranda Leão — Não respondá a apartes que perde o fio do discurso.

O sr. Ferraz — Como é que se empresta sentimentos irreligiosos a quem assim procede? Como é que se vem poluir uma intenção boa?...

Um sr. deputado — A expressão não é parlamentar.

O sr. Ferraz — Sr. presidente, declaro que os apartes desviaram-me da direção que queria dar ao meu argumento.

O sr. Miranda Leão — Já vê que perdeu o fio do discurso.

O sr. Ferraz — Parece que v. exc. me quer debicar?

O sr. Miranda Leão — Não sou capaz; eu preveni a v. exc. que não respondesse a apartes.

O sr. Ferraz — Em conclusão, declaro que voto contra o aditivo do sr. Mavignier".

Por aí foi a discussão nesse timbre. Foi o dia das igrejas serem beneficiadas, as igrjas do interior, pois vários deputados usaram da palavra e defenderam seus projetos. No final foi aprovado o projeto em benefício de algumas capelas do interior que se apresentavam em estado precário. Na sessão de 23 de maio desse ano o mesmo deputado Ferraz dizia entre outras coisas: "Quando apresentei a idéia de se votar dez contos de réis para a igreja de S. Sebastião foi porque reconhecia que era uma necessidade indeclinável, pois como todos sabem aquela capelinha está a desabar; mais dez contos de réis para os Remédios, mais para aqui, mais para acolá, aonde vai isto parar?"

A vez seguinte é a do deputado Antônio José Barreiros, que na sessão de 21 de janeiro de 1880, manifestou-se da seguinte maneira:

"Considerando que não tendo sido aplicada às obras da capela de S. Sebastião desta capital a quantia de 4:000$000 réis votada no art. 17, § 1.º da lei n.º 278 de 27 de maio de 1873, e 1:000$000 réis no art. 9.º da

lei n.º 377 de 31 de julho de 1877; proponho à consideração da casa o seguinte projeto:

"A Assembléia Legislativa Provincial resolve:

Art. Único. Fica desde já e dentro deste exercício, o Presidente da Província autorizado a despender com a obra da capela de S. Sebastião desta capital a quantia de cinco contos de réis. Revogadas as disposições em contrário.

"S. R. — Sala da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, 21 de janeiro de 1880. — Antônio José Barreiros.

"Tem 1.ª leitura e tem o n.º 7".

No mesmo ano o deputado mandou a emenda seguinte — "Na rubrica — Obras Públicas — acrescente-se o seguinte: § 8.º — Auxílio às obras da nova igreja de S. Sebastião desta cidade — 5:000$000". 4.2.1880.

Novamente o mesmo deputado insiste nos dez contos de réis, mandando um aditivo "para onde convier: Para auxílio às obras da capela de S. Sebastião desta capital 10:000$000", 11 de maio de 1880. O aditivo não passou sem comentário. O deputado Shaw, tão atilado como o seu homônimo inglês, "chama a atenção da casa para a emenda que manda dar mais 10 contos de réis para a igreja de S. Sebastião, quando para a Matriz dos Remédios só se deu 10 contos de réis".

E vem o deputado Lima Bacuri e comenta:

"A emenda apresentada pelo sr. Barreiros está em desproporção com as demais igrejas.

"Já tendo-se votado na sessão extraordinária para a capela de S. Sebastião a quantia de 5:000$000, com mais 10 contos que agora lhe quer dar a dita emenda, vem a ficar essa capela com 15:000$000, quando para a igreja dos Remédios, que é matriz, de uma freguesia, só se consignou 10:000$000".

E foi contrariado o aditivo de 10:000$000, rejeitado o projeto adicional n.º 13, ficando a capela com aqueles dez contos de réis. Continuando a preocupação pelo estado de ruína da capela de S. Sebastião, a discussão ativou-se na sessão de 11 de maio de 1880, ainda com a palavra o deputado Shaw-:

"O sr. Shaw — chama a atenção da casa para a emenda que manda dar mais dez contos de réis para a igreja de S. Sebastião, quando para a Matriz dos Remédios só se deu 10 contos de réis.

O sr. Labre — diz que pediu a palavra, etc. (não interessa para o nosso assunto).

O sr. Lima Bacuri — diz que não podendo justificar o seu voto por ocasião da votação vem fazê-lo agora. A emenda apresentada pelo sr. Barreiros está em desproporção com as demais igrejas. Já tendo-se votado na sessão extraordinária para a capela de S. Sebastião a quantia de 5:000$000, com mais 10 contos que agora lhe quer dar a dita emenda, vem ficar essa capela com 15:000$000, quando para a igreja dos Remédios, que é matriz de uma freguesia, só se consignou 10:000$000.

"A capela de S. Sebastião desde que se começou tem sida pesada aos cofres públicos. Parece que uma fatalidade pesa sobre essa casa de Deus; porque o orador **tem idéia de que já se tem feito três** (o grifo é nosso). Na 1.ª gastou-se 18:000$000, depois com os reparos mais alguns contos de réis. Começou-se outra por detrás da primeira; depois entendeu-se não chegava para a população que costuma concorrer à festividade do glorioso mártir, e abateu-se tudo para se levantar outra".

Após a discussão procedeu-se à votação, aprovado o projeto salvo emendas e aditivos. Pela voz do deputado compreende-se a situação curiosa atravessada pela edificação do templo. Grifamos o passo acima porque ele na verdade representa o quanto de numerário foi empregado, afora aqueles dezoito contos de réis (Cr$ 18,00) e a quantidade e qualidade de reformas sofridas ao andar de menos de vinte anos, começando-se de 1869.

Continua a luta pela salvação dos restos da capela. Na sessão de 27 de outubro de 1880, aparece novo aditivo ao parágrafo 13 do artigo 9.º do projeto 70, aumento de crédito: "Para continuação das obras da Igreja de S. Sebastião 6:000$000 réis". Na sessão de 13 de maio de 1882 o deputado Ferreira Pena de Azevedo foi mais longe e mandou para o projeto 69 o seguinte: "§ Para onde convier. — Art. 9.º Prestação para continuação da igreja de S. Sebastião na capital 20:000$000 réis".

É bem possível que as esposas de certos deputados estivessem manipulando os cordéis da adulação e do peditório, além do concurso empregado nas festas de arraial. A concorrência religiosa se fazia de bairro a bairro, e o de São Sebastião ficava já muito afastado do centro, como dizia aquele deputado, chamando-o subúrbio. Entretanto não era a razão da distância e sim da situação pouco aprazível em que se encontrava, ladeado por três igarapés e pelo mato brabo e com o cemitério da Santa Casa de Misericórdia funcinando pouco distante. A posição da capela em relação ao nível atual da praça pode ser perfeitamente conhecida se observamos a altura em que está edificado o Teatro e altura da parte posterior da igreja hoje. O largo foi escavado e nivelado, e a terra removida para o igarapé dos Remédios, mais conhecido popular-

mente pela denominação de igarapé do Aterro, hoje avenida de G. V., antiga 13 de maio.

Já na sessão de 19 de maio de 1882, os deputados Bento Aranha e J. Meireles mandavam emendar para dez contos a prestação, invés de vinte. Enquanto a preocupação dos representantes do povo pela capela aumentava, parece haver diminuído o interesse pelas duas igrejas dos Remédios e Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Na verdade havia interesse, e elas iam subindo, mas a preferência mesmo era pela capela de São Sebastião.

Em 1883 (sessão de 4 de abril) promove o deputado A. J. Barbosa: "Sr. Presidente, todos sabem, que o Revmo. Missionário, frei Jesualdo Machetti, está construindo um belo templo nesta capital cujo orago é o milagroso mártir S. Sebastião, à custa de esmolas de fiéis; aquele piedoso missionário é digno das atenções e auxílios desta Assembléia, porque está fazendo grande economia aos cofres públicos.

Um sr. deputado — A construção desse templo tem custado mais à província do que as esmolas dos fiéis.

O sr. Barbosa — A obra já se acha bastante adiantada e por isto vou apresentar um projeto concedendo um auxílio para a sua conclusão. Lê e manda à Mesa o seguinte projeto:

"Considerando que esta província deve auxiliar as obras da igreja de S. Sebastião prestes a concluir-se, devido aos esforços do hábil e incansável missionário frei Jesualdo Machetti;

Considerando que tão digno e honesto missionário pelas economias que tem feito para os provinciais, erigindo um templo por meio de esmolas, não pode deixar de ser atendido, tenho a honra de submeter à consideração da casa o seguinte projeto:

A Assembléia Legislativa Provincial decreta:

Art. 1.º Fica o presidente da província autorizado a dispender a importância de vinte contos de réis para a conclusão da igreja de S. Sebastião.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia, 3 de abril de 1883. — A. J. Barbosa".

Tomou o número seis e tem a primeira leitura. Em 5 de junho é discutido e aprovado sem objeções. Mas novamente em 1883 aparece um aditivo ao artigo 9.º, parágrafo 12, da autoria dos deputados Bento Aranha e J. Meireles, fazendo baixar para quinze contos de réis aquela subvenção. Parecia antes um jogo de peteca, bate daqui, rebate daculá. Tão pronto um deputado cioso das finanças da província tratava de

reduzir a subvenção, outro certamente acicatado pela esposa religiosa, ou pelas suas próprias convicções cristãs, quando não se tratava de padre-deputado, fazia subir a bola, o bolão. É o caso da emenda do padre Dácio, na mesma sessão, mandando um aditivo "para onde convier", para aquisição de dois altares de mármore para a igreja, na importância de nove contos de réis.

A capela ou igreja (ningúem se entende mais) continuou sendo objeto de interesse da parte dos deputados provinciais, daqueles que se interessavam realmente pelos negócios públicos, não importa que credo político ou religioso abraçassem, uma vez que o que estava em jogo era a questão social, era o Estado. Por isso é que os homens de leis esqueciam suas ligações com a maçonaria, com o protestantismo, para reconduzir ao povo o que o povo entregava em impostos. Hoje não acontece: certos administradores julgam-se proprietários da econômia oficial, enquanto o povo, que paga impostos para obter serviços e comodidades, apenas contempla silencioso aquilo que aos olhos de muitos parece magnanimidade, quando na verdade é obrigação. É pitoresca a discussão havida certa feita a respeito da "instituição do nome" em obras realizadas. Uma discussão bem-humorada, quando se condenava ao presidente Paranaguá por haver mandado inscrever seu nome em pedra num desses serviços. Os membros da oposição gritavam que mais feio fora o gesto do presidente dr. Domingos Monteiro Peixoto, mandando insculpir o seu nome na cabeça dos sinos adquiridos para a Sé-Catedral, cabeças que não vieram quando chegaram os sinos e que a Província foi obrigada a mandar comprar novamente. Isto significa que a vaidade ostensiva vem de longe, como se não fora obrigação do homem público ocorrer às necessidades do povo. Em Manaus isto é praxe-:qual-quer mediana obrinha vem logo acompanhada do ostensivo reclame e da placa alusiva.

Em 1884 Bento Aranha manifestava-se contra a emenda do deputado Pedro Aires Marinho, declarando que "se passa a emenda do sr. deputado Marinho, serão obrigados a verem paralizadas outras obras, sejam a de S. Sebastião, que desabará, certamente, se não forem continuadas". E lembrava a necessidade de dispender-se cem contos de réis com as várias obras referidas. Aqui está como o homem que dizia em público ser livre-pensador e republicano de papo amarelo (o papo amarelo é nosso), positivista ferrenho e mação, era o mais interessado em acudir às necessidades das igrejas, embora às vezes atacasse o trabalho do clero, principalmente no capítulo catequese indígena. Tome-se o exemplo abaixo, extraído da troca de palavras na mesma sessão:

"O sr. Rocha dos Santos — Já na 1.ª discussão desse projeto declarou que votava contra. Hoje renova a sua declaração. /Não precisamos de igrejas no interior, porque não há padres. O culto público na maior parte das localidades só se manifesta por bandos de especuladores, que armados de bandeiras encarnadas andam fintando as pessoas sob o pretexto de esmolas para as festas. O orador é católico, apostólico, romano; e por isso mesmo não pode admitir que se edifiquem igrejas para ficarem ao abandono ou para serem entregues aos especuladores que acabo de citar.

O sr. Bento Aranha — Não conheço especuladores maiores do que os padres".

Aí está o caráter do deputado que cuidava do espiritual com honesta convicção. Incitava a proteção aos templos necessitados de ajuda financeira, mas criticava o clero que não se comportava decentemente. Certa feita, em 1884, na sessão da Assembléia Legislativa Provincial, de 25 de março, sessão solene de instalação, o deputado espirita Deodato acrimoniosamente invectiva o processo de juramento do deputado Bento Aranha, ao que ele respondeu "que a novíssima lei da reforma eleitoral assim lhe faculta. O juramento que prestou é o que lhe dita a consciência" (**Há diversos apartes**). Grifos no original. A que respondeu o deputado Rocha dos Santos, fazendo espírito-: "Ainda hei de ver V. Exc. ajudando missas (**Hilaridade**). E Bento Aranha: "É muito possível. Mas, por enquanto preso-me de não trazer sujeita à vontade da cúria romana a minha liberdade de consciência".

A verdade é que o filho do sempre lembrado João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha vivia constrangido na sua qualidade de eterno oposicionista e livre-pensador, vítima da bonomia dos confrades que aproveitavam as ocasiões e deixas para lembrar-lhe a igreja católica, a quem o escritor respeitava de perto mas não admirava de longe. As notícias a respeito de benefícios propostos para atender ao progresso da Província e anseios da população, vão minguando agora. É que a Assembléia Provincial, o célebre **poleiro de periquitos**, passa a ser mais um antro de preocupações políticas, de insultos pessoais. Existem sessões inteiramente consagradas a palavrório sem outro objetivo que enaltecer governos ou criticá-los, dando rédea solta ao panegírico dos partidos políticos. Os projetos somem na montoeira de refregas parlamentares, distancia-se a discussão, prolonga-se o movimento de aceitação ou recusa de estímulos financeiros a empresas particulares, auxílio a estudantes pobres, beneficiamento da cidade. Que é feito dos projetos mandando instalar a luz elétrica, a água encanada da Cachoeirinha, a

exploração de bondes puxados a burros e depois a eletricidade, a construção de pontes de ferro e de madeira sobre igarapés, a abertura de novas ruas? A magna questão da abertura de estradas de rodagens, de subvenções a companhias de navegação a vela e a vapor, de intalação de fábricas de beneficiamento de borracha, todo esse complexo acúmulo de projetos andava às moscas. Parece que o único projeto que não morreu mesmo de todo (bem haja!) foi o da libertação ostensiva do negro escravo. A esse todos os representantes do povo dedicavam cada vez maior interesse e isto é bastante curioso porque afetava de muito perto à economia. Mostra pelo menos que o espírito de humanidade ainda era uma constante indeclinável no caráter do homem.

E por causa daquele juramento de Bento Aranha, contrário ao regimento da casa, mas de acordo com a última lei eleitoral, vigente, o ambiente ficou tenso, criou-se uma atmosfera de antipatia que perdurou durante várias sessões, repetindo-se sem necessidade, até que o livre pensador, agastado, dissesse: "Sr. presidente, parece que é propósito da minoria desta Assembléia atacar e querer coartar a liberdade de consciência". A que o deputado Castro e Costa respondeu com um "não apoiado". Voltou o sr. Bento Aranha: "Ignoro, porém, o móvel a que se apega a minoria para sempre nesta casa opor-se ao livre pensar de um deputado; se este presta juramento em desacordo com o Regimento, que nos regula, para acoimá-lo de ateu. A liberdade de consciência é permitida pela Constituição do Império, como a praxe dos juramentos caducou depois da novíssima reforma eleitoral.

Se me afastei do juramento prescrito no Regimento, é porque não se harmonisa ele com a minha consciência e mesmo à vista da reforma eleitoral, que revogou **ipso facto** o Regimento desta Assembléia na parte relativa ao juramento. /Não cause espanto o eu não ter jurado aos Santos Evangelhos; não se me acoime por isso de ateu. /Entendo que assim procedendo não desmereço no conceito de outrem. Bem poucos, declaro eu agora solenemente, são os colegas que se vão curvar ao confessionário; bem poucos são os que se devem julgar ilesos de pena e culpa, entretanto dizem ser católicos apostólicos romanos! /Portanto, ningúem pode jogar-me a primeira pedra, nem censurar-me a opinião, principalmente quando basea-se na lei".

Esta pífia discussão repetia-se toda vez que um livre-pensador teria que fazer o juramento. Como se durante todo o tirocínio desses

representantes do povo, eles tivessem tido realmente algum dia qualquer interesse em defender o povo desse parapeito. O tempo da Inquisição passara e no Amazonas já os padres protestantes estavam começando o seu mister missionário, iniciando por Manacapuru. As "doutrinas exóticas" as "ortodoxias más" estavam preocupando os padres católicos, que viam na prática uma atrevida e desleal concorrência e por que não dizer? uma intromissão nos seus arranjos econômicos. Principalmente se aqueles padres protestantes tivessem a infeliz lembrança de pedir ajuda para a construção de templos. O caso, todavia, foi bater na Assembléia Legislativa Provincial, com repercussão nos debates, morrendo sem interesse, porque agitado por deputados padres. A "ortodoxia" continuou e estendeu-se até pelo menos ao Alto Solimões, de onde derivou para outros lugares. Mas não ficou sem a marca da persecução católica romana. E como todo credo perseguido tem a vantagem de criar raízes e propagar-se, haja vista o primeiro cristianismo, com os seus mártires e apóstolos, seus santos e seus heróis, o credo ortodoxo avançou no silêncio e na persistência dos seus pregadores, espraiando-se pela região imensa do Amazonas superior onde teve a sua maior concentração, indo bater nos confins de Santo Antônio do Içá, Tabatinga, Loreto, Letícia, São Paulo de Olivença, Tefé, Alvarães, Silves, um universo de aceitação. É curiosa esta afirmação do credo reformista, porque se ele cresceu e deitou fruto foi por causa unicamente da situação privilegiada que encontrou e que já vinha sendo submetida a apreciações justas, tanto da parte de leigos como de sacerdotes católicos: havia falta de missionários; havia escassez de templos; havia facilidade aberta a qualquer ortodoxia pela credulidade do povo propenso a aceitar promesseiros, tiradores de rezas, ladainheiros, carolas ambiciosos, toda a casta prolífera de membros da confraria do assalto à escarcela pública. Por outro lado não era ignorada a màcula de certos sacerdotes, locupletando-se com os dinheiros públicos, mantendo concubinas ostensivamente, criando filhos à ilharga da igreja, deixando as cabas toucar a cabeça venerável dos santos, aumentando o pecúlio particular, enviando dotes para irmãs casadouras. Não estamos criticando; a época e o ambiente eram propícios. A sociedade e a políticagem criavam condições para tal procedimento, tanto que a literatura, a boa literatura, tomou para argumento essa vivência mais especulosa do que edificante, não para cozinhar a religião, mas com a finalidade de participar do movimento naturalista. O conhecido romance **O Missionário**, de Herculano Marco Inglês de Sousa não se inscreve na história da literatura como uma diatribe, um estigma, mas como a história social de uma época. Outros

trabalhos literários menos conhecidos no Amazonas fincaram pé no tema, porém com orientação diversa: a sátira social.

Voltemos mais uma vez à história movimentada da capela-igreja de São Sebastião, que frequentei menino como pajem de Santo Antônio, sob a direção do bom frei José Capuchinho e a assistência do seráfico frei Domingos, que Deus os haja, dois maravilhosos ministros que dedicaram a vida e a saúde àquela igreja. Vimos no passo grifado por nós e aqui repetido em caixa alta, da autoria do deputado Lima Bacuri, TEM IDÉIA DE QUE JÁ SE TEM FEITO TRÊS, que efetivamente aconteceu isto e já discutimos pela diferença de maneirismo arquitetônico. Mas é bom que se fie isto: o nível em que está edificada a redoma e posteriormente foi construída a casa de residência falada, à retaguarda, está acima cerca de dois metros ou mais do nível da nave principal e única. A rotunda fazia parte, portanto, de um corpo voltado para a hoje rua do Monsenhor Coutinho e estava cerrada para a parte sul. A opinião do deputado corresponde exatamente ao nosso pensamento e se ele condicionou a frase foi por força de expressão, pois Lima Bacuri era amazonense, aqui nascido e aqui vivido, com tradição e família de que restam descendentes vivos. Homem culto, autor de uma monografia **Efemérides Amazonenses**, destruída quando de um assalto policial a sua residência (informa Arthur Reis na **História do Amazonas**, 1932) sabia o bastante para não equivocar-se. Sentimos portanto a verdade histórica na afirmação de que essa igreja cresceu em sentido horizontal primeiro e vertical posteriormente, na proporção das subvenções provinciais acrescentadas ao trabalho de esmoler dos frades. Só o que nos entristece quando procuramos fazer-lhe a história resumida é que tenha sido ela também vítima da mania de reformulações idiotas que ataca certa gente, principalmente determinados indivíduos que se encontram passeiramente a serviço da administração oficial. O Estado precisava manter um organismo vivo e de franca atividade que falasse a respeito e contra essas reformulações sem nexo e sem justificativa. Não é possível dizer que a igreja hoje de São Sebastião esteja na dependência de três ou quatro épocas econômicas. Seria erro, mas pelo menos de duas é uma verdade consabida, que se reflete nos seus estilos arquitetônicos díspares, o italiano-jesuítico que vem até 1935 e o adorno pregado à frente, que é de 1935, já o dissemos, o **méniane** disposto em arcossistilo.

Com referência ao piso da rotunda, é ele bem antigo e conservado, constituído de pedras de liós sobradas do piso da Sé-Catedral. Entretanto, somente aquele piso. O resto veio depois, naturalmente, quando o primitivo soalho da nave foi removido e lastreado a lajes de Lisboa, tipo

xadrez, preto e branco, havendo custado o metro quadrado cerca de quinhentos réis, somente o trabalho de colocação com emboço de cimento. Fez o serviço o mestre de obras José Cardoso Ramalho. Mais tarde a sociedade Leonardo Malcher & Ramalho Júnior, construtores, tomaram conta dos serviços gerais. Parece que essa sociedade dissolveu-se ou não entrou na concorrência em 1900 para os trabalhos efetuados na igreja.

Finalizamos aqui esta primeira entrega, pois não foi possível ainda alcançarmos certos documentos que podem fazer luzes sobre a história da construção da igreja ou mesmo da antiguidade da capela. Este trabalho naturalmente ainda depende de muita busca, razoável pesquisa em fontes várias, inclusive iconográficas, que podem dilucidar aspectos inéditos da construção e decoração interior e exterior do templo. É possível que numa segunda entrega fixemos referências outras como é nosso costume fazer com os nossos trabalhos de história. Por exemplo, o nosso livro **A Catedral Metropolitana de Manaus**, vai ser aumentado em segunda edição com aportes novos. E estamos trabalhando também num acréscimo da história da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, história que foi iniciada pelo meu amigo Francisco Benfica, uma esperança que se foi para o Oriente Eterno na melhor fase da sua atividade literária.

LAUS DEO.

NOTAS

(1) Monteiro, Mário Ypiranga — **Teatro Amazonas,** 3 volumes, Manaus, 1965-66, Editora Sérgio Cardoso para o Governo do Estado do Amazonas. Ilustrada, 870 páginas.

(2) Sousa, cônego Francisco Bernardino — **Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas**, Belém, Tipografia do Futuro, 1837, 328 páginas.

(3) Rangel, Alberto — **Sombras nágua**, F. A. Brockhaus, Leipzig, 1913,

(4) Monteiro, Mário Ypiranga — **História do Monumento da Praça de São Sebastião,** Manaus, Imprensa Oficial, 1972, ilustrada, 54 páginas.
Vd. também **Teatro Amazonas**, I: 62. cit.

(5) Benfica, Francisco Carioca — **"Ligeiro histórico da Igreja dos Remédios" in Vitória-Régia**, abril de 1932, ano I, n.º 4, Manaus.
F.J.B. Rodrigues, Pacificação dos Chochanas, 31 cit.

Obras citadas no texto:

Braga, Genesino — **Chão & Graça de Manaus,** Edições Fundação Cultural de Manaus, Coleção Pindorama, Imprensa Oficial para o Governo do Estado, Manaus, 1975.
Relatórios da Presidência da Provincia do Amazonas, várias épocas e edições.
Anais da Assembléia Legislativa do Amazonas, de 1850 a 1889.
Sousa, Herculano Marco Inglês de — **O Missionário**, romance, várias edições.
Reis, Artur César Ferreira — **História do Amazonas**, Manaus, 1932.
Jornais de várias épocas, principalmente aqui **A Federação** e o **Amazonas**.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
RUA LEONARDO MALCHER N.º 1189 TELEFONES: 232-4177 — 232-4176 — 232-4175
232-0772 — TELEX (0922) 441 — MANAUS-AMAZONAS — Governo: JOSÉ LINDOSO

QUADRO DE SÓCIOS CORRESPONDENTES

PARÁ — D. Alberto Gaudêncio Ramos, Cônego Ápio Campos, Edgar Proença, Georgenor Franço, A. Napoleão de Figueiredo, Líbero Luxardo, Cláudio Mello e De Camcas Ribeiro.

MARANHÃO — Antônio Bona, João Freire Medeiros.

CEARÁ — Carlos Eduardo da Rocha.

RIO DE JANEIRO — Aristêo G. Leite, Cônego Assis Memória, Cônego Jorge O'Grady de Paiva, Clovis Barbosa, Deoclydes Carvalho Leal, Geraldo Menezes, Heitor Péres. Odilon Lima, Pascoal Bandeira Moreira, Petrarca Maranhão, Rosalina Coêlho Lisbôa Larragotti, Tristão de Athayde, Virgílio Barbosa, Pe. Manoel Albuquerque, Moacyr Paixão, José Luiz de Araújo Neto, F.P. de Araújo Neto, Jorge de Rezente, Alberto de Rezende Rocha, Augusto de Rezende Rocha, Alberto de Brito Pereira, Lúcio Fiuza, Moacir Dantas, Jesuíno Ramos e Luiz de Miranda Corrêia.

ESTADO DO RIO — Mons. João de Barros Uchôa.

SÃO PAULO — Mário Barroso Ramos, Caetano Estelita Pernet, Jorge Bertolaso Stella e Abguar Bastos.

MINAS GERAIS — Merolino Corrêia.

BRASÍLIA — Lázaro Baumann, Áureo Mello e Jarbas G. Passarinho.

ALEMANHA — Wilhelm Giese.

MÉXICO — Vicente Mendoza

CUBA — Antonio Jraizoz.

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM